



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

TATIANA FREY BIEHL BRANDÃO

**ASSOCIAÇÃO DE MULHERES “RESGATANDO SUA
HISTÓRIA”: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E GESTÃO NO
RURAL NORDESTINO – PORTO DA FOLHA – SERGIPE**

CAMPINAS

2021

TATIANA FREY BIEHL BRANDÃO

**ASSOCIAÇÃO DE MULHERES “RESGATANDO SUA
HISTÓRIA”: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E GESTÃO NO
RURAL NORDESTINO – PORTO DA FOLHA – SERGIPE**

Tese apresentada à Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de doutora em Engenharia Agrícola, na área de Gestão de Sistemas na Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA TATIANA FREY BIEHL
BRANDÃO E ORIENTADA PELA PROF^a
DR^a SONIA MARIA PESSOA PEREIRA
BERGAMASCO.

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

B733a Brandão, Tatiana Frey Biehl, 1980-
Associação de mulheres "Resgatando sua História" : organização social e
gestão no rural nordestino – Porto da Folha – Sergipe / Tatiana Frey Biehl
Brandão. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Engenharia Agrícola.

1. Associativismo. 2. Administração rural. 3. Mulheres do campo - Brasil. 4.
Agricultura familiar. 5. Semiárido. I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira,
1944-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia
Agrícola. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Women's association "Rescuing Your Story" : social organization
and management in the northeastern rural - Porto da Folha - Sergipe

Palavras-chave em inglês:

Assosiativism

Rural administration

Country women - Brazil

Family farming

Semiarid

Área de concentração: Gestão de Sistemas na Agricultura e Desenvolvimento Rural

Titulação: Doutora em Engenharia Agrícola

Banca examinadora:

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [Orientador]

Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo

Janice Rodrigues Placeres Borges

Henrique Carmona Duval

Cicero Ferreira de Albuquerque

Data de defesa: 18-01-2021

Programa de Pós-Graduação: Engenharia Agrícola

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-4821-1109>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4805468921163290>

Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Tatiana Frey Biehl Brandão**, aprovada pela Comissão Julgadora em 18 de janeiro de 2021, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.

FEAGRI

Prof. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Presidente e Orientadora

Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo – Membro Titular

Dra. Janice Rodrigues Placeres Borges – Membro Titular

Dr. Henrique Carmona Duval – Membro Titular

Dr. Cicero Ferreira de Albuquerque – Membro Titular

Faculdade de
Engenharia Agrícola
Unicamp

A ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Em nome da professora Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, dedico esta tese a todos agricultores e agricultoras familiares e a todos os professores e professoras, mas em especial a todas as mulheres, que estão sendo resilientes frente à hostilidade do atual ambiente social e político e se desdobrando no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Agradecimentos

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus, que sempre esteve presente iluminando a minha vida e os meus caminhos.

Aos meus amigos e familiares, em especial aos meus pais Grasiela Maria e Enio Carlos, que me incentivaram nesta etapa, e que, principalmente, compreenderam a minha ausência e falta de disponibilidade neste período que foi de muita luta contra enfermidades.

Ao meu marido, Luciano Celso, que esteve presente em todos os momentos deste período, mesmo os que ficamos distantes, e que muito me incentivou e me inspirou nesta busca por conhecimento. Seu apoio, sua dedicação, seu amor, sua paciência e nossos debates foram essenciais durante este percurso.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Feagri/Unicamp, que me proporcionaram crescimento acadêmico e contribuíram para o meu aprimoramento profissional, propiciando entender e pensar sobre as diversas problemáticas nas quais está envolto o mundo rural, principalmente referente às questões sociais, econômicas e ambientais. Nesse sentido, agradeço em especial às professoras Dra. Sonia Bergamasco, Dra. Vanilde Esquerdo e Dra. Maristela Simões, pelo olhar crítico e pelas contribuições, por meio de suas experiências e da excelência dos materiais bibliográficos disponibilizados.

Gostaria de agradecer especialmente à minha orientadora, profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, pela dedicação e orientações durante a construção deste trabalho, mas, sobretudo, pela compreensão e pelo apoio durante todo o caminho percorrido até esta etapa da pesquisa científica. Agradeço, também, pelo convívio e pela proximidade com a sua família e amigos, o que muitas vezes me fez sentir em casa nos momentos de saudades.

Agradeço aos meus colegas de doutoramento e aos demais orientandos da professora Sonia Bergamasco pelos debates, pelas discussões e pelas colaborações tão importantes durante o processo de amadurecimento desta pesquisa. Agradeço em especial a Danitielle (Pequena) e a Carol pelo acolhimento e pelas resenhas que ajudaram na minha estada em Campinas, e a Aloísia Hirata, companheira de anseios acadêmicos e ombro amigo nos momentos mais difíceis.

Aos meus colegas da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, pela compreensão durante o período de afastamento para me dedicar ao doutorado. Em especial ao professor voluntário Emerson Lima (servidor da Unidade de Santana do Ipanema) e aos professores Alcides Neto e Hérmani Magalhães, por terem apoiado e se disponibilizado a contribuir com o meu processo de afastamento para qualificação profissional.

Agradeço à Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, que me autorizou a

realizar esta pesquisa, sempre abrindo as portas para me receber e disponibilizando os dados necessários para a elaboração deste trabalho. Agradeço a todas as mulheres integrantes da associação, principalmente as agricultoras-gestoras Maria Aparecida (Cida) e Maria Luzinete (Netinha), que sempre estiveram disponíveis para explicar as particularidades desse grupo de mulheres, essencial para a compreensão do funcionamento da associação, assim como do ambiente no qual está inserida.

Agradeço, também, à discente Isrraela, do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, e às minhas ex-alunas da graduação em Ciências Econômicas, Danessa Rafaella, Rayane e Kleciane, hoje mestras, que me auxiliaram nas entrevistas com as associadas, e a Hosana Regina, que me apresentou às mulheres da associação.

Agradeço à Universidade Federal de Alagoas, pela concessão de afastamento parcial para que eu me dedicasse ao processo de doutoramento.

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”

Paulo Freire

Resumo

Esta pesquisa está inserida no cenário do Semiárido do Nordeste do Brasil, local de vida e de trabalho das famílias rurais que se encontram em um contexto de pobreza e de exclusão socioeconômica, no qual a organização social coletiva desses atores sociais tende a fortalecer e a proporcionar inclusão social e produtiva. Neste contexto, esta tese tem o objetivo de compreender como se dão os processos e as relações de gestão em uma associação de mulheres rurais, a partir da percepção das associadas, bem como verificar a influência da associação no modo de vida dessas mulheres. Esta pesquisa foi desenvolvida sob a óptica da interpretação interdisciplinar dos fatos pesquisados a partir da área de estudo das Ciências Sociais, utilizando a abordagem metodológica quantitativa e qualitativa para a análise das informações coletadas por meio de pesquisa de campo. Para isso, optou-se pelo estudo da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, localizada no povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, no Alto Sertão do estado de Sergipe. Em relação à pesquisa de campo, esta teve como principais procedimentos: entrevistas individuais com todas as sócias atuais e com cinco ex-integrantes; aplicação de questionário com dois técnicos de instituições parceiras; condução de grupos focais; pesquisa documental; anotações no diário de campo; participação em reuniões ordinárias da associação; e observação sistemática. Verificou-se com a pesquisa que o processo de organização coletiva deste grupo foi motivado pela história de luta para o resgate da relação das mulheres com a terra, para enfrentarem a insegurança alimentar, a falta de trabalho para as mulheres rurais, a busca pela melhora da autoestima dessas mulheres e a ocupação dos espaços sociais para além das atividades de cuidados e reprodução da família. Durante esse processo, as mulheres contaram com o apoio de mediadores, sendo percebida pelas sócias a importância dessas parcerias para o empoderamento das mulheres, bem como para o acesso delas a outros projetos. Destaca-se ainda, o protagonismo e a autonomia decisória das sócias frente à organização desse coletivo, que segue a lógica dos Empreendimentos Econômicos Solidários, através da prática da autogestão dos recursos endógenos de forma democrática e participativa, pois todas as decisões são tomadas de forma coletiva durante as assembleias. Finalmente, constatou-se a opção pela agroecologia como um pilar do processo de associativismo das mulheres, sendo que as práticas agroecológicas fazem parte do modo de vida das mulheres rurais em casa, nas unidades produtivas e na associação. Conclui-se que o processo de organização social do grupo de mulheres rurais sertanejas proporcionou a construção de uma identidade coletiva, que pode ser vista como uma estratégia para o empoderamento das mulheres, contribuindo para a inclusão social, política, econômica e produtiva das associadas, que passaram a ser protagonistas do seu modo de vida, o que ocasiona um efeito transformador nas redes de poderes da sua comunidade. Portanto, as agricultoras-gestoras, ao construírem um sistema de gestão adaptado a sua realidade e as suas demandas, autogestionam as atividades e os recursos da associação de forma participativa e autônoma.

Palavras-chave: Associativismo; Gestão rural; Mulheres rurais; Agricultura familiar; Semiárido.

Abstract

This research is inserted in the scenario of the semiarid region of the Northeast of Brazil, place of life and work of rural families, who are in a context of poverty and socioeconomic exclusion, where the collective social organization of these social actors tends to strengthen and provide social and productive inclusion. Accordingly, this thesis aims to understand how management processes and relationships occur in an association of rural women, from the perception of the members, as well as to verify the influence of the Association in the lifestyle of these women. This research was developed from the perspective of the interdisciplinary interpretation of the researched facts from the study area of social sciences, using the quantitative and qualitative methodological approach for the analysis of the information collected through field research. The study of the Association of Women 'Rescuing His History', located in the Village of Lagoa da Volta, municipality of Porto da Folha, in the outback of the State of Sergipe was chosen. As to field research, it had as main procedures: individual interviews with all current members and with 5 former members of the Association; application of a questionnaire with 2 technicians from partner institutions; conducting focus groups; documentary research; notes in the field diary; participation in ordinary meetings of the Association; and systematic observation. It was verified with the research that the collective organization process of this group was motivated by the history of struggle to rescue the relationship of women with the land, to face food insecurity, the lack of work for rural women, the search for improvement of these women's self-esteem and the occupation of social spaces in addition to the family's care and reproduction activities. During this process, women counted on the support of mediators, being perceived by the members the importance of these partnerships for the empowerment of women, furthermore for their access to other projects. It is also noteworthy, the protagonism and decision-making autonomy of members towards the organization of this collective, which follows the logic of Solidary Economic Enterprises, through the practice of self-management of endogenous resources in a democratic and participatory way, as all decisions are made in a collective action during the assemblies. Finally, the option for agroecology was found to be a pillar of the women's association process, and agroecological practices are part of the rural women's way of life at home, in the production units and in the Association. It is concluded that the process of social organization of the group of rural women from the countryside provided the construction of a collective identity, which can be seen as a strategy for women empowerment, contributing to the social, political, economic and productive inclusion of the members, who have become protagonists of their way of life, which has a transformative effect on their community's power networks. Therefore, farmers-managers, when building a management system adapted to their reality and demands, self-manage the activities and resources of the Association in a participatory and autonomous way.

Keywords: Associativism; Rural management; Rural women; Family farming; Semiarid.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Delimitação do Semiárido brasileiro, 2017	30
Mapa 2 – Localização geográfica do município de Porto da Folha, em Sergipe	33
Mapa 3 – Distância do povoado de Lagoa da Volta, em Porto da Folha, da capital de Sergipe, Aracaju	96
Figura 1– Procedimentos realizados na pesquisa de campo, Sergipe, 2018/2019	41
Figura 2 – Instrumentos utilizados na pesquisa de campo, Sergipe, 2018/2019	41
Figura 3 – Organograma da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe	66
Foto 1 – Assembleia Ordinária da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, em Porto da Folha, Sergipe, em abril de 2019	42
Foto 2 – Apresentação dos trabalhos acadêmicos resultantes da pesquisa realizada, em 2015, na Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, em Porto da Folha, Sergipe, em abril de 2019	43
Foto 3 – Grupo focal realizado na sede da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, em Porto da Folha, Sergipe, em setembro de 2019	44
Foto 4 – Sede da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, 2019	59
Foto 5 – Cisternas na sede da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, 2019	152
Foto 6 – Coordenadora da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” na feira do Congresso Brasileiro de Agroecologia, Aracaju, Sergipe, 2019	154
Foto 7 – Horta na sede da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, 2019.	158
Foto 8 – Galinheiro na sede da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe.	161
Foto 9 – Anotações no livro-caixa e leitura da ata em assembleia na sede da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, 2019	171
Gráfico 1 – Faixa etária das integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, em 2019	38

Gráfico 2 – Aspectos da agroecologia nas relações sociais das associadas, Porto da Folha, 2019	71
Gráfico 3 – Área, em hectares, das propriedades rurais das integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” em 2019	104
Quadro 1 – Perfil das mulheres que deixaram a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, 2019	46
Quadro 2 – Linha do tempo da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, de 2003 até 2019	63
Quadro 3 – Percepção dos mediadores sobre seu papel junto à associação, Porto da Folha, Sergipe, 2019	67
Quadro 4 – Percepção das integrantes da associação sobre agroecologia, Porto da Folha, Sergipe, 2019	74
Quadro 5 – Alterações realizadas no sistema produtivo para a transição agroecológica nas propriedades rurais das mulheres associadas, Porto da Folha, 2019	77
Quadro 6 – Cenário comparativo do perfil das associadas, Porto da Folha, Sergipe	85
Quadro 7 – Espaço das associadas nas decisões e nas tarefas domésticas, Porto da Folha, Sergipe, 2019	88
Quadro 8 – Manejo e meios de produção agrícola nas propriedades rurais das associadas, Porto da Folha, Sergipe, 2019	100
Quadro 9 – Segurança alimentar e autoconsumo das associadas, Porto da Folha, Sergipe, 2019	111
Quadro 10 - Condição de vida das mulheres após o ingresso na Associação, Porto da Folha, Sergipe, 2019	116
Quadro 11 – Percepção das mulheres sobre o papel da associação na busca do bem-estar das associadas, Porto da Folha, Sergipe, 2019	122
Quadro 12 – Construção dos processos de estruturação e organização das atividades da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe	135
Quadro 13 – Tomada de decisões e de gestão na percepção de ex-integrantes da associação, Porto da Folha, Sergipe, 2019	143
Quadro 14 – Participação das sócias nas atividades da associação, Porto da Folha, 2019	157

Quadro 15 – Instrumentos de gestão utilizados nas atividades da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, 2019	169
Quadro 16 – Compreensão e locais de utilização dos instrumentos de controle pelas associadas, Porto da Folha, abril de 2019	173
Quadro 17 – Contentamento das mulheres com os instrumentos de gestão implementados na associação, Porto da Folha, 2019	178
Quadro 18 – Percepção sobre o que pode melhorar e o grau de satisfação das integrantes da associação, Porto da Folha, Sergipe, 2019	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocupação das mulheres associadas nas atividades cotidianas, Porto da Folha, Sergipe, 2019	86
Tabela 2 – Renda monetária não agrícola das famílias das associadas, Porto da Folha, Sergipe, 2019	92
Tabela 3 – Modo como as mulheres associadas alocam sua renda, Porto da Folha, Sergipe, 2019	97

SUMÁRIO

TRAJETÓRIA E MOTIVAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	17
1 INTRODUÇÃO	21
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	28
2.1 Caracterização da área espacial da pesquisa: o Sertão sergipano	29
2.2 A Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”	36
2.2.1 Quem são as integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”?	37
2.3 Procedimentos metodológicos	39
2.4 Forma de análise dos resultados	48
3 RELAÇÃO DE TRABALHO E VIDA COM A TERRA	50
3.1 A construção da associação	54
3.1.1 O processo de organização social das mulheres na construção do movimento da formação da associação	54
3.1.2 Percurso e trajetórias das associadas na construção da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”	57
3.1.3 Disposição jurídica e organizacional da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” e a influência exercida pelos mediadores nos processos de formação, organização e decisões na instituição	61
3.2 A influência da agroecologia nas relações sociais das mulheres associadas	70
3.2.1 A inserção do termo agroecologia no grupo de mulheres associadas	73
3.2.2 Transição agroecológica na unidade produtiva das mulheres	76
4 MULHERES RURAIS	81
4.1 Trabalho e organização das mulheres rurais em casa e na família	81
4.1.1 Tomada de decisão e divisão das tarefas na família	88
4.2 Mulheres na agricultura	99
4.3 Associativismo das mulheres rurais	108
4.3.1 A influência do associativismo no modo de vida das mulheres rurais	115
4.3.2 Aspectos de empoderamento das associadas	124
5 MULHERES E GESTÃO	130
5.1 Forma de (auto)gestão adotada pelas participantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”	132
5.1.1 Processos e forma de tomada de decisão na associação	134

5.1.2	Gestão dos recursos patrimoniais da associação	143
5.1.3	Gestão do sistema produtivo na associação	150
5.1.3.1	Disponibilidade de mão de obra, participação da juventude e das mulheres na continuidade da produção	162
5.2	Compreensão e apropriação dos instrumentos de controle utilizados na gestão da associação	167
5.3	Reflexão sobre os problemas e as alternativas para a associação	180
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
	ANEXO	215
	Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa, nº 3.016.225	216

TRAJETÓRIA E MOTIVAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Sou gaúcha nascida na cidade histórica de Rio Pardo/RS, mas há nove anos fui morar na encantadora cidade de Maceió/AL. Estudei em escola pública (exceto na 1ª e na 4ª série primária) e acredito que desde a minha opção, ainda no Ensino Médio, de ingressar no curso Técnico em Saneamento, no antigo Cefet/AL (atualmente Instituto Federal de Alagoas – Ifal), já se manifestava o meu interesse pelas questões ambientais.

Durante essa formação técnica, consolidou-se em mim a curiosidade e a busca por soluções de problemas que diariamente afetam a saúde e a qualidade de vida da população, aumentando assim a motivação para compreender e trabalhar com a preservação dos recursos naturais, seja através da educação ambiental, do manejo e do tratamento dos resíduos sólidos, seja por meio da conservação, do tratamento, da distribuição da água dos mananciais, do tratamento e do descarte de águas residuais, além do interesse em combater a poluição visual e auditiva.

Mesmo com a formação de técnica em Saneamento (concluída em 2000) e a aprovação e a classificação em concurso público para trabalhar na área de logística e tratamento de resíduos sólidos na cidade de Maceió, dei continuidade à minha formação acadêmica na área de Ciências Sociais Aplicadas, especificamente no Curso de Graduação em Ciências Contábeis, na Universidade Federal de Alagoas, visto que na época não havia o curso de Engenharia Ambiental ou Engenharia Sanitária em instituições públicas no estado de Alagoas.

Em 2005, concluí a graduação em Ciências Contábeis, me identificando com a área de gestão, principalmente das micro e pequenas empresas, e realizei a pesquisa para o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação sobre “Contabilidade Ambiental e o Sistema de Gestão Ambiental da ISO 14.001 no setor sucroenergético do estado de Alagoas”.

Optei cursar pós-graduação (em nível de Especialização) em Auditoria e Perícia Contábil, na qual desenvolvi uma pesquisa intitulada “O Auxílio da Auditoria Independente na Gestão das Pequenas Empresas”. Após a conclusão da Especialização (em 2007), estava habilitada para iniciar minha carreira acadêmica. Assim, com o término do primeiro semestre letivo em que atuei como professora de Contabilidade de Custos em uma Instituição de Ensino Superior na cidade de Maceió, percebi que havia encontrado a minha vocação, apesar de continuar exercendo, paralelamente, atividades em um escritório de contabilidade, de prestar serviços de consultoria pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC/AL) ao Sebrae/AL e de executar trabalhos de auditoria independente.

Após meu casamento, fui morar na cidade de Santarém/PA. Essa importante convivência com o bioma e com os povos da região amazônica durou menos de um ano, pois Luciano (marido) optou cursar doutorado no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMADE/UFPR). Assim, mudamos para a cidade de Curitiba/PR, ocasião em que lecionei nos cursos de Administração da Opet (uma Instituição de Ensino Superior da cidade).

Durante os dois anos que residi em Curitiba, tive a oportunidade de conhecer *in loco* diversas realidades do ambiente rural paranaense, assim como as feiras e outros canais de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos na cidade de Curitiba. Portanto, durante esse período, convivi com diversos profissionais e estudantes da área ambiental e de desenvolvimento rural, e passei a ter interesse e maior curiosidade em conhecer os diversos modos de vida das populações rurais ligadas a projetos de vida sustentáveis. Nesse momento, também passei a colaborar nas pesquisas de campo e acompanhar os referenciais teóricos inerentes aos estudos do ambiente rural brasileiro, participando então da construção de alguns trabalhos em parceria com Luciano e outros colegas.

Em 2010, houve mais uma mudança considerável: fomos morar em Delmiro Gouveia (Alto Sertão alagoano), pois Luciano assumiu como docente da Universidade Federal de Alagoas, no Campus Sertão. Em 2011, nos estabelecemos na cidade de Santana do Ipanema, também no Sertão de Alagoas, visto que tomei posse como docente no Eixo Gestão na Unidade de Santana do Ipanema – Campus Sertão/Ufal.

Exercendo uma das atividades inerentes às prerrogativas do cargo de docente, durante as reuniões do Conselho Provisório do Campus Sertão/Ufal, me aproximei da então colega de trabalho professora Dra. Janice Rodrigues Placeres Borges, que me apresentou e me instigou a procurar informações sobre o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos (PPGADR/UFSCar).

Assim, com o objetivo de prosseguir com minha formação acadêmica e com o processo de qualificação profissional, em 2014, iniciei o Mestrado Acadêmico em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar, em Araras/SP, visto que eu já atuava de forma interdisciplinar na linha de pesquisa Desenvolvimento Rural Sustentável, Gestão e Agroecologia.

Com o objetivo de conhecer melhor a região sertaneja, a qual é meu *locus* de trabalho, propus desenvolver uma pesquisa sobre as estratégias de desenvolvimento rural sustentável no Semiárido nordestino a partir da agroecologia, estudando o caso da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, situada no povoado de Lagoa da Volta, no município

de Porto da Folha/SE. Conheci essa associação através de uma aluna (Hosana Regina, orientanda de Trabalho de Conclusão no Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Unidade Santana do Ipanema – Campus Sertão/Ufal), que possui parentesco com uma das associadas e nos levou (grupo de pesquisa) a conhecer essa organização e o modo de vida das mulheres associadas.

No decorrer do processo de orientação no mestrado, houve grande incentivo da Dra. Janice Borges para que desse andamento ao projeto anteriormente apresentado, no qual ela destacava a importância da minha proposta em pesquisar os instrumentos contábeis utilizados pelas mulheres da associação, ao tempo em que solicitou a inclusão do estudo acerca das questões de gênero que permeiam a associação analisada, questões estas que foram desafiadoras para mim, visto que foi o meu primeiro contato com pesquisas nessa área.

Ressalta-se que a pesquisadora trabalha no Semiárido nordestino, mais precisamente no estado de Alagoas, vizinho ao *lócus* onde a pesquisa foi desenvolvida, e que conhece a associação desde 2013, onde iniciou alguns estudos que resultaram na dissertação intitulada “Mulheres Empoderadas – Uma Experiência de Gestão no Sertão Nordestino”, defendida no ano de 2016. Nesse trabalho observou-se que as associadas entrevistadas (12 sócias) apropriaram-se dos conhecimentos contábeis e financeiros imprescindíveis para a realização dos registros e dos controles necessários à gestão, de tal modo que elas assumem o papel de protagonistas no desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas, de gestão e de representatividade social. Assim, a organização associativa e a opção pela agroecologia colaboraram para a autonomia e o empoderamento das mulheres, através do incremento da renda das associadas, da segurança alimentar e nutricional das famílias, da conservação ecológica da caatinga, da inserção socioproductiva e da política das associadas. Enquanto que a transparência dos dados econômicos e financeiros da associação colaborou para a continuidade desse empreendimento solidário (BRANDÃO, 2016).

Durante o mestrado, tive a oportunidade de cursar duas disciplinas (Sociologia para a Agroecologia e o Desenvolvimento Rural e Agricultura e Produção Familiar: aspectos sócio-econômicos) e de desenvolver um trabalho em coautoria com as docentes Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e Dra. Vanilde F. Souza Esquerdo, momento no qual percebi ter afinidade com as pesquisas atualmente desenvolvidas pelas pesquisadoras ligadas ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Feagri /Unicamp. Assim, passei a buscar informações acerca das discussões através da leitura de algumas publicações ligadas a esse programa.

No Congresso da Sober de 2016, ocorrido em Maceió, conversei com a doutoranda Danitielle Simonato e com a docente Dra. Vanilde Esquerdo para obter mais informações acerca do processo de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Feagri. Ao procurar conhecer melhor o programa, mais especificamente a área de concentração “Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável”, notei que minha área de pesquisa se relacionava com a do programa, e me interessei pela linha de pesquisa “Estudos Socioeconômicos e Ambientais Relacionados aos Assentamentos, à Agricultura Familiar e às Políticas Públicas”, visto que essa linha desenvolve o projeto de pesquisa “Agricultura Familiar: Estratégias de Reprodução e Avaliação Socioeconômica e Ambiental de Sistemas Produtivos”, orientado pela Dra. Sonia Maria P. P. Bergamasco.

Pelo exposto, os motivos que me levaram a escolher essa linha de pesquisa foi a afinidade com as docentes que conduzem os temas abordados e a oportunidade de dar continuidade à pesquisa iniciada no mestrado. Além disso, outros fatores que me fizeram optar por essa linha de pesquisa foram: minha forte ligação com a temática abordada, assim como o meu interesse e alguma experiência neste *lócus* de estudo, no tocante ao desenvolvimento da dissertação e da participação em alguns projetos de extensão, desenvolvidos no Campus Sertão da Ufal, com abordagem acerca da Agroecologia e do Desenvolvimento Rural Sustentável no Alto Sertão nordestino, mais especificamente em Alagoas e Sergipe.

Assim, desde que comecei a fazer pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável no ambiente rural, não consigo mais me imaginar trabalhando com temáticas que não tenham uma abordagem interdisciplinar e que não abranjam uma perspectiva social, ambiental e econômica. Além disso, acredito ser extremamente importante direcionar esse olhar para o rural, assim como aprofundar os estudos relacionados às questões de gênero, dando voz às mulheres. Vale salientar que outra experiência que acaba por definir o meu vínculo com esta pesquisa refere-se ao fato de o *lócus* de atuação ser o Sertão nordestino, visto que trabalho e convivo com esse bioma.

1 INTRODUÇÃO

É importante conhecer cenário o rural brasileiro para além de um setor agropecuário padronizado pela internacionalização do modelo agrícola hegemônico (o agronegócio), no qual o agricultor se restringe a ser produtor, especializado em algum tipo de monocultura e completamente atrelado ao mercado, com a finalidade específica de obtenção de lucro.

Dessa forma, este trabalho de pesquisa vislumbra o espaço rural como *lócus* das relações sociais, econômicas, culturais, ecológicas, produtivas e de proximidade dos agricultores e das agricultoras familiares.

Nesse contexto de múltiplas atividades, Sauer (2010) expõe que, no campo, também há uma série de atividades não agrícolas que estão recriando o meio rural brasileiro e afirma que a modernidade nesses espaços se constitui através de uma nova ruralidade que é construída por protagonistas capazes de transformar a realidade do meio rural, e aponta que a luta pela terra deve ser considerada uma ponte para essa modernidade, pois modifica as condições de vida, de produção e de relações com a natureza no meio rural brasileiro. Brandengurg (2017) complementa essa visão quando afirma que, para melhor compreender o mundo rural contemporâneo, se faz necessária uma análise da ruralidade construída em rede pelos atores sociais, na qual se deve destacar os espaços ecologizados, cujos processos sociais devem ser observados e qualificados.

Porém, é importante salientar que, mesmo no âmbito dessa reconfiguração, as discussões acerca da agricultura familiar têm avançado, principalmente, sobre o reconhecimento da diversidade econômica e da heterogeneidade desses atores sociais que utilizam a força de trabalho familiar (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Portanto, esta pesquisa foca no debate a partir dos fundamentos analíticos em torno da agricultura familiar e do campesinato, considerando que este se apresenta como uma das formas sociais da agricultura familiar, de acordo com Wanderley (1996, 2010).

Assim, a temática da agricultura familiar e camponesa continua sendo discutida pelos atuais cientistas políticos, sociais, econômicos e antropólogos, tais como: Maria de Nazareth B. Wanderley, Sonia Maria P. P. Bergamasco, Jan Douwe Van der Ploeg, Sérgio Schneider, entre outros.

Nesse sentido, Wanderley (1995, 1996) ressalta a necessidade de emergir novos estudos que abordem as transformações do meio rural no Brasil e que visem ao exercício da democracia pela sociedade brasileira, através do estabelecimento de uma efetiva cidadania para a população rural. A autora ainda lembra que, apesar da importância da agricultura familiar,

esta sempre ocupou um lugar subalterno na sociedade brasileira e que a história registra as lutas dos camponeses para alcançarem espaço na economia e na sociedade no Brasil. Nessa mesma perspectiva, Picolotto e Medeiros (2017) refletem e afirmam que é necessária uma configuração pública dos agricultores familiares por meio da valorização do seu papel econômico e, também, enquanto categoria política no Brasil.

Nesse contexto, Ploeg (2006) chama a atenção para o fortalecimento dos estudos relacionados à agricultura familiar no Brasil, o que coincide com os debates sobre campesinato na Europa, visto que estes estão reemergindo para ajudar a compreender a continuidade da agricultura camponesa e a distinguir que a agricultura familiar abrange a forma empresarial de produção e a forma camponesa de fazer agricultura, na qual os aspectos que as diferem são, principalmente, as formas de produção, de distribuição e de apropriação de valores. Malagodi (2017) enfatiza, entre outras coisas, que há diferentes lógicas de reprodução no campesinato (complexas formas de comportamentos sociais), enquanto o produtor empresarial tem como objetivo maximizar o capital privado.

Para Wanderley (2003), o campesinato também assume uma identidade social de postura crítica ao modelo de agricultura moderna hegemônico e defende uma agricultura fundamentada na qualidade. Ainda segundo a autora (1996), o campesinato continua a se reproduzir, integrado ao mundo moderno. No entanto, desde a sua origem, tem como característica socioeconômica a pobreza da população engajada nessas atividades e apresenta um relevante caráter regional, tendo como realidade, principalmente, a da terra, e a precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção (BRUMER *et al*, 1993).

Um ponto-chave que explica o não desaparecimento dos camponeses, como esperado pela literatura desde o século IX, é a grande capacidade de resistência e de adaptação dessa categoria social a transformações sociais. Conforme analisa Abramovay (1992), Lênin, Marx e Engels consideravam irreversível a extinção do camponês, pois a proposta era de socialização e de coletivização da terra, e como o camponês possui a propriedade privada da terra, seria extinto, ou se tornaria um capitalista, e então entraria em declínio irreversível no processo capitalista. Enquanto para Chayanov (1974) os camponeses não são uma categoria estável e tendem a transformações, passam por modificações e não chegam a ser extintos, pois existe uma identidade social. Assim, não se pode conceber que estes ainda sejam vistos como atores sociais que precisam de uma dada evolução (WANDERLEY, 2003).

Nesse sentido, nota-se que suas estratégias de reprodução ainda se baseiam no manejo dos recursos disponíveis no *locus* de produção e têm como objetivo a manutenção da

família. Wanderley (1996) explica que o tradicional sistema produtivo do camponês é a “policultura-pecuária”, uma combinação de diferentes técnicas e múltiplas atividades que necessita de uma organização para garantir a sobrevivência no presente, tendo como objetivo a sucessão e o horizonte das gerações futuras.

Portanto, é da essência do campesinato a obtenção de renda para a reprodução da própria família, através da gestão familiar da unidade de produção, que segue uma lógica de funcionamento baseada no trabalho e no consumo como fatores para as decisões de cunho econômico (CHAYANOV, 1986; TEPICHT, 1973; ABRAMOVAY, 1992).

Todavia, isso não significa que os camponeses se isolem socialmente, produzindo para a subsistência sem passar pelo mercado, pois, de acordo com a atividade econômica, os objetivos dos agricultores e as experiências de sociabilidade do trabalho, assumem a modalidade do cooperativismo como forma de inserção na sociedade (WANDERLEY, 1996; ABRAMOVAY, 1992).

Chayanov (2017) dedica uma obra completa para tratar sobre as cooperativas camponesas, na qual destaca que estas se organizam com base na larga escala, mas o autor esclarece que as cooperativas organizam os interesses e os aspectos das vidas de grupos ou classes e devem ter como princípio a busca pelo bem-estar e pela satisfação dos sócios.

Observa-se, nesse cenário rural brasileiro em transformação, o aumento da participação das mulheres em organizações coletivas, principalmente as vinculadas à agricultura de base ecológica, visto que a agroecologia valoriza os atores sociais envolvidos em suas práticas. Também possibilita uma maior importância do papel da mulher para a sustentabilidade social, o que favorece o protagonismo dessas agentes na construção da sua própria categoria política e social, assumindo acrescidas responsabilidades familiares e coletivas (SILIPRANDI, 2013; HENN, 2013).

Desse modo, ressalta-se como positiva a participação das mulheres rurais nesses espaços coletivos, pois, segundo Tedesco (2006), os agricultores familiares, ao se organizarem nas formas do cooperativismo e do associativismo, impactam positivamente a obtenção de renda, contribuindo para a melhoria da qualidade do trabalho, da economia e da vida dos pequenos produtores familiares. Nesse sentido, também destacamos como uma questão positiva a participação das mulheres nos processos decisórios, tendo em vista a gestão democrática desses coletivos.

Assim, observa-se a finalidade social das associações e de outras formas de organizações coletivas, colaborando com a abordagem de Chayanov (2017), que percebe o cooperativismo como forma social de organização da produção agroalimentar. Adentrando

nessa temática, verifica-se que esses empreendimentos econômicos tendem a ser administrados pelos agricultores e pelas agricultoras familiares, se caracterizando por uma forma de gestão autônoma e democrática, pela prática da autogestão, tendo como enfoque as pessoas e a racionalidade desses atores sociais, e não apenas o lucro (FARIA; FARIA, 2006; SINGER, 2002).

Fica notório o protagonismo do agricultor-gestor, ou seja, os agricultores e as agricultoras são responsáveis por gerir as organizações de forma democrática, de modo a controlar os recursos disponíveis, o que vem a contribuir com informações valiosas para a correta tomada de decisão (BRANDÃO, 2016). É nesse contexto, o de assumir múltiplas atividades, que o agricultor familiar tradicional surpreende ao demonstrar o domínio de um saber-fazer, introduzindo “[...] em seu cálculo econômico as noções de planejamento e de orçamento, que são projeções sobre o futuro [...]” (WANDERLEY, 2010, p. 31).

Portanto, apesar de ser recorrente na literatura capitalista a negação da existência de qualquer forma de registro ou de controle das atividades pelos produtores rurais, Bourdieu e Sayad (2006), Mendras (1984), Abramovay (1992), Chayanov (1974, 1986, 2017), Wanderley (2003), entre outros pesquisadores das sociedades rurais, expõem que não é estranho aos agricultores e às agricultoras a gestão e o controle das diversas atividades desempenhadas na sua unidade produtiva ou nas associações e cooperativas. Nessas organizações, o agricultor-gestor continua aprendendo e se adaptando à interação com as exigências da sociedade contemporânea e, assim, passa a desempenhar mais esse papel e a se apropriar das técnicas para realizar os registros contábeis, adaptando-as às suas atividades cotidianas.

Dessa forma, é fundamental a manutenção das atividades administrativas para a tomada de decisão, ao tempo que muitas mulheres acabam assumindo a tarefa de registrar e contabilizar as atividades na unidade produtiva, segundo afirma Gasson (1980). Esse fato de compartilhar a responsabilidade é vista por Nobre (2017) como uma distribuição dos papéis nas atividades agropecuárias e uma aproximação das relações de gênero nos processos de tomada de decisão.

Diante disso, esta pesquisa se desenvolve a partir da análise do modo de vida da categoria social dos agricultores familiares, mais especificamente das mulheres rurais camponesas que vivem e trabalham no meio rural do Sertão sergipano. Para isso, tem como premissa a afirmação de Paulilo (2016a), de que não podemos desconsiderar a importância dos movimentos das mulheres agricultoras, que têm apresentado como pauta a busca por uma maior equidade social, questões de classe e de pobreza, a defesa a favor da produção de alimentos saudáveis e o uso das sementes crioulas.

É notória a importância socioeconômica da agricultura familiar, principalmente para o Nordeste brasileiro. No estado de Sergipe, onde se desenvolve este estudo, 78% do pessoal ocupado na área rural tem parentesco com o produtor, o que explicita a predominância da mão de obra familiar. O restante do pessoal ocupado não tem esse tipo de relação, ou seja, 36.225 pessoas são contratadas como temporárias, o que equivale a 70% desse segmento, segundo o Censo Agropecuário 2017 do IBGE (2017).

Outra questão relevante sobre a região rural do Nordeste brasileiro diz respeito à vulnerabilidade (econômica, material e simbólica) das mulheres que dependem da agricultura familiar, visto que estas passam por discriminação e desigualdades, inclusive por parte das políticas públicas (SCHEFLER, 2013). Isso pode ser constatado na discrepância em relação à posse de terras entre homens e mulheres, pois apenas 23% dos estabelecimentos agropecuários pertencem a mulheres produtoras, ainda segundo o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE (2017).

É nesse contexto que está inserida a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, localizada na zona rural do povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, no estado de Sergipe. Essa organização social, criada em 2003, é composta por 21 mulheres rurais que exercem diversas atividades agrícolas e não agrícolas, observando os preceitos da agroecologia no Semiárido sergipano.

Portanto, esse processo de organização coletiva pode vir a contribuir para que as mulheres rurais passem a deter maior influência sobre assuntos relacionados à gestão, uma vez que os empreendimentos solidários geridos por agricultores e agricultoras familiares tendem a constituir-se uma estratégia importante para a reprodução socioeconômica desse grupo social, bem como para o *lôcus* onde estão inseridos.

A autonomia do camponês resulta na competência de organizar o processo produtivo, sendo que essa capacitação consiste em assumir múltiplas atividades, distintas tarefas e o controle dos instrumentos de trabalho e dos meios de produção (WANDERLEY, 2010).

Dessa forma, fica evidente a necessidade de se construir um referencial condizente com o modo de vida dos camponeses, para que estes se apropriem de instrumentos de gestão que lhes possibilitem uma melhor compreensão de sua realidade socioeconômica, pois os atuais controles de gestão atendem à lógica empresarial capitalista e precisam ser adaptados à realidade das atividades desses atores sociais (BRANDENBURG, 1999).

Considerando o exposto, observa-se que os agricultores e as agricultoras familiares detêm competências para manejar os recursos disponíveis, assim como para organizar os

processos produtivos, garantindo a reprodução econômica, social e ecológica dos empreendimentos rurais familiares.

Assim, visto que as formas de organizações sociais coletivas tendem a incluir e a fortalecer os agricultores e as agricultoras familiares, e sabendo do contexto de pobreza e de exclusão socioeconômica e política em que estão inseridas as mulheres rurais do Nordeste brasileiro, esta tese busca responder o seguinte problema: *qual o papel das práticas associativistas no modo de vida das mulheres rurais associadas?* Ao mesmo tempo que visa *entender como são geridos, pelas agricultoras associadas, os recursos disponíveis no espaço rural no qual estão inseridas?*

Como hipótese orientadora desta pesquisa, tem-se que a organização social desse grupo de mulheres rurais vem contribuindo positivamente para o empoderamento das mulheres, enquanto protagonistas do seu modo de vida. As agricultoras-gestoras, ao construírem um sistema de gestão adaptado a sua realidade e as suas demandas, conseguem administrar as atividades e os recursos da associação de uma forma participativa e autônoma.

Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender como se dão os processos e as relações de gestão em uma associação de mulheres rurais, a partir da percepção das associadas, bem como verificar a influência da associação no modo de vida dessas mulheres.

Para atender ao objetivo geral, procurou-se: (1) resgatar as trajetórias e a participação das associadas na construção da Associação Mulheres “Resgatando Sua História”; (2) verificar a influência dos mediadores na formação e na organização da associação; (3) entender como se deu a inserção da agroecologia nesse grupo de mulheres e sua influência nas relações sociais das agricultoras; (4) compreender a forma de gestão utilizada pelas associadas, de modo a analisar como se estabelecem as relações de tomada de decisão e de autogestão dos recursos endógenos, verificar quais os processos e os instrumentos de gestão utilizados pelas mulheres na instituição e observar se o tempo e o desempenho de cargos de gestão na associação são um diferencial para a compreensão e a apropriação das ferramentas de gestão; e (5) avaliar a percepção das mulheres em relação a possíveis alterações no seu modo de vida após se engajarem na associação.

Os desdobramentos dessas questões foram discutidos e analisados em quatro capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. O Capítulo 2 descreve o lugar da pesquisa, caracterizando o Sertão sergipano e apresentando a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, tendo como finalidade discorrer sobre os caminhos metodológicos percorridos e a forma de análise dos resultados desta pesquisa.

Na sequência, o Capítulo 3 aborda a relação entre trabalho e vida das mulheres com a terra, no qual, em um primeiro momento, as sócias narram o processo de organização coletiva das mulheres na construção do movimento de formação da associação e a trajetória percorrida pelas associadas na estruturação da instituição. Também procura-se compreender o papel das instituições parceiras na formação e na organização da associação e a percepção das mulheres sobre a influência dos mediadores. Já no segundo momento, analisa-se a inserção do termo agroecologia no grupo e a influência desta nas relações sociais das mulheres associadas.

No Capítulo 4, é discutido o papel das mulheres rurais em casa, na família, na agricultura e na associação, no qual apresenta-se a caracterização das associadas, de forma a analisar as estratégias de reprodução das famílias rurais e a maneira de organização do trabalho e da vida das mulheres nas atividades produtivas das propriedades rurais, vislumbrando como se dá a tomada de decisão e a divisão das tarefas nesses espaços. Bem como se busca verificar a influência do processo de associativismo no modo de vida das mulheres rurais e a percepção delas sobre os aspectos indutores para o seu empoderamento após se engajarem na associação.

Já no Capítulo 5, analisa-se a forma de gestão adotada pelas mulheres, de modo a compreender como se estabelecem os processos de tomada de decisão na associação e como se dá a autogestão dos recursos endógenos e patrimoniais da instituição. Nesse contexto, também se discute o manejo do sistema produtivo agroecológico e a gestão das atividades da associação frente à problemática da falta de disponibilidade de mão de obra das sócias e à participação da juventude na produção.

Nesse capítulo verifica-se, ainda, quais são os instrumentos de gestão utilizados e a forma de registro desses controles pelas associadas na instituição, além de observar se o tempo em que as mulheres participam da associação e o desempenho de cargos de gestão na instituição são um diferencial para a compreensão e para a apropriação das ferramentas de gestão pelas associadas. Por fim, apresenta-se as recomendações das sócias para proporcionar melhorias na associação e a percepção da satisfação destas com a instituição.

Finalmente, as Considerações Finais se articulam como uma síntese das principais questões apresentadas nesta pesquisa, de forma a permitir compreender como se dão os processos de autogestão e as relações de tomadas de decisão na Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, bem como entender a influência da organização social das mulheres sertanejas no modo de vida das associadas.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa é um estudo de caso da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”. A opção por essa estratégia se deu pela possibilidade de penetrar na realidade social dessas mulheres, considerando que um estudo de caso consiste em:

[...] uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalística), onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto [...]

O tratamento de eventos complexos pressupõe um maior nível de detalhamento das relações dentro das organizações, entre os indivíduos e as organizações, bem como dos relacionamentos que estabelecem com o meio ambiente em que estão inseridos [...] (MARTINS, 2008, p. xi-xii).

Busca-se com isso a profundidade adequada para identificar, descrever e avaliar a influência de fenômenos sociais que ocorrem no contexto em que vivem as mulheres associadas (o associativismo) a partir do conhecimento da realidade do ponto de vista dessas mulheres, assim como a apreensão do processo de mudanças significativas no seu modo de vida, considerando a totalidade de fatores que contextualizam esse grupo (GIL, 2009).

É importante salientar que, desde 2013, a autora mantém contato com as coordenadoras da associação, por meio de conversas informais que acabam por esclarecer algumas demandas e curiosidades acerca dos fatos pesquisados, assim como vêm permitindo levantar outras questões a serem estudadas.

Dessa forma, observa-se a importância de aprofundar os conhecimentos acerca dessa organização social e de suas associadas, pois as relações sociais desenvolvidas pelas integrantes dessa associação tendem a contribuir e a revelar o modo de vida original dessas mulheres rurais.

Ressalta-se, assim, que a pesquisa está em conformidade com o protocolo do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, número 3.016.225, aprovado em 12 de novembro de 2018. Portanto, nenhuma das participantes recusou-se a participar, e todas receberam e assinaram uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisadora tem conhecimento que deverá manter os dados da pesquisa arquivados sob sua responsabilidade por um período de 5 anos após o seu término.

Portanto, apresentamos neste tópico a área espacial, *locus* de realização deste estudo, para que se possa compreender o contexto social, econômico e ambiental no qual está

inserida a associação. Em seguida será realizada uma caracterização das integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” e, por fim, serão descritos os procedimentos e os instrumentos metodológicos que se adotou na realização da pesquisa e a forma de análise dos dados coletados.

2.1 Caracterização da área da pesquisa: o Sertão sergipano

A região Nordeste do Brasil é composta por nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe), ocupando uma área territorial de 1,56 milhão de km² (18,2% do território nacional). Essa é a segunda região mais populosa do país, com 53.078.137 habitantes, o equivalente a 27,82% da população brasileira (IBGE, 2010). Segundo a Embrapa Semiárido (2010), essa região tem uma precipitação máxima de 800mm de chuva por ano, com temperaturas médias de 23° a 27°C e umidade relativa do ar em torno de 50%. Pelas distintas características, o Nordeste é subdividido em quatro sub-regiões: Meio-Norte, Sertão, Agreste e Zona da Mata.

O Nordeste é, tradicionalmente, uma região com amplo excedente em suas relações comerciais com o exterior, mas é, também, uma região em que 2/3 de sua população vive no nível de pobreza absoluta. Assim, o Nordeste brasileiro precisa reconstruir o seu setor agrícola, capacitando-o para assegurar uma oferta de alimentos e para desbloquear os caminhos de acesso ao desenvolvimento, dando prioridade à transformação da economia da zona semiárida, visto que o impacto da seca se concentra na agricultura de subsistência, o segmento mais frágil do sistema (FURTADO, 2009).

Encontra-se, no Nordeste, a região do Semiárido brasileiro, que abrange os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, além do estado de Minas Gerais, que pertence à região Sudeste, conforme verifica-se no Mapa 1. O bioma predominante no Semiárido é o da caatinga, que ocupa 11% do território nacional e 49% do território de Sergipe, sendo este o único bioma exclusivamente brasileiro, ou seja, um patrimônio biológico do Brasil (CARVALHO PP, 2012; BRASIL, 2009).

O Semiárido nordestino apresenta uma área de 980.133,07km², local onde residem 12% da população brasileira e 43% da população nordestina, sendo que as mulheres representam 51% da população residente na região do Semiárido (PEREZ-MARIN; SANTOS, 2014).

Mapa 1 – Delimitação do Semiárido Brasileiro, 2017



Fonte: Sudene (2017)¹

No Norte e no Nordeste do Brasil, há uma forte dominação dos grandes proprietários de terras, onde as lutas sociais rurais ainda geram situações de violência e morte, e é na área rural do Nordeste que se localiza o maior número de pessoas atingidas pela fome, sendo que o Semiárido brasileiro abriga a população mais pobre do país, onde grande parte dessa população “[...] está diretamente vinculada a atividades agropastoris e busca seu sustento sobre a base de recursos naturais existentes em suas propriedades ou no entorno delas” (EMBRAPA SEMIÁRIDO, 2010, p. 21).

O Semiárido brasileiro possui deficit hídrico, apesar de ser considerada a região de Semiárido mais chuvosa do planeta, com média pluviométrica que varia entre 200mm a 800mm

¹SUDENE, disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/mapa-semiarido-1262municipios-sudene-pdf/view>. Acesso em: 03/10/2019.

anuais, mas as chuvas ocorrem de forma irregular no transcorrer do ano e no espaço geográfico. O clima também é marcado pelas altas taxas de evapotranspiração (3.000mm/ano), que são fatores para a ocorrência dos eventos de secas. Essas características limitam a reprodução socioeconômica dos agricultores dessa região, principalmente quando seguem a lógica produtiva oriunda da Revolução Verde. Assim, é necessário adotar uma adequada gestão dos recursos hídricos, como a captação, o armazenamento e o uso racional da água, para assim reduzir os riscos à produção agrícola (EMBRAPA SEMIÁRIDO, 2010; PORTAL DA ASA BRASIL, 2014).

Observa-se uma transformação do meio rural do Sertão nordestino de base gado/algodão/lavouras alimentares para um Semiárido de contradições e “[...] forte competição entre a agricultura moderna, capitalizada e protegida das estiagens pelos sistemas de irrigação, e a agricultura familiar, dependente das condições ambientais, sem capital e incentivos políticos adequados” (SILVA *et al*, 2015, p. 356). Nesse contexto, Carvalho LD (2012, p. 117) expõe que

O Semiárido brasileiro do século XXI ainda é demarcado pela forte exclusão social, mas, por outro lado, um crescente posicionamento crítico e propositivo à sociedade civil. As lutas contra pobreza, as injustiças sociais e as formas de ação e intervenção descontextualizadas por parte do Estado moldam um papel proativo desse segmento social, que, além de pressionar a democratização dos programas de desenvolvimento, passa a agir pela abertura de sua participação e gestão nos processos de elaboração e implementação de programas para o território [...].

[...] Os movimentos sociais passam a produzir uma crescente multiplicidade de abordagens e programas para o desenvolvimento, com uma ação mais articulada e propositora de um novo modo de agir e pensar a natureza e o território Semiárido[...].

Ressalta-se que “nada mais importante para o desenvolvimento do Nordeste do que o aumento da resistência da região aos efeitos da seca [...] os impactos das secas seriam menos negativos se a economia nordestina fosse mais bem adaptada à realidade ecológica regional, particularmente se a estrutura agrária não tornasse tão vulnerável a produção de alimentos populares [...]” (FURTADO, 2009, p.24).

Assim, observa-se uma peculiaridade da relação simbólica do povo sertanejo com a caatinga, bem como a existência de uma particular organização socioeconômica sertaneja. Essa identidade singular desses sujeitos com a natureza expressa sua mundanidade pela maneira de coexistir com o mundo semiárido. Essa coexistência muitas vezes foi mal interpretada e estereotipada, pela falta de compreensão sobre essa população tradicional que habita um território de exclusão (CARVALHO PP, 2012).

Todavia, enquanto a imagem predominante do Nordeste no cenário nacional é o castigo da seca, no espaço rural do Semiárido nordestino nota-se a presença de uma população que vive do trabalho na terra, produzindo em pequenas e médias propriedades e resistindo às intempéries naturais e sociais. Assim, ainda hoje a agricultura de subsistência ocupa um papel estratégico para a existência da região (ALBUQUERQUE; CANIELLO, 2015).

De acordo com Carvalho LD (2012, p. 135), as propriedades rurais familiares situadas no Semiárido brasileiro apresentam “[...] pouca disponibilidade de terra, limitado acesso à água, e com restrito acesso aos benefícios das políticas públicas, a agricultura familiar tem sido historicamente mantida em uma situação de grande vulnerabilidade social”.

Atualmente, os planos de desenvolvimento para o segmento rural nesse território detêm como parâmetro a proposta de convivência com o Semiárido. Esta aparece atrelada a uma possibilidade de desenvolvimento sustentável baseado na agricultura familiar e na busca de segurança alimentar e nutricional (CARVALHO, 2006).

Inserido nessa realidade está o estado de Sergipe, sendo o menor estado da Federação, com uma área total de 21.926,908 mil km². Em 2010, Sergipe contava com uma população de 2.068.017 habitantes, em que 547.651 pessoas residiam na zona rural, o equivalente a 26,48% desse total (IBGE, 2010). Sergipe está subdividido em três mesorregiões (Agreste, Leste e Sertão), que se subdividem em 13 microrregiões. Destas, destacamos a microrregião sergipana do Sertão do São Francisco, onde está o município de Porto da Folha, em que se encontra a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”.

Em relação aos indicadores socioeconômicos de Sergipe, em 2017, apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,702, considerado médio, enquanto sua renda *per capita* era de R\$ 540,99. No que se refere à taxa de extrema pobreza e de pobres, em 2017, 11,60% e 22%, respectivamente, da população se encontrava nessas situações, e 41% da população se encontrava vulnerável à pobreza (ATLAS BRASIL)².

Portanto, esta pesquisa se dá no Sertão nordestino, local onde a rica literatura brasileira discorre sobre a terra seca e a difícil vida dos homens no Semiárido, como, por exemplo: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1975); *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1978); e *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto (1994).

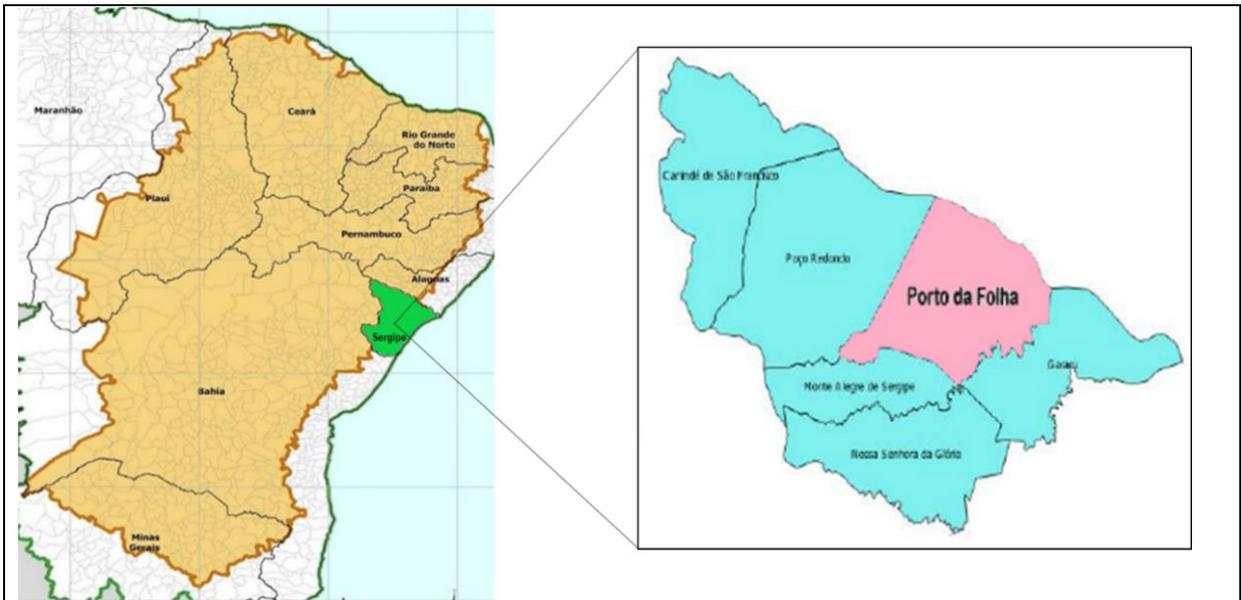
A literatura especializada também destaca o fenômeno da seca como uma característica do Sertão do Nordeste brasileiro, como: Celso Furtado (1959, 1981, 2009),

² As informações apresentadas foram elaboradas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2020. O Atlas utiliza dados provenientes do IBGE e de registros administrativos. O acesso ao Atlas Brasil está disponível no endereço: <https://atlasbrasil.org.br/>.

Manuel Correia de Andrade (1999, 2005), Antônio Carlos Diegues (2000), Josué de Castro (1984), Emanuel de Moraes (2008), Luzineide Dourado Carvalho (2012), Marina Moreira Neto (2013), entre outros.

É nesse cenário sertanejo, mais especificamente no povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, no Alto Sertão sergipano, que está localizada a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”. No Mapa 2 pode-se observar a localização do município de Porto da Folha, no Semiárido brasileiro.

Mapa 2 – Localização geográfica do município de Porto da Folha, Sergipe



Fonte: Adaptado pela autora do Mapa de Delimitação do Semiárido Brasileiro da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)³ e Mapa do Alto Sertão Sergipano do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017, p. 16)

No que se refere à ocupação das terras e da origem da população do Sertão, o historiador Silva (1981) afirma que Porto da Folha é o núcleo mais antigo de povoamento do Sertão do São Francisco. O autor relata sobre o fracasso da iniciativa de povoamento no século XVII, através da distribuição de sesmarias junto à margem direita do São Francisco, visto que os catungais do São Francisco surgem como um local de abrigo para os brancos livres, caboclos que lá se localizaram, de sobrevivência para as tribos Jes e Caraíbas e de refúgio para os negros fugidos. Assim, os índios e os negros foram os responsáveis por impedir o avanço dos rebanhos e pelo fato de as doações de sesmarias não terem efetivamente conseguido ocupar a região.

Assim, o Alto Sertão sergipano é um território predominantemente rural, composto em sua grande maioria por agricultores e agricultoras familiares, mas que também é formado

³ Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/mapa-semiarido-1262municipios-sudene-pdf/view>. Acesso em: 03/10/2019.

por famílias assentadas e de pescadores, duas comunidades quilombolas (sendo uma no município de Porto da Folha) e uma área indígena (Ilha de São Pedro, município de Porto da Folha), segundo Santos e Gois (2009).

No entanto, não se pode ignorar que as melhores terras às margens do São Francisco são ocupadas pelas fazendas de criação de gado, pois, segundo Moraes (2008), a pecuária extensiva penetrou o interior a partir das margens do São Francisco, e esta ocupação foi de grande interesse para os senhores de engenho.

Portanto, na região coexistem diferentes modos de vida, marcados por lutas e por formas de dominação que se apresentam de diversas maneiras nos vaqueiros, nos pescadores e nos camponeses. Historicamente, em Porto da Folha, a pequena produção parece ter precedido o latifúndio, sendo relatada a produção de gado vacum e cavalariço, de milho, de arroz, de mandioca, de feijão, de algodão e de fumo. No início do século XX, foi percebida a troca da produção de suínos por cabras e ovelhas. Observa-se também a deficiente dieta dos sertanejos de Porto da Folha, visto que a produção milho em 1858 foi menor do que de meio litro de milho por habitante ao ano (SILVA, 1981).

Ainda segundo o autor, o latifúndio não é o único elemento gerador da pobreza dessa região, que atinge ampla população e retrata a formação de um dos maiores bolsões de miséria do Brasil contemporâneo, pois esta foi fortemente marcada por prolongadas secas, fome, morte e banditismo, segundo estudos realizados até 1920 (SILVA, 1981).

Em 2010, o município de Porto da Folha possui uma população rural que representa 63,33% da população total do município, apresenta IDH de 0,568 e sua taxa de incidência de pobreza é de 56,71% da população (IBGE, 2010). Esse cenário demonstra a necessidade da atuação, simultânea, de políticas públicas e da construção de um ambiente propício ao protagonismo dos atores sociais locais para romper com essa preocupante realidade local.

É importante contextualizar que, a partir de 2003, com a institucionalização de políticas públicas, mulheres e o desenvolvimento territorial ganharam notoriedade, ocorrendo a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), enquanto que, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), se constituiu a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, e o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (FILIPAK, 2017; NOTAROBERTO, 2020).

Além disso, foram estruturadas políticas específicas para mulheres rurais, tais como: a titulação da terra conjunta obrigatória; o Programa Nacional de Documentação da

Trabalhadora Rural; a Política Setorial de ATER Específica para Mulheres; o crédito especial (Pronaf Mulher), dentre outras (SILIPRANDI, 2013).

O território do Alto Sertão sergipano implementou as políticas públicas “[...] em pontos de cultura, teatros, produção agroecológica, rádios comunitárias, entre outros espaços que as políticas públicas territoriais, de certa forma, alcançaram” (NOTAROBERTO, 2020, p.68). A autora observa ainda que “[...] as políticas públicas territoriais, com recorte na convivência com o Semiárido, também dialogaram e continuam a dialogar com os processos agroecológicos” (p.120).

Hora e Butto (2014, p. 13) analisam que

A partir de uma abordagem territorial, a estratégia de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário superou a concepção do meio rural como algo residual ou atrasado em relação ao meio urbano. O rural passou a ser concebido como espaço de produção, de vida e de sustentabilidade ambiental. Reconheceram-se as distinções entre os diferentes segmentos da agricultura familiar e o papel ativo destas populações na superação dos entraves ao desenvolvimento e buscou-se atuar no combate às desigualdades de gênero, geração, raça e renda ainda presentes no Brasil.

Mas o atual cenário expressa a diminuição e a descontinuidade das políticas públicas com enfoque territorial, as quais, a partir de 2016, com o rebaixamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), passam a “[...] congregam as seguintes pastas: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF); Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal [...]” (NOTAROBERTO, 2020, p.131). A autora aponta também uma considerável queda de recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) a partir de 2015.

Nesse sentido, Bozik *et al* (2019, p.10) analisam que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar hoje “[...] não foram extintas em sua totalidade, no entanto sofreram cortes significativos de orçamento [...] tais mudanças refletem disputas sobre [...] o rural enquanto um modo de vida, produtor e guardião de diversos bens materiais e imateriais, cede espaço para o rural forjado no empresarial, o agrobusiness”.

Portanto, destacamos a importância da atuação dos grupos sociais para o desenvolvimento regional frente às restrições socioambientais apresentadas no território do Alto Sertão sergipano, que conta com a “[...] presença de movimentos sociais, sindicais, entidades de apoio à reforma agrária e à pequena agricultura, associações comunitárias e de agricultores, cooperativas e conselhos municipais, [...]” (SANTOS; GOIS, 2009, p. 6). Para

exemplificar a execução dessas estratégias pelas ONGs, movimentos sindicais e sociais presentes nos territórios rurais, Jalfim *et al.* (2008, p. 23) afirmam que

[...] o Projeto Dom Helder vem estimulando e apoiando uma ação coordenada de assessoria técnica [...] A metodologia de assessoria pauta-se pela combinação do enfoque agroecológico com processos de aprendizagem baseados na geração participativa de conhecimentos e compreende planejamento participativo, formação de grupos de interesse, experimentações participativas, acesso a fundos de investimento social e produtivo e intercâmbio entre agricultores(as). Essa abordagem de trabalho, aliada ao arranjo territorial de assessoria técnica, vem possibilitando transformações no estado de segurança hídrica e alimentar, bem como na organização social das áreas de assentamentos e comunidades rurais [...].

Desse modo, apesar da região do Semiárido constituir-se um espaço com diversos limitantes, ainda apresenta inúmeras potencialidades a serem desenvolvidas, assim como se torna de grande importância a realização de mais estudos e a contribuição acadêmica para o desenvolvimento da região do Nordeste brasileiro.

2.2 A Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”

Inicialmente, torna-se importante contextualizar a formação histórica da associação, visto que, antes de se associarem, as mulheres formaram um grupo de aproximadamente 60 participantes que se reuniam com as freiras católicas da Missão da Divina Providência, com o intuito de fortalecer as mulheres e de melhorar as condições de vida das famílias rurais.

Assim, em 2007, 30 integrantes do grupo registraram a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, que atualmente é composta por 21 mulheres associadas, que exercem diversas atividades agrícolas e não agrícolas, observando os preceitos da agroecologia.

Nota-se uma acentuada variação no número de mulheres que participaram do grupo que formou a associação, visto que 60 delas se reúnem desde 2003. Destas, 30 mulheres formalizaram a associação em 2007. A partir daí, o número de associadas varia de 14 a 30 mulheres. Em 2018 estas passaram a contar com o trabalho de estagiários, fruto de um convênio da associação com o Colégio Agrícola de Poço Redondo, Sergipe, totalizando seis estagiárias e um estagiário.

A coordenadora da Associação de Mulheres relata que essa variação no número de integrantes decorre, principalmente, de fatores cotidianos, como a mudança de algumas associadas para outras cidades, o envelhecimento de algumas fundadoras e seu afastamento por motivos de doença ou por morte. Mas outras mulheres acabam por deixar o grupo nos

momentos em que não são contempladas com os benefícios dos projetos.

Outra questão importante foi que, durante os encontros para a definição do estatuto e da política institucional de atuação da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, o grupo inicial, de 60 mulheres, se dividiu naturalmente de acordo com os interesses comuns, o que levou na mesma época à formação de outras associações, cujos integrantes detinham como objetivo acessar benefícios financeiros, segundo relato das atuais coordenadoras da Associação de Mulheres.

Além de apreciar a trajetória da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” desde a sua formação, é importante conhecer a estrutura da instituição, assim como as atividades desempenhadas por suas integrantes.

A organização institucional da Associação de Mulheres é constituída pelo Conselho Fiscal, que é um órgão consultivo formado por três conselheiras; por assembleias ordinárias e extraordinárias, que têm caráter deliberativo; e pela administração da associação, que é composta pela coordenação administrativa e pela vice-coordenação; tesoureira e vice-tesoureira; primeira e segunda secretárias. A cada dois anos é realizada a eleição das gestoras e do Conselho Fiscal.

Atualmente, existe na área (de um hectare) da associação uma sede de alvenaria com espaço para realização de reuniões e cursos, uma cozinha comunitária e um espaço para a estocagem de: geleias, doces em compota, balas e pickles em conservas. Já na área externa à sede de alvenaria, existem duas cisternas, uma área utilizada para o cultivo de hortaliças, um viveiro de mudas e um espaço com minhocário para a produção de adubo orgânico. Existe, também, três hectares de uma das mulheres associadas, que, por meio de contrato de comodato, foram destinados à atividade de apicultura e à estocagem do banco de sementes crioulas da associação.

2.2.1 Quem são as integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”?

Este tópico tem por finalidade caracterizar o sujeito a ser estudado (VOLPATO, 2015). Os dados coletados sobre as mulheres integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” serão descritos com base nas informações da pesquisa documental, de análise e na tabulação das fichas cadastrais de todas as associadas, disponibilizadas pela associação em 2019, em especial pelas coordenadoras. O intuito da obtenção dessas informações foi fazer uma descrição da trajetória dessas mulheres rurais na associação, com sua faixa etária, o estado civil, a escolaridade, a profissão e o local de origem destas.

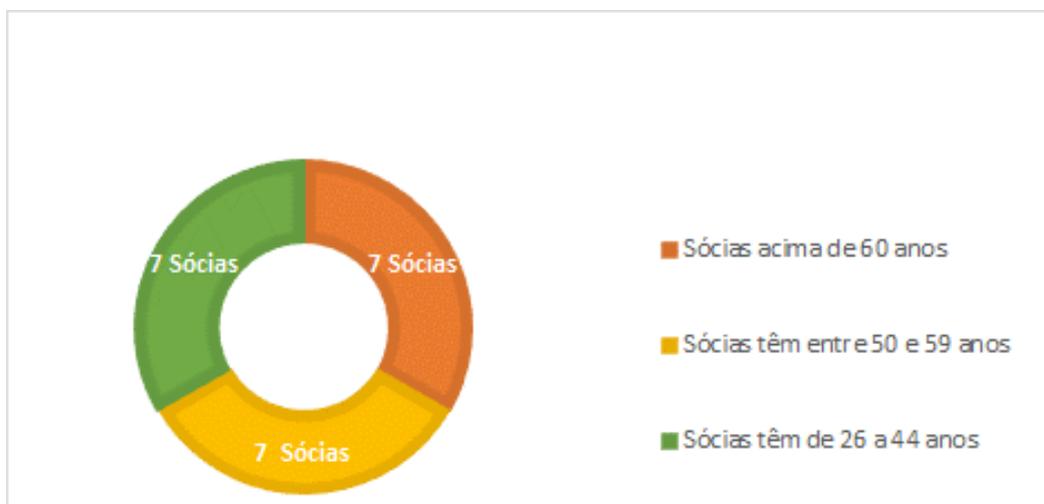
Ressalta-se que, das atuais 21 sócias, nove optaram por formalizar o associativismo desse grupo de mulheres rurais no Sertão de Sergipe, sendo que sete destas têm experiência de 16 anos com a organização coletiva das mulheres, pois se reúnem desde 2003; três ingressaram na instituição entre 2009 e 2011; quatro mulheres são sócias desde 2012; e cinco sócias ingressaram em 2018.

Analisando as fichas cadastrais, percebe-se um perfil heterogêneo no grupo de mulheres rurais associadas. A grande maioria das sócias são sertanejas, 11 associadas são de Porto da Folha, Sergipe, e oito sócias são naturais de seis municípios do Sertão de Alagoas, sendo apenas uma nascida em Aracaju, capital de Sergipe, e outra em Arapiraca, no Agreste alagoano.

Em relação ao local de residência, 19 associadas residem atualmente no município de Porto da Folha, sendo que cinco residem em suas propriedades rurais, e 14, no Povoado de Lagoa da Volta, enquanto duas estão morando em Nossa Senhora da Glória, próximo à capital do estado de Sergipe, para cursar faculdade de Engenharia Agrônômica. Em relação ao estado civil, a grande maioria das mulheres rurais associadas é casada; apenas duas associadas são solteiras, e duas são viúvas. Observou-se ainda que a média de filhos por mulher associada fica em torno de 3 (considerando que o número de filhos por mulher da associação varia de 0 a 9 filhos).

Em 2019, as mulheres associadas possuíam idades que variavam de 26 a 69 anos, sendo que um terço das sócias são idosas, conforme o Estatuto do Idoso, a Lei n. 10.741 de 1º de outubro de 2003 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Faixa etária das integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Observa-se que a faixa etária das associadas pode impactar diretamente na produtividade, visto que um terço das mulheres têm menos de 50 anos e duas destas, atualmente, não moram em Porto da Folha, o que influencia na mão de obra disponível para o trabalho agrícola.

Na ficha cadastral, a maioria das mulheres, 13 sócias, está cadastrada na ocupação de agricultora, mas há registro, também, de ocupações como servidoras públicas – cinco sócias – e outras como aposentadas ou donas de casa, mas deve-se considerar que todas elas desenvolvem atividades na associação.

Um dado que chama a atenção é que todas as mulheres associadas são alfabetizadas, sendo que duas possuem Ensino Superior, duas estão cursando faculdade, e sete possuem Ensino Médio completo. Importante ressaltar que sete sócias acresceram o número de anos de estudo após ingresso na associação.

Já no que se refere à ocupação em cargos de gestão na associação, segundo as fichas cadastrais, 10 associadas nunca ocuparam cargos na gestão da associação, e 11 já desempenharam cargos de coordenadora, de vice-coordenadora, de tesoureira, de secretária ou de conselheira.

Outro ponto importante refere-se à propriedade das unidades produtivas. Observou-se que duas associadas têm a posse da terra, enquanto que em 13 propriedades rurais, a posse da terra pertence ao casal; duas associadas trabalham nas terras da mãe (que também é sócia); em outra, a posse da terra pertence ao irmão, e, por fim, três associadas só trabalham nas terras da associação (duas destas são funcionárias públicas). O tamanho médio das 15 propriedades das mulheres associadas é de aproximadamente 11,27 hectares, mas observa-se que sete unidades produtivas têm menos que 5 hectares, e apenas três têm área maior a 25 hectares.

Ressalta-se ainda que as mulheres inseridas na Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” exercem diversas atividades produtivas, tanto agrícolas, enquanto agricultoras, quanto não agrícolas, com a comercialização da produção ou a gestão das atividades da associação.

2.3 Procedimentos metodológicos

Este trabalho possui como universo de pesquisa a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, localizada no povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, no Alto Sertão do estado de Sergipe, totalizando 21 mulheres rurais que, atualmente, compõem a associação que hoje é uma referência agroecológica no Semiárido sergipano.

Como questão central, este trabalho buscou identificar a influência do associativismo no modo de vida das mulheres rurais que participam da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” e compreender os processos decisórios e a gestão dos recursos no ambiente em que estão inseridas. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

A construção teórica da pesquisa baseou-se na análise dos processos decisórios e das relações de gestão das propriedades rurais familiares, principalmente a autogestão das mulheres rurais, observando os limites e as potencialidades descritos na teoria, especificamente, no que se refere à influência do associativismo no modo de vida das mulheres rurais associadas. Ou seja, esta parte refere-se ao estado da arte da pesquisa executada que norteou as análises das informações coletadas no trabalho de campo.

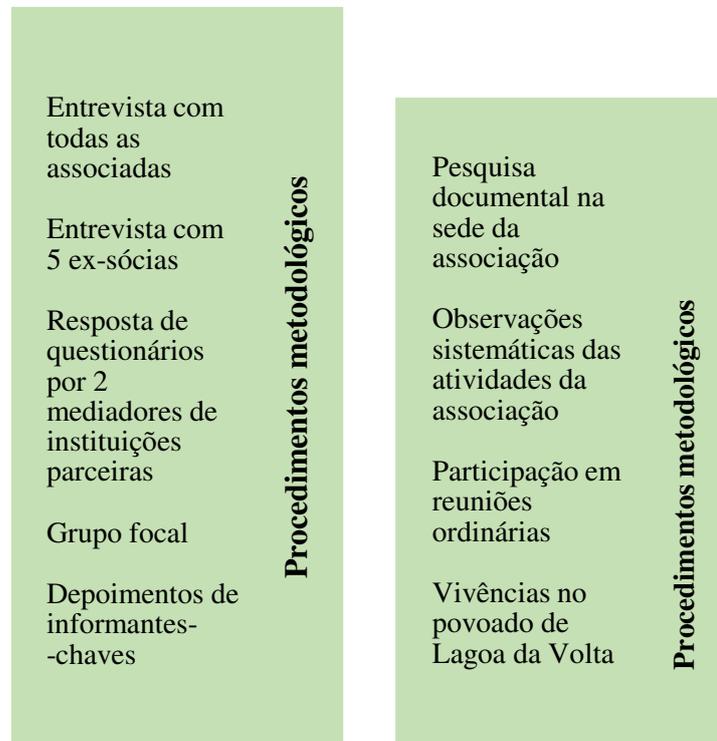
Como fundamentos-chaves no desenvolvimento desta pesquisa, tem-se as discussões teóricas sobre: agricultura familiar de base camponesa; gestão das propriedades rurais familiares; associativismo no meio rural; economia solidária; autogestão; modo de vida das mulheres rurais sertanejas; autonomia e empoderamento das mulheres rurais; e aspectos sociais da agroecologia.

Para conhecer e coletar informações sobre a organização coletiva das mulheres rurais participantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, foi realizado: **(1)** observação sistemática com registro escrito, fotográfico e de áudio na sede da associação, na residência das associadas e na vivência no povoado de Lagoa da Volta; **(2)** anotações no diário de campo; **(3)** participação em reuniões ordinárias da associação; **(4)** depoimentos de informantes-chaves; **(5)** pesquisa documental na sede da associação, com cópia das fichas cadastrais de todas as sócias e registro fotográfico de outros materiais de interesse, como livros nos quais as mulheres têm participação e documentos utilizados para o controle e os registros administrativos; **(6)** entrevistas estruturadas com questões abertas e fechadas com todas as mulheres rurais participantes da associação em 2019; **(7)** entrevistas estruturadas com questões abertas e fechadas com cinco mulheres, indicadas pelas sócias, que deixaram de participar da associação; **(8)** aplicação de questionários com questões abertas e fechadas, respondidos por e-mail por 2 técnicos, depois de tentativas de falar pessoalmente com alguns técnicos de instituições parceiras indicados pelas gestoras da associação; e **(9)** condução de grupo focal com temas norteadores (BACKES *et al.*, 2011; GIL, 2009; MARTINS, 2008; MARCONI; LAKATOS, 2005; WHITAKER, 2002; RICHARDSON, 1999).

A Figura 1 ilustra os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados durante a pesquisa de campo realizada com as mulheres rurais que se desligaram da associação,

com as atuais integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, bem como com técnicos das instituições parceiras da associação, no município de Porto da Folha, no estado de Sergipe, em 2018 e 2019.

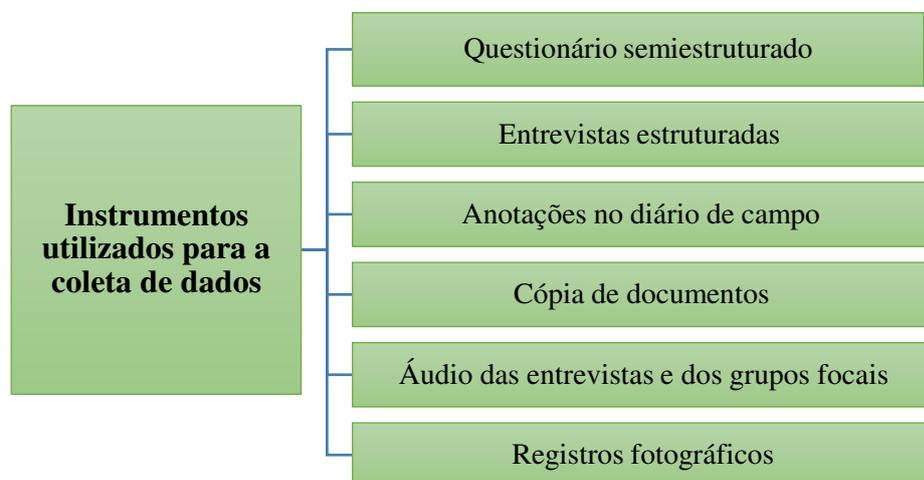
Figura 1– Procedimentos realizados na pesquisa de campo, Sergipe, 2018/2019.



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Enquanto a Figura 1 expõe os procedimentos realizados durante a pesquisa de campo, a Figura 2 apresenta os instrumentos utilizados para a coleta dos dados.

Figura 2 – Instrumentos utilizados na pesquisa de campo, Sergipe, 2018/2019.



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A primeira etapa do trabalho de campo, a caracterização das associadas, iniciou-se em 2018 e se deu a partir da pesquisa e da análise documental das fichas cadastrais de todas as integrantes da associação. Essas fichas foram elaboradas pela pesquisadora e pelas coordenadoras da associação a partir da demanda da instituição em atualizar e organizar os dados sobre o perfil das sócias, as informações acerca da posse da terra e as características sobre o sistema produtivo da propriedade de cada mulher associada

Na tarde de 1º de abril de 2019, participei da assembleia mensal ordinária da associação (Foto 1), realizada no povoado de Lagoa da Volta, ocasião em que pude acompanhar a apresentação e a discussão dos pontos de pauta propostos. Oportunamente, convidei as 21 sócias a participarem da nova pesquisa, em 2019, visto que a pesquisadora manteve contato, em 2015, com nove das atuais sócias. As sócias que ainda não tinham preenchido a ficha cadastral foram convidadas a entregá-las na associação.

Foto 1 – Assembleia ordinária da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, em abril de 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

No final da reunião (Foto 2), tive a oportunidade de expor a publicação dos resultados da pesquisa realizada com as mulheres da associação em 2015, em formato de artigos, uma dissertação, intitulada: “Mulheres Empoderadas – Uma experiência de Gestão no Sertão Nordestino”, defendida no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural na UFSCar – Araras/SP, em 2016, bem como a apresentação de trabalhos científicos de 2015 a 2018. Foi importante para as sócias conhecerem o trabalho de pesquisa que está sendo realizado.

Foto 2 – Apresentação dos trabalhos acadêmicos resultantes da pesquisa realizada em 2015, na Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, em Porto da Folha, Sergipe, em abril de 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Observa-se que ter explicado sobre os trabalhos científicos que foram elaborados permitiu uma maior receptividade e abertura das sócias para a realização de entrevista individual e para a concretização de entrevista em grupo focal.

Imediatamente, após exibir os objetivos da pesquisa de campo, foi apresentado o termo de livre consentimento e solicitada a autorização das mulheres para a gravação do áudio das entrevistas e do grupo focal. Nessa mesma data, foram iniciadas as entrevistas individuais com as mulheres associadas, de acordo com os horários e os locais convenientes para as sócias, visto que a entrevista é uma importante técnica utilizada para coleta de dados, pois uma conversação face a face proporciona a obtenção de informações do entrevistado, essenciais ao desenvolvimento da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2005).

Portanto, no período de abril a setembro de 2019, foram realizadas entrevistas individuais estruturadas, com questões abertas e fechadas (MARCONI; LAKATOS, 2005), com todas as 21 mulheres rurais que atualmente integram a associação. Assim, com o objetivo de coletar dados por meio da percepção das mulheres associadas, foi criado um roteiro de entrevista que buscasse informações sobre: (i) o grau de participação de cada sócia nas atividades da associação e se há engajamento na gestão da instituição; (ii) observar se o tempo e o desempenho de cargos de gestão na associação são um diferencial para a compreensão e a apropriação das ferramentas de gestão; (iii) identificar, junto às associadas, quais integrantes são apontadas como mulheres que as representam na associação (informantes-chave da

associação); e (iv) constatar possíveis alterações no modo de vida das mulheres rurais após se engajarem na associação, inclusive no que se refere às relações sociais e familiares, como a divisão de tarefas e a tomada de decisão no âmbito familiar.

Em 2 setembro de 2019, a coleta de dados foi realizada através de grupo focal (Foto 3), visto que esse procedimento “[...] é um tipo de entrevista em profundidade realizada em grupo, que privilegia a observação e o registro de experiências e reações dos participantes [...]” (GIL, 2009, p. 83). Nesse sentido, o grupo focal também é “[...] útil quando existem diferenças de poder entre participantes e profissionais ou gestores [...] ou ainda quando interessa investigar o nível de consenso sobre um dado tópico[...]” (SAMPAIO *et al*, 2006, p. 67).

Portanto, essa técnica permitiu a interação espontânea do grupo de mulheres rurais que integram a associação, assim como a problematização dos temas a serem pesquisados. Esse processo de discussão temática gerada pelo grupo foi observado e registrado pela moderadora, proporcionando informações acerca do que as mulheres pensam e, também, sobre o que sentem e como agem (MARTINS, 2008; GIL, 2009; BACKES *et al.*, 2011).

Observa-se que todas as associadas estão inseridas em um contexto social comum. Assim, todas foram convidadas a participar dos grupos focais propostos, mas na data e no horário previamente agendados para realização desses encontros (tarde do dia 2 de setembro de 2019, na sede da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”), compareceram 13 sócias.

Foto 3 – Grupo focal realizado na sede da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, em setembro de 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

No início da tarde, após apresentar a dinâmica e agradecer a participação de todas, a mediadora iniciou a discussão do primeiro grupo focal inserindo questões sobre a forma de gestão (ou autogestão) utilizada pelas mulheres rurais participantes da associação, de modo a verificar quais os processos e os instrumentos de gestão utilizados pelas associadas na instituição e analisar como se estabelecem as relações de tomada de decisão de autogestão dos recursos endógenos. Concluídas essas questões, a pesquisadora agradeceu a participação de todas e as convidou para um lanche com café, biscoitos e bolos.

Após a pausa para o café, foi iniciado o segundo grupo focal. Assim, foram colocadas em discussão as questões referentes à organização coletiva das mulheres, à influência dos mediadores na associação, a questões de gênero e possíveis alterações no modo de vida das mulheres e à influência da agroecologia nas relações sociais desse grupo de mulheres. Após 2 horas e 15 minutos, foi concluída a dinâmica desse grupo focal, momento em que a pesquisadora novamente agradeceu a presença e a participação de todas.

Durante todo o período da pesquisa de campo, e em determinados momentos da tabulação, da análise dos dados e da redação da tese, foi realizado contato, através de redes sociais, com algumas informantes-chaves da associação para o esclarecimento de dúvidas ou para complementar informações necessárias a uma melhor interpretação dos dados coletados.

Entre os meses de abril e setembro de 2019, também foram realizadas entrevistas individuais estruturadas, com questões abertas e fechadas, com 5 mulheres que saíram da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”. Essas entrevistas foram realizadas com o intuito de verificar os motivos que as levaram a não mais participarem dessa organização e, também, para que relatassem a sua percepção em relação à gestão da associação.

Nesse contexto, é importante apresentar o perfil das ex-sócias entrevistadas. Os dados da pesquisa apontam que todas as mulheres entrevistadas são de origem rural, sendo que 3 são naturais do Sertão de Sergipe, uma do Sertão de Alagoas e uma do Agreste sergipano. A idade das entrevistadas varia de 28 a 69 anos, com diferentes níveis de escolaridade, que vão desde o Ensino Superior completo a não alfabetizada. Uma delas é servidora pública e trabalha como agente de saúde, e as demais entrevistadas são agricultoras e trabalham na propriedade rural, conforme pode-se observar no Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil das mulheres que deixaram a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Ex-Sócias	Idade em 2019	Escolaridade	Ano de Ingresso na Associação	Ano de Saída da Associação	Atividade Produtiva que Desempenha na Associação	Cargo de Gestão Exercido	Local de Trabalho	Autodenominação	Fontes de Renda	
									Entrevistada	Outros Membros da Família
Cacto	63	Não alfabetizada	Fundadora	2009	Catando pedra, arado e plantava horta	Não	Estabelecimento Rural	Agricultora Familiar	Agricultura e Aposentadoria	Aposentadoria
Canafistula	47	Fundamental completo	2013	2016	Bala, horta	Não	Estabelecimento Rural e em casa	Trabalhadora Rural	Bolsa Família	Firma
Madiba	28	Superior completo	2015	2017	Bala, geleia, compotas e horta	Não	Estabelecimento Rural e na Prefeitura	Agricultora	Prefeitura	Agricultura, Pecuária e Serviços Gerais
Crisântemos	33	Ensino médio completo	2014	2016	Horta	Conselho Fiscal	Agente de Saúde	Servidora Pública	Prefeitura	Agricultura
Catingueira	69	Fundamental incompleto	Fundadora	2018	Horta, canteiro, balas, geleias e apicultura	Conselho Fiscal	Estabelecimento Rural	Agricultora Familiar	Agricultura e Aposentadoria	Agricultura e Aposentadoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Dentre as características das ex-integrantes da associação apresentadas acima, percebe-se que duas entrevistadas foram fundadoras da associação, sendo que uma delas saiu da instituição em 2009 e a outra permaneceu na associação até 2018; enquanto duas entrevistadas permaneceram na Associação de Mulheres por dois anos, e uma foi sócia por um ano. Nota-se, também, que duas ex-integrantes da associação participaram da gestão da instituição, exercendo o cargo de conselheiras (Conselho Fiscal), e as outras três entrevistadas não exerceram cargo de gestão na Associação de Mulheres.

Dados socioeconômicos de Porto da Folha revelam que a média é de três moradores por residência, e conforme as informações apresentadas no Quadro 1, observa-se a prática da pluriatividade no que concerne às atividades laborativas e à fonte de renda familiar de todas as mulheres entrevistadas. Isso se dá porque as famílias rurais das entrevistadas possuem renda monetária advinda tanto das atividades agrícolas como das atividades não agrícolas.

Em uma outra etapa da pesquisa, foram ouvidas as entidades parceiras da associação. Essa fase teve como finalidade verificar a influência e o papel exercidos por instituições externas na formação, na organização e nos processos decisórios da Associação de Mulheres.

Assim sendo, entrou-se em contato com quatro extensionistas que trabalham em duas instituições que já prestaram assistência técnica ou têm alguma parceria com a associação estudada. Esses contatos foram indicados pelas gestoras da associação.

Entre os meses de junho e setembro de 2019, houve várias tentativas para a realização de entrevistas com os extensionistas, mas por motivos de agenda de trabalho, todos

solicitaram responder o questionário através de correio eletrônico. Assim, utilizou-se como instrumento para a coleta de dados um questionário constituído de nove perguntas abertas sobre a experiência de trabalho da instituição junto à Associação de Mulheres, além de perguntas que nos permitissem traçar um perfil dos informantes e do órgão parceiro (MARCONI; LAKATOS, 2005; OLIVEIRA, 2016; RICHARDSON, 1999).

Desses contatos, nos meses de agosto e setembro de 2019, as perguntas foram respondidas por escrito por dois informantes pertencentes a instituições parceiras da Associação de Mulheres.

Segundo dados da pesquisa, observa-se que o informante “A”, desde 2011, presta assessoria técnica para a Associação de Mulheres, via Projeto Dom Helder Câmara, e atualmente mantém contato com a associação exercendo trabalho voluntário no que diz respeito ao acompanhamento técnico. Este é nascido em Aracaju/SE, tem 36 anos, a família é de origem rural, é biólogo e tem formação técnica em Agricultura. Atualmente é coordenador de projetos no CDJBC, onde trabalha desde 2011. O Centro de Assessoria e Serviços aos/às Trabalhadores/as da Terra Dom José Brandão de Castro – CDJBC é uma Organização da Sociedade Civil que há 24 anos atua em todo território do estado de Sergipe e presta assessoria técnica à Associação e Mulheres desde 2003.

Contudo, ressalta-se que o Projeto Dom Helder Câmara – PDHC é uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Nordeste que detinha como objetivo o “desenvolvimento de ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável preferencialmente no Semiárido, embasado no conceito de convivência com a seca [...]”, em Sergipe (EMDAGRO, 2018, on-line). Observa-se que através do projeto Dom Helder Câmara foram realizadas parcerias com organizações da sociedade civil para execução de diversas ações, como, por exemplo, o Biodigestor ou o Programa de Produção Agroecológica e Segurança Alimentar – Prosa, que foram desenvolvidos com assessoria do CDJBC.

A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro) está vinculada à Secretaria de Agricultura e presta serviço de assistência técnica e extensão rural no estado há 50 anos, segundo o informante “B”. A instituição atua junto às mulheres rurais desde a criação do “grupo de interesse”, em 1988, mas hoje executa atividades “apenas em situações esporádicas, quando da aplicação de políticas públicas”. Segundo as coordenadoras da associação, estas conhecem o informante “B”, que é extensionista, de longa data, porém a parceria com a Emdagro iniciou-se em 2003, inclusive com a doação do kit de irrigação, que até hoje é utilizado na área de produção da associação.

O informante “B” é extensionista rural na Emdagro desde 1986; é nascido em Porto da Folha/SE, tem 53 anos, é de origem rural e técnico em Agropecuária, além de possuir Licenciatura em Letras e Pós-graduação em Educação Ambiental.

Por fim, vale ressaltar a necessidade de diversos depoimentos das gestoras da instituição, que foram apontadas como informantes-chave por 20 das atuais 21 sócias e quatro das ex-sócias entrevistadas, a fim de esclarecer algumas dúvidas e curiosidades que apareceram no decorrer da redação desta pesquisa. Acrescente-se a isto a contribuição metodológica da utilização do diário de campo, dos registros fotográficos durante todo percurso da pesquisa, do mesmo modo que a contribuição da técnica de observação sistemática para a coleta e a análise de informações, dados e evidências sobre os fenômenos observados acerca dos objetivos propostos nesta pesquisa, para melhor compreensão da realidade vivenciada pelas mulheres associadas (MARCONI; LAKATOS, 2005; GIL, 2009; MARTINS e THEÓFILO, 2009).

2.4 Forma de análise dos resultados

Para a análise dos resultados, optou-se pelas abordagens quantitativa e qualitativa, com preponderância desta última, pois trabalhou-se “[...] com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e, também, com a compreensão das estruturas e das instituições como resultado da ação humana objetiva [...]” (MINAYO, 1998, p. 24).

A análise dos dados se iniciou desde as primeiras observações e consistiu-se em classificar, estabelecer categorias analíticas, tabular, codificar dados, análise estatística, interpretação, exame das informações e opiniões (GIL, 2009; MARTINS, 2008). Os resultados apresentados neste trabalho estão expostos através de textos narrativos, quadros, tabelas, gráficos, figuras, mapas, fotos, trechos das falas dos entrevistados e das mulheres rurais (MARTINS; THEÓFILO, 2009).

É importante ressaltar que foram realizadas as transcrições dos áudios das entrevistas individuais com todas as 21 integrantes da Associação de Mulheres e com cinco mulheres que não fazem mais parte da instituição, assim como as falas das sócias durante os grupos focais. Com o objetivo de preservar a identidade das entrevistadas, foram utilizadas espécies de flores no lugar de seus nomes (RICHARDSON, 1999; WHITAKER, 2002).

O conjunto de técnicas e dos procedimentos metodológicos utilizados permitiu a realização da análise dos dados coletados na pesquisa de campo, visto que o estudo analisou diversas fontes internas e externas à instituição pesquisada, ao tempo que os dados resultantes foram analisados e confrontados com o referencial teórico acerca das temáticas aqui tratadas (SILVA et al, 2005; GIL, 2009; MARTINS, 2008).

Assim, observa-se que as abordagens quantitativa e qualitativa foram fundamentais na construção desta pesquisa e proporcionaram uma base contextual mais rica para a interpretação e a validação dos resultados (MARTINS; THEÓFILO, 2009)

3 RELAÇÃO DE TRABALHO E VIDA COM A TERRA

Este trabalho considera o meio rural enquanto lugar de vida, de trabalho e de sociabilidade para as famílias rurais, onde se desenvolve uma “sociedade de interconhecimento” que “ultrapassa os laços familiares e de parentesco”, o que leva à compreensão da importância da propriedade familiar da terra para o camponês, conforme pode-se observar na luta dos camponeses pela posse da terra para se libertarem das servidões coletivas apresentadas na história agrária (MENDRAS, 1984; WANDERLEY, 1996).

Nesse sentido, Sauer (2010, p. 43-44) aponta os camponeses como sujeitos sociais e autores da sua história, que através das interações sociais das diferentes biografias, constroem um espaço de reivindicação da sociedade na busca por um lugar de vida, trabalho e cidadania, e relata que

No contexto da globalização, a luta pela terra materializa a luta por um lugar, buscando melhores condições de vida (cidadania) e transformando as conquistas em processos de apropriação de territórios, ou seja, em reterritorializações [...]. Este protagonismo representa também um processo pedagógico que transforma as pessoas em atores e sujeitos das suas próprias biografias. Isso faz dessa luta um movimento moderno que permite releituras e consolidação de novos valores no meio rural, o que não dilui diferenças, mas estabelece novas inter-relações entre campo e cidade.

Dessa forma, observa-se que a relação do camponês com a terra não se restringe a um meio de produção, mas se reflete no modo de vida e de trabalho das famílias rurais. Bergamasco e Norder (2003, p. 20), portanto, reafirmam que “[...] a luta pela terra não era uma luta por qualquer terra, mas a luta pelo espaço rural com maior capacidade de uso; uma luta pelo estabelecimento de relações sociais que superassem a denominação realizada pelo latifúndio; uma luta por outro modelo de desenvolvimento rural [...]”. Mas, historicamente, essas lutas “[...] se expressam por meio de estratégias da posse precária da terra, da migração, da venda da própria força de trabalho e da prática de uma agricultura itinerante [...]” (WANDERLEY, 2003, p.57).

No que concerne à busca de uma terra para a família, Wanderley (1996, p.13) destaca as situações da mobilidade como resultante da pressão direta da grande propriedade e da migração para a fronteira, sendo este segundo processo

[...] observado como um traço comum entre os camponeses brasileiros. O que parece à primeira vista como ausência de vínculo no território familiar e comunitário de origem significa, na verdade, a possibilidade de constituição – ou reconstituição – do patrimônio familiar camponês, mesmo que seja em um lugar distante.

Desse modo, a propriedade rural é tida como um lugar de trabalho da família, visto que este está incorporado ao modo de vida das famílias rurais, mesmo que, no Brasil, haja uma oferta sazonal de contratação de mão de obra assim como ocorre a oferta de trabalho a terceiros, sendo que “[...] a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar [...]”, segundo Wanderley (1996, p.13).

Sobre a constituição do campesinato no Brasil, Wanderley (1996, p.15) afirma que o restrito e dificultoso acesso à terra teve como principais consequências “[...] a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial”. Do mesmo modo que Souza-Esquerdo *et al* (2013, p.21) apontam que “a estrutura fundiária brasileira altamente concentrada, com práticas de monoculturas voltadas à exportação, aliada a uma lentidão para a realização da reforma agrária, perpetua a situação da pobreza no meio rural, agravando o quadro de Insegurança Alimentar e Nutricional”.

Observa-se que, ainda hoje, a agricultura familiar guarda “[...] muito de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que ‘enfrentar’ os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileiras, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1996, p.15). Portanto, este estudo considera as categorias de agricultor familiar e de camponês como análogas, visto que o agricultor familiar “[...] sem apoio, ele conta, como qualquer camponês, apenas, com suas próprias forças, de trabalhadores da terra [...]” (WANDERLEY, 2010, p. 32).

Assim, Wanderley (2009a, p.44) considera que “[...] os agricultores familiares, em sua grande diversidade, têm feito sua parte: acumularam em sua história experiências virtuosas com o trato da terra e da água, foram capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vista, conquistaram aliados para suas causas e aprenderam a dialogar com instituições as mais diversas”.

Nesse contexto, Leff (2006, p. 240-241) expõe que é a partir do conjunto de processos sociais existentes no rural “[...] que se entrelaçam as relações entre as formações teóricas e ideológicas, a produção de saberes e conhecimentos, a organização produtiva e as práticas sociais induzidas pelos valores do ambientalismo – orienta as ações para construir uma nova racionalidade social para transitar a uma economia global sustentável”.

Percebe-se, então, que a organização dos processos produtivos dos camponeses e das camponesas tende a incorporar as premissas da agroecologia, visto que estas buscam “[...] construir uma estratégia reprodutiva que contemple simultaneamente a obtenção de uma melhoria das condições social, econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais que, por sua

vez, se traduz em uma melhoria na qualidade de vida para os agricultores e para sua família” (BARBOSA, 2013, p. 112).

Nesse contexto, a agroecologia abre espaço para a construção de uma lógica reprodutiva socioeconômica no ambiente rural mais atreladas às particularidades e às características das famílias rurais, dos grupos sociais e dos territórios. Desse modo, a agroecologia pode constituir-se uma alternativa para o ambiente rural à medida que proporciona elementos que podem gerar um ambiente propício para a melhoria das condições de vida das famílias rurais, pois tem como lógica o uso eficiente dos capitais existentes nas unidades produtivas.

Dessa forma, os agricultores familiares organizam seus agroecossistemas de acordo com os recursos disponíveis no *locus* de produção. Portanto, a agroecologia tende a viabilizar a reprodução socioeconômica das famílias rurais, mesmo em territórios que possuem diversas restrições ecológicas e limitantes sociais e econômicos, como é o caso da região do Alto Sertão sergipano.

A agroecologia, por outro lado, se constitui um elemento que fomenta a organização social coletiva, a troca de saberes e a sociabilidade entre os agricultores e as agricultoras, além de proporcionar maior inclusão social, econômica e produtiva das mulheres rurais, pois

as mulheres afiliadas ao projeto de vida na agroecologia, com a diversidade de cultivos e atividades, agregam, na geração de renda, parte do valor, não apenas monetário, mas também de prestígio relativo, no sentido de que recolocam, nos diversos espaços, “produtos” originários de seus saberes. Os pães, as bolachas, as geleias, os congelados, todos esses produtos contribuem nos projetos de vida, gerando renda, e, na dimensão da produção, ocupam outros espaços, valorizados por constituírem o universo de diversificação nas UPVFs, momento em que surgem novos horizontes de produção, trabalho e identificação por parte das mulheres (HENN, 2013, p. 82).

Os estudos acerca das questões da inclusão das mulheres rurais nos espaços econômicos, de decisões e produtivos são de extrema importância, pois

[...] De fato, a organização do trabalho na agricultura familiar, fortemente marcado por um viés de gênero, destina ao homem o espaço da produção e da gestão da propriedade. Dessa forma, as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver ou se interessar por essas questões. Assim, em muitos casos, as moças parecem aceitar como natural o fato de o sucessor ser um irmão [...] (STROPASOLAS, 2011, p. 27).

A agricultura voltada unicamente para a obtenção de lucro, na qual a produção é tratada como mercadoria, tem incidido negativamente na vida das mulheres, pois restringe a sua relação com a terra e ignora os saberes históricos das mulheres, enquanto inventoras da

agricultura, que vêm sendo transmitidos de geração em geração (PAULILO, 2016b; LÉON, 2003). Nesse sentido, destaca-se a prioridade das mulheres com a segurança alimentar das famílias como sendo algo nato ao modo de vida adotado pelas agricultoras, como observa Paulilo (2016b, p. 379): “[...] é camponesa a mulher que cultiva sem agrotóxico, [...] a mulher que faz resgate de sementes crioulas e busca produzir grande parte dos alimentos consumidos na propriedade [...]”.

No que se refere à organização da produção e à inclusão das mulheres na gestão das atividades produtivas, nota-se uma compatibilidade do modo de vida adotado pelas mulheres com as premissas da cooperação vislumbradas pela economia solidária. Assim, a organização social das famílias rurais, em especial das mulheres, em associações, cooperativas e outros grupos autogestionários mantém a autonomia camponesa, conforme estudos apresentados por Chayanov (1986, 2017), Abramovay (1992), Singer (2002), Carvalho (2014), entre outros, que “[...] reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua tentativa de autogeração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13-14).

Desse modo, vem se percebendo que a visibilidade e a participação de mulheres nos movimentos sociais de organizações coletivas vêm ganhando espaço, principalmente, nos assuntos relacionados às necessidades de transformações sociais em ambientes vinculados à agricultura ecológica e a grupos de agricultores familiares. Esses processos organizativos de mulheres têm mostrado mudanças significativas na vida das agricultoras no âmbito da produção, nas relações sociais, na família e consigo mesmas, pois nesses grupos as agricultoras se apresentam como protagonistas na construção da sua própria categoria política e social, assumindo acrescidas responsabilidades familiares e coletivas (HENN, 2013; SAID *et al*, 2015).

Observa-se, assim, a importância da organização coletiva dos agricultores familiares e, principalmente, o processo ativo de participação das mulheres rurais nesses processos ligados ao cooperativismo. Mas é importante vislumbrar o papel dos mediadores nos processos de construção das instituições, neste caso, da Associação das Mulheres, e em alguns momentos sobre a compreensão dos processos de transição da agricultura convencional para a agroecologia.

Nesse sentido, Neves (1998) apresenta uma crítica ao esquema tradicional da mediação, no qual há uma imposição da transmissão de um conhecimento não integrador e autoexcludente, formado através de determinações sociais e culturais restritas. Assim, Neves sugere pensar como recurso para a mediação dos técnicos a pedagogia de Paulo Freire, pela sua

proximidade com a agroecologia, especialmente no viés da conscientização social e política, pois contempla diálogo de saberes, a (re)construção coletiva de conhecimentos pertinentes e libertadores com a intenção de autonomia e o protagonismo dos sujeitos.

Diante desse contexto, se observa o modo de vida das famílias rurais, em especial, a relação das mulheres sertanejas com o trabalho, a vida com a terra e a possibilidade de inclusão socioprodutiva por meio do associativismo. Assim, os próximos tópicos descrevem a construção da associação, a trajetória percorrida pelas associadas no processo de organização social das mulheres e apresenta a participação dos mediadores na formação da associação, segundo a óptica narrada pelas associadas. No segundo momento, é apresentada uma análise sobre as mudanças ocorridas na unidade produtiva das associadas e a influência da agroecologia nas relações sociais desse grupo de mulheres.

3.1 A construção da associação

Pelo exposto, nota-se a relação histórica da indissociabilidade do trabalho familiar dos camponeses com a terra, mas ressalta-se, também, a diferença de acesso, de produção e de gestão da terra entre agricultores e agricultoras. Portanto, este tópico descreve, a partir das narrativas das mulheres rurais, o processo de construção da associação, as trajetórias das associadas no percurso da organização e apresenta a participação de instituições parceiras no processo de formação e de organização do grupo, além da opinião das associadas sobre a atuação dessas instituições.

3.1.1 O processo de organização social das mulheres na construção do movimento da formação da associação

Antes da formalização da associação de mulheres, é importante compreender as motivações que impulsionaram esse grupo de mulheres rurais a se organizar de forma coletiva. Assim, a seguir será exposto o processo de formação da associação a partir da perspectiva das fundadoras da instituição.

As sócias-fundadoras da associação relatam que com a “Pastoral da Criança [...] nós fazíamos as visitas às famílias, e nós víamos aquelas mulheres muito paradas, só em casa, só cuidando dos meninos. Então, a irmã [...] foi convidando as mulheres, porque muita mulher sofria muita violência com os maridos e ficavam quietas, caladas. Eu sei que foi, aí conseguimos organizar um grupo e depois foi a associação” (ROSA, 2019).

Ressaltam, ainda, que a motivação das mulheres para organizarem a associação foi “porque a gente vivia sem ter um trabalho” (LÍRIO, 2019), e que as mulheres tinham “[...]”

vontade de se juntar para trabalhar [...] (XIQUE-XIQUE, 2019). “Antes a gente achava que mulher era só para estar na cozinha, cuidando de mulher e de filho, e a associação me ajudou muito nisso. Quando as mulheres não conheciam seus direitos, elas achavam que eram donas só de casa [...], e a gente tem que sair para ocupar o nosso lugar, sair da cozinha para vir ocupar o seu lugar lá no espaço” (MARGARIDA, 2019).

Nas falas das fundadoras, constata-se que, para o engajamento no processo de organização coletiva, prevaleceu o interesse das mulheres por terem uma ocupação para além das atividades de cuidados e reprodução da família. Assim, o fato de trabalharem fora de casa e de não estarem sozinhas, mas de pertencerem a um grupo de mulheres, acabou por incentivar a reunião destas e por colaborar com a busca por adquirir conhecimento e, conseqüente, com o aumento da autoestima e da socialização das mulheres rurais, segundo os relatos das nove mulheres que fundaram a associação e hoje ainda participam dela.

Partindo do cenário exposto, nota-se que as questões sobre a violência vivida pelas mulheres, a busca pela melhora da autoestima, a motivação pelo compartilhamento de conhecimentos e a procura pela inclusão social e laboral produtiva das mulheres levaram estas a fundarem a associação.

Outro ponto de fundamental importância para o processo de organização desse grupo foi o resgate da relação das mulheres com a terra. As fundadoras da associação relatam que, com o engajamento das mulheres nesse coletivo, foram incentivadas pelas freiras católicas da Divina Providência a procurarem trabalhar a partir de suas motivações pessoais.

Assim, uma das fundadoras descreve que o sonho das mulheres era de “[...] comprar um pedaço de terra para trabalhar, para agregar as mulheres, tirar as mulheres da cozinha; não ser só para servir só os homens, ser escrava [...]. Mulher não é para viver só na cozinha, ela tem de procurar o seu lugar também lá fora [...]” (MARGARIDA, 2018). “[...] Aí elas se juntaram para fazer esse grupo. Aí elas disseram que sonhavam... porque nem todas, nesse tempo, tinham terra para trabalhar, aí queriam um pedacinho de terra para se juntar e trabalhar [...]. E foi [...] doação da Alemanha e formou três tarefas para a gente trabalhar. Aí se juntou todo mundo e fizemos uma horta (XIQUE-XIQUE, 2019).

Dessa forma, a partir dos encontros e da organização desse grupo de mulheres, Rosa (2019) narra que “[...] foi surgindo, foi o sonho [...]. E para quase todo sem-terra, o sonho é de ter um pedaço de terra para nós plantarmos o que a gente quisesse plantar. Um não tinham terra, então, o nosso sonho era ter um pedaço de terra para nós plantarmos as nossas coisas [...]”.

Uma forte motivação das sócias-fundadoras para organizarem a associação foi “para plantar, conquistar a terra”, afirma Gérbera (2019). Assim, “[...] primeiro compraram essa terra, depois começaram a fazer reunião para saber quem eram as mulheres que queriam [...]”, segundo Caliandra (2019), e “quando as mulheres chegaram para reunir a associação, foi perguntando qual era o sonho: produzir sem veneno”, de acordo com Caroá (2019). Com a conquista da sonhada terra, o trabalho coletivo das mulheres se concretizou: “[...] juntou uma turma de gente... Era muita mulher. Aí formou. Aí, nós que fizemos. Quem produziu e fez a mão de obra [...]”, relata Caliandra (2019). E foi nesse contexto que esse grupo de mulheres rurais se uniu e se fortaleceu, para trabalhar e construir a associação.

Margarida aponta que aprendeu a salvar vidas com a Pastoral da Criança: “Na associação nos plantávamos mandioca, batata, para fazer o pó verde, e as sementes como as de gergelim, de amendoim, de abóbora, de melancia. Tudo isso nós passávamos a quantidade para a Pastoral da Criança”. Portanto, nota-se que a prioridade do grupo de mulheres foi a segurança alimentar e a saúde das famílias rurais, visto que Margarida (2018) relata que “primeiramente a gente se preocupou muito com a nossa segurança alimentar, precisamos muito cuidar da nossa saúde, [...] trabalhávamos com sementes crioulas, com banco de sementes”. Já a sócia Caliandra (2019) ressalta como motivação, também, “o conhecimento, a diversão... Nós começamos a fazer plantio. Aquilo era tudo... Não tinha venda aqueles plantios, era tudo para aquelas famílias, mesmo. Começou a ter vendas depois da associação”.

Portanto, a relação das mulheres com a terra se dá a partir da necessidade de produzir comida para colaborar com a melhora da segurança alimentar das famílias sertanejas. Assim, a inserção produtiva das mulheres acaba por vir a contribuir com o bem-estar das associadas e com o incremento de renda não monetária das famílias rurais a partir do autoconsumo.

Mesmo as mulheres que já detinham a posse da propriedade e da renda, tanto agrícola como não agrícola, se mantinham motivadas a integrarem a associação, como percebe-se na fala da Violeta (2019): “[...] através da associação, nós pegamos muito o conhecimento de muita coisa [...] resolveu se reunir [...]. Aí foi cada vez mais melhorando”. Em 2015, ela havia relatado que “[...] no grupo, você tem mais experiência, [...] e junto com os intercâmbios, eu [...] aprendi outras coisas que eu só na minha área, eu não sabia. [...] Eu não usava veneno, porque a minha família não usava”.

A pesquisa apresenta a motivação e a vontade desse grupo de mulheres, de origem rural, de trabalhar com a terra. Assim, a formalização da instituição e a escolha do nome da associação trazem a história dessas mulheres, assim como o contexto em que estavam inseridas.

Era um, assim, uma vontade que o grupo tinha, né, de adquirir uma terra. Aí como nós vamos colocar esse nome, [...] aí nós botamos “Resgatando a Sua História”. Assim, era uma história que nós tínhamos de contar, quando reunia o grupo, que era no povoado. Aí nós tínhamos muita vontade de adquirir uma terra, pra trabalhar esse grupo, que eram 60 mulheres, [...] que tinham pessoas que eram do rural e que trabalhavam na terra de outro, que não tinham terra. E se nós adquiríssemos essa terra, iríamos trabalhar o grupo, juntos (ROSA, 2015).

Na percepção de Margarida (2015), o nome da Associação de Mulheres “[...] é ‘Resgatando a Sua História’, porque a gente olhou muito a história pela Bíblia [...], aquelas mulheres guerreiras, mulheres fortes, né [...]. Então, é ‘Resgatando Sua História’, é resgatar a história da mulher, a gente lembrou, também, de Margarida Alves, pela luta que ela fez”.

Desse modo, observa-se que a percepção das entrevistadas sobre os motivos que levaram à escolha da denominação da associação não é unânime, mas as fundadoras relatam que esses e outros pontos foram debatidos e estudados pelas mulheres nas reuniões que antecederam a formalização da instituição.

3.1.2 Percurso e trajetórias das associadas na construção da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”

Após compreendermos as motivações das mulheres para a organização do trabalho coletivo, iremos apresentar as trajetórias e a forma de participação (papéis e/ou as funções) das fundadoras na construção da associação, narradas pelas protagonistas dessa história.

Dito isso, observou-se que a trajetória das fundadoras da associação se confunde com a própria história da construção da associação, mas é importante destacar o papel e a participação de cada uma das protagonistas na sua organização.

É unânime entre as fundadoras que atualmente compõem esse coletivo a afirmação de que todas as mulheres participaram ativamente de todas as atividades, e que o trabalho em grupo sempre foi desempenhado em conjunto, sendo o trabalho e as atividades compartilhados entre as associadas, como expõe Violeta (2019): “[...] Nós sempre nos juntávamos em conjunto. Quando ia carregar uma coisa, ia todo mundo junto; quando íamos fazer uma tarefa, íamos todo mundo junto [...]”.

Margarida e Rosa sempre tiveram um papel mais ativo na função de coordenarem o grupo. Margarida (2019) lembra que antes da formalização da associação

As irmãs colocavam sempre eu como tesoureira, mais na área do financeiro, no começo... Quando era grupo... [...] eu era sempre secretária, e Rosa secretária. Depois eu fiquei como coordenadora, e Rosa, secretária. Depois eu sou coordenadora, e Rosa é vice. [...] O meu papel sempre foi coordenar,

sempre buscando, compartilhando com a próxima, multiplicando o saber da gente.... procurando mulheres e outras pessoas... buscando...

A sócia Rosa (2019) ainda descreve que sempre participou da gestão da associação e conta que a sua participação “nessa construção da associação, de início, foi coordenar. Coordenei o grupo, quando era grupo, e um mandato, quando foi associação. Coordenar os trabalhos, a associação mesmo [...] E nós fomos sorteados com a terra [...]. Aí nós já começamos a trabalhar, fizemos uma palhoça de palha [...]”.

Entretanto, é importante ressaltar que todas, incluindo as coordenadoras, sempre participaram das atividades produtivas, visto que as tarefas são executadas pelas associadas coletivamente, em forma de mutirão. Xique-xique (2019) explica que “a coordenação (a coordenadora, vice-coordenadora, a tesoureira...) [...], elas coordenavam a parte delas e, ainda, vinham trabalhar mais a gente. Todo mundo trabalhava em tudo. Quando a gente ia plantar, todo mundo ia plantar; quando a gente ia limpar, todo mundo ia limpar. Todo mundo junto”.

Trabalhando em conjunto, essas sertanejas não mediram esforços para construir a sede da associação e viabilizar o trabalho produtivo das agricultoras, que começou a ser concretizado com muito empenho, como podemos perceber através das falas da Margarida, da Rosa e da Violeta (2015): “Nesse terreno aqui, foi muito esterco”. Ao relatarmos qual era a realidade do espaço onde hoje é a sede da associação, afirmaram que “não nascia nem mato aqui”, retratando a realidade do espaço rural no Semiárido sergipano. Reforçando o esforço que fizeram e o orgulho de terem superado essa realidade, uma das fundadoras concluiu afirmando que não “tinha nada aqui”, e a outra retrucou, completando: “tinha só pedra aqui”.

Caliandra (2019) conta que “nós fazíamos tudo junto [...]. Eu comecei a carregar pedra, arrancar teco, carregar vara para fazer a barraquinha, porque não tinha casa [...], aí se reunia todo mundo nessa barraquinha para fazer reunião, mas sempre éramos só nós. [...] Nesse tempo (carregar pedra, cisterna...), [...]. Colocar aquelas varas para o tomate. Participei”.

Após a aquisição da terra, as sócias participaram das etapas de edificação da sede da associação (Foto 4). Rosa (2019) recorda que

[...] Aí nós fazíamos planta de todo o jeito, [...] e foi construindo. Construiu a sede... [...]. E foi da Alemanha. [...] Era umas irmãs da Igreja, da paróquia de San Martin... [...] deram um presente [...]. Cinquenta euros [...] aí deu para comprar uma tarefa e meia de terra⁴. Aí, era todo aberto aquele salão, aí a gente [...] fez o portão, botou porta em tudo quanto é quarto e fez o tanque, o reservatório de água.

⁴ Considerando que a tarefa no estado de Sergipe equivale a 3.025m², um hectare equivale a aproximadamente 3,3 tarefas (SUBRINHO, 1994; DANTAS, 1980; ALMEIDA, 1976; MOTT, 1986)

Violeta (2019) conta que também carregou muita pedra: “[...] eu ajudei na construção lá de tudo, né. [...] quando foi fazer a casa, a nossa sede, aí eu estava lá, ajudando em tudo, lá”. A sócia Gérbera (2019) lembra que trabalhava “preparando comida, pedra para alicerce, trabalho de mutirão[...]”, onde cada uma coopera com o que se identifica, na “[...] horta, apicultura, cozinhar”. Por exemplo, Caroá (2019) ressaltou que colaborou “plantando, limpando, fazia tudo, trabalhamos muito para isso tudo acontecer [...] Foi separado em grupo, anotava no caderno”.

Colaborando com este relato, Lírio (2009) afirma que colaborou

No serviço manual, né, na mão de obra. Teve um tempo, minha filha, que eu carregava pedra até na cabeça. Tudo o que podia. Era nas costas, na cabeça, era carregando pedra para fazer os alicerces, era cavando buraco para descer terra, botar pau no mato para segurar os tomates. Nós carregávamos um monte de vara na cabeça, para cercar, sabe, para criar galinhas. Enquanto não chegou o projeto, né[...].

Nesse contexto, nota-se que todas as sócias-fundadoras colaboraram para a construção da associação, e a trajetória percorrida por essas mulheres para alicerçar a instituição não pode ser descrita individualmente, pois “[...] a gente fazia quase tudo junto, sabe. Uma ajudando a outra, tudo junto, tudo, tudo. E até hoje também, é todo mundo fazendo [...]”, como relata a sócia Lírio (2019). Portanto, a divisão de tarefas e a solidariedade entre as sócias moveram essas mulheres para a organização e a implantação das atividades produtivas e da edificação da instituição.

Foto 4 – Sede da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, 2019



Foto: Pesquisa de campo, 2019

Mas o senso de coletividade das mulheres não para por aí. As fundadoras relatam que, quando a associação começou a ter acesso a projetos, as associadas continuaram a colaborar, principalmente com a mão de obra, como se pode observar na fala de Lírio (2019): “[...] Quando chegou o projeto, eles deram as telas, deram as coisas... aí melhorou mais. Mas o resto nós fazíamos tudo na mão, passávamos o dia todo lá. A gente usava o que tinha em casa, depois que a gente começou a ganhar as coisas”. Já segundo a sócia Rosa (2019), as primeiras infraestruturas adquiridas por doações ou através de projetos foram “[...] a sede, o kit de irrigação e a tarefa e meia de terra [...]”, sempre com o trabalho conjunto das associadas. “Quando foi fazer o minhocão, nós estávamos lá também, ajudando”, relata Violeta (2019).

Esse processo de construção da associação não foi fácil para as mulheres, e a obtenção de recursos financeiros, através do acesso a projetos, ainda hoje é de extrema importância para a manutenção das atividades da associação.

Nesse sentido, uma das fundadoras aborda questões importantes de serem analisadas, como a colaboração financeira das associadas e o julgamento dos maridos.

[...] Nessa época, a gente não tinha dinheiro [...] nós não tínhamos doações, a gente tinha que tirar do bolso para ajudar. Hoje, a gente já vende e já ganha o dinheiro. Antes, a gente pagava. [...]. E **muitos maridos diziam assim: “Essa mulher é maluca, tirando dinheiro do bolso** pra levar aquelas mulheres lá da... as irmãs são é sabida... querem que as mulheres levem é dinheiro pra elas”. Mas não era assim. Era um talão de água, um talão de luz, um quilo de alimento para fazer um almoço, um quilo de farinha. Era coisa assim, coisinha pouca [...]. Hoje, a gente tem o da gente, e o nosso trabalho que a gente vai trabalhar lá já é fora do da gente. E o que me levou para lá foi o trabalho, trabalho e trabalho. Até hoje é o trabalho” (XIQUE-XIQUE, 2019, **grifo nosso**).

Com isso, nota-se que os maridos não concordavam com a participação e o trabalho das mulheres na associação, apresentando empecilhos e violência psicológica, com o objetivo de desmotivar as esposas a darem continuidade às atividades coletivas. Todavia, as sócias enfrentaram o preconceito e o machismo dos maridos, e gerem essa questão da falta de recursos financeiros de forma solidária, já muito relatada em trabalhos sobre o espaço rural habitado por agricultores e agricultoras familiares, o espaço rural enquanto um espaço de vida.

Diante desse cenário, é importante apresentarmos um olhar mais detalhado sobre o processo de formalização do grupo de mulheres em associação e, também, sobre os processos decisórios e a influência dos mediadores nessa organização.

3.1.3 Disposição jurídica e organizacional da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” e a influência exercida pelos mediadores nos processos de formação, organização e decisão na instituição

Agora que já descrevemos a trajetória das mulheres na construção e na organização da associação, é importante abordar sobre os papéis desempenhados pelas instituições parceiras desde a construção da associação.

Assim, a fala de duas fundadoras remete às primeiras reuniões das mulheres e à participação das freiras católicas da Missão da Divina Providência. Dessa forma, segundo a sócia Rosa (2019), “sozinha, nós não éramos capazes de fazer, né, então vieram essas irmãs. Parece que Deus mandou, né. Ela veio lá de Campinas, e lá ela trabalhava com um grupo de mulheres negras, então, ela já veio com aquilo na cabeça, de lá, né. Então, aqui ela formou esse grupo também, né, colocou esse grupo para mexer”. Já a Margarida (2019) complementa, afirmando que

A iniciativa foi de umas irmãs da Divina Providência. Elas vieram e fundaram no dia 23 de maio de 2003, convidaram a gente pra participar dessa reunião e, dessa reunião, de quinze em quinze dias, a gente se reunia, mostrando o empoderamento das mulheres, contando as histórias bíblicas das mulheres: Ester, Judite, Sara, Maria, Marta... Todas as histórias das mulheres. Então, a gente foi tendo autoestima... que mulher também pode avançar também muito, na vida de cada uma.

Evidencia-se, assim, o trabalho inicial das freiras católicas que desempenharam um papel fundamental na construção da coesão desse coletivo, como explica Margarida (2019): “Foi muito bom. Nós tivemos terapia, psicólogo, muita coisa para a formação do grupo. Fizemos uma base muito boa. O alicerce foi muito bem preparado [...] O papel das três irmãs era ir buscar projetos, dialogar com as mulheres, palestras com as mulheres, buscando os palestrantes, buscando conhecimento para melhoria”.

Portanto, não foi trabalhado apenas os aspectos técnicos, através da busca por qualificação e conhecimentos, no tocante à produção, mas essas mulheres passaram a desenvolver habilidades emocionais e, também, um resgate sociocultural que passou a fortalecer o grupo, como podemos observar nas atividades descritas abaixo

[...] Nós comemorávamos tudo: era carnaval, era São João... tudo. Lembrávamos as brincadeiras de criança que a gente brincava, **resgatávamos todas as culturas, todo o resgate do nosso passado**, nós resgatávamos. Aí quando foi que veio a psicóloga... E outra, nesse tempo era um martírio muito grande, nós fazíamos tudo isso era trancada, porque eram as irmãs, né, e os homens diziam que as irmãs estavam ensinando as mulheres dançar... Foi muito complicado para depois nós mostrar a cara. **Nós brincávamos de carnaval, [...] mas era tudo trancado dentro de um salão, porque se os**

homens vissem, ficavam criticando. E, assim, quando estavam ensinando as mulheres dançar... Pra a gente se libertar... Começamos escondidos, depois fomos aparecendo [...] (ROSA, 2019, Grifo nosso).

O resgate das atividades culturais, as danças e a interferência do trabalho da psicologia serviram de instrumento para o aumento da autoestima e da libertação das mulheres, que, segundo Margarida, estavam trancadas e eram muito criticadas pelos homens sertanejos, o que acarretava um sentimento de martírio por parte das mulheres.

Diante desse contexto, percebe-se que a conquista da terra, a autonomia na gestão do trabalho coletivo, assim como o desenvolvimento de atividades lúdicas colaboraram para o encorajamento das mulheres em “mostrar a acara”. Dessa forma, as mulheres foram “aparecendo” e passaram a ocupar seu espaço na sociedade sertaneja e se verem enquanto protagonistas na condução das suas vidas. Assim, evidencia-se a importância do fortalecimento das mulheres, enquanto grupo, ao tempo em que estas passaram a desenvolver um sentimento de confiança e de pertencimento.

Pelo exposto, conforme dados apresentados no Quadro 2, observa-se que o movimento de organização que acabou por formar um grupo de aproximadamente 60 participantes iniciou em 2003, por incentivo das freiras católicas da Missão da Divina Providência, que tinham o intuito de fortalecer as mulheres e de melhorar as condições de vida das famílias rurais.

Nesse contexto, destacamos alguns acontecimentos importantes no percurso da associação (expostos no Quadro 2, em ordem cronológica), conforme informações adquiridas nos diferentes momentos da pesquisa.

Quadro 2 – Linha do tempo da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, de 2003 até 2019

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Número de Mulheres	60				30			14			30			25	20	17	21	
Parcerias	Grupo de Freiras Católicas da Divina Providência							-			-			Centro Dom José Brandão de Castro (coord. projetos)				
	EMDAGRO			-	Projeto Dom Hélder Câmara (Via Governo Federal) técnico, educacional, vários cursos e intercâmbios													
	Centro Dom José Brandão de Castro (*)				Acompanhamento													
	Início dos financiamentos com PDHC e OXFAM																	
Acontecimentos importantes	<p>Formação do grupo de Mulheres</p> <p>Compra do terreno e construção da sede da Associação</p> <p>Construção do viveiro de mudas</p> <p>Construção do açude e início da irrigação na área Associação</p> <p>Início da agroindustrialização de alimentos</p> <p>Registro da Associação (CNPJ)</p> <p>Início das atividades de Apicultura (Codevasf)</p> <p>-</p> <p>Passou a realizar distribuição financeira, entre as sócias</p> <p>Início da criação de galinha caprina</p> <p>-</p> <p>Certificação –OCS</p> <p>Implantação do Banco de Sementes Crioulas na Associação</p> <p>Construção de duas cisternas na área de produção da Associação</p> <p>Implantação de sornbite na área da produção de hortaliças</p> <p>Início da produção das balas de banana</p> <p>Contempladas com o projeto Ecofólio</p> <p>Prêmio Mandacaru – Via IABS</p> <p>Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável</p> <p>Livro do Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável</p> <p>-</p> <p>Prêmio da Caixa "Melhores Práticas"</p> <p>Projeto da Petrobras: Biodigestor</p> <p>Reforma da cozinha comunitária</p> <p>Início do trabalho das Estagiárias (convênio com o Colégio Agrícola)</p> <p>2018/19 Projeto Sem Feminismo Não Há Convivência – Fundação Banco do Brasil (compra de um automóvel, construção de mais um tipo de ecofólio, reforma do viveiro de mudas, do sornbite, galinha e do minhocário)</p>																	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

*Até hoje mantém contato, exercendo trabalho voluntário no que diz respeito ao acompanhamento técnico (na verdade não houve uma interrupção, mas um arrefecimento das ações)

No entanto, esse movimento de organização coletiva, desde 2003, contou também com a contribuição, a qualificação, a assessoria para captação de financiadores e o incentivo do Centro de Assessoria e Serviço aos/às Trabalhadores/as da Terra – Dom José Brandão de Castro – CDJBC, contribuindo para a fundação da associação, a aquisição do terreno e a construção da infraestrutura básica para sediar as práticas produtivas e as formas de gestão organizadas de maneira coletiva pelas mulheres, além de constituir num espaço de integração, trocas de saberes e capacitação para as mulheres, suas famílias e para a comunidade local.

A Organização da Sociedade Civil, ONG, Centro de Assessoria e Serviços aos/às Trabalhadores/as da Terra Dom Jose Brandão de Castro – CDJBC, citada por diversas entrevistada como uma instituição parceira e de apoio ao desenvolvimento da Associação de

Mulheres “Resgatando Sua História”, atua há 24 anos em todo território sergipano, oferecendo assistência técnica à agricultura familiar, a programas de acesso à terra e à água, no combate à violência contra crianças e adolescentes, entre outros serviços.

Já o CDJBC, a ONG Dom Helder Câmara, muito atuante no Nordeste brasileiro, também contribuiu para o financiamento e o fortalecimento da Associação de Mulheres, principalmente por meio de projetos ligados ao manejo e à produção agropecuária e ecológica no bioma da caatinga que proporcionaram uma maior diversificação produtiva e uma melhor convivência com o Semiárido.

E a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – Emdagro é vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e atua há 50 anos no estado de Sergipe, prestando serviços de assistência técnica e extensão rural.

Destaca-se ainda nesse processo a parceria da associação com o Conselho Municipal da Criança e Adolescente – CMDCA. Esta teve início em 2008, com o projeto Resgatando Talento, que foi financiado pela Petrobras; em 2010, com o curso de digitação; em 2012, com o projeto da banda de Fanfarra, e, finalmente, com Projeto Vozes da Infância, que trabalha com música, violão, teclado, desenvolvido em 2018, 2019 e 2020. Esses projetos são destinados às crianças e aos adolescentes da comunidade de Lagoa da Volta e foram financiados pela Prefeitura de Porto da Folha, em Sergipe.

Os dados expostos no Quadro 2 apresentam, também, o reconhecimento da sociedade para com a organização social e produtiva das mulheres, expressado por meio das premiações recebidas pela associação: Prêmio da Caixa “Melhores Práticas”, Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável e Prêmio Mandacaru (via IABS). Mas constata-se, também, que o trabalho de algumas dessas mulheres rurais estudadas se tornou referência no Semiárido nordestino pelos conhecimentos tradicionais e por se destacar na produção agroecológica.

Nesse contexto, percebe-se a importância do apoio das instituições parceiras para o fortalecimento da associação. Mas destacamos o protagonismo das mulheres frente à organização desse coletivo, principalmente quando nos referimos às tomadas de decisão, pois desde o início dos encontros, mesmo que sob a coordenação de mediadores externos, foi este grupo que direcionou os rumos para a organização da associação, como podemos notar na exposição da sócia Margarida (2019).

No início eram, mais ou menos 60 mulheres. Depois, para registrar, aí veio um político para registrar, disse que pagaria toda a despesa. E nós nos reunimos e vimos que nós não queríamos, que não era tempo. Porque o político só vinha para dar o golpe na gente depois. E dissemos: ‘Nós somos as

mulheres, vamos amadurecer primeiro'. E aí, algumas mulheres queriam arrumar empréstimo nos bancos [...].

Assim, um grupo menor, de 30 mulheres, continuou com o processo de fortalecimento e amadurecimento, que durou de 2003 a 2007, quando o coletivo optou por formalizar o então grupo em uma associação. Uma das fundadoras expõe que

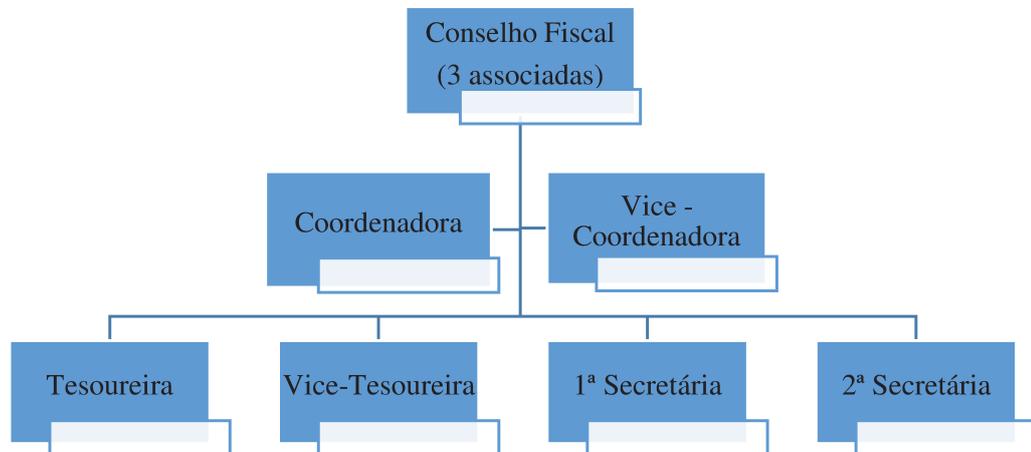
Pensamos em formar uma Associação ou uma Cooperativa [...]. Nós estudamos muito, passou um ano para fazer o estatuto. [...] Foram as mulheres, as irmãs da Divina Providência, a equipe do Centro Dom José Brandão de Castro e uma advogada que era sócia do CDJBC [...] Quando construiu a associação, muitas mulheres saíram, porque elas precisavam tirar dinheiro em banco, e a metade não pensavam nisto (MARGARIDA, 2018).

Observa-se assim que as decisões com o formato jurídico que o grupo viria a ter (associação), bem como as regras regimentares (estatuto), foram estudadas, discutidas e escolhidas de forma democrática e participativa, o que acaba por ressaltar a autonomia decisória do grupo de mulheres, apesar da colaboração técnica e profissional das entidades que apoiaram esse processo. Contudo, com a aprovação do estatuto, muitas mulheres se desligaram do grupo por falta de compatibilidade com os objetivos das demais associadas.

Outro ponto importante a ressaltar é que as fundadoras apresentam os mediadores como principais influências na formação e na organização da Associação de Mulheres. Nesse caso, a mediação foi realizada pela Igreja, através das freiras católicas da Divina Providência, na compra da terra, na formação e orientação das mulheres, na articulação inicial dos trabalhos. Mas as fundadoras também destacam o papel de outras instituições, como o CDJBC, que teve importância nas parcerias para o desenvolvimento de projetos, acesso a advogados, na construção do estatuto e na ajuda para a obtenção de conhecimento.

No que se refere à estrutura organizacional da associação, exposta na Figura 3, ela se mantém sem alteração desde a sua fundação. Porém, em abril de 2016, as mulheres decidiram por alterar o artigo 31 do estatuto, no qual agora o parágrafo único versa sobre a possibilidade de uma reeleição, e o mandato das coordenadoras eleitas passam a ser de 4 anos.

Figura 3 – Organograma da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A pesquisa constata que todas as atuais sócias (fundadoras e não fundadoras) concordam com a estrutura organizacional da associação. Por exemplo: Rosa expõe que coordenou o grupo antes da formalização da instituição e foi a primeira coordenadora da associação, e descreve que as mulheres seguiram a mesma estrutura que já trabalhavam enquanto grupo: “No início, cada uma tinha uma função. Tinha uma coordenadora... Tinha o mesmo jeito de uma associação: secretária, tesoureira... tinha tudo. Os livros de registro [...]” (Rosa, 2019).

Observa-se, então, que o grupo de mulheres que organizou a estrutura administrativa da associação tivera interferências de diversas instituições parceiras, assim como também levou em consideração as suas experiências pessoais para tomar as decisões sobre o rumo que a instituição iria seguir.

Nesse sentido, a pesquisa apresenta a percepção de extensionistas que participam de duas instituições parceiras da associação (Quadro 3), indicados pelas associadas, sobre a atuação destas junto à Associação de Mulheres.

Quadro 3 – Percepção dos mediadores sobre seu papel junto a Associação, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Etapas da organização/estruturação da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História'	Participação das ONGs	CDJBC		EMDAGRO
	No Estatuto	Sim. Desde as primeiras discussões até a conclusão. No momento estamos buscando viabilizar uma revisão estatutária de acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.	Desde o início, com a organização das primeiras reuniões, construção do estatuto, acesso a assessoria técnica permanente, manejo do solo, produção de vegetais e criação de animais de médio e pequeno porte. Ampliação para área II, que trabalha a apicultura, bem como a estruturação física, com a construção da sede, chegada das tecnologias sociais, acesso à comercialização e organização das tarefas, perpassando pelo processo de empoderamento e ocupação de espaços de discussão, além do recebimento de intercâmbios como área de referência.	Não
	No funcionamento e estrutura do organograma	Sim. Na divisão de tarefas, dos grupos de interesses, etc.		Não
	Na seleção das integrantes	Parcialmente		Nenhuma
	Na oferta de cursos para capacitação.	Sim. Produção Agroecológica, Convivência com o semiárido, intercâmbios de experiências, acesso a mercados institucionais, manejo da agrobiodiversidade, produção culinária e reaproveitamento de alimentos, entre outros. Desde o início até os dias atuais.		Sim, principalmente quando o foco tornou-se conscientemente a agroecologia
	No aporte econômico/financeiro	Não		Muito pouco
	Propondo atividades produtivas	Sim		Sim, e outros
	Na organização do escoamento da produção	Principalmente com a valorização e qualificação da venda direta na comunidade e em espaços de comercialização fora do município.		Sim, e outros
	No acompanhamento técnico (extensão rural)	Sim		Sim, e outros
	Propondo projetos	Projeto Dom Helder Câmara – Via Governo Federal (de 2007 a 2013). Sem Feminismo Não Há Convivência – FBB (2018-2019). Prêmio Mandacaru – Via IABS (2013).		-
Na implementação de instrumentos de gestão	Processo de orientação e organização das tarefas, organização dos grupos de interesse, gestão de obrigações da pessoa jurídica, organização para qualificação na comercialização de produtos, confecção de logomarca e rótulos para os produtos, construção do estatuto, etc.	-		

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Pelo exposto, no Quadro 3, nota-se que a Emdagro atuou mais fortemente na oferta de cursos para capacitação na produção agroecológica, propôs algumas atividades produtivas, participou da organização da comercialização da produção e ofertou acompanhamento técnico. Segundo as sócias, no início das atividades da associação, essa instituição doou o kit de irrigação que até hoje é utilizado na produção agrícola na sede da associação. De acordo com o informante da Emdagro (2019), “[...] o primeiro passo foi adquirir uma gleba de terra, onde foram implantados os primeiros canteiros, e como neste período estava o assessor técnico na prefeitura municipal, destinamos um kit de irrigação e alguns outros itens para o grupo [...]”.

Importante ressaltar que, segundo as coordenadoras da associação, o informante da Emdagro já conhecia algumas mulheres que vieram a formar a associação, assim, este já detinha uma percepção do contexto em que estavam inseridas as mulheres rurais.

[...] no ano de 1988, prestando assistência técnica à comunidade conhecida como “Estado”, percebia-se [...] que as mulheres, apesar de serem igualmente ativas no meio rural, não apareciam como atores desse processo, sempre estavam como coadjuvantes, à margem das decisões familiares e da própria comunidade, [...] tratava-se de uma comunidade composta por produtores

rurais sem terra ou minifúndios, famílias com baixa renda *per capita*, [...] à margem de qualquer possibilidade de usufruir dos bens de consumo (imaginemos naquela década a quase inexistência de políticas públicas voltadas para essas populações e ainda a pouca acessibilidade às existentes) (INFORMANTE EMDAGRO, 2019).

Desse modo, o informante da Emdagro (2019) afirma que a instituição trabalhou em prol de aumentar a autoestima das mulheres, através da criação de um grupo de mulheres, “[...] onde todas pudessem participar do processo, não apenas produtivo, mas, principalmente, decisório. Buscamos o potencial individual de cada participante àquela época, desenvolvemos trabalhos comunitários de ordem produtiva, mas durante estes levávamos as mais diversas informações de forma a conscientizá-las do seu papel na sociedade. Hoje diríamos que tentávamos ‘empoderá-las’ [...]”. Depois desse trabalho, parte das mulheres desse grupo acabou por fundar a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”.

Por outro lado, na percepção das mulheres associadas, o CDJBC tem uma maior proximidade com a associação e um papel mais efetivo junto à organização da instituição. Segundo os dados expostos no Quadro 3, essa ONG só não participa diretamente das atividades da associação com aporte financeiro.

Segundo o informante do CDJBC (2019), a instituição trabalhou em prol da organização inicial da associação e desde a sua fundação

[...] Contribui para o acesso às tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, acesso a recurso europeu; contribui para a conquista do certificado de Organismo de Controle Social – OCS; contribuiu para a conquista do Prêmio Mulheres que Produzem o Brasil Sustentável; contribuição para implantação da área da apicultura, parcerias com conselhos municipais, ASA, Projeto Dom Helder, qualificação para comercialização dos produtos, entre outros.

As atividades de assessoria técnica permanente no manejo do solo, a produção de vegetais e a criação de animais de médio e pequeno porte são prestadas de forma voluntária pelo CDJBC, “buscando acesso a projetos a partir de editais, acompanhamento da produção agroecológica de vegetais e animais, inserção em espaços de discussão e assessoramento quanto ao andamento organizacional da associação, entre outras ações”. Observa-se, também, que essa ONG desempenhou um papel ativo na organização das primeiras reuniões, na estruturação física, com a construção da sede, na elaboração do estatuto, passando pelo processo de empoderamento das mulheres, além do recebimento de intercâmbios, como área de referência (INFORMANTE DO CDJBC, 2019).

No que se refere à percepção das sócias sobre a influência das instituições parceiras na formação e na organização da associação, as falas no grupo focal revelam que “[...] eu não vejo nada negativo, não. Foi tudo positivo [...] Ruim foi quando acabou o tempo deles, eles foram embora e não vieram mais (risos)”, segundo Rosa (2019). Já a sócia Margarida relata “[...] que as mulheres que quiseram se empoderaram mais. Eu hoje me sinto uma mulher empoderada. E isso só aconteceu por influência dessas instituições e dos projetos [...]”.

Apesar da percepção positiva das sócias em relação à influência das instituições parceiras da associação, a pesquisa apresenta a existência de um impasse causado pela falta de escritura do terreno em nome da instituição, pois, segundo as coordenadoras, a terra está escriturada em nome da Sociedade Padre Michelle, da qual as irmãs da Divina Providência são sócias. Nota-se que esse problema teve início a partir da inexistência do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em nome da associação, no momento da doação do terreno.

Ainda durante o grupo focal, as mulheres apontaram a questão do terreno como um ponto negativo da interferência de instituições externas na organização da associação, especificamente com as freiras católicas, como pode-se observar.

[...] O que eu achei negativo nas irmãs da Divina Providência foi o documento [...] Nós, como associação, temos um pouco de culpa, principalmente as mais velhas, porque nós não éramos registradas, e era obrigatório. Então, nós confiamos muito nas irmãs [...] Elas foram comigo passar os documentos, e chegando lá, não concordaram. [...] O pessoal lá do Sul não sabe de nada do Nordeste. Então achavam que nós íamos vender... Eles não entendiam como era a associação [...]

[...] E elas vieram fazer um contrato de comodato, de um negócio que é nosso por direito [...] Tudo que tivesse aqui, até essa reunião, teria que mandar um ofício para ela. Uma coisa que é conquista nossa. Então, nós preferimos ficar assim mesmo (ROSA, 2019).

Essa narrativa demonstra a indignação das mulheres da associação em relação à proposta das freiras pela opção de um contrato de comodato e da não resolução definitiva da escritura do terreno. Nesse sentido, as mulheres vêm estudando a melhor forma para resolverem esta situação. Atualmente, cogitam como providência para lavrarem a escritura do terreno em nome da associação judicializar o usucapião da propriedade, conforme observa-se na fala da Rosa (2019): “[...] ano passado veio um pessoal aqui, e a gente falou sobre isso, e ele disse que ia procurar, porque a gente tem direito de entrar no usucapião. Agora nós estamos com uma parceria com o MPA, e eles têm uns três ou quatro advogados, aí a gente vai convidar eles para resolver o caso”.

A falta de resolução em relação à posse do terreno vem prejudicando as atividades da associação, principalmente no que se refere ao direito de acessar alguns projetos, conforme

relatado no grupo focal: “[...] até hoje, nós não podemos fazer um projeto para beneficiar cerca, por exemplo, diretamente. Só que não vem o dinheiro diretamente para associação [...]”, segundo Rosa (2019).

As mulheres relatam, ainda, que só conseguiram acessar um projeto que beneficia instituições sem fins lucrativos, concedendo desconto na conta de abastecimento de água, porque a companhia de energia, no âmbito do programa “[...] Luz para Todos [...] colocou [...] o talão foi no nome da Associação de Mulheres” (Rosa, 2019). Assim, a instituição só conseguiu acessar o desconto para o abastecimento de água porque a “[...] Energiza é em nome da associação. Foi a nossa salvação”, afirma Margarida (GRUPO FOCAL, 2019).

Pelo exposto, percebe-se mais pontos positivos do que negativos em relação à atuação das instituições parceiras junto à associação, principalmente no que se refere à assessoria para o acesso a projetos e, conseqüentemente, a recursos financeiros, à oferta de cursos e intercâmbios para capacitação das agricultoras e ao papel de apoio ao fomento da autoestima das mulheres.

Portanto, estes fatores fortaleceram uma característica marcante das associadas: a proatividade das mulheres rurais e o poder de decisão sobre as suas vidas e sobre os rumos da associação, que se dá através da autogestão dos recursos endógenos (financeiros, econômicos, patrimoniais, mão de obra etc) e das relações das mulheres com os recursos externos à instituição, como a convivência com o Semiárido e com a estrutura do poder sociocultural predominante no Sertão Nordestino brasileiro.

Nesse sentido, corroboramos com estudos que apontam que diversas ONGs vêm trabalhando, em países em desenvolvimento, para combater a miséria rural e regenerar a base de recursos locais disponíveis às pequenas propriedades, com base no paradigma agroecológico (ALTIERI, 2004; ALTIERI; YURIEVICH, 1991).

Nesse contexto, o próximo tópico da pesquisa aponta alguns aspectos acerca da compreensão desse coletivo de mulheres sobre o termo agroecologia, assim como a analisa o alcance da agroecologia nas vidas das associadas.

3.2 Influência da agroecologia nas relações sociais das mulheres associadas

A agroecologia não é um sistema produtivo; esta pode ser considerada uma ciência complexa que interliga e dialoga com diversos outros saberes científicos (principalmente com a Ecologia, as Ciências Sociais, a Agronomia, a Economia, entre outros) e conhecimento tácito advindo, principalmente, dos agricultores e das agricultoras familiares tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses, assentados, entre outros).

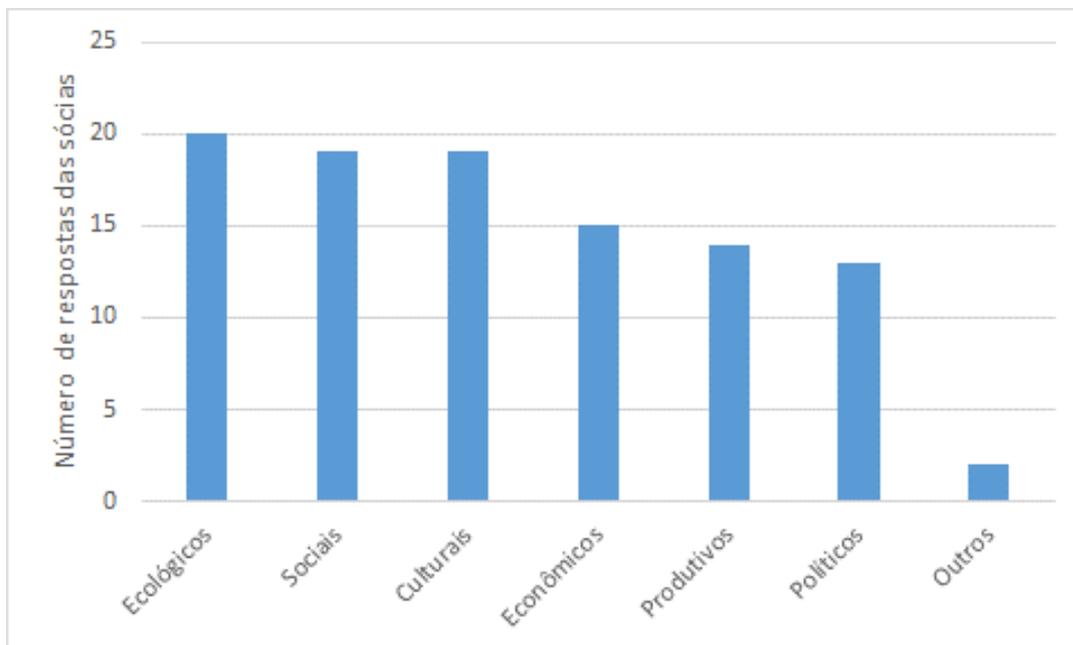
Nesse sentido, a agroecologia se apresenta como uma alternativa sustentável, à medida que

[...] propõe novas relações técnico-produtivas e sociais para a agricultura; que impõe, também, a prática de uma agricultura viável nos planos biológico, técnico, econômico, político e social [...] O objetivo final é, entretanto, uma agricultura ecológica, um ser humano autônomo e plenamente realizado e consciente, solidário como seus semelhantes e tomando atitudes de coabitação com a natureza [...] (ALMEIDA, 2009, p. 176).

Observa-se, então, que a agroecologia vai além do manejo de um sistema produtivo sustentável no âmbito social, político, econômico, ambiental e produtivo, pois, sobretudo, trata-se de um processo de emancipação dos atores sociais rumo ao desenvolvimento baseado na liberdade.

Nesse contexto, esta pesquisa apresenta a percepção das mulheres que compõem a associação sobre os aspectos agroecológicos que estão presentes em suas relações sociais, conforme exposto no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Aspectos da agroecologia nas relações sociais das associadas, Porto da Folha, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

O Gráfico 2 aponta que, dentre os aspectos em que as associadas mais percebem a agroecologia em suas vidas, os mais citados foram: os ecológicos (apenas uma não relatou que o percebe em sua vida), seguido dos sociais e dos culturais (apenas duas mulheres não os percebem em suas vidas). Já mais da metade das entrevistadas percebem, também, os aspectos econômicos, políticos e produtivos da presença da agroecologia nas suas vidas.

No que se refere aos aspectos ecológicos da agroecologia apontados pelas associadas no grupo focal, as mulheres afirmam a preocupação com a preservação ambiental e citam cuidados com o meio ambiente, com a apicultura e com o sistema produtivo agrícola, como não fazer queimadas, não utilizar agrotóxicos e preservar as abelhas, grandes polinizadoras naturais. Diante desse contexto, Rosa (2019) comenta que

Sim, tá todo mundo preocupado com o meio ambiente. Nos últimos tempos, tá todo mundo preocupado com a Amazônia, e eu acho que trabalhando com agroecologia, a gente tá cuidando dessa parte. **Eu sempre falo que nós precisamos mais do meio ambiente do que ele precisa de nós.** [...] Quem é apicultor cuida do meio ambiente. Eu lembro de uma frase que um colega diz em todo canto: “Minha gente, se acabar nossas abelhas por causa desses venenos que estão por aí, vai acabar com a gente também”, porque são elas que fazem a polinização de tudo. E um apicultor, eu acho que ele é um ambientalista, um agroecológico e tudo, porque ele não vai usar agrotóxico e nem vai fazer queimada.

Observa-se que, além da preocupação mundial com as queimadas ocorridas na Amazônia em 2019, as associadas também refletem sobre aspectos ambientais, em um contexto local de grande importância para o equilíbrio ecossistêmico e, conseqüentemente, para uma melhor convivência com o Semiárido.

Nos aspectos políticos e econômicos, ressalta-se que a agroecologia se opõe à lógica hegemônica do neoliberalismo, visto que esta defende uma resposta a esse modelo, que vem deteriorando os recursos naturais e a sociedade. Segundo Guzmán (2004, p.1), agroecologia é “[...] o manejo ecológico dos recursos naturais através das formas de ações sociais coletivas que apresentam alternativas à atual crise da civilização [...]”. Assim, a dinâmica sociopolítica da agroecologia se relaciona com a natureza e com a sociedade, o que Alier (1998) chama de “ecologia popular”.

Em relação ao aspecto agroecológico de ser um movimento que se contrapõe ao sistema capitalista predominante, percebe-se a opção das mulheres associadas por uma outra lógica econômica, na qual estas relatam que o principal objetivo não é a produção para comercialização em larga escala e que a estratégia adotada pelas mulheres é a produção de qualidade para ser destinada, principalmente, ao autoconsumo das famílias rurais. Assim, a lógica está baseada no trabalho das mulheres e na segurança alimentar, e não na obtenção de renda.

Dessa forma, as mulheres economizam, pois deixam de comprar alimentos advindos da agricultura convencional e suas famílias passam a ter acesso a um leque variado de alimentos produzidos de forma comunitária na associação. Assim, as mulheres orgulham-se do seu trabalho enquanto agricultoras agroecológicas e prezam pela qualidade da produção,

na qual priorizam o abastecimento das famílias das agricultoras associadas através do autoconsumo, sendo o excedente da produção comercializado no povoado de Lagoa da Volta, em Sergipe.

Entende-se, com isso, a autonomia política das associadas não como sendo “[...] uma apropriação multi-individual do coletivo, mas uma tentativa de atribuição de um sentido novo e social. Ela também não constituiria uma solução de substituição às autonomias mais ou menos individuais; ela não substitui o político, mas o ‘transforma’” (ALMEIDA, 2009, p. 180).

Nesse cenário, a pesquisa também procurou compreender a percepção das sócias sobre agroecologia e como esse termo se inseriu nesse grupo de mulheres, como será visto no tópico seguinte.

3.2.1 A inserção do termo agroecologia no grupo de mulheres associadas

A agroecologia é considerada uma “[...] nova ciência comprometida com os interesses sociais e ecológicos dos movimentos populares e com a articulação entre as ciências sociais e naturais na compreensão dos problemas socioambientais da atualidade, buscando cada vez mais soluções realmente sustentáveis [...]” (MOREIRA; CARMO, 2004, p. 55). Nesse sentido, a agroecologia interliga a preservação e a ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas à preservação da diversidade cultural das populações, sendo estes dois princípios fundamentais do conhecimento agroecológico.

Sabendo que o conhecimento das populações tradicionais colabora para a compreensão dos saberes agroecológicos, a pesquisa teve como um importante interesse de estudo verificar a percepção das mulheres sobre alguns aspectos da agroecologia, assim como entender de que forma esse termo passou a ser reconhecido pelas associadas.

Considerando que o grupo de mulheres começou a se reunir e organizar o movimento para a formação da associação em 2003, as entrevistas realizadas com as associadas, buscando entender há quanto tempo tomaram conhecimento do nome agroecologia, chegaram ao seguinte resultado: das atuais 21 sócias, duas afirmaram que conhecem o termo agroecologia de 15 a 20 anos; seis entrevistadas conhecem o termo de 13 a 17 anos; três conhecem entre 5 e 10 anos; três sócias conhecem o termo há menos de 5 anos, e sete sócias não responderam ou não souberam informar há quanto tempo conhecem o nome agroecologia. Portanto, dentre as 14 sócias que responderam, destacamos que nove são fundadoras da associação e conhecem o termo agroecologia há mais de 9 anos.

Importante observar que, das 21 sócias, nove passaram a conhecer o termo agroecologia na Associação de Mulheres; cinco tomaram conhecimento através das ONGs

parceiras da associação; três conheceram na escola; duas afirmam que conheceram o termo através dos movimentos sociais e na associação; uma sócia conheceu o termo agroecologia nos movimentos sociais e com outros (as) agricultores (as), e uma não respondeu.

Também esta pesquisa buscou verificar qual a compreensão desse grupo de mulheres sobre o termo agroecologia, por meio das expressões mencionadas durante as falas no grupo focal (Quadro 4), momento no qual sete sócias manifestaram a sua compreensão sobre o que é a agroecologia e como esta contribui para a vida dessas mulheres.

Quadro 4 – Percepção das integrantes da associação sobre agroecologia, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Entendimento das sócias sobre agroecologia	
Integrantes da Associação em 2019.	A agroecologia não é "agropop, agro é tudo", não (risos). É agroecologia mesmo (fala de outras sócias). Agroecologia é um todo. A gente pensa que é só não trabalhar com veneno. Aonde eu estiver, eu tenho que praticar agroecologia. Começa em casa, vai pra rua e aonde eu estiver, eu sou agroecológica. Se eu pratico isso, chego na rua, como um biscoito e jogo um papel na rua, eu não sou agroecológica. Não tem nada de agroecologia nisso. Agroecologia é vida e o agrotóxico é morte. Pior ainda, é o transgênico, que são vários genes, de veneno e tudo. Mesmo a gente sendo agroecológica, ainda estamos usando produto químico, porque não produzimos tudo. [...] num intercâmbio lá em Brumado, na roda de conversa das mulheres, elas me disseram 'Eu tava com um pé de abóbora lindo, mas o meu marido colocou veneno no café e matou as plantas todinhas' [...] Tem coisa que nem precisava colocar produto, e eu vi o pessoal usando sem necessidade. Batata e macaxeira, pra quê? (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).
	Agroecologia é saúde. [...] Os agrotóxicos são tantos, e eles mesmos (principalmente indústrias farmacêuticas) fabricam os agrotóxicos pra ganhar dinheiro. Só pensam em capitalismo, enquanto nós que somos agroecológicos, pensamos na segurança alimentar da família. Tem lugar que daqui a pouco vai ter mais farmácia do que residência (MARGARIDA, GRUPO FOCAL, 2019).
	Saber que está comendo uma comida saudável [...] Você sabe que dali não vem doença, ali é puro, coisa da natureza de Deus. Pra mim, agroecologia é isso. (fala de outras sócias). Eu só sei que é agroecológico quando é aqui da horta, que a gente mesmo planta [...] (XIQUE-XIQUE, GRUPO FOCAL, 2019).
	Agroecologia pra mim é uma vida saudável. Às vezes eu vejo nas palestras para idosos [...] focam mais no medicamento do que na alimentação. Acaba que prejudica a saúde. E muitas pessoas quando compram, não sabem que alimentos são realmente agroecológicos. Às vezes as pessoas acham que estão comendo agroecológicos, e não é (ARAÇÁ, GRUPO FOCAL, 2019).
	Quando não é agroecológico, a durabilidade do alimento é maior (TODAS, GRUPO FOCAL, 2019).
	Se você prestar atenção no feijão, esse que você compra, ele não cozinha igual. Porque eles colocam veneno pra plantar, pra cair a folha, pra colher e pra conservar. O que você planta, não. É uma vantagem não estar comendo puro veneno (VIOLETA, GRUPO FOCAL, 2019).

Fonte: Pesquisa de campo, grupo focal, 2019

Na fala das sócias, nota-se que o entendimento sobre agroecologia se concentra predominantemente na preocupação com saúde das mulheres e de seus familiares, principalmente no que se refere: a consumir produtos produzidos por elas, manter uma vida saudável focada no consumo e na identificação de alimentos saudáveis (produzidos sem agrotóxico e não transgênicos) e não depender da indústria farmacêutica. Percebe-se, então, que

estas mantêm um foco maior nas questões relacionadas ao manejo da produção agrícola, seja na associação ou nas suas propriedades rurais.

Todavia, ressalta-se que as atuais coordenadoras são as mulheres mais atuantes na gestão da associação e as mais engajadas nas atividades políticas e sociais da instituição junto à comunidade. Dessa forma, elas detêm uma compreensão mais abrangente sobre outras perspectivas da agroecologia que não apenas a face da produção e do consumo de produtos agrícolas, como expõe Rosa (2019): “A agroecologia não é ‘agro pop, agro é tudo’ [...] Agroecologia é um todo. A gente pensa que é só não trabalhar com veneno [...] começa em casa, vai para rua, e onde eu estiver, eu sou agroecológica [...]”.

As coordenadoras analisam, também, o comportamento dos integrantes do movimento agroecológico frente ao sistema hegemônico em que estamos inseridos, no qual o único objetivo é a obtenção de lucro. Nesse sentido, Margarida (2019) afirma que os atores agroecológicos detêm uma outra lógica e “[...] estão preocupados com a segurança alimentar da família [...]”, por exemplo. Nesse contexto, Rosa aponta para uma diferente percepção entre homens e mulheres na tomada de decisão e no manejo da produção, principalmente no que se refere à opção pela utilização de agrotóxicos na produção.

A pesquisa aponta que hoje não é possível vislumbrar se foi a associação que trouxe a agroecologia para a vida das mulheres ou se foram as mulheres que trouxeram a agroecologia para a associação, visto a apropriação do modo de vida agroecológico adotado pelas associadas. Isso pode ser representado pela fala da sócia Araçá (2019): “Sem as mulheres, não existe agroecologia”.

Percebe-se, ainda, que a opção pelo sistema produtivo agroecológico foi uma escolha natural para as mulheres, como se pode verificar na fala sobre essa opção no início das atividades coletivas do grupo.

Eu não sabia o que era agroecologia; eu soube depois que era plantar sem veneno. Então, quando a gente começou a trabalhar para tirar as crianças da desnutrição, como a gente ia fazer isso se tivesse veneno no alimento? Aí não ia servir muito. Depois foi que surgiu o nome bonito de agroecologia, mas desde esse tempo a gente era agroecológica sem nem saber o que era (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

No sentido de colaborar com este relato, a pesquisa constatou que todas as cinco ex-sócias entrevistadas afirmam que as integrantes da associação sempre trabalharam sobre os preceitos da agroecologia. Uma das ex-sócias, inclusive, complementa a informação afirmando que poucas mulheres tinham terra, enquanto outra comenta que elas não utilizam agrotóxico para comer sem veneno. O informante da Emdagro (2019) também colabora, enfatizando que,

desde que conhece esse grupo, as mulheres já trabalhavam sob os preceitos da agroecologia. Segundo ele, “ainda que o termo ‘agroecologia’ não seja novo, naquele tempo não era muito usado, mas o foco já era esse: trabalhar a terra, produzir alimentos, gerar riquezas, sempre de forma sustentável!!!”.

Nesse contexto, as mulheres revelam que perceberam que praticam agroecologia através dos intercâmbios e das capacitações, e segundo as sócias, esse fato é entendido de forma positiva pelo grupo, pois, segundo elas:

[...] A gente tinha uma noção, mas não era tão profunda. Com os intercâmbios, eles orientaram a gente, e aí já dava para entender que aquilo que a gente fazia era uma coisa positiva [...] falavam sobre os alimentos e a atenção que a gente tem que ter com o que compra, se é transgênico, e assim foram mostrando a diferença entre as coisas com o veneno e as que são agroecológicas. É interessante trabalhar com agroecologia, porque traz saúde (GRUPO FOCAL, 2019).

Diante do exposto, é notória a satisfação expressada pelas sócias em trabalhar com um sistema produtivo agroecológico que preza “[...] pela organização de redes de relações socioprodutivas e mercadológicas e da troca de conhecimento tácito e técnico-científico e de experiência entre os diversos atores que participam deste sistema, seja no âmbito espacial do local, do regional, do nacional e/ou do global” (BARBOSA, 2013, p.25).

Assim, percebe-se a relevância da troca de experiências entre os agricultores e as agricultoras agroecológicas, mesmo para os camponeses que trabalham há gerações nas suas terras, assim como o intercâmbio dos saberes tradicionais e os conhecimentos técnicos. O amadurecimento desses conhecimentos acaba por levar à experimentação de “novas” formas de organização dos sistemas produtivos.

3.2.2 Transição agroecológica na unidade produtiva das mulheres

Durante pesquisa, constatou-se mudanças no manejo da propriedade rural das mulheres após a organização coletiva das associadas. O informante do CDJBC (2019) lembra que, quando conheceu o grupo de mulheres, elas “estavam em processo de sensibilização e transição à agroecologia”. Diante dessa perspectiva, a pesquisa aponta alguns resultados, expostos no Quadro 5, sobre o processo de transição ocorrido nas unidades produtivas das mulheres associadas.

Quadro 5 – Alterações realizadas no sistema produtivo para a transição agroecológica nas propriedades rurais das mulheres associadas, Porto da Folha, 2019

Sócias em abril de 2019	Ingresso na Associação	Alteração do Sistema Produtivo depois da Associação / Mudanças para a Transição Agroecológica		
		Parou o uso de agrotóxico	Nunca utilizou agrotóxicos	Outras alterações
Margarida	Fundadora		x	Não mudou, sempre foi agroecológico.
Rosa	Fundadora	-	-	Mudou a forma de produzir, inseriu consórcio e rotação de culturas e mudou os cuidados com o meio ambiente.
Violeta	Fundadora		x	Mudou a forma de produzir; plantio de mais variedades; cuidados com o meio ambiente.
Caroá	Fundadora	x		Deixaram de utilizar veneno.
Bromélia	2011	x		Mudou a forma de produzir; aumentou a diversidade de hortaliças plantadas e cuidados com o meio ambiente.
Lírio	Fundadora		x	Sempre produziu assim. Alteração do conhecimento sobre produção, relação social com as pessoas.
Dália	2012		x	Nunca usou veneno, mas mudou muita coisa no sistema produtivo.
Cravina	2009		x	Sempre produziu com respeito ao meio ambiente. Depois da Associação aumentou o conhecimento com as capacitações.
Alpina	Fundadora	-	-	Aprendeu a manejar os canteiros; cuidados com o meio ambiente.
Gérbera	Fundadora	x		Mudança nos insumos (forma de produzir). Utiliza o minhocário.
Xique-xique	Fundadora	x		Melhorou os cuidados com o meio ambiente, hoje tem duas cisternas, antes da Associação não tinham água nem luz.
Malva	2012	x		Depois da Associação tem maior conscientização sobre uso de agrotóxicos.
Calíandra	Fundadora		x	Nunca usou veneno.
Jitirana	2010	-	-	Ainda usa veneno.
Araçá	2018	x		A Associação ensinou um adubo natural. Agora existe diálogo, a Associada quer ter espaço pra produzir.
Camará	2018	x		Mudanças na forma de produzir e cuidados com o meio ambiente.
Jurubeba	2018	x		Mudanças na forma de produzir e cuidados com o meio ambiente.
Alamanda	2018	x		Mudanças na forma de produzir e cuidados com o meio ambiente.
Mandacaru	2012		x	Melhorou o conhecimento sobre a produção nos intercâmbios e cursos; sempre busca implantar o que aprende.
Jurema	2012		x	Sempre produziu assim, só não tinha conhecimento do termo. Na Associação aprendeu a manejar o solo de maneira correta.
Buganvília	2018	x		Depois da Associação mudou o planejamento da produção e a divisão das tarefas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

A partir das informações do Quadro 5, observa-se que, apesar das questões serem relacionadas às alterações realizadas no sistema produtivo da propriedade de cada uma das sócias, algumas mulheres acabam expondo a sua experiência em relação à transição agroecológica, como é o caso das sócias Alamandra e Alpina, que participam das atividades produtivas na área da associação.

Esses dados revelam que os cuidados com o meio ambiente foram a principal mudança estabelecida pelas associadas durante o processo de transição agroecológica, seguidos do fato de 10 sócias afirmarem que deixaram de usar veneno na unidade de produção rural. As agricultoras também apontaram outras mudanças na forma de produzir, tais como: o aumento da diversidade de hortaliças, a implantação das técnicas de consórcio entre culturas, a rotação de culturas e a mudança dos insumos utilizados na produção.

Para Altieri, o sistema de policultivo é mais eficiente e, frequentemente, produz mais do que as monoculturas. Assim, esse melhor aproveitamento da terra é muito importante para as pequenas propriedades de terra, que, em geral, são preparadas e capinadas manualmente. Assim, o “[...] desenvolvimento de agroecossistemas autossuficientes, diversificados e viáveis economicamente surgirá de novos sistemas integrados de agricultura, com tecnologias ao alcance dos agricultores e adaptadas ao meio ambiente” (ALTIERI, 2004, p. 104).

Nesse contexto, no qual se percebe o agroecossistema como um todo, é necessário levar em conta a estabilidade e a sustentabilidade ecológica, e não apenas a produção econômica (ALTIERI, 2004). Portanto, compreende-se que o trabalho associativo das mulheres pode ser visto como uma forma de resistência, pois provém

[...] mais das categorias produzidas pela crise e por um conjunto complexo de razões financeiras, econômicas, ideológicas, socioculturais, e mesmo simbólicas, caracterizadas pela vontade de implantar um sistema de produção menos exigente em termos de capital e de valorizar ao máximo os recursos humanos; razões que incorporam, além disso, elementos de importância, tal como a diversificação de cultivos, as tecnologias “apropriadas”, alternativas ou agroecológicas, o trabalho associativo, coletivo ou comunitário e, por vezes, a pluriatividade e a busca de identidade (ALMEIDA, 2009, p. 193-194).

Nesse conjunto das tecnologias agroecológicas, além do trabalho comunitário e da diversificação de cultivos, nota-se a opção das mulheres associadas por um sistema menos exigente em capital, pois é notório que dentre as fundadoras da associação apenas três disseram que deixaram de utilizar agrotóxicos para realizar a transição agroecológica, enquanto que metade das sócias que afirmaram ter deixado de usar veneno na fase de transição agroecológica ingressaram na associação em 2018, e duas sócias não comentaram se utilizam ou já utilizaram agrotóxicos na produção agrícola.

É importante destacar que oito sócias afirmam que nunca utilizaram agrotóxicos na produção, mesmo quando desconheciam o termo agroecologia, e a única sócia que afirma ainda utilizar veneno relata que apenas o marido trabalha na produção agrícola, e ele toma as decisões sobre a produção da propriedade. Porém, esta relata que depois que ingressou na associação, em 2010, passou a ter uma horta sem veneno na sua propriedade e adota práticas agroecológicas na associação e em casa.

Ainda sobre o processo de transição agroecológica, após o engajamento das mulheres na associação, as sócias identificam como alterações nas relações sociais: a construção de espaço para diálogo e a conquista de um espaço para elas produzirem, sendo que quatro delas ressaltam a importância da aplicação do conhecimento adquirido sobre os

processos produtivos e o manejo do solo, principalmente através das capacitações, de cursos e de intercâmbios.

Essa dualidade apresentada sobre o processo de transição agroecológica e a percepção de muitos entrevistados de que as mulheres associadas sempre praticaram agroecologia vem reforçar as múltiplas facetas dessa ciência interdisciplinar. Nota-se que o conhecimento tradicional, passado dentro da sociedade camponesa na qual essas mulheres estão inseridas, sempre fez parte das práticas agrícolas das famílias rurais das associadas.

Entretanto, é nítida a absorção de conhecimento e de novas técnicas adotadas e compartilhadas pelas sócias, principalmente de convivência com o Semiárido, no âmbito da associação, assim como na gestão e na produção da propriedade rural das mulheres. Essas experiências foram adquiridas, primordialmente, através das capacitações e de intercâmbios frequentados pelas associadas.

Portanto, a compreensão das associadas sobre a agroecologia está diretamente ligada à mudança de hábitos e à saúde da família, como argumenta Rosa: “[...] Não adianta de nada ter conhecimento se você não passa, guarda, ou não dá oportunidade pra outras pessoas aprenderem também [...]. Fora que o veneno tá causando muito mal, é câncer, depressão... mas ninguém leva a sério” (GRUPO FOCAL, 2019).

Desse modo, as sócias relatam mudanças ocorridas nas relações familiares das mulheres, mais especificamente a utilização ou não de agrotóxicos pelos maridos, como expõe uma das sócias: “Eu tenho uma cunhada que um dia veio para uma reunião, e ela passou pra o marido que não era mais pra ele usar veneno. A partir daquele momento, ele deixou uma parte da terra limpa, e o que se planta lá é para família consumir. Eu acho que isso já é um bom começo, quem sabe um dia ele para de usar”. Já outra sócia relata que na família dela não houve mudanças, e afirma que “[...] Meu marido nunca usou veneno na vida, continua a mesma coisa” (GRUPO FOCAL, 2019).

Assim, é evidente a preocupação das mulheres no que se refere à segurança alimentar delas e de suas famílias, quando afirmam que não utilizam agrotóxicos na produção agrícola destinada ao consumo da família. Desse modo, as práticas agroecológicas não são adotadas apenas na sede da associação, mas se estendem às unidades produtivas e à casa das associadas.

Na percepção quase unânime das mulheres, para 20 entrevistadas, a aplicação das práticas agroecológicas acontece na casa das associadas. Dessa forma, 19 afirmam que essas práticas são aplicadas na propriedade rural, enquanto 16 sócias apontam que as práticas

agroecológicas se dão na associação. Apenas uma sócia aponta que a aplicação das práticas agroecológicas se dá apenas na associação.

Portanto, diante do exposto neste capítulo, nota-se que as práticas agroecológicas fazem parte do modo de vida das famílias rurais, pois a grande maioria das sócias percebe mais as práticas agroecológicas nas suas casas e nas propriedades rurais do que na própria associação, apesar de a grande maioria das atuais sócias revelarem que mudaram seus sistemas produtivos depois de terem ingressado na instituição.

Nesse contexto, fica explícita a relação das mulheres com a vida no ambiente rural e com a luta coletiva para que essas possam trabalhar com a terra de forma que a produção agrícola colabore com a segurança alimentar das famílias rurais e com a preservação dos recursos da caatinga, manejando, assim, o sistema agroalimentar de forma a proporcionar uma convivência das famílias rurais com o Semiárido.

É nesse sentido, que, no próximo capítulo, serão abordados aspectos sobre o modo de vida das mulheres rurais no âmbito das relações familiares, da agricultura e a influência do associativismo no modo de vida das mulheres sertanejas.

4 MULHERES RURAIS

Sabendo que “[...] o sociólogo se esforça, de um lado, para recobrar e compreender a consciência espontânea do fato social [...] e, de outro lado, ele se esforça para apreender o fato em sua própria natureza, graças ao privilégio que lhe confere sua situação de observador que abdica de ‘agir sobre o social’ para pensá-lo [...]” (BOURDIEU, 2006, p.91), o presente trabalho pretende compreender o mundo rural e os fatos sociais em que estão inseridas as mulheres associadas.

É importante estudar especificamente as mulheres dentro do contexto da agricultura familiar, pois a sociologia rural vem aproximando os estudos das questões de gênero no âmbito das famílias rurais, que historicamente são percebidas como um todo unido. Portanto, o trabalho apresenta, nos próximos tópicos, a pesquisa realizada sobre o papel que as mulheres sertanejas exercem na família, na agricultura e na associação.

4.1 Trabalho e organização das mulheres rurais em casa e na família

No que concerne à observância do papel da mulher no meio rural, é necessário vislumbrar a atuação das agricultoras como uma importante fonte de sobrevivência para a agricultura familiar e para a sociedade frente à distinta ligação que as mulheres rurais possuem com a natureza, quando comparadas ao comportamento do homem agricultor. Nesse sentido, Schaaf (2001, p. 277) explicita que a “[...] proximidade da natureza marca a diferença entre as agricultoras e os homens agricultores e das mulheres urbanas [...]”.

Mas, para compreender o contexto da vida das mulheres no espaço rural, não se pode deixar de lado as questões que tratam da “[...] divisão sexual do trabalho na agricultura; a dominação de gênero fundada na titulação masculina da propriedade da terra e na administração dos bens e da produção; assim como o matrimônio e a dominação e a violência de gênero resultantes dele são intrínsecas à vida da mulher no campo” (LUSA, 2012, p.104).

Nesse sentido, para estudar as mulheres rurais adultas, vamos, também, abordar algumas características apresentadas pela literatura, como a questão de que estas são casadas, pois só serão agricultoras pelo casamento, conforme aborda Paulilo (2003). Assim, a temática sobre o acesso das mulheres rurais à propriedade da terra demonstra ter influência “[...] sobre o equilíbrio de poder econômico e social entre mulheres e homens. Questões semelhantes emergem da compreensão do papel feminino no desenvolvimento do meio ambiente, particularmente na conservação de recursos naturais (como árvores), que apresenta uma relação específica com a vida e o trabalho das mulheres” (SEN, 2000, p.234).

Este trabalho considera ainda o mundo rural como espaço de vida, sendo este um “[...] espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esperas mais amplas da sociedade)” (WANDERLEY, 2009b, p. 204). Portanto, é necessário compreender as diversidades econômicas e de perfis sociais que convivem nos espaços rurais.

Assim, as mulheres rurais estudadas podem ser caracterizadas como camponesas ou agricultoras familiares tradicionais, sendo que sete se autodenominam agricultoras agroecológicas; seis, como trabalhadoras rurais; três, como agricultoras familiares; três se apresentam como servidoras públicas, e duas, como estudantes.

No que tange às atividades laborais das associadas, além das atividades agrícolas, percebe-se o desenvolvimento da pluriatividade, inclusive com o desempenho de atividades não agrícolas na propriedade rural. Diante desse cenário, Wanderley (2009b, p. 238) expõe que

[...] o que caracteriza hoje o perfil da “categoria socioprofissional” dos agricultores é [...] a necessidade frequente de que os agricultores se tornem polivalentes e pluriativos, capazes, portanto, de estender sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda, com atividades, agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar [...].

Nesse contexto, a pesquisa constatou que cinco associadas são servidoras públicas e trabalham no posto de saúde ou na escola do povoado. Já Caroá, Jurubeba e Alamanda são agentes de saúde no Programa de Saúde da Família, enquanto a Bromélia tem formação superior em Matemática, é técnica em Alimento e trabalha como secretária na escola do povoado. Finalmente, a sócia Cravina é merendeira e tem formação superior em Matemática.

No entanto, observa-se que nenhuma das sócias que exercem cargos públicos deixou de participar de pelo menos uma das atividades desenvolvidas na associação (horta, banco de sementes, mudas, galinheiro, minhocário, turismo pedagógico, balas de banana, compotas e geleias), sendo que a Jurubeba participa de uma atividade; Alamanda, de três; Cravina, de duas; Caroá, de três atividades, e a Bromélia, de seis atividades. Ressalta-se que quatro servidoras participam da horta comunitária e que três destas já ocuparam cargos de gestão na instituição; Caroá e Bromélia foram secretárias, e Cravina já foi tesoureira da associação. Mandacaru ingressou na associação em 2012, e as outras quatro estudantes passaram a integrar a instituição como sócias em 2018.

Apesar de serem novas na instituição, participam ou já participaram de até oito atividades desenvolvidas nela, sendo que todas participam do cultivo de hortaliças, e Araçá e

Mandacaru já ocuparam o cargo de secretárias na gestão da instituição. As sócias Mandacaru e Buganvília são estudantes universitárias e cursam a faculdade de Engenharia Agrônômica, enquanto as sócias Jurubeba e Alamanda fazem curso técnico em Agropecuária; já a sócia Araçá faz curso técnico em Enfermagem.

Das 21 mulheres que integram a associação, 11 são aposentadas: Margarida, Violeta, Lírio, Alpina, Gérbera, Xique-xique, Jacarandá, Caliandra e Jurema; duas sócias, atualmente aposentadas, exercem outras atividades laborais, como é o caso de Caroá, que é aposentada como professora e hoje trabalha como agente comunitária de saúde, e Jitirana, que também foi professora e hoje é costureira e agricultora.

As únicas sócias aposentadas que não colaboram ativamente das atividades da associação são Jitirana e Jurema, que participam apenas dos encontros, das reuniões e das decisões da instituição.

Mas os dados apontam para algumas mudanças no perfil das sócias ao longo da existência da associação, conforme podemos observar no Quadro 6.

Quadro 6 – Cenário comparativo do perfil das associadas, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Sócias Fundadoras da Associação, Ingresso no Grupo de 2003 a 2006					
Sócias em abril de 2019	Idade no ano de ingresso e/ou fundação da Associação	Quantidade de filhos	Escolaridade	Naturalidade (Cidade/Estado)	Posse da Terra
Margarida	51	3	Ensino Médio Completo	Porto da Folha (SE)	Associada
Rosa	53	5	Ensino Médio Completo	Porto da Folha (SE)	Casal
Violeta	47	2	Ensino Médio Completo	Porto da Folha (SE)	Casal
Caroá	55	2	Ensino Fundamental Completo	Aracaju (SE)	Casal
Lírio	57	3	Alfabetizada	Dois Riachos (AL)	Casal
Alpina	51	2	Alfabetizada	Pão de Açúcar (AL)	Casal
Gérbera	40	4	Ensino Médio Completo	Porto da Folha (SE)	Casal
Xique-xique	45	6	Ensino Fundamental Incompleto	Porto da Folha (SE)	Casal
Caliandra	44	5	Ensino Fundamental Incompleto	Carneiros (AL)	Casal
Ingressantes na Associação de 2009 a 2012					
Bromélia	24	0	Ensino Superior	Porto da Folha (SE)	Terra da Associação
Dália	44	5	Alfabetizada	Porto da Folha (SE)	Casal
Cravina	34	2	Ensino Superior	Porto da Folha (SE)	Casal
Malva	54	8	Alfabetizada	Olho D'água (AL)	Casal
Jitirana	47	9	Ensino Médio Completo	Palmeira dos Índios (AL)	Casal
Mandacaru	28	2	Superior Incompleto	Arapiraca (AL)	Mãe
Jurema	55	1	Ensino Fundamental Incompleto	Porto da Folha (SE)	Casal
Ingressantes na Associação em 2018					
Araçá	29	4	Ensino Médio Completo	Porto da Folha (SE)	Irmão
Camará	49	5	Alfabetizada	Pão de Açúcar (AL)	Associada
Jurubeba	27	0	Ensino Médio Completo	Pão de Açúcar (AL)	Associação
Alamanda	25	0	Técnico Agropecuário	Porto da Folha (SE)	Terra da Associação
Buganvília	30	0	Superior Incompleto	Pão de Açúcar (AL)	Mãe

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

As nove sócias-fundadoras da associação estão na instituição há pelo menos 13 anos e apresentavam uma faixa etária média de 49 anos, em 2007, ano de fundação da instituição. Todas têm de 2 a 6 filhos e escolaridade máxima do Ensino Médio completo, em 2019. Apenas uma das fundadoras que se encontram associadas em 2019 não é sertaneja, sendo que cinco são naturais de Porto da Folha, uma de Aracaju, Sergipe, e três são naturais do Sertão alagoano. Oito dessas sócias detêm a posse da terra em conjunto com o marido, e apenas uma mulher detém a posse da terra de forma individual.

Do grupo de sete mulheres que ingressaram entre 2009 e 2012 na associação e estão na instituição há pelo menos sete anos, apenas uma não tem filhos. Porém, a média de filhos desse grupo é a mais alta comparada aos outros dois grupos analisados nesta pesquisa, sendo de 4,5 filhos entre as seis mulheres que são mães. Este, também, é o grupo que apresenta a maior escolaridade, visto que duas sócias possuem Ensino Superior completo, outra cursa faculdade e uma tem Ensino Médio completo, em 2019. Estas tinham em média 40 anos no ano em que entraram para a associação.

Dessas sete sócias, quatro são naturais de Porto da Folha, Sertão de Sergipe, e três são alagoanas, sendo duas sertanejas e uma do Agreste de Alagoas. Sobre a posse da terra, uma sócia só trabalha na terra da associação; já no caso de cinco sócias, a posse da terra pertence ao casal, e no caso de uma sócia, a posse da terra pertence a sua mãe.

Sobre o grupo de cinco mulheres que ingressaram na associação em 2018, observa-se que estas são as mais novas a se associarem, com idade média de 32 anos. Todas são sertanejas, sendo três de Pão de Açúcar, em Alagoas, e duas de Porto da Folha, em Sergipe. Quanto à posse da terra, duas associadas detêm a posse, enquanto que para outras duas, a terra pertence a familiares (à mãe e ao irmão), e um sócia só trabalha na terra da associação. Sobre a escolaridade, percebe-se que uma sócia é alfabetizada e quatro mulheres têm pelo menos o Ensino Médio completo, em 2019. Observa-se, ainda, que nesse grupo três sócias não têm filhos e duas são mães.

Assim, verifica-se que as mulheres passam a integrar a associação cada vez mais novas em comparação com a idade apresentada pelo grupo de mulheres que fundaram a instituição. Apesar da natalidade média se manter no grupo, observa-se que a maioria das mulheres que ingressou na instituição em 2018 não são mães. Destacamos também que, apesar de todas as sócias serem pelo menos alfabetizadas, o grau de escolaridade das sócias vem aumentando.

Um fato importante a ser ressaltado é que as mulheres têm acesso ao meio de produção, visto que a grande maioria das associadas detêm a posse da terra sozinha ou em

conjunto com o marido. Também foi possível verificar que, apesar de três associadas laborarem nas terras da mãe ou do irmão, ela pertence à família, sendo esse um ponto importante observado, pois, segundo Paulilo (2016b, p. 16), no feminismo brasileiro, “[...] a discussão da distribuição da riqueza e da propriedade tem ficado em segundo plano [...]”.

Com isso, observa-se que a realidade das associadas vem contrariando a tradição dos estudos sobre o cenário rural brasileiro, os quais constatam que “[...] são principalmente os filhos homens que herdam a terra, enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais até que eles morram [...]” (PAULILO, 2003, p. 188-189).

Ainda falando a respeito da relevância da temática sobre a participação das mulheres na propriedade da terra, observa-se que esse fato “[...] pode ser um fator importantíssimo para a iniciativa e a participação feminina, com efeitos de longo alcance sobre o equilíbrio de poder econômico e social entre mulheres e homens [...]” (SEN, 2000, p.234).

A exposição das características acerca da escolaridade das mulheres rurais associadas e da posse da terra pertencer à família nos remete à afirmação de Sen (2000) de que as variáveis acerca de se ter direitos de propriedade e ser alfabetizadas têm alto grau de influência, dentre outros fatores, para a possibilidade de consideração pelo bem-estar e para a aquisição de respeito às mulheres.

Associado ao exposto acima, outro aspecto importante para esta pesquisa e discussão é compreender o modo de vida das associadas. Nesse sentido, é importante vislumbrar, também, as atividades executadas pelas mulheres e como estas dividem o seu tempo. Desse modo, a pesquisa constatou que, das 21 mulheres associadas, seis sócias declaram trabalhar em outras atividades além da associação e/ou de sua propriedade rural (Tabela 1).

Tabela 1 – Ocupação das mulheres associadas nas atividades cotidianas, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Sócias em abril de 2019	Aposentada	Horas Trabalhadas /dia	Locais de Trabalho e a Divisão do Tempo das Associadas (horas/semana)										
			Cuidados			Atividades Produtivas				Outras Atividades			
			Domésticos	Crianças	Idosos	Agrícolas	Comercialização	Associação	Outras	Estudos	Igreja	Lazer	
Margarida	x	8	20	-	-	-	-	-	30	10 horas em trabalho voluntário na escola	-	10	8
Rosa	-	12	14	-	4	8	2	6	6	OPC projeto MPA	-	1	-
Violeta	x	8	14	-	-	24	associação	de 4 a 8	6	-	-	2	-
Caroá	x	+8	21	-	-	-	-	0,5	0,5	Agente Comunitário de Saúde	-	2	-
Bromélia	-	12	6	-	-	-	-	2	2	8 horas na Secretária em uma Escola	-	-	-
Lírio	x	8	de 04 a 05	-	-	4	-	de 2 a 3	de 2 a 3	-	-	1,5	-
Dália	-	10	21	-	7	12	1	24	24	-	-	-	-
Cravina	-	10	21	14	7	sim	-	-	-	30 horas como Merendeira	-	-	-
Alpina	x	9	42	84	-	-	6	4	4	-	-	4	7
Gérbera	x	direto	28	56	14	-	-	4	4	-	-	-	-
Xíque-xíque	x	+8	17,5	-	-	24	-	7	7	-	-	6	-
Malva	x	8	5	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-
Caliandra	x	-8	21	-	-	sim	-	6	6	-	-	30 minutos	28
Jitirana	x	-8	28	-	-	24	-	-	-	12 horas com costura	-	20 minutos	7
Araçá	-	+8	49	56	-	-	5	3	3	-	12	-	-
Camará	-	+8	28	-	sim	-	10	2	2	-	-	5	21
Jurubeba	-	+8	14	-	-	35	-	3	3	Agente de Saúde PSF	20	2	4
Alamanda	-	8	sim	sim	sim	-	-	4	4	40 horas num Posto de Saúde	20	-	-
Mandacaru	-	10	14	14	-	sim	-	sim	sim	-	20	2	4
Jurema	x	8	35	7	-	sim	-	-	-	-	-	1,5	-
Buganvilla	-	-	20	-	-	3	-	4	4	8 horas Projeto de Extensão Universitária	15	2	-
Total de Horas	-	-	418,5	238	38	135	24	109	108		87	40	79

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Observa-se no quadro acima que um número expressivo de mulheres teve dificuldade em mensurar as horas trabalhadas em cada uma das atividades desempenhadas diariamente (domésticas, produtivas, estudos ou de lazer). As sócias Caliandra e Jitirana mensuraram que trabalham menos de 8 horas por dia, mas a maioria (12 mulheres) computa que trabalha mais de 8 horas. Nota-se, ainda, que Caliandra é aposentada e a sócia que declara destinar o maior tempo ao lazer.

A atividade que demanda o maior tempo das mulheres, 418,5 horas por semana, são os cuidados domésticos. Apenas a sócia Alamanda declara que não desempenha atividades domésticas, mas as demais 20 sócias dedicam em média 21,15 horas por semana a esse tipo de serviço. As mulheres destinam 263 horas semanais aos cuidados com crianças ou idosos. Foi informado, ainda, que o tempo médio semanal destinado ao cuidado com as crianças é o trabalho que ocupa o maior tempo semanal de sete sócias, uma vez que dedicam em média 39,6 horas semanais a essa atividade.

Já no que concerne ao tempo semanal destinado às atividades produtivas, as sócias dedicam em média 50,24 horas semanais, sendo que o trabalho não agrícola, desconsiderando a comercialização, ocupa a maior média do tempo laboral das mulheres, pois são no mínimo 18 horas por semana, porém nem todas responderam o número de horas semanais destinadas ao trabalho no povoado, principalmente nas escolas e no posto de saúde.

O trabalho na propriedade rural demanda o maior número de horas trabalhadas na semana de 13 sócias, que dedicam em média 15 horas às atividades agrícolas. Já 19 sócias dedicam em média 6,4 horas por semana às atividades na associação, e 6 mulheres dedicam em média 4,8 horas por semana à comercialização da produção.

Dentre outras atividades que as sócias dedicam seu tempo, destacamos que cinco mulheres dispõem 87 horas semanais aos estudos, sendo verificado que elas aplicam entre 12 e 20 horas por semana de estudo nos cursos técnicos ou na graduação. Apesar de 14 sócias não mensurarem a quantidade de horas que destinam às atividades de lazer, a igreja e o lazer ocupam aproximadamente 119 horas por semana, sendo que sete mulheres não frequentam ou não informaram sobre o tempo da semana em que se dedicam às atividades na igreja.

Pelo exposto, é importante dar visibilidade às múltiplas atividades desempenhadas pelas mulheres em casa, com os cuidados, com os estudos, na agricultura, nos empregos, na igreja e ainda enfrentando mais uma jornada de trabalho na associação. Segundo Paulilo, considerar essas atividades como trabalho é a principal reivindicação do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), que demandam que as produtoras agrícolas familiares “sejam consideradas ‘produtoras rurais’ e não ‘do lar’ [...] foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas” (2003, p. 183).

Nesse contexto, cabe salientar as mudanças na vida das mulheres por meio do processo de organização e de ocupação dos espaços coletivos por elas, visto

[...] a transformação pessoal da mulher integrante do movimento, que, em conjunto com outras, criou um espaço novo, legitimado, de convivência feminina rural com referência à tradicional divisão de esferas, na qual a mulher é dona da casa e o homem atua na esfera pública e política. [...] Ter legitimidade como boa mãe e esposa é crucial para as agricultoras, contudo, a mudança de uma mulher submissa para uma mulher que negocia e amplia o seu espaço de decisão dentro de casa tem sido enorme. [...] (SCHAAF, 2001, p. 279-280).

Assim, verifica-se a importância da realização de mais estudos acerca da sobrecarga de trabalho das mulheres, bem como sobre a divisão das atividades domésticas. Portanto, a pesquisa procura analisar a participação (inclusão/exclusão) das mulheres associadas no espaço

de decisões na família, na sociedade e na agricultura; no espaço reprodutivo e no espaço produtivo agrícola e não agrícola.

4.1.1 Tomada de decisão e divisão das tarefas na família

Com o intuito de melhor compreender o modo de vida das associadas, a pesquisa aponta a percepção das mulheres sobre possíveis alterações nas relações familiares e de como ocorrem as tomadas de decisão e as divisões das atividades domésticas no núcleo familiar das sócias (Quadro 7).

Quadro 7 – Espaço das associadas nas decisões e nas tarefas domésticas, Porto da Folha, Sergipe, 2019.

Sócias em abril de 2019	Quantidade de Moradores em casa	Tomada de Decisões (sobre a casa e os filhos)			Organização da Divisão das Tarefas em Casa	A Relação com a Família mudou após a Associação
		Casal	Mulher	Outros		
Margarida	1		X		Tem uma ajudante. Associada faz o almoço.	Sim, para melhor. Sempre tive apoio.
Rosa	3		X		Todos ajudam.	Sim. Passou a trabalhar. O marido passou a ajudar mais.
Violeta	2	X			Marido ajuda (cozinha e roupa).	Não
Caroá	2	X			Tarefas divididas (marido limpa a casa, lava prato, arruma a cama).	A família fica feliz por saber que está ocupada e fica bem como as atividades da Associação.
Bromélia	2		X		O marido ajuda (lava louça).	Sim. O marido mudou em relação às questões de gênero.
Lírio	3	X			Só a entrevistada.	Na alimentação familiar e renda.
Dália	4	X			Só a entrevistada.	Sim, mudou.
Cravina	5	X			O filho ajuda um pouco e 1 pessoa ajuda com as roupas.	Sim. União no lar.
Alpina	2		X		Ela. 2 filhas vão ajudar a varrer, passar pano na casa, cuidar da comida.	Sim. Só sabia cuidar da casa, agora tomei muito conhecimento com o pessoal e graças a Deus eu sou muito feliz.
Gérbera	3		X		Ela faz as atividades domésticas. Os irmãos dela ajudam com o cuidado com os idosos.	Sim. Mudou pra melhor, tenho mais autonomia, era muito tímida e não sabia se expressar. Mais autoestima, crescimento pessoal foi demais.
Xique-xique	3	X			Tarefa de casa é só com ela. O marido ajuda a limpar o quintal, dar comida aos porcos.	Sim. No início era muito tímida e tinha que levar os filhos para a Associação. O marido achava que não valia a pena ela participar. Depois ele começou a ajudar na Associação (tinha vontade, mas não consegui fazer as coisas sozinha). Só os homens da família podiam tirar leite, depois da Associação ela começou a tirar leite.
Malva	4		X		Os homens ajudam no quintal, mulheres cuidam da casa e comida.	Aprende na Associação e repassa para a família.
Caliandra	5	X			Ninguém ajuda.	O marido não gostava (dizia que elas trabalhavam muito). Falava que tinha que cuidar das atividades domésticas. Ele só reclama, mas não briga.
Jitirana	2		X		O marido faz o café quando ela tem outro compromisso, a filha que não mora com ela as vezes ajuda.	Não
Araçá	6		X		Faz tudo sozinha.	Levo as crianças para horta e elas se divertem.
Camará	4		X		Sozinha	Sim
Jurubeba	3			Tia	Divide com as outras mulheres da casa.	Sim. Aprendi mais a falar.
Alamanda	3			mãe	É dividido entre os membros.	Não
Mandacaru	5		X		Com a irmã.	Sim. Sempre participou de atividades.
Jurema	5	X			Divide com a filha.	Não
Buganvília	2	X			O marido ajuda de forma geral.	Não

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Nesse contexto, observa-se que apenas a sócia Margarida mora sozinha em casa, sendo dela a responsabilidade de fazer o almoço, enquanto que para a execução das demais atividades domésticas, ela contrata uma ajudante.

Sobre como se dá a divisão das atividades domésticas nos núcleos familiares, os dados apontam que, na casa que tem o maior número de moradores, seis habitantes, é a mulher quem assume todas as atividades domésticas. Porém, essa realidade de acumular todas as tarefas de casa é a realidade vivenciada por cinco associadas. Em outras quatro residências, as tarefas domésticas também são de responsabilidade apenas das mulheres da casa, visto que as atividades são divididas apenas com as demais mulheres residentes na habitação.

Com isso, observa-se que o termo “ajuda” aparece com frequência nos relatos das associadas, visto que oito mulheres relatam que contam com a ajuda dos filhos ou dos maridos na execução das atividades domésticas. Em apenas três residências, as mulheres afirmam que as tarefas de casa são divididas entre todos os membros da família (incluindo os maridos ou filhos), contudo, vale salientar que essas famílias são compostas por apenas dois ou três membros.

É notório que as mulheres estão à frente das decisões relacionadas às questões domésticas e aos filhos, uma vez que 10 associadas afirmam que são elas quem tomam as decisões relativa aos filhos ou à casa; nove mulheres afirmam que essas decisões são tomadas pelo casal. Nenhuma das sócias citou que é o marido quem toma a frente nas decisões relacionadas aos filhos ou às questões da casa. Porém, uma associada citou que é a tia quem toma as decisões, enquanto outra relatou que é a mãe quem decide sobre essas questões.

Assim, percebe-se que a maior parte das tarefas domésticas são atribuídas às mulheres. “Estamos falando do trabalho de gerenciamento e preparo da alimentação, de manutenção da casa, de educação dos filhos, de cuidado com idoso e enfermos, além dos demais membros adultos da família [...]” (FARIA; NOBRE, 2003, p.70).

O papel de reprodução biológica se funde com o trabalho doméstico, sendo aceito com naturalidade nas famílias (SILVA, 2012). É notório que apenas a sócia Jitirana afirma que o marido prepara o café; essa realidade colabora com os estudos que abordam a cozinha como espaço feminino: “[...] É no âmbito da refeição (seu preparo a distribuição) que a esposa – mãe – exerce sua autoridade e controle, determinando, dentro das possibilidades da família, o que irá compor a refeição e como esta será distribuída entre os membros da família” (WOORTMANN, 1978, p.58).

A realidade apresentada em diversos estudos sobre a elevada carga de trabalho das mulheres também se faz presente no cotidiano das mulheres rurais da região de Cuetzalan: “[...]”

las mujeres rurales desempeñan tanto el papel de mujeres/esposas y madres, como de trabajadoras y de campesinas. También existe una distribución inequitativa de las cargas de trabajo entre los miembros de las unidades domésticas” (ÁLVAREZ, 2004, p. 301).

Esse cenário apresentado por Álvarez (2004) também foi observado no contexto das mulheres rurais associadas aqui pesquisadas. Contudo, apesar da importância da realização dessas atividades desempenhadas essencialmente pelas mulheres, este trabalho não é valorizado ao tempo em que é o alicerce para a manutenção do sistema capitalista.

Toda essa imensa contribuição que as mulheres prestam à sociedade não é revelada, não é remunerada, não é valorizada e nem reconhecida. Vivemos ainda em uma sociedade patriarcal e machista, que impõe que esse trabalho seja prestado pelas mulheres de forma gratuita, como uma doação compulsória, pelo simples fato de se ter nascido mulher. O trabalho gratuito das mulheres para com o cuidado das pessoas é o que garante a eficiência do mercado capitalista, que só contabiliza como bens econômicos o que é transacionado monetariamente (MIRANDA; SILIPRANDI, 2012, on-line).

Dessa forma, a participação das mulheres na associação acarreta uma sobrecarga de trabalho, o que poderia ser minimizado através de uma divisão equitativa das atividades domésticas. Diante disso, a pesquisa investigou a percepção das associadas acerca de possíveis alterações nas relações sociais das mulheres no seu bojo familiar. Para essa indagação, cinco sócias, dentre elas apenas uma das fundadoras da instituição, Violeta, responderam que não perceberam mudanças na relação com a família depois que elas ingressaram na associação.

A sócia Caliandra (2019) não afirmou diretamente se houve mudança nas relações com a família, relatando que “o marido não gostava (dizia que elas trabalhavam muito). Falava que tinha que cuidar das atividades domésticas. Ele só reclama, mas não briga”. Esta narrativa não foi interpretada como uma alteração na relação da associada com seu marido, visto que aparentemente ele continua reclamando da sua participação na associação, ao tempo em que também se pode interpretar que atualmente o marido deixou de brigar para que ela deixe de dedicar seu tempo às atividades na associação.

Mas, para a grande maioria das mulheres, a relação com a família modificou após elas ingressarem na instituição. Para 15 sócias, houve a percepção de alterações positivas nas relações com suas famílias depois que passaram a fazer parte da associação.

Dentre as mudanças percebidas pelas associadas nas relações familiares, podemos destacar suas narrativas relativas às alterações positivas para: (i) as famílias: “na alimentação familiar e renda”, “união no lar”, “repasso do conhecimento adquirido na associação para a família”, e que “as crianças se divertem na horta da associação”; (ii) o comportamento dos maridos: “o marido passou a ajudar mais”, “o marido mudou em relação às questões de gênero”,

“o marido achava que não valia a pena ela participar, depois ele começou a ajudar na associação”; e *(iii)* as condições de vida das mulheres: “participar das atividades”, “crescimento pessoal”, sendo que duas sócias percebem a aquisição de conhecimentos, maior autonomia, melhora da autoestima, crescimento pessoal, e consideram que aprenderam a se expressar e a falar mais, e três sócias relataram que “melhorou a timidez”.

Dentre as alterações relatadas, podemos notar que o associativismo das mulheres provocou a mudança de uma cultura tradicional na família de uma das associadas, que descreve que “tinha vontade, mas não conseguia fazer as coisas sozinha. Só os homens da família podiam tirar leite”, e depois de ingressar na associação, ela começou a tirar leite (XIQUE-XIQUE, 2019).

Assim, o movimento coletivo das mulheres acaba por contribuir para a melhoria das condições de vida das associadas, oportunizando o desenvolvimento e uma maior autonomia, de maneira a colaborar para a superação da situação de exclusão e de discriminação das mulheres sertanejas pesquisadas.

Nesse contexto, o trabalho de Viana Silva e Valente (2013) se inter-relaciona com o cenário verificado na pesquisa, pois os autores, ao constatarem que a criação de uma associação (Ampal) em um assentamento não contribuiu para gerar mudanças nas relações no âmbito da família, observaram alterações nas relações de poder comunitário e verificaram benefícios no modo de vida das mulheres:

fortalecimento organizacional; construção de redes e alianças sociais; aprofundamento de normas e valores (tais como a solidariedade, a reciprocidade, a confiança) que contribuem para o alcance do bem comum; modificação das relações sociais no interior do assentamento e, particularmente, as relações de poder (no caso, ligadas a questões de gênero) com influência sobre as políticas públicas, a partir do maior acesso à tomada de decisão e ampliação das oportunidades de desenvolvimento, de modo a enfraquecer ou superar os sistemas de exclusão e de discriminação (p.396).

Em se tratando das relações familiares e da busca por autonomia e participação nos processos decisórios, a pesquisa procurou compreender a realidade das mulheres associadas através da percepção das sócias sobre a renda monetária familiar proveniente das atividades não agrícolas (Tabela 2).

Tabela 2 – Renda monetária não agrícola das famílias das associadas, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Sócias em abril de 2019	Número de Integrantes por Família	Fontes de Renda Não Agrícola (por integrantes da família)			Valores Informados (em R\$ ou Salário Mínimos)	Renda Familiar Mensal Média Não Agrícola			Grau de Satisfação com a Renda Obtida			Acréscimo da Renda após Ingresso na Associação
		Trabalho	Aposentadoria	Outras		Média Total (R\$)	Per Capita (R\$)	Em Salário Mínimo*	Excelente / Muito Bom	Bom	Ruim	
Margarida	1	-	Ela	-	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4,01		X		Sim
Rosa	3	-	Marido	-	1.500,00	1.500,00	500,00	1,50		X		Sim
Violeta	2	-	Ela	-	2 salários mínimos*	2.994,00	1.497,00	3,00	X			Sim
			Marido	-	1 salário mínimo*							
Caroá	2	Servidora Pública (Ela)	-	-	1.480,00	6.178,00	3.089,00	6,19	X			Não
		-	Ela	-	3.700,00							
		-	Marido	-	1 salário mínimo*							
Bromélia	2	Secretaria da Escola (Ela)	-	-	2 salários mínimos*	2.495,00	1.248,00	2,50		X		Sim (doces)
		-	Marido	-	0,5 salário mínimo*							
Lírio	3	-	Ela	-	1 salário mínimo*	1.873,00	624,00	1,88		X		Sim (mas a produção é pequena)
		-	Marido	-	Seguro Safra	5x175,00/ano	160,00	283,00	71,00	0,28	X	Sim
Dália	4	Marido (3 a 4 diárias)	-	-	Bolsa Família							
		-	Merendeira	-	-	entre 30,00 a 40,00						
		-	-	-	1 salário mínimo*							
Cravina	5	-	-	Pai (Pensão)	1 salário mínimo*	3.934,00	786,80	3,94		X		Não
		-	Pai	-	940,00							
		-	Marido (Guarda)	-	-	1 salário mínimo*						
Alpina	2	-	Ela	Pensão	1.200,00	1.200,00	600,00	1,20	X			Sim
		-	Ela	-	1 salário mínimo*							
Gérbera	3	-	-	Marido (Pensão)	630,00	2.626,00	875,00	3,63			X	Sim
		-	-	Agregado	1 salário mínimo*							
		-	Ela	-	1 salário mínimo*							
Xíque-xíque	3	-	Marido	-	1 salário mínimo*	1.996,00	665,00	2,00		X		Sim (pouco)
		-	Ela	-	1 salário mínimo*							
Malva	4	-	Marido	-	1 salário mínimo*	1.996,00	499,00	2,00		X		Sim
		-	Ela	-	1 salário mínimo*							
Calliandra	5	-	-	Ela (Seguro Safra)	5x 170,00	2.448,00	490,00	2,45			X	Sim (pouco)
		-	3 Filhas (Padaria)	-	600,00							
Jitirana	2	Servidora Pública	Ela	-	2.600,00	2.600,00	1.300,00	2,61			X	Não
		-	-	Bolsa Família	360,00							
Araçá	6	Marido (Servidor)	-	-	1 salário mínimo*	1.358,00	226,00	1,36			X	Sim
		-	Mãe	-	1 salário mínimo*							
Camará	4	-	-	Pensão do Filho	1 salário mínimo*	1.996,00	499,00	2,00		X		Sim
		-	-	-	1 salário mínimo*							
Jurubeba	3	PSF	-	-	1 salário mínimo*	1.996,00	665,00	2,00		X		Sim
		-	Avó	-	1 salário mínimo*							
Alamanda	3	PSF	-	-	1 salário mínimo*	1.996,00	665,00	2,00		X		Não
		-	Mãe	-	1 salário mínimo*							
Mandacaru	5	-	Pais	-	1,5 salário mínimo*	1.497,00	299,40	1,50			X	Sim
Jurema	5	-	Ela, Marido e Filho	-	3 salários mínimos*	2.994,00	598,80	3,00		X		Não
		-	Marido (Construção Civil)	-	1 salário mínimo*							
Buganvília	2	-	Ela	Bolsa de Extensão	480,00	1.478,00	739,00	1,48		X		Sim

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

* Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo no Brasil em 2019 era de R\$ 998,00.

Observa-se que, apesar da renda monetária familiar das sócias ser heterogênea, ressalta-se que todas as famílias apresentam outra fonte de renda além da agrícola, sendo que para a família de sete associadas essa renda advém exclusivamente da aposentadoria. No caso das famílias da Bromélia e da Buganvília, elas não recebem nenhum tipo de repasse governamental. Por outro lado, 12 famílias detêm diversas fontes de renda monetária, mantendo, assim, um diversificado leque de fontes de receita, que são compostas por: (i) pelo labor das associadas ou de seus familiares no povoado de Lagoa da Volta em diversas atividades produtivas públicas ou privadas (trabalho por diárias e salários); e (ii) repasses governamentais por meio das aposentadorias, do Bolsa Família ou do Seguro Safra. Com isso, a renda mensal não agrícola das famílias, em abril de 2019, variou de R\$ 6.178,00 a R\$ 283,00. Vale ressaltar que a pensão alimentícia dos filhos também se constitui numa fonte renda para as mulheres.

Assim, além da evidente pluriatividade das famílias rurais, percebe-se a importância da conquista da aposentadoria rural pelas mulheres. Porém, “[...] mesmo com os direitos sociais, elas não pararam de reproduzir os tradicionais papéis. [...] O direito das trabalhadoras rurais à aposentadoria entrou somente em vigor em 1991, três anos após sua regulamentação. No entanto [...] o início da concessão do benefício ocorreu a partir de maio de 1992, no valor de um salário mínimo” (TEDESCHI, 2009, p.184).

Diante desse cenário, verifica-se que os dados apresentam uma elevada variação da renda, sendo que a família da sócia Caroá recebe mensalmente o maior valor monetário, equivalente a 6,19 salários mínimos, enquanto a família da sócia Dália apresenta a menor renda média mensal, sendo esta menor do que 30% do salário mínimo vigente em 2019. Nesse contexto, em 2019, a renda monetária mensal média das famílias das associadas equivale a 2,40 salários mínimos.

Já em relação à renda monetária *per capita*, verificou-se que, em média, ela equivale a R\$ 716,49 por mês. Mais uma vez, destacamos que essa média não representa a realidade de todas as famílias, visto que a maior renda *per capita* percebida mensalmente é de R\$ 4.000,00 da sócia Margarida, enquanto a realidade familiar da sócia Dália equivale à menor renda média *per capita*, de R\$ 71,00 mensais por membro da família. Logo, observa-se que essa discrepância desperta grande preocupação em relação ao contexto vivido por essas famílias, pois o IBGE considera pessoas em situação de extrema pobreza, em 2019, aquelas que dispõem de menos de R\$ 145,00 por mês. Assim, destacamos, também, a realidade das famílias das sócias Araçá e Mandacaru, que apresentam uma renda *per capita* mensal média menor que R\$ 300,00.

Diante dessa realidade, não se pode desprezar os resultados obtidos pelo Programa Bolsa Família, pois esse benefício tem proporcionado um maior acesso das famílias à

alimentação, ao tempo em que tem dado visibilidade às mulheres enquanto consumidoras (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007; BRANDÃO *et al*, 2007).

A pesquisa aponta que, para a maioria das mulheres associadas, 14 sócias, o grau de satisfação com a renda obtida é bom, enquanto cinco sócias consideram a renda ruim. Contudo, as sócias Violeta e Alpina estão muito satisfeitas ou consideram a renda média mensal excelente. Destaca-se que os valores monetários informados não interferem diretamente no coeficiente de satisfação das mulheres com a renda.

A grande maioria das associadas, 16 mulheres, observam acréscimo na renda monetária depois que iniciaram as atividades na associação. Destas, três sócias ressaltaram que esse aumento foi pequeno, enquanto cinco sócias não tiveram aumento da renda monetária após ingressarem na associação.

Um dado que se destaca nesse espaço rural do Sertão sergipano é que, na grande maioria das famílias, em 17 residências, a renda das mulheres é igual ou superior à dos maridos ou dos demais integrantes da família. Apenas em três famílias a renda monetária dos maridos é maior do que a renda recebida pelas mulheres (sendo que a sócia Buganvília é estudante e recebe apenas bolsa de extensão universitária), e na casa da sócia Cravina, a maior renda é do pai, idoso.

Assim, apesar dos dados apresentarem a maioria das mulheres como chefes da família, observa-se a realidade relatada por Tedeschi (2009, p. 203), de que “[...] os homens têm o poder e o dinheiro, mas as mulheres já têm o sentido das situações vividas e a capacidade de formulá-las. Já é muito mais fácil fazer as mulheres falarem das mulheres do que os homens falarem dos homens. As mulheres rurais, constituídas e definidas por sua ‘inferioridade’, procuram não inverter as relações de poder no mundo rural, mas ‘ultrapassá-las’, de maneira a fazer desaparecer a lógica que determinava sua ‘inferiorização’”.

É nesse contexto que se nota as mulheres rurais como protagonistas da manutenção da vida na comunidade rural, mas observa-se a necessidade do fortalecimento das redes de apoio às mulheres, como no caso da associação, no sentido superar essa “inferioridade”, principalmente no âmbito das relações sociais tradicionalmente impostas.

Nesse cenário, nota-se que a lógica econômica vigente no ambiente rural – através dessa nova ruralidade que está emergindo com o pós-fordismo – demanda do agricultor novas formas de lidar com o cotidiano no qual está inserido. Assim, torna-se necessário que este estructure estratégias que se expressem por meio da multiplicidade de iniciativas, seja produtiva, seja de ocupação da força de trabalho familiar e/ou de obtenção de renda.

Nesse quadro, observa-se que a complexidade aumenta em torno das lógicas reprodutivas adotadas pelos agricultores, que, agora, não estão subscritas apenas no âmbito do desenvolvimento de atividades agrícolas, mas se expressam na possibilidade do desenvolvimento de atividades não agrícolas, na múltipla ocupação da força de trabalho familiar e nas demais oportunidades econômicas que vêm sendo estruturadas a partir da economia desse espaço rural diversificado (das ruralidades).

Assim, percebe-se que a pluriatividade contribui ou incentiva que as unidades de produção desenvolvam sistemas socioprodutivos que se organizam a partir da diversificação de atividades agrícolas e/ou não agrícolas (que sejam pluriprodutivas). Nesse sentido, pode-se afirmar que

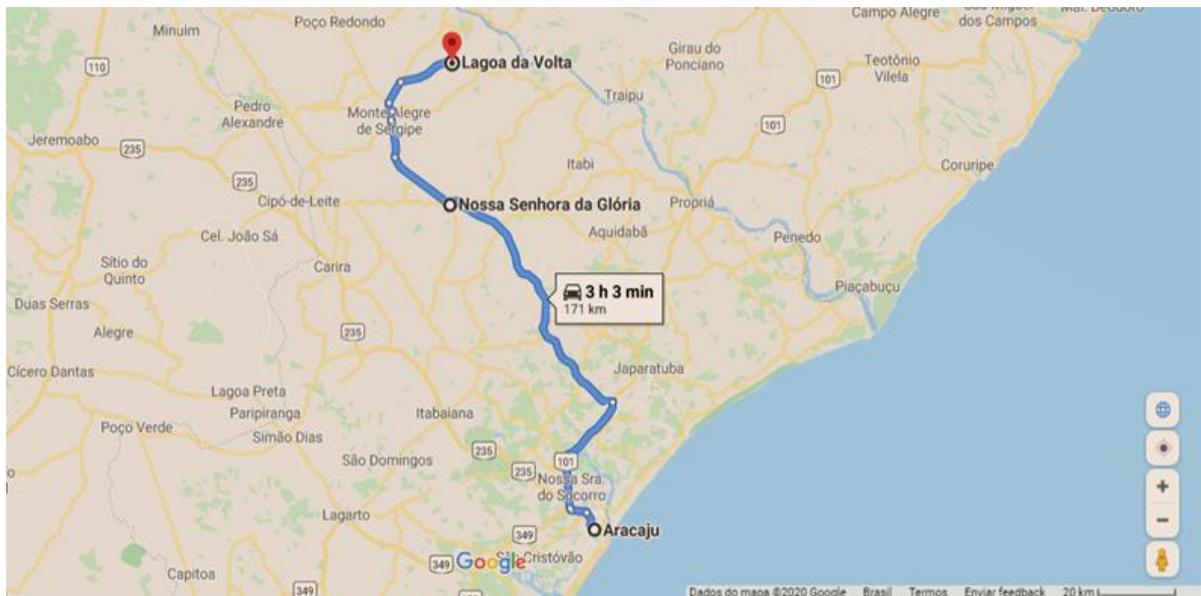
[...] a pluriatividade contribui consideravelmente para o aumento da renda familiar. A pluriatividade apresenta-se, portanto, não apenas como uma estratégia de diversificação das fontes de renda, mas também permite que as famílias que combinam rendimentos agrícolas e não agrícolas alcancem uma renda total mais elevada que aquelas exclusivamente dependentes da renda obtida das atividades agrícolas (SCHNEIDER *et al*, 2009, p. 154).

Além disso, no âmbito do desenvolvimento local sustentável, a renda, “[...] embora necessária para o desenvolvimento, é um meio e não um fim; e o bem-estar da sociedade depende de como a renda é utilizada e não apenas do seu nível” (KAGEYAMA, 2008, p. 57). Isto é, no contexto da sustentabilidade, o equilíbrio entre as diversas dimensões da vida humana não se dá pela acumulação em grande quantidade de um fator reprodutivo (econômico, social, ecológico, cultural, por exemplo), mas no crescimento equitativo dos diversos fatores reprodutivos de uma maneira que um não inviabilize ou deteriore as oportunidades de desenvolvimento do outro.

Desse modo, nota-se que a renda das associadas é um estímulo à economia local e uma contribuição essencial para a sobrevivência das famílias rurais, visto que as mulheres gastam suas receitas no mercado local, colaborando para movimentar a economia no povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, no estado de Sergipe, onde está localizada a sede da associação e onde reside a maior parte das associadas.

Ressalta-se que apenas cinco sócias indicaram explicitamente o município em que costumam realizar suas compras, mas todas responderam onde aplicam seus recursos (Tabela 3). Cinco mulheres citaram que realizam desembolsos financeiros em Lagoa da Volta; três destas também costumam fazer compras na cidade de Nossa Senhora da Glória, que fica a 53,8km do povoado, enquanto duas sócias comentaram que gastam em Aracaju, que fica distante 171km de Lagoa da Volta (Mapa 3).

Mapa 3 – Distância do Povoado de Lagoa da Volta, em Porto da Folha, da capital de Sergipe, Aracaju



Fonte: GoogleMaps, junho de 2020

Nesse cenário, percebe-se uma relação próxima dessa realidade com os resultados sobre o impacto do Programa Bolsa Família na condição de vida das mulheres, na qual esses resultados apontam que o programa promoveu alteração na sobrevivência das famílias e na cidadania, resultando no acesso ao mercado e ao consumo, fazendo com os comerciantes percebam as mulheres que recebem o benefício como clientes confiáveis. Porém, essa mudança não culmina no aumento do prestígio social e não rompe com o isolamento social das mulheres, já que a maior parte das beneficiárias continua a fazer suas compras no âmbito da vizinhança e do bairro (SUÁREZ e LIBARDONI, 2007).

Assim, a pesquisa verificou de que forma as mulheres sertanejas associadas costumam gastar suas receitas no mercado local.

Tabela 3 – Modo como as mulheres associadas alocam sua renda, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Modo como as associadas desembolsam suas receitas	Quantidade de Apontamentos	Total de Sócias
<i>Gastos com a casa</i>		21
Feira (alimentos, material de limpeza)	19	
Contas (água, energia elétrica, gás)	14	
<i>Gastos com saúde</i>		13
Medicações	13	
Médicos	2	
<i>Gastos com vestuário</i>		6
Roupas, calçados (dívidas nas lojas)	5	
Se sobrar	1	
<i>Gastos com educação</i>		5
Educação	2	
Material escolar	1	
Curso preparatório para concursos	1	
Educação dos netos	1	
<i>Doações</i>		4
Ajuda aos filhos	4	
Ajuda a pessoas da comunidade	1	
<i>Poupança</i>		2
Reserva de dinheiro	2	
<i>Lazer</i>		2
Lazer	2	
<i>Outros gastos</i>		8
Alimentação animal	1	
Fraudas, manutenção da casa	1	
Financiamento da casa	1	
Consórcio da moto	1	
Transporte	1	
Funerária	1	
Compra terreno, carro, viagens	1	
Transporte dos netos	1	

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Todas as mulheres gastam com as despesas da casa. A maioria das sócias, 13 mulheres, também, costumam comprar medicações, seguido do empenho dos recursos monetários das mulheres em vestuário, educação e ajuda aos filhos, e apenas duas sócias comentam que gastam com atividades de lazer. Já outras duas associadas conseguem manter uma reserva monetária (poupança).

Esses dados não diferem substancialmente de outras pesquisas que demonstram, por exemplo, que a grande maioria dos gastos das mulheres beneficiadas com o Bolsa Família são com a compra de alimentação e material escolar, mas não são desprezíveis o emprego da

renda das mulheres na aquisição de roupa, sapato, remédios ou no pagamento das contas de água, gás e luz. Assim, o fato de as mulheres poderem fazer escolhas no empenho das compras pode vir a contribuir com sua autoridade no âmbito doméstico (SUÁREZ, 2006; BRANDÃO *et al*, 2007; SUÁREZ; LIBARDONI, 2007).

Nesse contexto, observa-se que a pauta das agricultoras perpassa as questões domésticas, e estas passam a reivindicar dos governos acesso às políticas públicas e a direitos “[...] que pudessem fortalecer a condição de agricultora das mulheres rurais. Questões como crédito, programas de geração de renda e formação profissional, comercialização de produção da agricultura familiar, acesso à documentação básica [...] Avança-se nas conquistas obtidas com a Constituição de 1988: acesso ao programa de Assistência ao Trabalhador Rural, entrada na previdência rural a partir de 1992 [...]” (FERRANTE; DUVAL, 2009, p. 413).

Apesar da conquista desses direitos não trazerem de imediato a cidadania para a vida dessas mulheres, “[...] com a aposentadoria, a mulher ganhou uma certa independência econômica: além da compra da maior parte da alimentação para a família, permite-lhes também comprar alguns remédios e, o que é importante, administrar o seu dinheiro. Além do mais, com a crise atual na agricultura, esses direitos sociais tornam-se cruciais para a sobrevivência dos agricultores [...]” (SCHAAF, 2001, p. 279).

Portanto, observa-se a importância dos repasses governamentais para a segurança das mulheres ao acesso a direitos básicos, assim como para a movimentação da economia local proporcionada pelo incremento da renda monetária das mulheres rurais.

Assim, no que concerne à pluriatividade desempenhada pelas famílias rurais, observa-se que as associadas também auferem renda monetária agrícola, visto que se nota uma importante participação delas na atividade de comercialização, principalmente relacionada à produção orgânica. Nesse cenário, sete propriedades rurais informaram que a produção tem reconhecimento como orgânica através de Organização de Controle Social (OCS), o que possibilita escoá-la diretamente ao consumidor, como é o caso das mulheres associadas. No entanto, as propriedades 10 associadas não possuem o reconhecimento da produção como orgânica ou agroecológica, segundo informações constantes na ficha cadastral das sócias.

Na ficha cadastral de três mulheres, não consta se comercializam a produção e quem comercializa os produtos. Três sócias informam que o marido e/ou os filhos são responsáveis por comercializar a produção. Já em três fichas consta que os familiares comercializam a produção. Assim, não se pode afirmar se há ou não a participação efetiva das mulheres nessa atividade, mas nota-se uma participação direta de nove sócias na comercialização da produção das suas propriedades.

Observa-se, também, que as mulheres participam da comercialização da produção de sete unidades de produção agrícola que possuem o reconhecimento de produtos orgânicos. Esses dados indicam uma maior autonomia das mulheres e a participação das associadas em atividades produtivas que geram renda monetária para as famílias.

Essas informações acabam por contrariar algumas pesquisas que apontam que as mulheres não participam da comercialização da produção agrícola e que, conseqüentemente, as agricultoras não detêm poder de decisão sobre a renda auferida pela família, conforme afirmam Viana Silva e Valente (2013, p. 393): “A maioria das mulheres dedica boa parte do tempo no espaço produtivo dos lotes, realizando atividades como capina, plantio, colheita, destoca, beneficiamento, entre outros, mas sem interferência/intervenção na comercialização dos produtos[...]”.

Nesse sentido, ainda é tímida a participação das mulheres na comercialização, visto que, “[...] em geral, a comercialização (negociação de compra e venda de produtos) tem sido responsabilidade dos homens, assim como decidir sobre o destino da renda da família [...]” (SAID *et al*, 2015, p. 172).

Assim, o protagonismo das mulheres associadas frente à comercialização da produção agrícola nos leva a vislumbrar o papel dessas trabalhadoras nas atividades da unidade de produção, principalmente em como se dá a sua participação na administração dos meios de produção e das tarefas agrícolas.

4.2 Mulheres na agricultura

A gestão das mulheres, em relação a cultivo agrícola, ao manejo e aos meios de produção nas propriedades rurais, tende a uma forma de agricultura menos predatória dos recursos locais disponíveis, ao tempo que as agricultoras contribuem para a segurança alimentar e nutricional das famílias rurais, principalmente através do cultivo de hortas e de plantas medicinais, da criação de pequenos animais e da conservação e da transformação artesanal dos alimentos. Porém, por diversas vezes, esse conhecimento e esse trabalho são considerados natos às mulheres. Por outro lado, em muitos casos esses produtos e esses cuidados colaboram para o incremento ou a manutenção da renda monetária e não monetária das famílias, visto que podem ser consumidos ou comercializados pela família (MIRANDA; SILIPRANDI, 2012).

Antes de iniciarmos a discussão sobre o manejo e os meios de produção nas propriedades rurais das associadas, é importante ressaltar que a sócia Alamanda é servidora pública e não tem propriedade, mas participa das atividades produtivas da associação. Também Bromélia, que é servidora pública, e Alpina, que está aposentada, não exercem atividades na

propriedade rural, todavia, participam das tarefas na associação. Já as sócias Mandacaru e Buganvília são estudantes, trabalham esporadicamente na propriedade da mãe e participam das atividades agrícolas na associação.

Feitas essas observações, busca-se agora verificar o papel desempenhado pelos membros das famílias das associadas nas atividades produtivas demandadas nas unidades de produção. Portanto, o Quadro 8 apresenta a percepção das mulheres sobre os meios de produção (terra, trabalho e capital), sobre a divisão das tarefas agropecuárias e sobre o processo decisório nas propriedades rurais das famílias das associadas.

Quadro 8 – Manejo e meios de produção agrícola nas propriedades rurais das associadas, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Sócias em abril de 2019	Tomada de Decisão sobre a Produção Agrícola				Divisão de Tarefas na Propriedade Rural	Meios de Produção				
	Casal	Mulher	Marido	Outros		Quantidade de Terra		Mão de Obra Familiar		Tipo de Maquinário
						Suficiente	Insuficiente	Suficiente	Insuficiente	
Margarida		X			O genro trabalha e a filha é sócia.	X		X		Manual
Rosa		X			Marido cava, filho rega; dividem plantio.	X		X		Arado de boi
Violeta			X (mas, conversam antes)		Dividida entre marido e esposa (plantio, colheita, gado).	X (e empresta terra para os vizinhos)		X (esporadicamente necessita de mão de obra para a limpeza do mato)		Trator e arado do povoado
Caroá			X		Só o homem trabalha; tem funcionários.	X			X (4 trabalhadores)	Trator e arado
Bromélia			X		Pai, marido e a mãe (funcionário para limpeza).	X		X (contrata esporadicamente para limpeza do terreno)		Trator e arado para a produção de palma
Lírio	X				Entrevistada e filho ajudam, mas o marido fica com a maior parte dos serviços.		X	X		Arado e máquina para plantar feijão e milho
Dália	X				O casal trabalha, mas o marido tem mais atividades.	X		X		Trator e máquina para bater feijão e milho
Cravina			X		Apenas o marido na produção de milho, feijão, palma. A entrevistada ajuda na alimentação dos animais.		X	X (troca serviço com outros produtores)		Trator, arado, máquina para plantar forrageira (todos contratados)
Alpina	Aposentada (trabalha na área da Associação).									
Gérbera		X			Terra na justiça. Trabalha hoje na área do irmão. Ela faz tudo; tem roça de algodão.	X		X		Arado
Xique-xique	X				Marido e mulher trabalham juntos; o filho ajuda de vez em quando.		X	X		Trator e arado de boi
Malva	X				O casal não trabalha mais devido a idade.	X		X		Plantadeira, trator e moedor para silo
Caliandra			X		Marido planta e ara a terra. Mulher, colhe feijão e limpa a terra.	X		X		Trator contratado
Jitirana			X		Só o marido faz as atividades na roça.	X		X (mas, tem 2 ou 3 diaristas que plantam, colhem e limpam o mato)		Trator
Araçá	X				Só o homem trabalha.	X		X		Trator e arado
Camará				Filho	Filhos ajudam.		X	X (mas, contrata uma pessoa para arar a terra, esporadicamente)		Trator contratado para arar a terra (por hora de serviço)
Jurubeba				Avó	Divide com a vó, tia, entrevistada.	X		X		Trator
Alamanda	Não tem terra (servidora pública, trabalha na área da Associação).									
Mandacaru				Mãe	Entre o pai, mãe e irmão.	X			X	Máquina de plantar, forrageira, trator
Jurema			X		O filho e o marido fazem tudo juntos (plantam, colhem, manutenção da terra, cuidado com os animais).	X		X (esporadicamente contrata diarista no inverno)		Trator (contratado), máquina para plantar feijão
Buganvília				Mãe	Mulheres na horta e o pai com os animais.	X		X		Não utiliza

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Observa-se, então, que a mão de obra preponderante para a realização das atividades agrícolas na propriedade rural é familiar. Nota-se, também, que o marido, seguido da esposa (entrevistada), são as pessoas que mais aparecem na fala das sócias sobre quem desempenha as atividades agrícolas nas propriedades das famílias, sendo que os maridos aparecem citados por 13 sócias, e as esposas, por nove.

No entanto, outros membros da família também participam da divisão das tarefas, como o filho, que foi citado por cinco mulheres; o pai, mencionado por três sócias; e a mãe, que aparece na fala de duas sócias. Além disso, a avó, a tia, o irmão e o genro também aparecem no relato das mulheres como membros que desempenham atividades agrícolas nas propriedades rurais das famílias.

Sobre a divisão das atividades agrícolas entre os membros da família das associadas, observa-se que cada uma das famílias tem seu modo de manejar as atividades das propriedades rurais. Todavia, os dados refletem que os filhos aparecem como uma mão de obra que ajuda nas atividades, nas famílias das sócias Rosa, Violeta e Dália. Por outro lado, as associadas remetem, por diversas vezes, que as atividades rurais são desempenhadas em conjunto, principalmente entre o casal.

Nas famílias das sócias Cravina, Caliandra e Buganvília, a divisão das tarefas entre as atividades masculinas e femininas é mais explícita, na qual o marido ara a terra, fica responsável pela plantação, pela produção de milho, feijão, palma, e o pai cuida dos animais, enquanto as mulheres cuidam da horta, colhem o feijão, limpam a terra e ajudam na manutenção da alimentação dos animais. A realidade da associada Gérbera é diferente, visto que ela é a responsável pela execução e pela gestão de todas as atividades desenvolvidas na propriedade atualmente (roça de algodão) ou que não estão em andamento na data da pesquisa, como horta, galinha e venda da ovos.

Ainda sobre a execução das atividades agrícolas, a grande maioria das mulheres avalia que a mão de obra familiar é suficiente, mas Cravina afirma que isso ocorre porque troca de serviço com outros produtores, assim, cinco famílias acabam contratando algum tipo de mão de obra de forma esporádica, através do pagamento de diárias, para a realização de algumas tarefas, como a limpeza do terreno, arar a terra, plantar ou colher, e apenas a sócia Caroá tem trabalhadores contratados.

No que se refere ao emprego da mão de obra utilizada no trabalho da terra, verificou-se que a grande maioria das mulheres rurais associadas utiliza apenas mão de obra familiar no trabalho da terra. Nessa perspectiva, pelos critérios utilizados por Kageyama e Bergamasco (1989) para identificar os tipos de unidades familiares, constata-se que a

propriedade de cinco associadas é classificada como unidade de produção familiar complementada por empregados temporários, e as demais propriedades rurais familiares são identificadas como puras, visto que não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família do produtor.

Ainda sobre os meios de produção para a execução das atividades agrícolas nas propriedades das associadas, os dados expostos no Quadro 8 demonstram que a maioria das sócias tem a necessidade de contratar esporadicamente algum tipo de maquinário, principalmente trator e/ou arado.

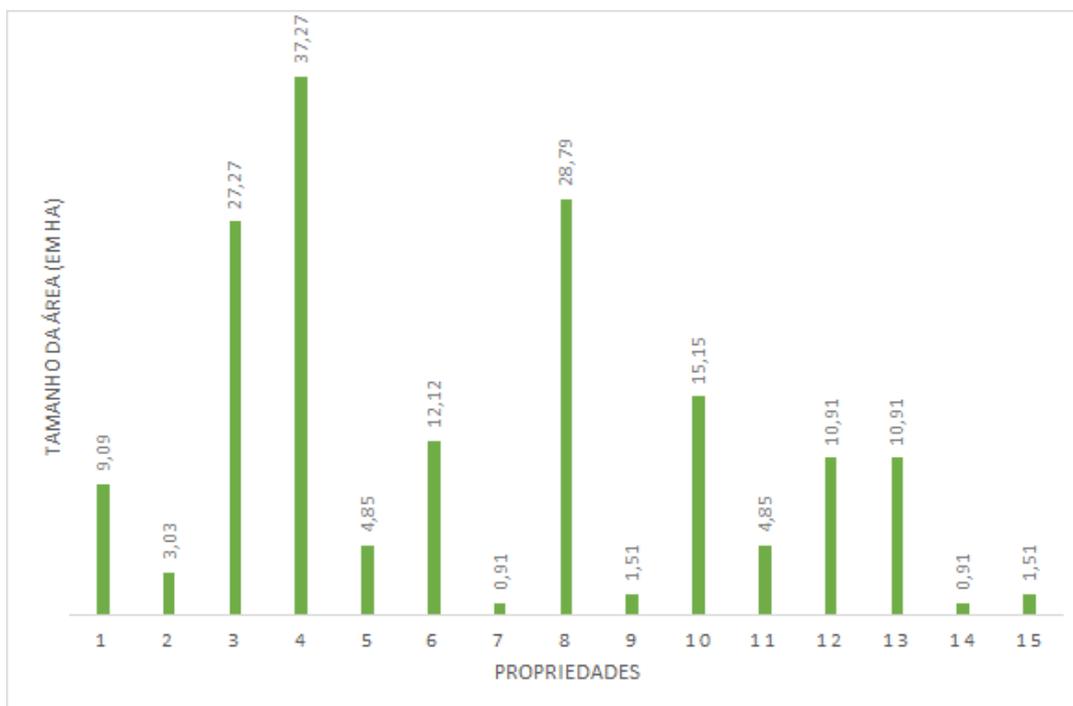
A maioria das mulheres, 14 sócias, utiliza trator, sendo que nove mulheres citam que utilizam arado para a realização das atividades agrícolas, enquanto cinco sócias usam máquina para o plantio de forrageiras, principalmente do feijão e do milho. Além disso, praticamente todas as associadas relataram o emprego de máquina para bater milho e feijão e o moedor para silo. Apenas a sócia Buganvília não utiliza nenhum tipo de maquinário no manejo da sua propriedade rural. Já a sócia Rosa relata que utiliza apenas máquinas e/ou equipamentos manuais.

Assim, é importante ressaltar que cada sócia gere a sua propriedade rural de acordo com os recursos disponíveis, como os meios de produção (terra e trabalho), mas também de acordo com as necessidades de cada família e o modo de vida de cada associada.

A pesquisa aponta ainda a percepção das mulheres sobre um importante meio de produção, a terra, ou seja, a área da propriedade rural das associadas. Assim, verifica-se que a maioria das mulheres, 15 sócias, considera a área da propriedade suficiente para o desenvolvimento das atividades agrícolas, enquanto que para quatro sócias, a quantidade de terra é insuficiente. A sócia Lírio explica que considera a área da propriedade insuficiente, mas a quantidade de comida é suficiente quando o inverno é bom. É importante observar que a sócia Violeta afirma que esporadicamente empresta terra para alguns vizinhos.

Observando a relevância deste tema e o contexto da região do Semiárido sergipano, a pesquisa apresenta outros dados sobre a área das unidades de produção das associadas. O Gráfico 3 expõe o tamanho (aproximado em hectares) da propriedade de 15 integrantes da associação, pois seis associadas não informaram a área da propriedade na ficha cadastral disponibilizada pela instituição. Lembrando que duas trabalham na propriedade com a mãe (como essa área já foi informada, não replicamos esse dado) e duas são servidoras públicas e trabalham apenas na área da associação, logo não constam no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Área, em hectares, das propriedades rurais das integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, em 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

No que se refere ao tamanho das propriedades das agricultoras associadas, apresentado no Gráfico 3, um fato extremamente relevante é que todas as unidades de produção têm áreas que variam entre 123 tarefas e três tarefas (aproximadamente de 37,27ha a 0,91ha), o que caracteriza todas as unidades de produção das associadas como minifúndios, visto que os imóveis rurais possuem área inferior a um módulo rural para a região. Sendo assim, são classificados como minifúndios, de acordo com o art. 4º da Lei nº 8.629/93, segundo a classificação dos imóveis rurais da página do Incra.

Nesse sentido, cabe salientar que módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil que corresponde à área mínima necessária para que a exploração de uma propriedade rural seja economicamente viável. O módulo fiscal foi instituído pela Lei nº 6.746/79, e seu tamanho pode variar de 5 a 110 hectares, conforme o município.

Então, 123 tarefas (maior propriedade cadastrada entre as associadas) equivalem a 37,27 hectares. Logo, para que as propriedades rurais das mulheres associadas fossem consideradas economicamente viáveis⁵, estas deveriam ter pelo menos uma área de 70 hectares

⁵ Na consideração de economicamente viável, na perspectiva do módulo fiscal, a propriedade rural deve ter área que possibilite a produção e/ou criação animal numa quantidade que propicie produção que possa ser ofertada ao mercado e/ou que seja alocada na alimentação da família, ou seja, a área deve ser do tamanho que possibilite, no

(equivalente a um módulo fiscal), visto que o módulo fiscal do município de Porto da Folha/SE é de 70 hectares, segundo o Índice Básico do Sistema Nacional de Cadastro Rural do Incra (2013).

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de uma grande habilidade na gestão dos recursos disponíveis, pois as famílias das associadas precisam manejar seus meios de produção de maneira eficiente para compensar suas pequenas áreas destinadas à produção rural, bem como a incipiente disponibilidade de maquinários e de tecnologias adaptáveis e a realidade e as adversidades do bioma da caatinga, para que, nesse cenário onde estão inseridas as associadas, não seja inviável a sustentabilidade das unidades de produção rurais, assim como a proposta da convivência com o Semiárido.

Dessa maneira, ressalta-se a importância do papel dos agricultores e das agricultoras familiares enquanto gestores dos recursos ambientais, sociais, patrimoniais, financeiros e produtivos. Nesse sentido, é relevante compreender quem são os responsáveis pela tomada de decisão nas propriedades familiares das mulheres associadas.

Os dados apresentados no Quadro 8 reforçam que são os membros das famílias, os agricultores e as agricultoras, os responsáveis por tomarem as decisões sobre a produção agrícola, sendo notada a expressiva participação das sócias na gestão das atividades produtivas das unidades de produção, uma vez que 11 mulheres participam ativamente das tomadas de decisão sozinhas ou em conjunto com os maridos. No entanto, os homens ainda aparecerem como maioria no que se refere ao poder decisório, pois participam das tomadas de decisão em 13 propriedades estudadas.

Além disso, verificou-se que sete associadas afirmam que é o marido quem decide sobre a produção na propriedade da família, sendo que uma dessas sócias relata que, antes de tomar as decisões, o casal conversa; em uma das famílias, é o filho quem toma as decisões sobre a produção. Já cinco mulheres relatam que o casal toma as decisões sobre a produção agrícola na propriedade da família; três sócias afirmam que são elas quem tomam as decisões sobre a produção agrícola na propriedade da família. Contudo, observa-se que, além dessas três sócias, mais três associadas entrevistadas tomam as decisões sobre a produção agrícola, sendo uma a mãe de duas associadas, e outra, a avó de outra sócia. Assim, seis mulheres são as únicas responsáveis pelas decisões sobre a produção agrícola na propriedade da família.

Diante disso, a pesquisa constata uma paridade entre homens e mulheres sertanejas nos processos de tomada de decisões sobre a produção das unidades de produção, visto que seis

mínimo, uma situação de subsistência a família rural, frente as condições edafoclimáticas e de cobertura vegetal existentes na localidade.

mulheres tomam as decisões das propriedades sem a participação masculina, ao tempo em que oito homens decidem sobre a produção (sendo que um desses conversa com a sócia antes das decisões) e em cinco propriedades rurais, o casal toma as decisões em conjunto.

Além dessa questão que envolve a tomada de decisão, outro fator importante foi observado durante a realização da pesquisa: o processo de sucessão da gestão da propriedade e de permanência dos seus filhos. Desse modo, mesmo não sendo objetivo deste trabalho vislumbrar a continuidade das atividades na propriedade rural, é interessante compreender a percepção das associadas sobre a vontade de que seus filhos permaneçam nas terras.

Assim, os dados apontam que, das 18 sócias que têm filhos, a grande maioria das mulheres, 12 sócias, revela que gostaria que eles permanecessem e dessem continuidade nas atividades na propriedade rural. Argumentam, ainda, que, com a permanência dos filhos, os teriam por perto, que eles dariam continuidade nas atividades e na história delas. Afirmam que este é o local deles e que teriam independência e autoestima. Também explanam que, no campo, eles terão facilidade para trabalhar e se aposentar, e a sócia Xique-xique gostaria que os filhos trabalhassem na associação.

A sócia Mandacaru (2019) argumenta que gostaria da continuidade dos filhos e das atividades na propriedade rural: “Pois hoje conheço que o rural não é um lugar sofrido e tem como conviver com o rural de forma sustentável”. Já a Buganvília (2019) relata que gostaria da permanência dos filhos, “pela continuidade da cultura, das raízes rurais, a produção de alimentos”.

Dentre as seis associadas que afirmam que não gostariam da permanência dos filhos na propriedade rural, duas sócias explicam que preferem que os filhos invistam nos estudos e não na roça. Cravina (2019) afirma almejar “[...] que estudem, no entanto, se quiserem ficar, incentiva”.

Desse modo, observa-se que a maioria das mulheres gostaria que seus filhos permanecessem no rural e dessem continuidade às atividades nas propriedades. Portanto, é importante proporcionar oportunidades e projetos de desenvolvimento que permitam aos jovens optarem por permanecer ou não no rural.

Nesse sentido de oportunizar a permanência dos filhos no campo, podemos exemplificar o caso de “[...] duas famílias de agricultores de Linha Nossa Senhora da Saúde, em Marcelino Ramos, (que) além de praticarem da agricultura ecológica, estão investindo no ecoturismo em suas propriedades [...]” (SCHAAF, 2001, p. 270).

Nesse contexto, uma outra questão pertinente a ser pesquisada refere-se às alterações sofridas nos sistemas produtivos das propriedades rurais das mulheres após o

ingresso na associação. Assim, com o intuito de verificar se houve mudanças no sistema produtivo nas propriedades rurais das associadas por consequência do processo de associativismo das mulheres, não se pode dissociar as alterações da influência da opção das sócias pelo sistema produtivo agroecológico para o manejo na associação. Contudo, esses dados não são contraditórios com os já expostos no capítulo anterior, no qual tratamos sobre as alterações realizadas no sistema produtivo das associadas no momento da transição agroecológica das propriedades.

Dito isso, os dados apontam que a grande maioria mulheres, 15 sócias, percebe alteração no sistema produtivo das suas propriedades depois que ingressaram na associação e relatam que é diferente: tem ar puro; mudou a preservação da caatinga, o manejo do solo, o reflorestamento, a conservação de árvores nativas; tem ninho, tem moringa; houve a inclusão de hortaliças, o aumento das variedades cultivadas, o aumento do cultivo de plantas medicinais, a implantação da técnica de consórcio entre as plantas, a realização de troca de sementes. As sócias ainda buscam implantar alguns aprendizados adquiridos, como a necessidade de reserva da mata, fazer adubo natural, a criação de galinhas, em seus sistemas de produção.

Uma questão latente nas falas das associadas diz respeito à utilização de agrotóxicos na produção agrícola, visto que nove sócias afirmam que pararam de utilizar agrotóxicos na propriedade após o ingresso na associação, e outras cinco afirmam que nunca utilizaram. Para quatro mulheres não houve alteração do sistema produtivo depois que passaram a integrar a associação, sendo que a sócia Jitirana afirma que ainda usa agrotóxico, e Caliandra relata que nunca usou agrotóxico, mas também não percebe mudanças no sistema produtivo.

Ocorre ainda que as associadas percebem mudanças no acesso a tecnologias sociais, com a chegada do ecofogão e a construção de cisternas, assim como ressaltam o aumento de conhecimento adquirido pelas sócias através das capacitações, de intercâmbios e de cursos. Essas alterações acabam gerando novas demandas das mulheres, como um maior espaço para que elas possam plantar, e uma maior segurança e autonomia delas, como podemos observar nas falas das sócias Araçá, que afirma que (2019) “[...] quer ter espaço pra produzir”; de Mandacaru, quando diz que (2019) “melhorou a autonomia em decisões”, e de Buganvília (2019), que resalta as alterações no “planejamento da produção e divisão das tarefas” nas propriedades rurais depois que as mulheres ingressaram na associação.

A maioria das sócias relata mudanças no sistema produtivo das suas propriedades rurais depois que ingressaram na associação. As alterações percebidas pelas mulheres referem-se a aspectos relacionados à preservação ambiental da caatinga e à conservação do solo; reconhecem que passaram a acessar as tecnologias sociais e expõem sobre melhorias no manejo

da produção agrícola, no sentido de favorecer a convivência com o Semiárido e, conseqüentemente, aumentar a produção.

Após o ingresso na associação, as mulheres passaram a ter uma demanda social maior na ocupação dos espaços produtivos e de decisão. As associadas percebem, também, o aumento de conhecimento adquirido através das capacitações, de intercâmbios e de cursos ofertados pela associação. Assim, observa-se que a opção das mulheres por uma agricultura ecológica pode vir a proporcionar oportunidades que permitam aos jovens permanecer no rural, visto que esta é a vontade da maioria das mulheres.

Pelo exposto, observa-se o protagonismo das mulheres no desempenho de diversos papéis na família, em casa e no trabalho agrícola. Assim, pode-se caracterizar as integrantes da associação como agricultoras familiares tradicionais ou camponesas, pois, de acordo com Wanderley (2010), essa categoria social conta com a sua força de trabalho, com o controle dos meios de produção, com o domínio de um saber fazer e com sua capacidade de organizar o processo produtivo e assumir múltiplas atividades simultaneamente. Além disso, ao se incorporar ao modo de vida das mulheres rurais associadas os preceitos oriundos dos princípios e da *práxis* inerentes ao sistema agroecológico, cria-se um ambiente favorável e que tende a impactar positivamente o processo de geração de autonomia e de melhora nas condições de vida das famílias rurais.

Portanto, esta pesquisa apresenta, também, a percepção das sócias acerca do manejo da terra, do capital e da divisão do trabalho entre os membros da família, em casa e nas atividades produtivas das propriedades rurais. Dessa forma, como se pôde observar, o processo de associativismo das mulheres acarretou mudanças no sistema produtivo nas propriedades das associadas.

Dando continuidade à discussão, o tópico seguinte analisará os dados obtidos com a pesquisa e as observações de campo, que apresentam a dinâmica de participação das mulheres na associação.

4.3 Associativismo das mulheres rurais

É nesse contexto que, desde 2003, esse grupo de mulheres rurais sertanejas se reúne e se organiza de forma associativa para enfrentar conjuntamente a insegurança alimentar das famílias, as questões de gênero e a invisibilidade do papel das mulheres na sociedade.

Nesse sentido, o modo de organização social, com formato associativo, apresenta-se como um movimento cooperativo do campesinato, pois as “[...] as cooperativas organizam os interesses e os aspectos das vidas de grupos ou classes que já existiam antes de elas surgirem

[...]” (CHAYANOV, 2017, p. 56). Assim, a associação das mulheres vem estabelecendo mecanismos participativos com o objetivo de transformar as estruturas de poder e com o estabelecimento de redes para trocas de saberes, fortalecendo, assim, o laço entre as associadas e as atividades produtivas, colaborando para o alcance da autonomia das mulheres sertanejas.

Observa-se, com isso, que o modo de vida camponês contempla o manejo do sistema produtivo de forma a preservar os recursos naturais locais e potencializa a organização social e o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares. Portanto, segundo Guzmán (2009, p.29), a estratégia agroecológica “[...] desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implantação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural”, se apresentando como uma importante ferramenta para a manutenção do modo de vida camponês.

Os dados apontam que a pluriatividade observada na associação é intrínseca ao modo de vida das mulheres rurais associadas e ao modo de gestão adotados em suas unidades de produção familiares agroecológicos.

Nesse contexto, destaca-se como atividades produtivas agrícolas e não agrícolas desempenhadas de forma coletiva pelas associadas: (i) agroindustriais: produção de balas de banana recheadas com leite condensado, doces, geleias e compotas; (ii) agrícolas: produção das hortaliças, apicultura, avicultura, banco de sementes, estufa de mudas, minhocário; e (iii) não agrícolas: comercialização da produção, gestão da associação, participação de cursos e de intercâmbios, representação institucional da associação, turismo rural e, principalmente, o turismo pedagógico.

Ressalta-se assim, que a pluriatividade das famílias rurais acaba sendo uma estratégia que contribui para a redução das vulnerabilidades, inclusive colaborando para aumentar a renda familiar, considerando a percepção de rendas monetárias e não monetárias provenientes de fonte agrícola e não agrícola, pois “[...] além de aumentar a renda, a pluriatividade permite estabilizar e diversificar as fontes de ganhos, sobretudo através do acesso a rendas não agrícolas. A diversificação dos rendimentos permite maior segurança às famílias porque reduz a vulnerabilidade diante de riscos edáficos-climáticos e outros [...]” (SCHNEIDER *et al*, 2009, p. 162).

É importante salientar que a produção agrícola das mulheres, seja nas propriedades rurais, seja na área da associação, colabora para a segurança alimentar e nutricional através do autoconsumo das famílias das associadas. Todas as mulheres associadas afirmam que têm

acesso suficiente à quantidade de comida demandada por todos em casa. Porém, apenas a sócia Lírio argumenta que é no inverno que o acesso é bom, que tem o suficiente.

Para fins de análise, considera-se como segurança alimentar e nutricional o conceito apresentado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que estabelece que

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 11.346/2006, Art. 3º).

Assim, as associadas destacam que, com a opção pelo sistema produtivo agroecológico, houve melhora na qualidade dos alimentos ofertados, o que impactou positivamente a saúde dos membros das famílias. A quantidade e a gestão dos alimentos foram itens nos quais as mulheres, também, perceberam mudanças positivas para a família após a agroecologia, conforme apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 – Segurança alimentar e auto consumo das associadas, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Sócias em abril de 2019	Quantidade de Membros da Família	Mudanças no acesso da família a comida, depois da agroecologia			Deixou adquirir produtos depois da Associação (autoconsumo)	
		Quantidade	Qualidade	Gestão	Sim	Não
Margarida	1		X		Verduras	
Rosa	3		X		Ovos, galinha e tempero	
Violeta	2		X		Chás e fitoterápicos	
Caroá	2		X	X	Mel e hortaliças	
Bromélia	2	Mais acesso	Mais variedade	Mais variedade	X	
Lirio	3	Sempre produziu sem veneno			Verduras	
Dália	4	Sim, quando o inverno é bom				X (Participa apenas do banco de sementes na Associação)
Cravina	5		Mais saudável e mais saúde da família	Dura mais tempo		X (Não participa da produção da Associação)
Alpina	2	Segurança em comer a produção da Associação			Verduras	
Gérbera	3	X	X		Verduras e feijão	
Xique-xique	3	Desperdício	Mais saudável e mais saúde da família	Desperdício	Coentro e alface	
Malva	4	Maior acesso a verduras e legumes para a alimentação da família.			Hortaliças	
Caliandra	5	Sempre foi agroecológico			Coentro e alface	
Jitirana	2		X			X (Não participa das atividades produtivas da Associação)
Araçá	6		Saúde		Hortaliças	
Camará	4		X		X	
Jurubeba	3	Sim, comida sem			Industrializados e verduras	
Alamanda	3		Sem agrotóxico		Coentro, alface e cebolinha	
Mandacaru	5		X		Verduras	
Jurema	5	X		X		X (Autoconsumo da propriedade)
Buganvília	2		Alimento livre de veneno e pelo valor		Hortaliças e algumas frutas	

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Pelos dados apresentados, apenas quatro sócias afirmam que não deixaram de adquirir produtos para o consumo das famílias depois que ingressaram na associação. Mas observa-se que essas sócias não participam da produção coletiva na associação, sendo que a sócia Jurema expressa consumir a produção da sua propriedade rural.

Todavia, a grande maioria das sócias afirmam que deixaram de gastar com produtos que precisavam adquirir antes de participarem da associação. Logo, a associação contribui diretamente com a segurança alimentar de 53 pessoas, membros das famílias das 17 associadas

que passaram a consumir principalmente a produção de hortaliças (coentro, alface, cebolinha) e verduras. Porém, as mulheres também afirmam que aumentou o autoconsumo de galinhas, ovos, mel, feijão, frutas, temperos, chás, fitoterápicos e industrializados produzidos na associação. Assim, é importante considerar a produção para o autoconsumo no incremento da renda das associadas.

No que concerne à percepção das mulheres sobre possíveis modificações no acesso da família a comida depois da opção das associadas pelo sistema produtivo agroecológico, as sócias Lírio e Caliandra relatam que sempre produziram sem o uso de agrotóxicos ou de forma agroecológica e não apontam alterações no acesso da família a comida.

Entretanto, a maioria das sócias, 14 mulheres, entendem que houve mudança na qualidade da comida acessada pela família depois da agroecologia. Estas destacam que houve a inserção de uma maior variedade de alimentos, que os produtos duram mais tempo, detêm maior valor, são saudáveis, livres de agrotóxicos, e percebem que a qualidade proporciona mais saúde à família.

Nesse mesmo sentido, cinco associadas percebem alteração na quantidade de comida acessada pela família depois da agroecologia, sendo que três destas relatam um maior acesso aos produtos, menos desperdício e promoção à comida sem agrotóxico. Também cinco mulheres entendem que houve transformação na gestão da comida acessada pela família depois da agroecologia, expondo que a transformação causou significativas mudanças decorrentes do fato de que os alimentos passaram a durar mais tempo, a ter uma maior variedade de produtos e, também, que reduziram o desperdício dos produtos.

Do mesmo modo, a sócia Dália nota mudanças no acesso a comida quando o inverno é bom. Já Alpina ressalta que a mudança foi em relação ao sentimento de segurança ao ingerir a produção da associação, enquanto Malva afirma que houve um maior acesso a verduras e legumes para alimentação da família depois da opção pela agroecologia.

Observa-se, então, que o trabalho coletivo das mulheres na associação é realizado de modo a cooperar com a preservação cultural e ambiental da caatinga e contribui para a segurança alimentar e nutricional da maioria das famílias das associadas, pois permite o acesso destas a alimentos de qualidade, ao tempo que aumenta a quantidade e a variedade de produtos ofertados às famílias, contribuindo, assim, para a promoção da saúde de todos.

Portanto, concordamos com os estudos de Duval *et al* (2012) ao apontarem que o autoconsumo continua sendo uma importante estratégia para a reprodução social dos agricultores familiares, apesar de muitas vezes ser pouco valorizado nas pesquisas ou até mesmo pelos agricultores, pois com frequência não aparece adequadamente mensurado

monetariamente, mas corresponde à produção de todo tipo de bens gerados e consumidos no empreendimento, seja para o consumo familiar, de animais, seja na produção agrícola. Desse modo, o autoconsumo é gerado pela autoexploração da mão de obra familiar e visa atender fundamentalmente às necessidades da família rural.

Assim, o autoconsumo se torna estratégico para reprodução social e econômica das famílias das associadas, pois

[...] os produtos para autoconsumo são fundamentais para as unidades familiares porque propiciam alternativas entre consumo e venda e permitem ao agricultor familiar um maior domínio e autonomia para fazer frente à mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos. Além disso, facultam ao agricultor familiar maior segurança, pois à medida que obtiver os alimentos estacionais necessários ao consumo da família, também desfrutará da garantia de sua qualidade alimentar e nutricional (GAZOLLA, 2009, p. 91).

Diante desse contexto, constata-se que o protagonismo das mulheres proporciona a oferta suficiente de alimentos com qualidade para as famílias das associadas. Dessa forma, o modo de organização e de gestão do sistema de produção das associadas acaba por proporcionar a produção e o consumo de um diversificado leque de produtos, conforme pode se observar mais detalhadamente no trabalho de Brandão *et al* (2016), sendo que essa forma de manejo é intrínseca ao modo de vida camponês e agroecológico das mulheres estudadas.

Observa-se, assim, que as práticas agroecológicas são inerentes ao modo de vida e às lógicas reprodutivas adotadas pelas mulheres camponesas, como observa Paulilo (2016b, p. 379): “[...] é camponesa a mulher que cultiva sem agrotóxico, [...] a mulher que faz resgate de sementes crioulas e busca produzir grande parte dos alimentos consumidos na propriedade [...]”.

Ainda nesse contexto, Henn (2013, p. 82) expõe que “as mulheres afiliadas ao projeto de vida na agroecologia, com a diversidade de cultivos e atividades, agregam, na geração de renda, parte do valor, não apenas monetário, mas também de prestígio relativo, no sentido de que recolocam, nos diversos espaços, ‘produtos’ originários de seus saberes [...]”.

Assim, percebe-se que a opção pela agroecologia proporciona, por meio do trabalho das associadas, que estas acessem alimentos de qualidade, o que acaba por contribuir com a saúde das agricultoras, com a preservação do ambiente e com a segurança alimentar das famílias das sócias. Esse fato também colabora com o incremento da renda das mulheres, à medida que estas deixam de desembolsar valores monetários e passam a economizar o montante que seria gasto com a aquisição de alimentos no mercado.

Nesse caso, a premissa do autoconsumo reforça a manutenção da identidade camponesa dessas mulheres e vai de encontro à lógica de converter a produção em mercadoria,

sendo considerada pelas associadas uma estratégia que colabora para a segurança alimentar das famílias. Assim, nesse contexto, mostra-se consonante à afirmação de que o autoconsumo pode ser visto como uma “[...] lógica um pouco mais livre da materialidade, além da capacidade de poupar dinheiro, numa sociedade que lhes exige, a todo instante, ingressos nos mercados agrícolas e de trabalho, respectivamente, as produções especializadas e o trabalho assalariado” (DUVAL *et al*, 2012, p.41).

Nesse cenário, é importante salientar a exposição de Bergamasco e Almeida (2009, p. 91-92) sobre segurança alimentar como sendo

A construção social de baixo para cima com o foco na inclusão social é o processo mais importante e inovador de tais redes organizadas localmente. Esses aspectos assumem especial importância quando se pretende focar lugares (municípios ou regiões) que possam alcançar a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, se adaptar ao intenso processo competitivo dos fluxos agroindustriais globalizados sem abandonar o foco da equidade social. A inclusão social pode atingir esses ambientes de produção agrícola e alimentar e se tornar um dos eixos fundamentais de um programa de segurança alimentar, pois é nos municípios agrícolas e agroindustriais que existe a possibilidade do envolvimento de pequenos agricultores em situações de marginalização dos mercados tradicionais e de trabalhadores em situações de precarização profissional e social. Assim, a prioridade da segurança alimentar não recai apenas na demanda (como a alimentação adequada para a criança, o idoso, os doentes etc.), devendo alcançar também a oferta (as novas possibilidades de venda dos alimentos de pequenos agricultores e fabricantes de alimentos do município ou região). Desta forma, um programa de segurança alimentar pode potencializar o desenvolvimento local com inclusão social.

Neste sentido, nota-se que os processos produtivos dos camponeses e das camponesas se adaptam ao manejo do sistema socioproductivo agroecológico, visto que este

[...] não detém como único objetivo apenas a obtenção de um maior nível de renda, mas busca construir uma estratégia reprodutiva que contemple simultaneamente a obtenção de uma melhoria das condições social, econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais que, por sua vez, se traduz em uma melhoria na qualidade de vida para os agricultores e para sua família (BARBOSA, 2013, p. 112).

Desse modo, percebe-se que a estratégia reprodutiva adotada pelas famílias rurais busca a qualidade de vida, que, segundo Leff (2001), é o que essencialmente orienta o projeto de vida do indivíduo, e o desenvolvimento de cada comunidade. Nesse contexto, destaca-se o papel da mulher na reprodução socioeconômica das famílias rurais e se percebe as agricultoras, cada vez mais, como atores sociais na busca por melhor qualidade de vida, exercendo, segundo Sen (2000), um papel de agente ativa das mudanças.

Portanto, verifica-se o movimento de associativismo das mulheres rurais estudadas como uma estratégia na busca por melhorar as suas condições de vida e de suas famílias. Nesse sentido, os estudos de Bruno *et al* (2011, p.69) sobre grupos produtivos de mulheres rurais constataram que estes objetivam a “[...] melhoria da renda familiar e das condições de vida. Quase tão importante quanto à melhoria da renda é o estreitamento dos laços de sociabilidade. Nessas organizações, predomina a produção coletiva, e a comercialização frequentemente é feita diretamente com o consumidor e no espaço local e regional [...]”.

4.3.1 A influência do associativismo no modo de vida das mulheres rurais

Outro aspecto importante que esta pesquisa pretende apresentar refere-se a algumas modificações no modo de vida das mulheres rurais após o processo de organização coletiva. Desse modo, a pesquisa aponta, no Quadro 10, a percepção das sócias sobre a influência do processo de associativismo nas condições de vida das mulheres.

Quadro 10 – Condição de vida das mulheres após o ingresso na associação, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Sócias em abril de 2019	Melhora na condição de vida das mulheres após ingresso na Associação						Anos de estudo após ingresso na Associação
	Saúde	Moradia	Renda	Educação Alimentar	Evolução Patrimonial	Outros	
Margarida	x		x	x		Convivência familiar e com a comunidade	-
Rosa	x	x	x	x	x	Movimentos sociais	4 anos (terminou o Ensino Médio)
Violeta	x		x			-	-
Caroá				x		Conhecimento	-
Bromélia	x		x	x	x	Convívio	2 anos (Técnico em Alimentos)
Lírio	x		x			-	-
Dália	x		x			-	-
Cravina	x			x		-	Já tinha Graduação em Pedagogia
Alpina	x	x	x	x		Associação é uma família	-
Gérbera	x		x	x		-	Não
Xique-xique	x	x		pouco	x	-	Não
Malva				x		Conhecimento	-
Caliandra						Distração	-
Jitirana				x		-	Não estuda
Araçá	x			x		-	Ainda estuda
Camará	x	x	x	x		-	-
Jurubeba	x	x	x	x		-	Em andamento
Alamanda	x			x		-	Em andamento
Mandacaru	x	x	x	x		-	Faz Faculdade de Agronomia
Jurema						Quando vem algo para a Associação é distribuído entre as sócias	Não
Buganvília	x		x	x		-	Sim, faz Faculdade de Agronomia

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

A partir do Quadro 10, nota-se que todas as sócias percebem que houve melhora na condição de vida das mulheres após o ingresso na associação, sendo que a grande maioria das associadas, 16 mulheres, elencam que houve desenvolvimento nas condições de saúde e na educação alimentar, seguida de 12 mulheres que relatam que a renda melhorou. Já seis mulheres apontam melhoras nas condições de moradia, e três sócias apontam que houve evolução patrimonial após ingressarem na associação.

Nesse cenário, Sen (2000, p. 222-223) ressalta que pesquisas

[...] evidenciaram o modo como o respeito e a consideração pelo bem-estar das mulheres são acentuadamente influenciados por variáveis como o

potencial das mulheres para auferir uma renda independente, encontrar emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, ser alfabetizadas e participar como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família [...] o que todos eles têm em comum é a sua contribuição positiva para fortalecer a voz ativa e a condição de agentes das mulheres – por meio da independência e do ganho de poder [...].

Nesse sentido, as associadas também relatam desenvolvimento relativo às condições de vida das mulheres depois que passaram a fazer parte da organização, no que se refere ao nível de conhecimento, à convivência familiar e com a comunidade, ao convívio, aos movimentos sociais, à distração das sócias. Descrevem, ainda, que a associação é uma família, e quando a instituição é beneficiada, há uma distribuição entre as sócias.

Outra questão relevante é que um terço das mulheres, sete sócias, aumentou o número de anos de estudo depois de se associarem. Destas, a associada Rosa relata que acrescentou mais quatro anos de estudos e concluiu o Ensino Médio depois que passou a integrar o grupo de mulheres, e Bromélia somou dois anos de estudos, concluindo, assim, o curso técnico em Alimentos. Nota-se ainda que cinco associadas continuam estudando. No entanto, quatro mulheres relatam que não apresentaram aumento nos anos de estudos após o ingresso na associação, sendo que uma delas expôs que já tinha graduação em Pedagogia.

Portanto, a fala da sócia Araçá no grupo focal (2019) reforça o apoio da convivência na associação com a contribuição da continuidade do estudo formal: “Eu estou fazendo curso técnico de Enfermagem, e lá a gente tem a matéria de nutrição, onde a gente fala sobre alimentação saudável. E com os conhecimentos da horta, plantação, minhocário, eu saio daqui e sei passar alguma coisa para os colegas”. Assim, a sócia percebe como positivas essas alterações na sua condição de vida.

Além disso, ressalta-se a importância da organização das mulheres, pois estas gerem seus recursos no anseio de melhorarem “[...] as condições de produção dos itens agrícolas de subsistência; e, ainda, salienta-se a necessidade de melhorar sua educação, seu acesso à informação nutricionais e de saúde, como uma forma de melhorar sua própria nutrição, das crianças e demais membros da família [...]” (FARIA; NOBRE, 2003, p.75-76). Nesse cenário, Bruno *et al* (2011, p.67) observam que

[...] A participação nos grupos produtivos representa um momento a mais na luta por direitos e por melhores condições de vida para si, para a família e para o grupo. Porém, vale destacar que, ao longo do processo de constituição e fortalecimento desse, a dimensão da sociabilidade vai ganhando importância. Ao serem entrevistadas, várias mulheres identificam o grupo como um espaço importante para o encontro e o compartilhamento de experiências. Segundo uma das entrevistadas, ‘sozinha nós não somos nada’.

Do mesmo modo, as associadas percebem a associação como um espaço de acolhimento, de sociabilidade e de fortalecimento do grupo de mulheres, o que impacta positivamente as condições de vida das associadas, visto que a literatura aponta “[...] para a construção de uma autonomia política e até mesmo do protagonismo social das mulheres que participam de algum grupo social, grupo produtivo, de militância política ou de movimentos sociais conseguem construir uma esfera de autonomia pessoal bem mais elevada [...]” (LUSA, 2012, p.103). Contribuindo com a discussão, Siliprandi e Cintrão (2011, p.156) argumentam que

Essas pesquisas também mostram que a participação das mulheres produtoras rurais em atividades de comercialização, ademais de melhorar a sua renda (mesmo que essa renda seja relativamente pequena), ajuda a promover a sua autonomia econômica. Outro fator muito valorizado pelas participantes é o aumento da sua sociabilidade, porque deixam de ficar presas somente ao espaço doméstico. Há ainda um aumento na sua autoestima, um maior reconhecimento junto às famílias e às comunidades, o aprendizado de novas tecnologias e a valorização da vivência de novas experiências (tais como viagens, participação em feiras etc.). No âmbito da família, ocorrem também mudanças, não apenas das rotinas de trabalho, mas também com relação ao seu papel social. Essas mudanças não são necessariamente bem assimiladas no núcleo familiar, em função da perda do monopólio dos homens no gerenciamento da renda obtida, de alterações na divisão sexual do trabalho e de uma maior presença nas mulheres na vida pública.

Nesse contexto, a pesquisa aponta também para as motivações para constituir uma associação exclusivamente para as mulheres e como esse processo de organização coletiva passou a influir no modo de vida das associadas.

Para melhor compreender as modificações que o processo de associativismo provocou no modo de vida das mulheres rurais, o presente trabalho expõe as motivações do grupo de mulheres para não terem formado um empreendimento misto. Nesse sentido, segundo as sócias, o que levou este grupo a se organizar e a construir uma associação só de mulheres foi “porque as mulheres são mais resistentes. Enquanto o homem faz uma coisa, a mulher faz dez. Mexe o mingau, segura o menino, ainda mexe com os pés (risos)” (TODAS, GRUPO FOCAL, 2019).

Nesse mesmo sentido, a fala das associadas no grupo focal (2019) expõe que o que traz as mulheres para a associação e não para outras instituições mistas, além do grande carinho e união das mulheres, é que “[...] a gente se sente à vontade. À vontade de dizer o que a gente tem a dizer. Acho que todo mundo aqui é igual, não tem uma maior do que outra. Se tem homem e a pessoa fala alguma coisa, o cara já fica dizendo ‘aqui tem homem’. E é associação de

mulheres, mas quando a gente precisa de ajuda ou não pode vir, o marido contribui. Não é sócio, mas pode ajudar (risos)”.

Dessa forma, observa-se a necessidade das mulheres em se reunirem sem a presença dos homens, o que acaba por proporcionar sociabilidade entre as mulheres, mas também gera um fortalecimento do movimento destas enquanto espaço de fala, onde estas sentem-se à vontade para expor seu ponto de vista e discutir sobre assuntos de seu interesse sem a censura imposta pela presença de homens. Do mesmo modo, esse é um espaço onde as mulheres tomam as decisões e gerenciam seus recursos endógenos com o intuito de fortalecer as atitudes das mulheres na comunidade.

As sócias também percebem que a organização social das mulheres levou a um fortalecimento das mulheres rurais e relatam que “mexeu com uma, mexeu com todas” (GRUPO FOCAL, 2009). Assim, o associativismo das mulheres deu uma maior visibilidade ao papel das mulheres enquanto agentes sociais, para além do seu papel de esposas, filhas e mães, por estarem associadas.

Desse modo, nota-se que em grupo as mulheres são mais fortes para desafiar as normas sociais impostas pela sociedade local e pelas famílias, visto que “[...] ele também fica exposto ao ridículo quando sua mulher desafia as normas. Por isso, as militantes consideram que as ações em grupo são mais eficazes, pois, se muitas mulheres agirem do mesmo modo, atitudes antes transgressoras vão sendo consideradas normais [...]” (PAULILO, 2003, p. 198).

Percebe-se, assim, que a inclusão das mulheres nas organizações sociais pode ocasionar um efeito transformador nas redes de poderes da sua comunidade através da participação das mulheres. Nesse sentido, “la perspectiva del empoderamiento realca que el poder em las relaciones de género debe transformarse, ya que la subordinación de las mujeres tiene orígenes culturales. Por lo tanto, una de las principales estrategias para el empoderamiento de las mujeres es la construcción de identidades coletivas y la movilización para el cambio (ÁLVAREZ, 2004, p. 287).

Nesse contexto de solidariedade e de fortalecimento das questões de gênero no meio rural, uma das questões trazidas pela pesquisa reflete a motivação das mulheres para se organizarem coletivamente. Assim, os dados averiguaram que um terço das sócias, sete mulheres, sentem-se motivadas a participar da associação por conta do aprendizado ou do conhecimento proporcionado pela instituição, sendo que a percepção de empoderamento das mulheres também aparece de forma linear para as associadas, desde as fundadoras da instituição até as sócias mais recentes, que passaram a agregar o grupo em 2018.

Para uma melhor compreensão acerca dos fatos que motivam as mulheres a compor este coletivo, optou-se por uma análise dos dados a serem expostos em três grupos, de acordo com o tempo em que as mulheres fazem parte dessa organização. Assim, das cinco associadas que ingressaram na instituição em 2018, três apontam o aprendizado e/ou o conhecimento como motivação para participarem da associação; duas afirmam que é vontade de plantar; duas relatam sobre amizade e companheirismo. Esse grupo de sócias também aponta o divertimento, a distração e o fato de as mulheres da associação serem decididas e empoderadas como fatores que as motivam a participar da instituição.

As motivações citadas pelas sete mulheres que fazem parte da associação há mais de oito anos, ou seja, ingressaram entre os anos de 2009 e 2012, são: o aprendizado e/ou o conhecimento, apontado por três sócias; duas percebem o incentivo; duas relatam o crescimento pessoal; e duas falam sobre o desenvolvimento e os benefícios para a comunidade como motivação para participar da associação. As associadas citam, também, que gostam do grupo, da abrangência mental, da união, do acolhimento, do espaço de assuntos; de participar, da abrangência social, porque abre caminhos para participação de atividades da associação e da comunidade, de intercâmbios, de participar dos movimentos sociais, do movimento de não usar veneno, da história da associação e das mulheres, do empoderamento das mulheres e da juventude e da autonomia que a associação proporciona às mulheres.

No âmbito das motivações, torna-se interessante apresentar algumas falas das sócias para uma melhor compreensão do papel da associação diante dessa questão. Por exemplo, a sócia Mandacaru (2019) relata que se sente motivada a ser membra da associação

[...] pelo conhecimento que eu tenho da história da associação e, também, porque eu acho importante a gente estar sempre participando de um grupo que vá acrescentar mais na sua vida, torna você melhor, e estar participando das coisas, não só da associação, mas também da comunidade, e a associação leva você a isso, abre muitos caminhos pra você. E a associação de Mulheres daqui, por minha mãe estar envolvida, eu também tenho uma história de movimentos sociais... É importante na vida da gente, não só como pessoa, mas também como estudante. É importante estar participando desses movimentos. Para o meu crescimento pessoal e pela história de vida delas, né. É um incentivo que dá para a gente, né, porque, assim, são mulheres, né, e geralmente as pessoas não dão muita credibilidade às mulheres, acham que: "Ah, mulher só serve para estar na cozinha. Lugar de mulher é no fogão, cuidando da casa e do marido". Não, lugar de mulher é onde ela quiser, onde ela se sentir bem, à vontade, é o lugar onde ela deve estar. Então, eu acho que é isso, a Associação de Mulheres daqui traz história, traz desenvolvimento para comunidade. Traz empoderamento da mulher. E, assim, é um incentivo muito grande. Tem muitas que não querem sair de casa, que não querem entrar, mas eu mesma quis entrar por isso, pela história de vida das mulheres, pela autonomia que a associação dá às mulheres, pelo empoderamento que ela dá às mulheres, e à juventude também, porque ela não dá espaço só para as mulheres. [...] antes

eram só as mulheres com mais experiência, mas depois elas abriram espaço para a juventude. E, na verdade, em todos os projetos que tem, o que eu acho bonito na associação é que ela não pensa só associação, nas mulheres da associação, mas [...] sempre pensando no bem-estar da comunidade, no desenvolvimento da comunidade, no crescimento da comunidade e no crescimento da associação também, e da sócia como pessoa.

Já para a fundadora Rosa (2019), a motivação é

Porque eu tenho o maior amor por essa associação. Cada pedrinha que foi construída tem o meu suor [...] cada lata de água para construir. [...] As fundadoras, nós temos todo um alicerce. [...] A minha vontade é de trazer a juventude para conhecer. Porque a gente é conhecido [...] em nível Brasil, nacional, internacional e, às vezes, o povoado não conhece. [...] a gente deu oportunidade para juventude daqui do povoado mesmo. A gente já foi às escolas, as escolas já estão vindo muito, vem muito fazer trabalho aqui e já dá uma visão para o povoado conhecer o nosso trabalho, valorizar que eu digo [...]

Sobre a motivação das mulheres mais antigas a comporem a associação, duas relatam que levanta a autoestima. Já as nove fundadoras expõem como fatores que as motivam a participar da instituição, o seguinte: gostar de estar no grupo; gostar das mulheres, do divertimento, das festinhas e das conversas; ter uma obrigação; gostar de trabalhar; aprendizado/conhecimento; trazer a juventude para conhecer; por amor à associação; por construir a associação; por serem reconhecidas internacionalmente; por ocupar o espaço como mulher e pelo empoderamento das mulheres e da juventude.

Portanto, as sócias-fundadoras da instituição sentem-se orgulhosas dos resultados alcançados ao longo da construção dessa organização, que culmina em um ambiente favorável à conquista do espaço das mulheres na sociedade. Dentre as sócias que estão na instituição há pelo menos oito anos, seis relatam o incentivo, o crescimento pessoal e o aumento da autoestima das associadas como motivação para participarem da associação. Assim, as sócias percebem as associadas como mulheres empoderadas em seu meio social.

Pelo exposto, percebe-se que as sócias sentem-se motivadas a fazerem parte desse coletivo de mulheres por diversas razões, seja de cunho pessoal, de sociabilidade, de inclusão social, política e produtiva, seja pelas atividades promovidas na instituição em prol das mulheres. Falam também da atuação junto à comunidade e à juventude, por ser um espaço que proporciona o reconhecimento das associadas e do trabalho desenvolvido por elas, bem como pelo percurso histórico percorrido por esse grupo, que acaba por contribuir com a construção de autonomias e do empoderamento das mulheres rurais.

Colaborando com os dados apresentados, a literatura observa que “podemos encontrar grupos que possuem uma melhor organização e planejamento da produção, que

desenvolvem uma boa relação com outros grupos ou organizações, que têm acesso a mercado, que priorizam a sociabilidade interna etc.” (BRUNO *et al*, 2011, p. 72).

Nesse sentido, o Quadro 11 apresenta as formas como a associação busca contribuir como o bem-estar das mulheres, visto que “[...] as privações relativas de bem-estar para as mulheres decerto estavam – e estão – presentes no mundo em que vivemos e claramente têm importância para a justiça social, incluindo a justiça para as mulheres. [...]” (SEN, 2000, p.222).
 Quadro 11 – Percepção das mulheres sobre o papel da associação na busca do bem-estar das associadas, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Sócias em abril de 2019	Percepção sobre a busca da Associação pelo bem-estar das associadas	
	Sim	Como?
Margarida	x	Alimentação, comunicação, diálogo e a busca por projetos
Rosa	x	Parcerias
Violeta	x	Com encontros, festas. Fortalecimento
Caroá	x	Contribui com conhecimento, saúde, se juntam para contar os problemas, se sentem bem quando estão em grupo
Bromélia	x	Na saúde das mulheres, entendimento social, traz de benefícios, intercâmbios, troca de experiências, engajamento nos movimentos sociais
Lírio	x	Busca a questão da distração, interação social, se divertir, acha terapêutico
Dália	x	Mantendo a união das associadas, com os trabalhos em conjunto
Cravina	x	Com reuniões, conversas, eventos, cooperação social
Alpina	-	-
Gérbera	x	Festas, reuniões e autoestima
Xique-xique	x	Não é 100%. Ajudando aprendizado, a trabalhar junto
Malva	x	Com cursos de culinária, produção de hortaliças e de música
Caliandra	x	Com as palestras, as viagens
Jitirana	x	Meio de vida, mais conhecimento, troca de ideias (recebendo informações)
Araçá	x	As oficinas, tem ensinamento que leva para a vida
Camará	x	Trabalha, se diverte, aprende muitas coisas
Jurubeba	x	Aprendizado, como plantar
Alamanda	x	Na saúde, ervas medicinais "farmácia nos quintais", depender menos da farmácia
Mandacaru	x	Com incentivo na interação social, dando força para buscar autonomia e força
Jurema	x	A relação social com as mulheres
Buganvília	x	No empoderamento feminino, valorização do trabalho da mulher

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

No Quadro 11, é possível perceber que todas as mulheres entendem que a associação busca ofertar bem-estar para as associadas, entretanto, apenas a sócia Alpina não respondeu. Nota-se, ainda, que os conteúdos não ligados às questões consideradas produtivas, políticas e educacionais são os mais citados pelas mulheres como aqueles que trazem bem-

-estar às associadas, são eles: distração, diversão, festas, viagens e música; esses elementos são elencados por sete associadas. Outras sete mulheres relatam sobre a interação social, o entendimento social, a relação social com outras mulheres, a comunicação, o diálogo, o fato de se encontrarem para contar os problemas, as conversas, o aspecto terapêutico, além de se sentirem bem em grupo. Já quatro sócias argumentam que os encontros, os eventos e as reuniões cooperam para o bem-estar das associadas.

Observa-se que nove sócias percebem que a instituição procura oferecer bem-estar às associadas através da promoção de mais conhecimento, por meio da oferta de cursos, de palestras, de oficinas, de intercâmbios, de trocas de experiências e de troca de ideias, enquanto que para três delas a associação promove saúde para as mulheres do grupo.

As mulheres também entendem que a associação busca o bem-estar das associadas através da promoção de um meio de vida, do trabalho, da busca por projetos, da alimentação, da produção de hortaliças e de ervas medicinais, do engajamento nos movimentos sociais, de parcerias, do fortalecimento, da união, do trabalho conjunto, da cooperação social, da autoestima, da valorização do trabalho da mulher, da força para buscar por autonomia e do empoderamento feminino. Essas também são percepções das mulheres sobre o que é ter bem-estar e sobre como a associação lhes proporciona isso.

Dessa forma, nota-se que a percepção das associadas é de que a associação busca promover o bem-estar das sócias, principalmente, através da promoção e de uma rede de apoio à sociabilidade, mas sem deixar de promover o conhecimento técnico e científico, a inserção produtiva, a visibilidade social e a busca pelo empoderamento e pela autonomia das mulheres.

Portanto, a associação busca promover não só o bem-estar das associadas, mas colabora para o progresso e a emancipação das mulheres, conforme observa-se no relato que aponta que a associação representa o “desenvolvimento das mulheres. Tinha mulher na associação que nem ao menos falava, nem para se apresentar, era ruim, viu? Hoje em dia já estão todas desenvolvidas [...] você tem mais liberdade para dizer assim ‘eu sou Rosa’ [...]” (ROSA, 2015).

Nesse sentido, verifica-se que a organização coletiva das mulheres rurais sertanejas estudadas neste trabalho colabora com a abordagem de que os “[...] processos organizativos de mulheres produtoras têm mostrado que mudanças significativas acontecem na vida delas não apenas no âmbito da produção, mas também nas relações que estabelecem consigo mesmas, na família e na sociedade” (SAID *et al*, 2015, p. 183).

4.3.2 Aspectos de empoderamento das associadas

Após expor as motivações das mulheres para se organizarem coletivamente e a influência do associativismo no modo e no projeto de vida das mulheres rurais, esta seção da pesquisa discute sobre algumas alterações percebidas pelas associadas referentes à autonomia e ao empoderamento das mulheres rurais.

Sendo assim, no grupo focal realizado em 2019, as sócias relataram mudanças significativas no dia a dia das mulheres que ocorreram após estas entrarem na associação: a melhora da autoestima, a desinibição, a comunicação, o conhecimento e o empoderamento, como podemos observar nas falas das associadas a seguir.

A sócia Margarida conta que houve uma melhora na autoestima das mulheres, que se empoderaram, no sentido de terem buscado por mais liberdade para se expressarem e passarem a exercer suas vontades: “Eu mesma, foi a autoestima, a conversa entre as pessoas, porque eu tinha medo de conversar. Muitas mulheres também tinham medo de sair de casa, de enfrentar os maridos... Isso mudou muito. Foi um empoderamento” (MARGARIDA, 51 anos, sócia-fundadora).

Já a sócia Araçá reforça algumas perspectivas sobre como o processo de empoderamento modificou o modo de vida das associadas, principalmente no que se refere à busca por conhecimento e ao enfrentamento da timidez.

Eu acho que é a forma de empoderamento que é mais adquirida, é a forma de dialogar, falar, se expressar... Muita gente fica meio envergonhada, e às vezes sabe alguma coisa interessante, mas não fala. Acho que essa parte é bem interessante. As pessoas saem daqui, mas levam conhecimento até oficinas, porque você acaba sendo obrigada a falar da associação. Então é uma forma que as pessoas acham de perder a timidez de falar (ARAÇÁ, 29 anos, na associação desde 2018).

Diante disso, não se pode deixar de observar as evidências apontadas por Bourdieu (1989, 2012, 2016) sobre a construção de um discurso dominante que exerce uma forma de poder simbólico, de dominação do homem e de inferioridade da mulher. Essa conduta é respaldada pelas práticas culturais, nas quais a violência moral e psicológica não é percebida pela vítima.

É relevante discutir sobre estudos, como os de Scheffler (2013), que abordam as mudanças que ocorrem em outras dimensões da vida das mulheres, e não analisar o empoderamento exclusivamente relacionado com o poder econômico, sendo importante visibilizar “[...] as estratégias das próprias mulheres para lidar com as pressões e constrangimentos na sua vida cotidiana [...]” (CORNWALL, 2013, p.2).

Este trabalho não procurou classificar a autopercepção das associadas sobre as suas experiências e seus processos de empoderamento, mas partimos da premissa de que a transformação pessoal é o objetivo do empoderamento, visto que esse é um processo (mesmo que coletivo) de aumento da capacidade individual e da autoestima para o ganho de poder (SEN, 2000).

Desse modo, nota-se o conceito da terminologia de libertação e empoderamento, visto que Castoriadis (1982) e Freire (1985) afirmam que a necessidade de lutar pela liberdade é um ato social da coletividade, então a “[...] a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos — libertar a si e aos opressores [...]” (FREIRE, 1985, p.33).

Portanto, o empoderamento envolve mudanças nas relações de poder, de tal forma que levem os envolvidos à compreensão da realidade para que possam propor alternativas à condição apresentada, pois, sem assumirem as responsabilidades, não serão livres. Assim, observa-se que, para Freire (1992), o empoderamento é um processo que seria alcançado por meio das ações das pessoas ou de grupo de pessoas. Então, empoderar seria possibilitar o acesso das pessoas à liberdade, como percebido em a “libertação do oprimido”. Assim, concordamos com Kleba e Wendausen (2009, p.736), quando estes afirmam que empoderamento

[...] significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autônomos [...]

A sócia Violeta afirma que a organização coletiva das mulheres influenciou positivamente no cotidiano das associadas e ressalta aspectos relacionados ao aprendizado sobre o manejo do sistema produtivo, sobre a sociabilidade e o sentimento de aconchego em estar com as mulheres do grupo

Acho que mudou, né? Antes de entrar eu nunca tinha visto nada disso, e vindo eu sempre vejo como planta... Hoje em dia eu tenho todo tipo de verdura, e tudo isso eu aprendi aqui. É conhecimento, cada vez a gente aprende mais [...]. Para mim melhorou muito, porque quando eu chego aqui, é o meu sossego [...]. Só os abraços que tenho com vocês já melhora tudo (VIOLETA, 47 anos, sócia-fundadora).

A construção de um processo de busca por autonomia fez com que as mulheres se sentissem donas de suas vidas, como expõe a associada Rosa: “Eu me sinto uma mulher empoderada. Através dos movimentos, desde a pastoral da criança até chegar na associação, hoje eu me sinto eu mesma, de verdade. E tudo que já tinha de fazer, eu já fiz. Curso de pedreira,

o que for. Sou pedreira, sou agricultora...” (ROSA, 53 anos, sócia-fundadora). Outra perspectiva percebida pela sócia é a contribuição da participação das mulheres nos movimentos sociais na construção do empoderamento das associadas.

Nesse sentido, observa-se que a realidade exposta colabora com a percepção de que a autonomia é um processo e não um fim, sendo, ainda, uma forma permanente de crítica do contexto no qual o sujeito está inserido (ROTOLO, 2011). Sendo assim, o termo empoderamento significa atribuir poder, logo, nos remete ao sentido de aumento das possibilidades de controle de aspectos pertinentes da sua vida (SEN, 2001). Portanto, a análise de empoderamento em uma perspectiva emancipatória apontou que esse termo “[...] pode ser considerado em sua forma mais ampla, envolvendo noções como autonomia, práxis e coletividade [...]” (BARRETO; PAULA, 2014, p. 127-128).

Nesse cenário, as associadas relatam a relevância das parcerias com as ONGs atuantes na região, dos projetos e dos movimentos sociais na contribuição para o empoderamento das mulheres rurais.

[...] as mulheres que quiseram se empoderaram mais. Eu hoje me sinto uma mulher empoderada. E isso só aconteceu por influência dessas instituições e dos projetos. Infelizmente, estamos tendo menos projetos, vamos caminhando com as próprias pernas. Com o nosso presidente, os movimentos sociais estão acabando. Cada dia que se passa, fica pior. Esse presidente não quer um projeto com movimentos sociais. Movimentos sociais é uma coisa do satanás para ele (MARGARIDA, GRUPO FOCAL, 2019).

Como visto, as sócias apontam que, com o atual governo, essas instituições estão enfraquecidas e, conseqüentemente, há um menor número de projetos que a associação pode vir a acessar, o que impacta negativamente o dia a dia das mulheres rurais sertanejas. Nesse contexto, percebe-se que “[...] a liberdade política é um fator elementar para a liberdade de crítica. Não se pode realizar a crítica num mundo que não haja algum tipo de liberdade política” (ROTOLO, 2011, p.311).

Assim, é importante compreender o contexto exposto por Rotolo (2011, p.312): “[...] Nos anos 60 e 70, as ideias de Castoriadis dialogam com os movimentos feministas, étnicos, ambientalistas, negro, estudantil. [...] Compreender as sociedades como autoinstituição, como produtora de significações, como requerente de liberdades de novas formas históricas que busca a autonomia e a democracia [...]”. É alicerçada nessa utopia que a sociedade caminha para a efetivação da liberdade e da justiça plenas.

Observa-se que é nesse cenário sociopolítico que a sociedade requer a busca pela autonomia e pela democracia, no qual a atuação dos “[...] movimentos de mulheres trabalhadoras rurais anteriores à Constituinte, ainda que dispersos e muitas vezes fragmentados,

interferem decisivamente para que uma pauta de negociações das políticas públicas, permeadas por relações de gênero, fosse publicizada (FERRANTE; DUVAL, 2009, p. 413).

A partir da Constituição Federal de 1988, Ferrante e Duval (2009, p. 413) afirmam que

aumenta progressivamente a participação das mulheres no movimento sindical, o que se reflete na ampliação feminina nos congressos e no aumento de resoluções e propostas que tinham as mulheres rurais como protagonistas. A marcha das margaridas de 2000, organizada pelas mulheres filiadas à Contag, foi um marco no movimento das mulheres rurais, o que não significa que a aceitação de questão de gênero se dê naturalmente pelo movimento sindical e pelo MST, sem conflitos e/ou disputas.

A participação e a liderança política e social das mulheres são pontos fundamentais para vislumbrarmos um desenvolvimento com liberdade, visto que “[...] nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do ‘desenvolvimento como liberdade’” (SEN, 2000, p. 235). Assim,

Esta constatação leva a problematizar – numa análise preliminar – o real significado da relativa (e frágil) conquista de autonomia das mulheres rurais. O indicativo seria que, mesmo tendo alcançado uma relativa possibilidade de gestão de um “mínimo financeiro”, as mulheres inseridas naquele contexto persistem na situação de “ausência da autonomia e emancipação política”, como resultado da tradicional cultura patriarcal, bastante arraigada mesmo em pleno século XXI (LUSA, 2012, p.98).

Essa importante problemática, apontada por Lusa (2012), é atual e contextualizada com o ambiente estudado, pois as associadas acabaram por alicerçar a busca por emancipação, liberdade, autonomia e empoderamento através de uma contínua construção coletiva e democrática desse grupo de mulheres pesquisadas.

Por isso, a opção das mulheres sertanejas em se organizarem conjuntamente para enfrentar a insegurança alimentar das famílias, as questões de gênero e a invisibilidade do papel das mulheres na sociedade acarretaram importantes mudanças no papel passivo das mulheres rurais para um redimensionamento da subjetividade das associadas.

É notório que o modo de vida das integrantes da associação reflete o saber tradicional das mulheres sertanejas, que se apropriaram de aspectos agroecológicos (ecológicos, sociais, culturais, econômicos, políticos e produtivos) que hoje perpassam o âmbito das atividades desempenhadas na associação, sendo também percebidos na propriedade rural e na casa da grande maioria das associadas.

Dessa forma, verifica-se que a opção por um sistema produtivo agroecológico proporciona às associadas um diversificado leque de produtos que são manejados de forma a respeitar o bioma da caatinga, contribuindo para a conservação da agrobiodiversidade, fomentando a renda das mulheres e colaborando para na busca pela segurança alimentar das famílias sertanejas.

Por conseguinte, as alterações no modo de vida das mulheres rurais após se engajarem na associação são percebidas através da obtenção de renda, por meio da inclusão social e produtiva das associadas; em casa, nas suas relações familiares; no sistema produtivo das propriedades rurais das associadas, inclusive nos espaços de decisão; e na associação, enquanto gestoras, agricultoras e agentes sociais ativas na participação das mulheres na vida política e social da comunidade.

Isso corrobora com o exposto por Schaaf (2001, p. 272), que percebe as mulheres “[...] como catalizadoras importantes em iniciativas inovadoras, atuando como boas organizadoras, desempenhando o seu papel como mães e, ao mesmo tempo, mantendo o olhar atento para o detalhe e desenvolvendo capacidades de coordenação em várias atividades organizativas [...]”. Mas, vale ressaltar, a participação das mulheres em organizações coletivas ainda não é facilitada pela divisão equitativa das atividades domésticas, gerando uma sobrecarga de trabalho para elas.

No que se refere à alocação das receitas das mulheres, ela muito se aproxima do resultado das pesquisas sobre a locação dos recursos do Programa Bolsa Família, priorizando sempre a compra de alimentos e depois gastos destinados à educação dos filhos, aos pagamentos de contas de água, energia, gás e à aquisição de remédios, sendo que um terço das mulheres estudadas são idosas, e a maioria das associadas percebem renda monetária e não monetária.

Outra questão percebida foi a semelhança do comportamento e/ou do modo de vida das associadas com a organização das mulheres em assentamentos rurais, segundo o resultado de alguns estudos sobre o tema. Essas semelhanças são em relação à organização social, produtiva e de gestão institucional e das unidades produtivas das mulheres, que acabam por priorizar a segurança alimentar e nutricional da família e a busca por maior autonomia e desempenho do papel ativo nas tomadas de decisões em casa e na comunidade, em busca de políticas públicas que atendam às demandas femininas e às de maior visibilidade nos espaços públicos.

Nesse sentido, Ferrante e Duval (2009, p. 414) argumentam que

[...] a inserção das mulheres rurais no campo político tem possibilitado um aprendizado coletivo, com a ressalva de que este é um campo de forças no

qual relações de gênero se fazem presentes. Existe a perspectiva de fomentar uma rede de comunicação que permita às trabalhadoras a incorporação de um saber/poder que deve ter irradiações no processo de ação/decisão dos assentamentos.

Portanto, pode-se concluir que a organização coletiva das mulheres colabora efetivamente para o empoderamento e o fortalecimento da autonomia das mulheres rurais pesquisadas, pois o processo de associativismo das mulheres estudada promove o senso crítico e democrático das associadas através da sociabilidade proporcionada a elas, possibilitando, também, o incremento do seu capital social e a inclusão social e produtiva das associadas.

5. MULHERES E GESTÃO

Este tópico tem como objetivo compreender como as mulheres realizam a gestão dos recursos da associação. Assim, procurou-se apresentar os processos e os instrumentos de gestão que são utilizados pelas associadas e analisar como se estabelecem as relações de tomada de decisões e analisar se o tempo e o desempenho de cargos de gestão na instituição são um diferencial para a compreensão e a apropriação das ferramentas de gestão.

Para iniciar os estudos sobre a gestão das mulheres inseridas nessa instituição, é necessário observar o objetivo da associação, que está estabelecido no Capítulo II do Estatuto Social da instituição, que estabelece:

Art. 3 – A associação congrega mulheres agricultoras familiares do povoado que têm por objetivo formar uma convivência amiga, partilhando experiências e conhecimentos, alegrias e dificuldades, a fim de criar um senso crítico diante da realidade em que vivem para que possam crescer numa cidadania consciente, atuante e responsável

Art. 4 – Para concretizar seus objetivos, haverá troca de saberes através de encontros, estudos, debates, assessorias técnicas, curso de formação integral, capacitação, elaboração de projetos de geração de renda, educação ambiental e segurança alimentar, palestras, intercâmbios, intervenções e proposições em políticas públicas

Art. 5 – Para realizar seus objetivos, a associação elaborará projetos produtivos e de geração de renda na linha agroecológica numa convivência com o Semiárido.

Nesse sentido, percebe-se que a finalidade dessa organização não são os ganhos econômicos. Portanto, é necessário que o estudo dos processos de gestão, definidos e utilizados como práticas administrativas, evidenciem as racionalidades ligadas a essa lógica de gestão determinada pelas agricultoras familiares associadas.

Nota-se que esses objetivos estão em consonância com os princípios da economia solidária e com os preceitos da agroecologia e do cooperativismo. Cabe salientar que estas são as bases teóricas que servirão de norte para a análise e a reflexão sobre o contexto em que a instituição estudada está inserida, pois os empreendimentos econômicos solidários (EES) que não possuem a finalidade lucrativa, como é o caso da associação em análise, refletem a tentativa desses grupos locais na resolução das suas problemáticas sociais através da experiência de autogestão da riqueza (METELLO, 2007; FRANÇA FILHO, 2002).

Na autogestão, podemos notar a relação com diversos outros princípios da economia solidária, como solidariedade, equidade, cooperação e desenvolvimento humano, visto que a economia solidária se propõe a romper com a divisão social do trabalho (NOBRE, 2003).

É importante salientar o protagonismo das mulheres no contexto da economia solidária, que, conforme exposto por Lisboa (2005, p. 114), o qual está imerso num ambiente de “[...] despertar da agroecologia, da permacultura, e o revigoramento das formas familiares de produção agrícola, expressões do contramovimento de defesa da sociedade diante do fundamentalismo de mercado [...]”.

Nesse contexto, não faz sentido realizar uma análise da gestão dessa organização levando em conta as teorias econômicas e financeiras que priorizam o lucro como finalidades das instituições, ou seja, de acordo com o modelo de gestão capitalista. Entretanto, é importante destacar que as ponderações são realizadas a partir do referencial teórico do cooperativismo, da agricultura familiar camponesa e dos empreendimentos econômicos solidários.

Assim, dar-se-á pela busca da compreensão do modo de gestão camponesa, que vem sendo estudado há muito tempo, como observa-se na literatura de Chayanov, base referencial desde o século passado, de forma a interpretá-la frente ao atual contexto socioeconômico, tendo como recorte a região do Semiárido do Nordeste brasileiro. Desse modo, esta discussão será embasada pela atual literatura brasileira sobre a gestão camponesa, a exemplo de Wanderley (2004, 2009c, 2010, 2014), Lamarche (1993), Brandenburg (1999), Ploeg (2006, 2008, 2015), Roesler (2009), Brandão (2016), Costa e Silva (2018).

Nesse sentido, os agricultores familiares possuem autonomia e a competência para organizar o processo produtivo e demonstram outras racionalidades, que nem sempre visam ganhos econômicos, visto que a renda obtida tem como principal propósito a reprodução familiar, e não a obtenção de lucro (WANDERLEY, 2010; ROESLER, 2009; COSTA E SILVA, 2018). Nesse contexto, prontamente verifica-se que os atores sociais são protagonistas de uma forma particular de gerir suas propriedades e seus empreendimentos rurais.

Tendo em vista que a proposta desta pesquisa se atém à gestão da associação, não cabe adentrar nas formas de gestão das unidades de produção das agricultoras estudadas, mas da organização social das mulheres no formato de associação, sabendo que a lógica de gestão desses ambientes não é distinta, mas inseparável, visto que “[...] os interesses do camponês enquanto empreendedor e seus interesses como trabalhador fundem-se de modo inseparável e indivisível” (CHAYANOV, 2017, p.73).

Ressalta-se que esses processos de cooperação e de gestão ainda apresentam riscos e desafios, pois a autogestão cooperativa depende da fidelidade e do interesse dos sócios em realizar um esforço adicional para fazer uma gestão democrática (CHAYANOV, 2017; SINGER, 2002). Contudo, Singer (2002, p. 22) afirma: “As lutas emancipatórias alteram as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo as autoritárias [...]”. Portanto, a

administração dos empreendimentos solidários se dá democraticamente pela prática da autogestão, sendo necessário para isso que todos os sócios se inteirem das questões da instituição a serem resolvidas.

Desse modo, a autogestão eficiente e democrática das empresas solidárias, como é o caso das cooperativas e das associações, torna os empreendimentos economicamente produtivos e acaba por gerar renda e bem-estar aos seus membros (CHAYANOV, 2017; SINGER, 2002). Dessa maneira, observa-se que o processo de organização coletiva tende a fortalecer os atores sociais envolvidos, que passam a autogerir os recursos disponíveis na busca por emancipação e autonomia, o que tende a impactar positivamente as condições de vida das famílias rurais. Porém, vale salientar que “[...] não se exploram suficientemente os potenciais ambientais e os processos de autogestão de recursos para promover uma maior autossuficiência das comunidades [...]” (LEFF, 2001, p. 323).

Sobre a autogestão na agricultura, torna-se importante ressaltar que “[...] ainda que a aposta econômica e política nas experiências de autogestão seja imensa, visto que dela depende o futuro da agricultura moderna e a possibilidade de inventar uma organização simultaneamente justa e eficaz das relações de produção, o setor autogerido não deve e não pode ser considerado como um mundo à parte [...]” (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.57).

Nesse sentido, esta pesquisa vem analisar como se estabelecem as relações de tomada de decisões e apresentar os processos de gestão e os instrumentos de controle utilizados pelas mulheres da associação, a fim de perceber a racionalidade utilizada na gestão dos recursos endógenos dessa organização econômica da agricultura familiar, contribuindo, assim, com os estudos em torno dos processos de gestão empregados em empreendimentos da agricultura familiar.

Para a apreensão da lógica e das racionalidades adotadas pelas agricultoras associadas, serão apreciados os processos e as formas de gestão empregadas na associação, o modo de tomada de decisão na associação, a gestão dos recursos patrimoniais e do sistema produtivo, os instrumentos de controle empregados na instituição, a compreensão e a apropriação das ferramentas de gestão utilizadas pelas associadas e uma análise das dificuldades percebidas pelas sócias.

5.1 Forma de (auto)gestão adotada pelas participantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”

Para uma melhor compreensão do ambiente em que se inserem os empreendimentos econômicos de produção familiar, será realizada uma aproximação entre os estudos da área da

Administração e o campo da sociologia rural, no âmbito da agricultura familiar, da agroecologia e do associativismo.

Nesse contexto, é relevante observar que a organização coletiva das mulheres sertanejas é percebida como um enfrentamento à exclusão social. Assim, o desenvolvimento e a busca pela emancipação dessas agricultoras não podem ser analisados nem mensurados de forma meramente econômica e/ou financeira, mas como uma estratégia para o enfrentamento da insegurança alimentar e do modelo econômico hegemônico que historicamente vem sendo excluído das análises do modo de vida camponês.

Desse modo, é necessário superar o modelo de gestão empregado nas empresas capitalistas e vislumbrar o modo de gestão dessas agricultoras familiares de forma interdisciplinar, considerando o tipo de organização estudada e modo de essas mulheres gerirem os recursos locais disponíveis.

Diante disso, Brandenburg (1999) argumenta que é necessário construir um referencial de conhecimento que compreenda a lógica de funcionamento dos empreendimentos de produção familiar, o que não significa que este não esteja sob os imperativos da racionalidade econômica, mas os agricultores familiares podem operar próximo a uma empresa rural capitalista ou podem atuar voltados primordialmente para a produção de subsistência, como é o caso da associação em estudo.

Assim, percebe-se que a subjetividade permeia o trabalho do gestor, e o agricultor familiar, ao organizar a sua estrutura produtiva, acumula as atividades de gestor. Note-se que as atividades do agricultor familiar configuram um processo de gestão, visto que este decide o que fazer, o que produzir, a distribuição das atividades a serem executadas, a organização da estrutura produtiva e, ainda, realiza cálculos econômicos, de orçamento e o planejamento. Dessa forma, o agricultor-gestor assume múltiplas atividades e demonstra o domínio de um saber-fazer, no contexto do manejo da sua unidade de produção (WANDERLEY, 2010; ROESLER, 2009).

Nesse contexto, Barbosa (2013) aponta que a multifuncionalidade exercida pelo agricultor agroecológico contribui para a organização de uma lógica gerencial de seus empreendimentos econômicos alicerçada no princípio da sustentabilidade, pois visa à equidade entre as questões sociais, ecológicas e econômicas.

Para Wanderley (2010, p. 30-31), essa competência dos agricultores e das agricultoras familiares em organizar o seu processo produtivo consiste “[...] no controle dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho; no domínio de um saber e de um saber-

-fazer, adquirido ao longo da vida, sobre o próprio ato produtivo e sobre as condições imediatas, naturais e sociais, de sua realização; na capacidade de assumir múltiplas e distintas tarefas simultaneamente [...]", sendo que essa capacidade resulta na autonomia do camponês.

É nesse cenário que se observa que as mulheres estudadas são protagonistas nos processos de gestão e de controle dos sistemas produtivos e administrativos da associação. Portanto, a pesquisa constatou que a forma de gestão adotada na instituição se revela como muito participativa, conforme será visto no decorrer deste capítulo.

5.1.1 Processos e forma de tomada de decisão na associação

Uma importante característica da forma de gestão desse grupo de mulheres refere-se ao processo de tomada de decisão, pois é unânime entre as sócias, entre as mulheres entrevistadas que já fizeram parte da associação e entre os entrevistados das instituições parceiras que todas as decisões são tomadas de forma coletiva.

A percepção das instituições parceiras da associação sobre os processos de tomada de decisões e de gestão dos recursos na associação é de que estes "acontecem sempre de maneira participativa, com tomadas de decisão coletiva e sempre contextualizada com a realidade de momento" (INFORMANTE DO CDJBC, 2019).

Outro entrevistado relata que "desde a formação do primeiro grupo, todas as decisões foram tomadas pelo grupo, apenas acompanhada pela assistência técnica, que sempre 'problematiza' as prévias das decisões, fazendo com que todos reflitam as diversas possibilidades/caminhos a serem tomados, isso permite a independência tanto naquela oportunidade quanto no futuro do grupo [...]" (INFORMANTE DA EMDAGRO, 2019).

Esse processo coletivo de tomada de decisões, conseqüentemente, faz com que todas as integrantes da associação se inteirem das questões internas e externas que interferem direta ou indiretamente na instituição. A sócia Margarida, por exemplo, afirma que ainda hoje as tomadas de decisões ocorrem "na reunião do mês, ou, se for algo urgente, a gente faz uma reunião extraordinária. Quando vai chegar um projeto, primeiramente se faz uma reunião para saber se as mulheres aprovam ou não" (MARGARIDA, GRUPO FOCAL, 2019). Canafístula (ex-sócia) também aborda o assunto e ressalta que as informações sobre os projetos são passadas para as sócias durante as reuniões.

Essa dinâmica mostra-se propícia para a consolidação da autogestão, visto que "[...] é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema [...]" (SINGER, 2002, p.19).

Um fato importante observado nas entrevistas com cada uma das integrantes da associação é que elas expressam individualmente as suas percepções sobre como são tomadas as decisões, bem como as sócias-fundadoras relatam, também, como foi construída essa forma de organização, como podemos observar no Quadro 12.

Quadro 12 – Construção dos processos de estruturação e de organização das atividades da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe

Sócias em abril de 2019	Ingresso na Associação	Processos de Organização e Implantação das Atividades da Associação	
		Estruturação inicial das atividades	Processo atual de decisão sobre as atividades
Margarida	Fundadora	Formação de grupo de interesse, depois escala de trabalho, mutirão. Estudamos contabilidade	Convida as mulheres, faz uma reunião, debate o assunto. Tem projeto que foi decidido que não dá certo
Rosa	Fundadora	Sonho (sede + terra + tanque), conhecimento das freiras, construção do estatuto	Reunião com todas
Violeta	Fundadora	Decidiram tudo em reunião (registro, projetos)	Sempre em reunião
Caroá	Fundadora	Foi uma ideia de todas. Reunia e cada uma dizia o que produzir e analisávamos se iria dar certo. Tem votação	Sempre é decidido em reunião mensal
Bromélia	2011	-	Projetos e Assembleia, a vontade das sócias é aprovado nas reuniões
Lírio	Fundadora	Reuniões para decidir a estrutura, fizeram votação e decidiram o cargo de cada uma delas	Faz reunião, todas escolhem e depois votam
Dália	2012	-	Fazem reunião, sugerem ideias e faz votação
Cravina	2009	-	Faz reunião, trazem propostas e fazem votação
Alpina	Fundadora	-	É apresentado às mulheres e quem tem interesse fica à frente da atividade
Gérbera	Fundadora	As mulheres decidiram, começaram pela horta e medicinais (em roda de conversa), colaboração das Pastorais e CDJBC/ Intercâmbios	Na reunião mensal ou esporádica
Xique-xique	Fundadora	Decisão das mulheres e conversa com as irmãs	A coordenadora mostra os cursos e eventos e as sócias escolhem. Sempre em reunião
Malva	2012	-	Em reunião
Caliandra	Fundadora	Foi feita uma reunião, perguntaram se as mulheres queriam aquela atividade. Outras mulheres fizeram curso e trouxeram para a Associação	É feita em reunião, é decidido pelas mulheres
Jitirana	2010	-	-
Araçá	2018	-	Formam um grupo e entram em acordo
Camará	2018	-	-
Jurubeba	2018	-	Divulga para as associadas e divide pra quem tem interesse
Alamanda	2018	-	-
Mandacaru	2012	-	Em reunião faz a proposta e se houver aprovação traz novas atividades
Jurema	2012	-	A presidente traz a ideia, reúne as associadas e faz votação
Buganvília	2018	-	Votação, em reunião, com todas as associadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

A partir do Quadro 12, percebe-se que a construção dos processos de gestão se deu por meio da interação das mulheres com algumas instituições parceiras, considerando, também, os conhecimentos adquiridos através dos cursos. Porém, uma questão importante é que não há mudanças relevantes na organização dos processos de tomada de decisões estabelecidos pelo

grupo de mulheres que fundou a associação. Destaca-se, assim, que a decisão de quais atividades serão exercidas pelas associadas e a organização dos grupos de trabalho que irão desenvolvê-las são decididas em assembleia com a presença de todas as sócias.

Dessa forma, observou-se que as coordenadoras apresentam os pontos de pauta a serem debatidos nas assembleias ordinárias mensais (que geralmente ocorrem na primeira quarta-feira de cada mês) após o esclarecimento e a compreensão de todas. As decisões são deliberadas de forma coletiva após a votação das sócias e, posteriormente, são lavradas em ata, documento este que é lido no início da próxima assembleia. A pesquisa constatou também que todas as sócias concordam com a estrutura organizacional da associação.

Nota-se que essa forma de autogestão adotada pelas mulheres na organização exige um esforço adicional dos trabalhadores em Empreendimentos Econômicos Solidários, ou seja, das integrantes da associação, que, além de desempenharem as atividades da associação precisam lidar com as demais questões a serem resolvidas, fato esse que acaba contribuindo para a cooperação dos sócios. Porém, esse esforço adicional (que não ocorre em empresas privadas) pode se tornar desgastante para o grupo quando da necessidade de se resolver conflitos (SINGER, 2002).

Sobre a autogestão das atividades da associação, percebe-se que prevalece a escolha da maioria das mulheres, assim como é respeitada a divisão das tarefas a serem desempenhadas. Araçá, sócia desde 2018, comenta que “não é obrigado a ser sócio. Você se associou, então, você sabe que vai ter uma responsabilidade”. Já Rosa, uma das fundadoras da associação, ressalta que essa relação de participação nas escolhas não se aplica às estagiárias, por exemplo, mas avalia que a opção pela autogestão é produtiva (GRUPO FOCAL, 2019).

Já sobre a adaptação das mulheres a esse formato de autogestão, o relato de uma das sócias que ingressou recentemente na instituição, a Araçá, apresenta uma consideração importante sobre essa questão: “Eu acho um pouco difícil. Às vezes a gente tem alguma coisa para decidir [...] a gente faz por votação. Se tivesse uma pessoa para falar o que a gente tem que fazer todo dia, seria mais interessante, **menos trabalho**, e não precisava se reunir tanto. Seria mais produtivo” (ARAÇÁ, GRUPO FOCAL, 2019, **Grifo nosso**).

Desse modo, percebe-se que há uma necessidade de adaptação das sócias a esse “novo” formato de trabalho, que sem dúvidas exige mais tempo e uma maior dedicação dos atores sociais envolvidos. Porém, nota-se que as sócias não abrem mão de serem protagonistas em todas as etapas do processo decisório e de manejo da organização, sendo que o poder de decisão acaba por contribuir para uma maior autonomia delas.

Nesse cenário, cabe salientar que, segundo Leff (2006, p. 256-257), vão se

construindo, como parte dos fundamentos de uma racionalidade ambiental, entre outros, os direitos e o fortalecimento da capacidade das comunidades à autogestão

[...] de seus recursos ambientais para satisfazer suas necessidades e orientar suas aspirações a partir de diferentes valores culturais, contextos ecológicos e condições econômicas [...] e a autodeterminação tecnológica dos povos, com a produção de tecnologias ecologicamente adequadas e culturalmente apropriáveis [...].

Assim, observa-se que a autodeterminação das mulheres na condução das atividades produtivas e de gestão da associação vem contribuindo com os objetivos e o modo de vida das sócias. Ressalta-se que essa forma de tomada de decisão contribui para que ocorra um alto grau de confiança entre as associadas, visto a transparência das informações e a gestão participativa das sócias.

Uma das fundadoras da associação relata a forma como se dão os processos de tomada de decisões e de prestação de contas.

Desde o início, nós tínhamos o acompanhamento dos técnicos (CDJBC), que já incentivaram que a organização fosse feita dessa maneira. Nós não éramos uma associação, éramos um grupo e já tínhamos contato com toda a contabilidade. Por exemplo, a prestação de contas de um dos projetos, (nome da integrante) trazia tudo ao grupo, mostrava como era, tudo direitinho, contava como foi a prestação de contas, então a gente se reunia aqui na associação e todo mundo via. E nisso ficou até hoje (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

Rosa continua sua fala no grupo focal (2019), relatando que construíram essa estrutura de forma coletiva e através de cursos de capacitação “Quando nós começamos, tivemos capacitação em relação à contabilidade e, além disso, sempre que chegavam novos projetos, eles passavam por todas as sócias. Então, eram feitas reuniões, aqui na associação, com a presença do conselho fiscal, e todas participavam porque era uma oportunidade de aprender mais sobre a gestão”.

Porém, insistindo ainda sobre a prestação de contas, atualmente, esta aparece como uma das divergências do grupo, pois algumas sócias afirmam que “hoje, ainda funciona do mesmo jeito, no meu ponto de vista”, afirma Violeta (Grupo focal, 2019). Enquanto outras sócias não estão tão satisfeitas com o atual formato ou com a ausência da prestação de contas de forma participativa, como pode ser observado na fala da Rosa.

Hoje já estamos muito ocupadas [...]. Tem a prestação de contas, sim, mas não com todas as integrantes.

Porque [...] Tá certa a prestação de contas, o que eu tô sentindo falta é passar pelas sócias, porque nós, sócias antigas, já sabemos disso, mas as novas que vão entrando não estão participando como a gente no início. Mas, a prestação de contas daqui eu acho que tá legal, porque a gente manda pro contador todos

os meses. Isso aí, nós estamos seguindo ainda o ritmo (GRUPO FOCAL, 2019).

Já Violeta justifica as mudanças argumentando que “[...] a tesoureira não tá podendo, e eu fico no lugar dela, eu não estou muito por dentro como eu estava quando era eu quem prestava contas [...]” (GRUPO FOCAL, 2019).

Todavia, apesar da pesquisa constatar a insatisfação de algumas sócias em relação à prestação de contas, nota-se que as divergências sobre esse ponto não abalam o sentimento de confiança entre as sócias.

A resolução de conflitos e de divergências torna-se desgastante na prática dos processos de gestão democrática, ao tempo em que a possibilidade de outra sócia dar continuidade a tarefas essenciais à administração dos recursos da organização demonstra a importância de todas as sócias estarem informadas sobre o que acontece na instituição e estarem dispostas a colaborar para a resolução de cada problema. Nesse sentido, é importante observar os relatos das sócias Rosa e Violeta acima, que apontaram alternativas para a resolução ou a minimização dos empasses referentes à forma da prestação de contas. Essa questão colabora para a consolidação das práticas da autogestão na instituição, apresentadas por Singer (2002).

Nesse contexto, a pesquisa aponta a percepção de cinco mulheres, que hoje não fazem mais parte desse grupo, sobre os processos de gestão e a forma de tomada de decisão na associação.

As ex-sócias entrevistadas observam que, no início das atividades do grupo, havia uma maior disponibilidade de mão de obra, pois houve uma organização do trabalho das mulheres, inclusive já com a participação das atuais coordenadoras. Além disso, destaca-se essa organização na importância para o apoio dos projetos nas atividades produtivas e na construção da associação. Hoje percebe-se que há a necessidade do aumento da força de trabalho, o que vem dificultando a gestão dos recursos humanos disponíveis, conforme pode ser observado nos relatos das sócias.

Em relação aos processos de gestão dos recursos da instituição, Cacto, uma das fundadoras da associação e que está afastada desde 2009, ressalta a oferta de mão de obra disponível no início das atividades do grupo de mulheres, o trabalho das freiras e das coordenadoras da associação na organização do trabalho, na captação de recursos através de projetos (capital, técnico e patrimonial) e na construção da associação.

Outro relato importante foi feito pela sócia Catingueira, que participou das atividades produtivas e de gestão da associação até 2018, sendo uma das fundadoras da

instituição. Catingueira afirma que a maior parte das informações são repassadas ao grupo pelas coordenadoras da instituição durante as reuniões.

No que se refere às relações acerca da gestão, a ex-sócia Madiba afirma que ocorre a divisão de tarefas e que a tomada de decisão sobre o trabalho é realizada durante as assembleias ordinárias, com a participação e a opinião de todas as sócias. Foi abordado ainda que as falas das sócias e a tomada de decisão ocorrem após a exposição das coordenadoras. Já sobre a gestão, Canafístula tem a percepção de que a horta, atividade produtiva da associação, está crescendo.

Na percepção das ex-sócias, o início dos processos decisório se dá a partir das informações apresentadas pelas coordenadoras ao grupo das associadas durante as assembleias, segue com o debate das mulheres acerca das temáticas expostas e culmina com a decisão participativa de todo o grupo e, quando cabível, com a realização de votação para tomada de decisão.

A pesquisa também busca abordar sobre a representatividade e a liderança desse grupo de mulheres. Nesse sentido, a percepção de cinco entrevistadas que não mais integram a associação é de que a atual vice-coordenadora é a mulher que representa quatro ex-sócias, sendo que uma das entrevistadas citou as atuais coordenadora e vice-coordenadora como as mulheres que lhe representam, e uma entrevistada não respondeu.

Para as atuais sócias da instituição, a percepção se repete, pois as atuais coordenadora e vice-coordenadora da associação, Margarida e Rosa, respectivamente, são percebidas pela grande maioria das associadas como as representantes das mulheres e da instituição; são consideradas líderes natas desse grupo. Porém, apenas a sócia Jurema citou que a sócia identificada nesta pesquisa como Caroá é a mulher que ela considera que a representa. Além disso, uma sócia citou Margarida, mas complementou afirmando que todas as sócias a representam, enquanto Rosa (atual vice-coordenadora) citou a Violeta, além de ter mencionado a sócia Margarida.

Esse fato demonstra que o poder das coordenadoras é nato, que são as duas sócias-fundadoras que sempre estiveram à frente da coordenação da associação; é um poder legítimo de liderança e não tácito pelo cargo que ocupam, pois nem sempre quem está no poder é uma liderança, conforme observa-se na afirmação de que “ [...] a chefia é caracterizada pelo poder de mando sustentado pela posição que a pessoa ocupa em determinada hierarquia (na família, na empresa, na escola etc), a liderança é uma autoridade que se constrói pelo exemplo, pela admiração [...]” (CORTELLA; MUSSAK, 2009, p. 8).

Nesse sentido, é notório o respeito e a admiração que as associadas e as ex-integrantes da instituição possuem pelo trabalho das sócias-fundadoras da associação, pois as mulheres se percebem representadas pelas coordenadoras. Estas, por sua vez, adquiriram jogo de cintura para desempenhar as atividades de gestão da associação, para representar a instituição na sociedade e em órgãos coletivos, para participar ativamente dos grupos de trabalho das atividades produtivas e para manter essa dupla ou tripla jornada, acrescentando o trabalho nas suas propriedades e em casa.

Mas a falta de alternância na coordenação da associação é percebida de forma negativa pela Crisântemo, que permaneceu no grupo de 2014 a 2016 e exerceu cargo de gestão. A ex-associada percebe que, apesar de as sócias discutirem e opinarem sobre as atividades da instituição, o tempo em que a coordenadora ocupa esse cargo na gestão na entidade acaba por direcionar as decisões tomadas durante as reuniões, já que as demais sócias não estão dispostas a ocuparem a coordenação.

Essa percepção de Crisântemo sobre um possível direcionamento das decisões não foi apontada por outras entrevistadas, nem pelas atuais sócias. No entanto, o que foi observado durante a participação nas assembleias e no convívio com as associadas é que esse grupo tem um sentimento de confiança e leva em consideração a experiência das coordenadoras ou, quando é o caso, a expertise de alguma associada em relação a determinado conteúdo debatido, para, então, direcionar as tomadas de decisão. Outro ponto relevante sobre essa abordagem é que as mulheres que participam dos grupos de trabalhos é que decidem como irão funcionar as atividades.

Essa falta de disponibilidade das demais sócias em se candidatarem para coordenar a associação desperta uma preocupação em relação à sucessão da liderança da organização, assim como em relação ao desinteresse das sócias que se opõem à autogestão e à “[...] sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles” (SINGER, 2002, p.19).

Não foi objetivo desta pesquisa adentrar nas questões de como se dará a continuidade das atividades ligadas à coordenação da associação, mas nota-se que, além do respeito e da admiração pelo trabalho das sócias fundadoras, as mulheres se dizem sem tempo e disponibilidade para conciliar todas as atividades desempenhadas pelas coordenadoras, principalmente no tocante às viagens. Em relação às atividades desempenhadas, pesquisa realizada em 2015 elenca as tarefas inerentes à gestão como sendo:

[...] à comercialização dos produtos; à participação em cursos; as viagens para

encontros; às confraternizações e festas de carnaval; à organização da missa da terceira quarta-feira do mês, e algumas representações político-sociais, tais como: (i) representação no Conselho da Criança e Adolescente; (ii) participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Assistência Social; (iii) integrantes do Comitê da Associação da Escola; (iv) participação na comissão da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA Brasil; (v) na ASA municipal e estadual (na qual a coordenadora da associação é a representante local da entidade) (BRANDÃO, 2016, p. 38-39).

Em contraponto à falta de sócias dispostas a assumir a gestão das atividades desse grupo de mulheres, a atual coordenadora se mostra engajada e satisfeita em destinar o seu tempo livre às demandas da associação, já que está aposentada e não pretende deixar as atividades.

Assim, em abril de 2016, foi registrada a alteração estatutária do capítulo VII, que versa sobre o mandato na Coordenação Geral e no Conselho Fiscal da Associação. Com essa alteração, passa a vigorar o mandato de 4 anos para a próxima gestão eleita, visto que o parágrafo único do artigo 31 trata sobre a possibilidade de uma reeleição, assim o mandato das coordenadoras eleitas passa a ser de 4 anos.

A sucessão de lideranças é sempre um momento delicado para as instituições. Por exemplo, no estudo de Silva *et al* (2017) sobre hereditariedade e a sucessão da propriedade na agricultura familiar, estes evidenciam que o processo de sucessão é construído historicamente. Nesse sentido, de acordo com Woortmann (1995) e Abramovay (1998), o processo de transmitir o patrimônio da família rural, principalmente a terra, se dá pela herança desse bem pelos filhos, porém a continuidade das atividades rurais depende não só da transferência do patrimônio, mas da formação de jovens agricultores e da transferência da gestão do empreendimento.

Nota-se o empenho de todas as sócias pela continuidade do empreendimento, pois estas gerem o patrimônio da instituição com prudência e com muito zelo, assim como estas expressam a vontade de que os jovens permaneçam na associação.

Todavia, existem diferenças, disparidades e fragmentação nos processos de socialização mesmo em uma organização inteiramente administrada pelos princípios da autogestão, pois não há como negar a pluralidade e a heterogeneidade inclusive na auto-organização (LISBOA, 2005). Nesse contexto, observa-se que cinco das atuais sócias são filhas das fundadoras da instituição, duas destas fundadoras já falecidas, e tem mulheres associadas que têm vontade que seus filhos passem a participar dos projetos da associação.

Uma das sócias argumentou durante a entrevista que seus filhos não participavam dos projetos, mas que as filhas das coordenadoras participavam. Porém, é importante relatar que as filhas das coordenadoras (Bromélia, Mandacaru e Buganvília) são sócias desde 2011, 2012 e 2018, respectivamente, e participam, ou já participaram, de atividades administrativas e

de pelo menos seis grupos de trabalho. Logo, estas não participam da organização com o intuito exclusivo de serem contempladas com projetos.

No tocante à forma de como as associadas gestam os recursos da instituição, destaca-se a percepção de cinco mulheres entrevistadas, que não mais integram a Associação de Mulheres, sobre como ocorre a gestão dos recursos e com se dá a tomada de decisão, expostos no Quadro 13.

Quadro 13 – Tomada de decisão e de gestão na percepção de ex-integrantes da associação, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Ex-Sócias	Tempo de Permanência na		Atividades que desempenhou na Associação	Relações de tomadas de decisões e de gestão dos recursos na Associação de Mulheres.
	Ano de ingresso	Ano de saída		
Cacto	Fundadora	2009	Catando pedra, arando e plantava horta	O grupo era muita gente para trabalhar, começamos a Associação dentro da Igreja. Depois entregou para [citou o nome da coordenadora e da Vice] ficarem responsáveis, [...] Elas fazem projetos, fizeram a casa lá.
Canafistula	2013	2016	Bala e horta	Não sei responder [...] Nas reuniões o pessoal passava pra gente os projetos, [...] tava crescendo mais a horta.
Madiba	2015	2017	Bala, geleia, compotas e horta	A presidente e a [citou o nome da Vice-coordenadora] falam, todas dão opinião. Ocorre a divisão de tarefas.
Crisântemo	2014	2016	Conselheira Fiscal e horta	A Coordenadora esplanava nas reuniões, as mulheres dão opinião, mas no fim ficava tudo do jeito que ela queria. Tem muito tempo que ela é coordenadora. Pode ser que caia na rotina, mas é comodismo das associadas, ninguém quer ficar participando de tudo e viajando...
Catingueira	Fundadora	2018	Conselheira Fiscal, horta, canteiro, balas, geleias e apicultura	As gestoras que mais repassam as informações nas reuniões. E tem pouca gente para a enxada

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

As ex-sócias da instituição constatarem que a maior parte das informações é repassada ao grupo de mulheres pelas coordenadoras da instituição durante as assembleias ordinárias mensais, momento em que todas as sócias discutem e opinam sobre os conteúdos pautados e, em seguida, deliberam sobre os assuntos propostos, ocorrendo a divisão de tarefas entre as sócias.

Assim, percebe-se que as relações de poder no grupo fluem de forma horizontal, à medida que as decisões sobre a gestão dos recursos humanos, financeiros, econômicos, patrimoniais são tomadas de forma democrática e coletiva pelas mulheres associadas. Diferentemente do comportamento sociocultural das famílias, que tende a replicar as práticas de resolução dos conflitos de forma hierárquica, nos quais o poder entre gêneros e gerações são diferentes, pois “[...] sendo o ambiente familiar permeado por valores presentes no patrimônio sociocultural dos agricultores em que as decisões dos pais, aqueles dotados de mais experiência,

ofusca as opiniões e ações dos filhos, tidos como menos experientes [...]” (COSTA E SILVA, 2018, p.206).

Todavia, distante do que Costa e Silva (2018) percebeu no universo de pesquisa do seu trabalho, na associação aqui estudada, observa-se os preceitos da economia solidária e da agroecologia, no que tange à democratização da gestão e das tomadas de decisões quanto à participação dos jovens e das mulheres.

Desse modo, a autogestão e a observância dos preceitos da agroecologia colaboram para o enfrentamento do machismo e fazem com que a hierarquia perca forças entre as associadas, visto que, historicamente, principalmente as mulheres jovens “[...] se deparam com sérios bloqueios culturais para participarem dos processos decisórios sobre a gestão econômica das propriedades e se beneficiarem dos frutos do trabalho familiar em condições de igualdade com os homens adultos” (ALMEIDA *et al*, 2008, p. 19).

5.1.2 Gestão dos recursos patrimoniais da associação

É importante considerar que no meio rural se estabelecem relações sociais, econômicas, produtivas, ecológicas e culturais, e que a orientação desses processos sociais pode conduzir a organização das práticas produtivas, da produção de saberes e conhecimentos e das práticas sociais induzidas pelos valores do ambientalismo (LEFF, 2006). Nesse sentido, da racionalidade ambiental, o meio natural faz parte do patrimônio da família rural, sendo de fundamental importância para a reprodução social, econômica e cultural desses atores sociais (ROESLER, 2009).

Contudo, ainda predomina o cenário de tentativas de implantação de ferramentas de controle para análise da gestão que possui como base os instrumentos da racionalidade econômica do modelo empresarial, baseado exclusivamente na lucratividade da produção. Diante desse contexto, não “[...] seria um exagero dizer que a pequena burguesia letrada usa cinicamente a linguagem revolucionária como um instrumento de exploração [...] que tem interesse na burocratização [...]” (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.57).

Entretanto, é nesse permanente confronto entre os camponeses e as exigências racionais das elites “[...] que pode elaborar-se uma cultura autêntica, sistema de modelos de comportamento econômico e social simultaneamente coerente e compatível com as condições objetivas [...]” (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.59). Com isso, busca-se compreender o modo de gestão específico do campesinato, que nunca desapareceu do meio rural, mas se adaptou ao contexto em que esses atores sociais estão inseridos.

Porém, torna-se importante ressaltar que os agricultores e as agricultoras familiares assumem múltiplas atividades e se mostram eficientes gestores ao manejarem a propriedade, e ao administrar as finanças, demonstram conhecimento em fazer cálculos econômicos, possuindo, também, noções de orçamento e de planejamento. No entanto, suas ações são articuladas com a finalidade de suprir as necessidades da família, articulando trabalho, produção e consumo como resultado de estratégias administrativas para cada situação, fazendo com que os agricultores familiares desenvolvam diversas habilidades e dominem várias áreas do conhecimento (CHAYANOV, 1974; WANDERLEY, 2010; BRANDENBURG, 1999).

É nesse cenário que este tópico busca tecer suas análises e argumentações no sentido de compreender o processo de organização das atividades produtivas e dos recursos patrimoniais, ambientais e de formas de alocação da mão de obra disponíveis na associação.

Porém, antes disso, é importante salientar que todas as entidades possuem a necessidade de elaborar relatório contábil que compreenda as receitas, os custos, as despesas, os bens, os direitos, as obrigações, os investimentos etc. Esse quadro não é diferente para os empreendimentos econômicos sem fins lucrativos, como é o caso da associação estudada, que tem seu patrimônio como objeto de estudo da ciência contábil (MARION, 2003). Desse modo, os empreendimentos econômicos solidários também precisam controlar o seu patrimônio para que, dessa forma, seus gestores zelem pela continuidade da organização.

A questão da continuidade das associações é um tema que merece atenção dos pesquisadores, pois, “no Brasil, a grande maioria das associações de agricultores tem vida curta e está fadada ao descrédito por parte dos associados, visto que estes se referem aos representantes delegados pela avaliação da competência própria por correr atrás, não tanto do atendimento das reivindicações, mas da captação de recursos disponíveis” [...] (NEVES, 2005, p.16).

Portanto, durante o grupo focal (2019), procurou-se listar através das falas das associadas os ativos da associação. Na ocasião, os apontados foram: o terreno e a sede da associação, a centrífuga do mel, o decantador, o freezer, a mesa, as máquinas de costura, a bomba de água e o sistema de irrigação por gotejamento. Sobre as duas máquinas de costura e a mesa, Rosa detalha que “estas máquinas são do projeto ‘Resgatando Talentos’ [...], da comunidade Lagoa do Rancho [...] Quando terminar, voltam todas as coisas para associação de origem [...]” (GRUPO FOCAL, 2019).

A associação foi beneficiada, em 2019, com um carro por meio de um projeto, mas, durante o grupo focal, Margarida relata que este ainda não está sendo utilizado pelas mulheres, pois está emprestado para o CDJBC, que ajudou a fazer o projeto de forma voluntária e

expressou preocupação com as despesas de manutenção do carro. Violeta complementou a informação e chamou a atenção para o fato de que este ativo irá diminuir a penosidade do trabalho: “A gente sabe que é despesa, mas precisa do carro [...] Nós cansamos de precisar de mel aqui e trazer no carro de mão, e são três quilômetros de lá pra cá. Então, o carro vai ficar mais disponível para a gente colher e trazer o mel”. Já Margarida afirma que o carro também será útil no transporte dos ninhos das abelhas, pois hoje este deslocamento é feito de moto: “[...] E não é todo motoqueiro que quer levar, por ter medo [...]” (GRUPO FOCAL, 2019).

Nesse sentido, é importante observar que, para analisar a lógica econômica da categoria social camponesa, não se pode utilizar os métodos convencionais, mas considerar a teoria do balanço entre trabalho e consumo, no qual a família camponesa organiza a força de trabalho necessária para atender às demandas da família, pois o comportamento camponês visa atender às necessidades da família, e estas vão determinar a autoexploração e a penosidade do trabalho (CHAYANOV, 1974; ABRAMOVAY, 1992).

Desse modo, os agricultores buscam uma relação social ideal ente trabalho e consumo e entre penosidade e utilidade. Do mesmo modo, se observa nos relatos das sócias que estas seguem a lógica dos camponeses ao analisar se o capital investido para redução da penosidade atenderá às necessidades das associadas. Assim, observa-se que as decisões não são baseadas na acumulação de capital e na busca pela lucratividade da terra, podendo-se afirmar que a “[...] autonomia e dependência, a avaliação da penosidade e custos de produção ou maquinário disponível, autoconsumo e desejo do mercado, ao invés de se contraporem, caminham lado a lado, se encontram em uma relação balanceada nas decisões dos agricultores [...]” (COSTA E SILVA, 2018, p.224).

Portanto, nota-se que o controle da produção e dos insumos, de acordo com os projetos acessados, está alicerçado, principalmente, a partir da vontade ou da necessidade das mulheres ou da demanda de suas famílias. Assim, percebe-se a lógica camponesa da penosidade do trabalho a ser desempenhada em acordo com as necessidades das famílias ou de acordo com o projeto de vida das agricultoras associadas.

Ainda nesse contexto de minimizar a penosidade do trabalho agrícola, a sócia Rosa afirma que hoje as mulheres pagam boi para arar a terra, e comenta que a associação irá fazer um projeto para aquisição de um “[...] monomotor, que uma pessoa só trabalha e ele escarifica. Vamos conseguir um projeto para ajudar na mão de obra” (GRUPO FOCAL, 2019).

Além disso, as sócias comentam que os projetos para viabilizar o acesso das mulheres a ferramentas de trabalho mais adequadas à execução das atividades da associação, como é o caso do processamento e da agroindustrialização dos alimentos, são importantes para

a diminuição da penosidade do trabalho e para o desenvolvimento das atividades produtivas, como pode ser observado na fala de Margarida (GRUPO FOCAL, 2019).

Violeta, por exemplo, conta que, para utilizar a cozinha, é só comunicar, ver a disponibilidade, e “quem vem usar a cozinha já deixa ela arrumadinha para os próximos que precisarem usar”. Enquanto Xique-xique reforça a informação de que todas as sócias têm acesso à cozinha, basta comunicar à coordenação e lembrar que “cada um tem sua responsabilidade e deixa tudo em ordem” (GRUPO FOCAL, 2019).

Nota-se, assim, que o objetivo da utilização das ferramentas de controle dos bens da associação não é restringir o acesso e a utilização destes pelas sócias, mas serve de forma eficaz para o controle e o zelo do patrimônio do empreendimento. Verifica-se, portanto, que os métodos de controle não são aplicados ao manejo de todos os bens, mas que estes variam de acordo com as necessidades das associadas, conforme expõe a sócia Margarida, ao relatar que esse mesmo processo não se repete no caso de solicitação de uma máquina de costura (GRUPO FOCAL, 2019).

Violeta complementa a informação de Margarida de que, nesse caso, a decisão pelo empréstimo é tomada em assembleia e a sócia assina um documento que informa a data de retirada da máquina. Já Rosa comenta que mora perto da sede da associação e que as sócias retiram a máquina com ela, e “[...] eu atesto, e quando vem devolver, eu testo para ver se tá funcionando. Se não tiver, a pessoa tem que consertar para entregar a máquina do jeito que levou” (GRUPO FOCAL, 2019).

Rosa relata, ainda, que “cadeira, mesa, muitas sócias pedem emprestado para eventos, então falam com a gente e não precisa ser em assembleia. Levam, no outro dia trazem de volta. Panela, foi escrito em ata [...]”. Então, a sócia discorre sobre a necessidade que as mulheres tiveram de implantar um sistema melhor para o controle específico das panelas

[...] Porque nós tínhamos umas panelas que emprestamos e chegaram sem as tampas [...] Agora a gente decidiu em reunião que pode emprestar, sim. Mas tenha [...] a mesma pessoa que entregue e receba, que é o mais importante [...]. [...] Se a gente arrumar sem fazer uma anotação, nem que seja na minha agendinha, aí você fica perdida [...], esquece tudo mesmo, e aí pronto (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

Observa-se que as formas de controle foram apropriadas pelas associadas e que não são formalizadas ou induzidas por pessoas ou instituições externas à associação. Assim, esses instrumentos e procedimentos vêm da experiência de vida das mulheres, como pode ser observado nas seguintes falas: “A gente vai vivendo e aprendendo com as coisas do dia a dia [...]” ou “A gente só aprende errando [...]” (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

Esses controles são necessários para que a gestão da produção, mesmo em um empreendimento cooperativo não capitalista, mas que está inserido no mercado, apesar de não depender exclusivamente deste, possa gerar retornos satisfatórios para as sócias. Retornos estes que extrapolam a esfera da dimensão econômica. Mais uma vez, nota-se o desenvolvimento de um capital social próprio das sócias, pois as mulheres são capazes de autogerir e de controlar o capital e o patrimônio do empreendimento.

Assim, esses fatos de autocontrole do empreendimento econômico não são novidades e nos remetem à teoria do cooperativismo de Chayanov, já observada nas sociedades camponesas russas do século passado, e colaboram com a leitura da organização e da autodeterminação dos processos de tomada de decisão, que deve ser visto como algo interno à família dos camponeses, enquanto uma unidade única e indivisível de produção (ABRAMOVAY, 1992).

A pesquisa constatou também que é muito clara entre as sócias essa forma de autogestão dos recursos patrimoniais, assim como a dinâmica dos debates e dos processos que levam às tomadas de decisão e à apropriação desse conhecimento pelas mulheres. Por exemplo, a sócia Jacarandá afirma que, “se não concordar, também, é dizer que não concorda. Dezesesseis anos que nós vivemos juntas aqui...”. E de forma conjunta as mulheres afirmam que as sócias “[...] mais novas também já estão aprendendo. Quem estava na reunião de decisão, sabe. Só não sabe quem não estava na reunião” (TODAS, GRUPO FOCAL, 2019). Dessa forma, percebe-se clareza e sistematização das decisões tomadas de forma participativa e conjunta, visto que sempre há o registro das atas de todas as assembleias.

Sobre o empréstimo de ativos, a sócia Rosa afirma que a utilização dos equipamentos não é restrita ao grupo que trabalha com a atividade que utiliza aquele bem na associação. Inclusive, as associadas têm o hábito de emprestar e compartilhar os ativos da instituição com a comunidade local, visto que a sócia também relatou que, por vezes, já emprestou a centrífuga do mel e os garfos, mas com a preocupação que fossem devolvidos em perfeito funcionamento: “[...] E nós já precisamos também dos outros, né? Quando nós não tínhamos, íamos até a casa do mel, e a gente viu a dificuldade que a gente tem de ir para casa do mel, tem que fretar carro e tudo, se você não tem carro para ir lá fazer a colheita [...]” (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

Essa postura de cooperação e de solidariedade permeia não só os objetivos da organização coletiva das mulheres, mas também o dia a dia das sócias. Assim, percebe-se que a comunidade local acaba por usufruir da estrutura da sede da associação, principalmente para o desenvolvimento de atividades de grupos de jovens e da igreja.

[...] **essa sede também é nossa e da comunidade.** Porque jovem, grupo de jovens, precisa da sede, nós entregamos a chave e eles usam para fazer reunião, usa a cozinha para fazer comida [...] o pessoal da igreja fala com a gente [...]. Na reunião a gente passa ‘tal dia vem um grupo de tantas pessoas’, aí eles organizam e depois entregam a chave direitinho (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019, **Grifo nosso**).

Nesse contexto, percebe-se um respeito recíproco entre a sociedade local e o grupo de mulheres associadas, pois a comunidade pode contar com o engajamento das sócias e com a infraestrutura da associação para desenvolver atividades coletivas, ao tempo que os grupos que têm finalidades religiosas, educativas ou culturais prezam pela conservação desse espaço de uso coletivo.

Além disso, as sócias comentaram sobre a renovação do projeto musical apoiado pela associação e que é destinado exclusivamente a jovens e crianças. Em relação ao projeto, a sócia Araçá comenta sobre a participação de sua filha: “[...] Eles sempre viajavam para se apresentar em missas, comemoração de 7 de Setembro, na cultura da vaquejada, eles sempre se apresentam, e as músicas que eles cantam são sempre falando sobre a vida das pessoas. Eu acho bem interessante”. Outra sócia complementa a narrativa afirmando que

A gente vê o talento, a associação de mulheres não é só nossa, a gente tenta fazer algo sempre em prol da comunidade. E eles gostam, participam. As crianças têm vontade. E até nas escolas, as crianças mudaram. Teve um menino que se destacou tocando teclado e se esforçou mais ainda para aprender a ler, porque se ele não soubesse ler a letra, não ia saber cantar para acompanhar a música (JACARANDÁ, GRUPO FOCAL, 2019).

Nota-se, assim, que, apesar de a educação infantojuvenil não ser a finalidade da associação, as falas das associadas se relacionam com a luta das mulheres pela educação, seguindo o que Paulilo (2016b) expõe sobre a mobilização e a reivindicação das mulheres por saúde e educação.

Assim, essa forma de gestão dos bens patrimoniais da instituição com objetivos para além da simples obtenção de receitas e lucro, mas principalmente com a finalidade de promover o bem-estar das associadas e da comunidade local, colabora com a representação de gênero na economia solidária, sobre a qual Nobre (2003, p.3) expõe que “[...] a economia solidária é muito próxima do trabalho comunitário, território das mulheres [...]”.

Desse modo, percebe-se que a lógica da economia solidária prevalece na organização social das mulheres e torna o grupo um local de diálogo, de solidariedade e de cooperativismo para o enfrentamento coletivo da opressão e das desigualdades. Assim, os empreendimentos econômicos solidários se apresentam como uma via de mão dupla, na qual o

projeto em comum constrói alternativas solidárias de luta ao tempo em que a valorização dos indivíduos, emergidos na solidariedade, observa a lealdade das sócias na possibilidade de trabalhar em conjunto com o objetivo de mudar de vida (COUTINHO *et al*, 2005; BAPTISTA, 2014).

Observa-se, ainda, a importância da lealdade para a sobrevivência do empreendimento e, principalmente, para a manutenção das ideias de solidariedade, de coletividade, de cooperação e de autogestão. Assim, a base para a construção e a sustentação do cooperativismo pode ser vista no comprometimento e na confiança entre os sócios (BAPTISTA, 2014; SIMIONI *et al*, 2009).

Nesse contexto, os empreendimentos econômicos solidários, que operam sobre os princípios da liberdade de adesão, da gestão democrática participativa e da igualdade de participação econômica, devem procurar promover a educação continuada e a formação de seus associados de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da instituição, sabendo que todas as áreas da cooperativa devem primar pela segurança do controle democrático e da autonomia (COUTINHO *et al*, 2005).

Nesse sentido, os processos de ações educativas dos associados devem fornecer-lhes os meios para operacionalizar a organização, a ponto de que os integrantes se apropriem desses processos e não simplesmente substituam burocracias existentes (BOURDIEU; SAYAD, 2006). Assim, é necessário desenvolver uma cultura organizacional que inclua investimentos nos processos de formação focados em uma educação crítica e no desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários, com vistas à criação e à manutenção da lealdade aos compromissos e aos projetos coletivos da organização (BAPTISTA, 2014).

Os empreendimentos cooperativos, como é o caso da associação estudada, são vistos como forma de capital social, pois inserem os atores sociais em uma rede de contatos e de relações sociais na qual o capital social envolve a construção de confiança, de suporte, de reconhecimento, de informação e de influência. Assim, esses recursos podem ser transformados em outras formas de capital, que podem ser simbólicas, culturais ou econômicas (SILVA; OLIVEIRA, 2009; BAPTISTA, 2014).

Portanto, o processo de associativismo das mulheres acaba por fortalecer o capital social e a confiança entre as associadas, sendo um importante elo para a organização social dessas mulheres e para a busca por autonomia das sócias, que se dá, principalmente, através da melhora da segurança alimentar e da saúde das famílias e, também, da procura por conhecimento, que ocorre no âmbito de ações continuadas de cursos e de intercâmbios que

colaboram para um processo de formação crítica em prol da coletividade, contribuindo para a melhoria da autogestão praticada no manejo das atividades na instituição.

5.1.3 Gestão do sistema produtivo na associação

Sabendo que o atual modelo hegemônico de “desenvolvimento econômico” detém por objetivo o mercado e o lucro, os chamados movimentos alternativos, como a agroecologia, por exemplo, propõem uma reflexão em torno da temática do desenvolvimento sustentável, visto que a maioria dos economistas e dos ecologistas estão convencidos de que o atual modelo capitalista está à beira do abismo (LIPIETZ, 1991).

Nesse contexto econômico e produtivo em que as mulheres associadas estão inseridas, observa-se que as sócias seguem uma lógica não hegemônica: “A gente não tá preocupada com a quantidade como os empresários grandes, a gente quer saber de qualidade daquele produto” (MARGARIDA, GRUPO FOCAL, 2019). Assim, percebe-se que os processos coletivos desse grupo estão alicerçados nos princípios do cooperativismo dos empreendimentos solidários.

Assim, para a compreensão do modo de vida desse grupo de mulheres camponesas e, conseqüentemente, da sua forma de gestão da produção e da relação com o mercado, é importante destacar que o sistema produtivo escolhido pelas associadas segue os preceitos da agroecologia.

Os agricultores familiares que optam por práticas ecológicas tendem a se adaptar melhor a organizações coletivas, como é o caso da associação. Segundo Carmo (2008), as agriculturas de base ecológica ou agriculturas alternativas (agricultura natural, orgânica, biológica, biodinâmica, entre outras) incorporam a dimensão ecológica à produção, na qual, em maior ou menor grau, encontra-se a inclusão dos aspectos sociais, culturais e filosóficos. Nesse sentido, Brandenburg (2010, p. 186) observa que o movimento ecológico no espaço rural brasileiro dissemina práticas na quais a “[...] natureza e tradição se complementam de forma ajustada, visando à manutenção da sobrevivência conforme as comunidades tradicionais”.

Desse modo, o sistema produtivo agroecológico insere-se no contexto da economia solidária, pois a agroecologia tem como princípio a inserção em seu processo produtivo e gerencial das particularidades ecológica, social, cultural, produtiva e financeira existentes nos estabelecimentos rurais e em seu entorno. Além disso, tende a gerar melhores condições de vida para as famílias rurais a partir dos limites e das potencialidades existentes em seu *lôcus* de produção. Essa dualidade (limites e potencialidades) permeia a realidade socioeconômica e ecológica na qual está inserido o agricultor familiar.

Nesse contexto, observa-se que o cenário socioeconômico e produtivo das agricultoras associadas é o Semiárido do Nordeste do Brasil, onde tem-se a necessidade de conduzir processos de desenvolvimento que apresentam como ideia principal a convivência com o Semiárido, tendo como elementos o “[...] desenvolvimento de novas tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva, o manejo sustentado da caatinga, as tecnologias alternativas de produção, a educação contextualizada, entre outros” (MOREIRA NETO, 2013, p.116).

Diante disso, Brandão *et al* (2016) apresentam o protagonismo das associadas na gestão do sistema produtivo no que se refere à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade da caatinga, favorecendo um maior equilíbrio de seus agroecossistemas e possibilitando, dessa forma, a convivência sustentável com o Semiárido.

Assim, não se pode deixar de vislumbrar o manejo da água no sistema produtivo das associadas, visto que se trata de um recurso ambiental escasso na região em estudo, o que torna imprescindível a gestão adequada desse manejo, tanto para a sobrevivência das famílias quanto para viabilizar o sistema produtivo.

Por conseguinte, a preocupação das mulheres em relação à gestão adequada da água se dá em dois contextos distintos: com o valor da conta a ser paga à companhia de abastecimento de água e em relação ao manejo da água destinada à produção agrícola e à sobrevivência das galinhas, como observa-se na fala das mulheres a seguir.

A sócia Xique-xique informa que hoje o tanque está cheio e que, “quando a cisterna seca, a gente liga o motor e enche a cisterna, e de lá passa por gotejamento para as plantas”. Entretanto, a sócia Rosa informa que no último período de seca as cisternas ficaram vazias, e “quando o verão chegou, foi puxado, só cebolinha que aguenta, é forte. Mas o resto...[...] Agora a gente está com a criação de galinha, e no período que não tiver nada para molhar, tem que deixar água para as galinhas beberem” (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019). Sendo o manejo da água indispensável para a convivência das mulheres com o Semiárido, observa-se que as cisternas vêm se mostrando uma tecnologia social eficaz para a produção das famílias rurais.

A água é um recurso importante para a agropecuária e essencial para os sistemas produtivos no Semiárido brasileiro. Diversos estudos discutem essa problemática, como, por exemplo, Sonda *et al* (2001, p.3), que observaram a vida antes e depois das cisternas em três municípios paraibanos, sendo destacada a percepção das mulheres rurais de “[...] dependência de cestas básicas; de desemprego; de migração dos homens para o Sul e Sudeste, acarretando, muitas vezes, o esvaziamento das comunidades e a solidão das mulheres; de aumento de doenças ocasionadas pela má qualidade da água; de um período em que se alimentam os animais

com palma e xique-xique, entre outros [...]”. Assim, a construção das cisternas aliviou o sofrimento de todos e proporcionou diversos benefícios, tais como água limpa, diminuição de casos de doenças, melhoria da vida das donas de casa, entre outros.

Nesse sentido, nota-se a importância das cisternas para a vida dos sertanejos, e mesmo com a existência de três na área da sede da associação, percebe-se que as mulheres precisaram interromper a produção no verão, época de escassez de água no Sertão do Nordeste brasileiro. Diante desse cenário, a sócia Rosa explica que “são 150 mil litros. Se você for fazer uma horta, não dá. E a água tratada não é apropriada para horta porque tem cloro”. E segue informando sobre a cota de 10 mil litros de água que a sede da associação pode consumir mensalmente para que a conta não ultrapasse a taxa mínima a ser paga à companhia de abastecimento. Afirma ainda que essa água é destinada à caixa d’água que abastece a sede da associação: “Banheiro e tudo, encheu duas vezes, pronto. Gastou a taxa”. Já Violeta afirma que é necessário completar “[...] com a água das cisternas. [...] Aqui a gente controla a taxa, nunca falta (GRUPO FOCAL, 2019).

Assim, as mulheres controlam com frequência o hidrante: “[...] aqui a gente já sofreu muito com a conta... [...] Nós molhávamos as macaxeiras [...]. Agora ninguém quer mais saber disso, não, é com medo” (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

Desse modo, ressalta-se a importância de os agricultores gerirem com responsabilidade social, econômica e ambiental os fatores de produção, de acordo com os limites e as potencialidades de cada localidade, permitindo, assim, uma reprodução sustentada a longo prazo.

Foto 5 – Cisternas na sede da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, 2019.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Diante desse contexto, não se pode deixar de entender que a economia solidária pode ser percebida em função do desenvolvimento da produção de forma sustentável a longo prazo, com menores custos e com a comercialização direta ao consumidor final, “[...] por gerar um novo padrão de relacionamento humano” (LISBOA, 2005, p.110).

Sobre a comercialização, a sócia Rosa aborda que

[...] não tem muito concorrente [...] Nós estávamos um pouco parados... Depois desse projeto que reformou o viveiro de muda, reformou a horta... A gente estava plantando só pra consumo próprio, não estava vendendo muito não [...] Mas agora cuidando, melhora as vendas. Nós temos uma OCS que comprova que nós trabalhamos com agroecologia, e dá direito à gente de vender diretamente ao consumidor. E agora nós estamos em processo de certificação orgânica. Começamos pelo algodão e tudo que é plantado em consórcio com o algodão [...] (GRUPO FOCAL, 2019).

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a OCS possibilita ao agricultor familiar comercializar seus produtos nos canais institucionais e por meio da venda direta ao consumidor, pois a OCS garante ao consumidor a qualidade orgânica dos produtos. Para se cadastrar, o agricultor familiar deve apresentar a Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar (DAP), para ser legalmente reconhecido, e deve estar organizado em uma Organização de Controle Social (OCS), que poderá ser constituída a partir da associação, por exemplo.

No caso da associação estudada, observa-se que a quantidade produzida também varia de acordo com os períodos de chuva. Dessa forma, aumenta no período do inverno do Nordeste brasileiro e varia de acordo com a quantidade de mão de obra disponível para trabalhar na horta. Mas observa-se que a produção agrícola da associação não tem um viés comercial e apresenta como prioridade o autoconsumo das famílias das agricultoras, sendo o excedente comercializado na sede da associação ou no porta a porta no povoado local (Diário de campo, 01/04/2019).

Ainda sobre os canais de comercialização, as mulheres escoam a produção, principalmente aquela proveniente da agroindustrialização dos alimentos, como as geleias, as compotas, as balas de banana e o mel, em feiras e eventos de que associação participa, como, por exemplo, o Congresso Brasileiro de Agroecologia, que em 2019 aconteceu na Universidade Federal de Sergipe, em Aracaju (foto 6).

Assim, parte das sócias resolveu buscar a certificação orgânica do cultivo de algodão, enquanto a sócia Rosa destaca que resolveu buscar essa certificação por conta do preço *premium*, pois poderão “vender caro (risos)”. Mas, nesse caso, ela relata que ainda está no processo de transição, mas não por conta das adequações no processo produtivo da sua unidade de produção, e sim “[...] porque a certificação é coletiva, então são vários grupos além da

associação. A certificação é muito exigente! Para receber a OCS, eu passei por dois anos de capacitação, e essa parece que vai mais tempo. A gente ainda tem que formar uma cooperativa. E a certificação tem que valer para tudo que estiver junto com o algodão” (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

Foto 6 – Coordenadora da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” na feira do Congresso Brasileiro de Agroecologia, Aracaju, Sergipe, 2019



Fonte: Brandão (2019)

Nesse sentido, observa-se que o objetivo do cultivo na associação não é escoar a produção para o mercado, mas tem como principal destino o abastecimento das famílias das sócias. Porém, isso não significa que o agricultor familiar não interaja com o mercado, pois tem autonomia para acessá-lo, de acordo com a lógica adotada pela família. No entanto, uma vez que precise dar outra forma de destinação aos seus produtos, se torna dependente desses estabelecimentos, como podemos observar nos trabalhos de Wanderley (2010), Brandenburg (1999), Barbosa (2013), Roesler (2009), entre outros. Esses autores destacam, dentre as múltiplas atividades exercidas pelos agricultores familiares, a comercialização como uma atividade nata a essa categoria, que procura preferencialmente a venda direta ao consumidor, porém, inevitavelmente, precisa passar por mercados mais justos e com preços mais atraentes.

Diante disso, Chayanov já abordava em sua obra a constante modernização econômica dos camponeses, e não um isolamento dessa categoria. Assim, a relação dos agricultores familiares com os mercados visa preservar autonomia daqueles, e não a sua

dependência. Dessa maneira, uma alternativa para viabilizar economicamente a comercialização da produção é a organização dos agricultores em associações ou cooperativas, pois assim poderão manter o modo de gestão familiar e reduzir os custos operacionais ligados à comercialização. Segundo Santos *et al* (2009), essas organizações coletivas favorecem o acesso aos mercados e possibilitam agregar valor aos produtos e ampliar o nível tecnológico, melhorando a lucratividade das propriedades.

Nesse contexto, apesar do principal objetivo das sócias não ser a obtenção de lucro, a opção das mulheres por um sistema produtivo agroecológico lhes permite o acesso ao mercado de orgânicos, que, por sua vez, admite a contabilização das externalidades geradas nos processos de produção e de distribuição dos produtos. Assim, a opção pelo manejo agroecológico pode vir a contribuir para uma melhora da rentabilidade das sócias, visto que, segundo Weid (2006), esse tipo de sistema mantém a independência de mercados externos para a aquisição de insumos produtivos, utilizam fundamentalmente a mão de obra familiar e não demandam recorrentemente por financiamentos.

Observa-se, assim, que a agroecologia procura valorizar o conhecimento tradicional do agricultor que é repassado de geração a geração, ao tempo que busca gerar níveis de renda satisfatórios, sem que haja degradação da biodiversidade existente no estabelecimento rural. Assim, cria-se um ambiente no qual se busca adaptar esse conhecimento à conservação do agroecossistema e à geração de emprego e renda local, ao contrário do que ocorre no atual sistema agrícola industrial, pois o sistema produtivo agroecológico é mais intensivo em mão de obra (BARBOSA, 2007).

Nesse contexto, observa-se os papéis das mulheres na organização econômica, produtiva e ambiental no meio rural, pois

[...] a participação feminina em ocupações econômicas é nas atividades agrícolas relacionadas à propriedade de terra. Também nessa área, as oportunidades econômicas ao alcance das mulheres podem ter uma influência decisiva sobre o funcionamento da economia e das disposições sociais relacionadas[...] Questões semelhantes emergem da compreensão do papel feminino no desenvolvimento do meio ambiente, particularmente na conservação de recursos naturais (como árvores), que apresenta uma relação específica com a vida e o trabalho das mulheres (SEN, 2000, p.234).

É importante salientar que a inserção das mulheres no mercado é vista como positiva, pois dá visibilidade ao trabalho produtivo das associadas, bem como contribui para o acréscimo na renda familiar, colaborando para autonomia das mulheres, à medida que estas tendem a participar mais dos processos decisórios na família. Mas essa estratégia de inserção para a comercialização no mercado de orgânicos ainda não se concretizou para as mulheres da

associação, e também não é o objetivo da organização social dessas agricultoras, que não apresentam uma relação de dependência com o mercado.

Por outro lado, o processo de associativismo desse grupo tende a fortalecer a autonomia das mulheres no que se refere à autogestão dos recursos humanos e patrimoniais, assim como dos processos administrativos e no manejo das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas da Associação.

Assim, ainda sobre o manejo das atividades, observa-se que as mulheres se organizam em grupos de trabalho de acordo com os interesses, as aptidões e as experiências de cada sócia e mantêm o trabalho de mutirão, principalmente nos canteiros de hortaliças. Associado às atividades agrícolas, atualmente, além das atividades não agrícolas ligadas à comercialização da produção e à gestão e à representatividade social da associação, as sócias participam de cursos, de intercâmbios para troca de conhecimentos e de turismo pedagógico.

Nesse contexto, as atividades produtivas desempenhadas no âmbito da associação são: agrícolas – apicultura, produção das hortaliças, de temperos e de ervas medicinais; produção de sementes e de mudas, compostagem, minhocário e criação de galinhas – e agroindustriais – produção de balas de banana recheadas com leite condensado, doces, geleias, compotas e molho de tomate. As atividades que cada sócia participa ou já participou podem ser observadas no Quadro 14.

Para a execução das atividades da associação, destaca-se a utilização de tecnologias sociais e a utilização de ferramentas que favorecem a convivência com o Semiárido, tais como: a utilização de cerca verde, sombrite, manejo de água (principalmente com a utilização das cisternas), irrigação por gotejamento, reaproveitamento de águas pluviais, banco de sementes, utilização de ecofogão, que são instrumentos de produção da agricultura familiar agroecológica, conforme abordado por Brandão *et al* (2016).

Quadro 14 – Participação das sócias nas atividades da associação, Porto da Folha, 2019.

Sócias em abril de 2019	Data de Ingresso na Associação	Atividades da Associação que já participaram										
		Horta	Banco Semente	Mudário	Galinheiro	Minhocário	Apiário	Bala de banana	Compoça e geleia	Artesanato	Turismo Pedagógico	Outras
Margarida	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x		x	
Rosa	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x		x	
Violeta	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x		x	
Caroá	Fundadora	x		x							x	Gestão
Bromélia	2011	x				x	x	x	x		x	
Lírio	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x		x	
Dália	2012		x								x	
Cravina	2009						x				x	
Alpina	Fundadora	x	x		x	x	x	x	x	x		
Gérbera	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x		x	
Xique-xique	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Malva	2012		x									
Caliandra	Fundadora	x		x		x		x			x	
Jitirana	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Decisões
Araçá	2018	x		x	x	x		x	x		x	
Camará	2018	x	x		x	x		x	x			
Jurubeba	2018	x										
Alamanda	2018	x	x			x						
Mandacaru	2012	x	x	x		x		x	x		x	
Jurema	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Reuniões e encontros
Buganvília	2018	x		x	x	x		x	x	x	x	

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Os dados apresentados no Quadro 14 demonstram que apenas duas sócias não participam de nenhuma das atividades produtivas, mas reconhecem que participam das reuniões e, conseqüentemente, das decisões tomadas pelo grupo. Porém, a maioria das sócias, 13 mulheres, desempenham ou já desempenharam mais de cinco (entre 5 e 10) atividades na associação.

Constatou-se, ainda, que há a preocupação em inserir as novas integrantes nas atividades da associação, conforme o relato da sócia Xique-xique: “Quando entra uma novata, ela participa das reuniões e [...] se ela se interessar por alguma das áreas, ela entra”. Nesse contexto, o conhecimento vai sendo repassado de uma mulher para outra, conforme afirma a

sócia Araçá, que passou a integrar a instituição em 2018: “[...] a gente planta cebolinha, e ela vai dizendo como corta, como planta. [...] eu mesma não sabia [...] E a gente vai aprendendo assim no dia dos mutirões, uma vai passando informação para outra” (GRUPO FOCAL, 2019).

As sócias argumentam que é interessante quando uma das mulheres coordena a atividade: “Tinha que ter alguém pra puxar”, diz Jacarandá. Já Xique-xique argumenta que algumas sócias “[...] têm o jeito de dizer ‘olha, hoje nós vamos fazer isso, e só sai daqui quando terminar’, e a gente a segue” (GRUPO FOCAL, 2019).

Desse modo, observa-se grande participação das mulheres nos grupos que desenvolvem atividades produtivas agrícolas, sendo que o maior grupo de trabalho está nos cuidados com a horta (foto 7), seguido da participação das mulheres na confecção dos insumos produtivos, como o trabalho no minhocário, no banco de sementes, na estufa de mudas, seguido do trabalho na criação de galinhas e no apiário. Sobre as atividades não agrícolas, percebe-se que o turismo pedagógico conta com a colaboração de 14 mulheres, seguido da produção de balas de banana e da produção das compotas e geleias, sendo o artesanato a atividade desempenhada pelo menor número de sócias.

Foto 7 – Horta na sede da Associação das Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Esse cenário ressalta a prioridade das mulheres com a segurança alimentar das famílias das sócias, de acordo com a divisão do trabalho desempenhado por cada integrante, como relata uma das integrantes sobre o trabalho comunitário no canteiro de hortaliças: “[...]”

Todo mundo vai no mutirão, toda sexta-feira, aí tira o que tem [...] A gente divide entre a gente, e se sobrar, a gente vende. Primeiro divide, e só vende o que sobra”, segundo Xique-Xique (GRUPO FOCAL, 2019). Dessa forma, ressalta-se que todas as sócias que trabalharam nessa atividade podem levar o montante necessário para suas famílias. Assim, algumas necessitam de uma quantidade maior, e outras, de bem menos, mas isso não acarreta em comercialização ou qualquer tipo de cobrança às sócias, desde que estas tenham participado das atividades laborais.

O autoconsumo é abordado pelas mulheres como uma estratégia de não dependência do mercado e de segurança alimentar para as famílias das associadas, mas também observa-se a obtenção de renda monetária e não monetária pelas agricultoras, como podemos observar nas seguintes afirmações: “Eu acho que foi uma estratégia construída entre a gente, entre as pessoas que têm interesse em consumir as hortaliças daqui. Você trabalha e tem direito de levar o seu sem pagar e vender para arrecadar dinheiro para associação. Acho que é um tipo de estratégia”, afirma Araçá (GRUPO FOCAL, 2019). “Só em você trabalhar e poder levar as hortaliças, você já não vai gastar o seu dinheiro. E lá na feira o alimento que você encontra é o convencional [...] Quando você leva daqui, você está fazendo bem pro seu bolso e sabe o produto que tá consumindo. É saúde” (MARGARIDA, GRUPO FOCAL, 2019).

Diante desse quadro, Barbosa (2013) explica que os agricultores estão organizando suas lógicas reprodutivas socioeconômicas alicerçadas através da obtenção de renda monetária (decorre do recebimento de valores monetários oriundos da comercialização de produtos ou serviços agrícolas e não agrícolas) e de renda não monetária (não decorre de recebimento de valores monetários, mas do consumo de produtos e/ou serviço agrícolas e não agrícolas desenvolvidos pela família rural em seu estabelecimento rural).

Cabe salientar que a renda não monetária representa para a família rural um recurso financeiro não gasto para a obtenção de algum produto e/ou serviço agrícola e não agrícola ora desenvolvido em seu estabelecimento rural.

Nesse sentido, para o acesso aos alimentos produzidos comunitariamente na associação, há um controle das horas trabalhadas mensalmente por cada sócia, de acordo com os grupos de trabalho que cada uma participa. Esse controle serve para distribuir os rendimentos proporcionalmente às horas laboradas por cada integrante, mas não há controle sobre a quantidade que cada sócia pode levar, como a sócia Rosa exemplifica em relação à utilização de humos: “[...] ‘Ah, vou precisar pra colocar num pé de planta’, aí vai lá, peneira e leva. Não temos controle disso não, sabe?”. Porém, Rosa completa a informação afirmando que “aquela

sócia que não trabalha em mutirão não tem direito, não. Ela é uma sócia colaboradora, tem que entender. Tem direito a sócia participante” (GRUPO FOCAL, 2019).

Todas as sócias, inclusive as colaboradoras, participam das reuniões, dos encontros, contribuem mensalmente com uma taxa de cinco reais para manutenção da associação e podem desempenhar atividades administrativas. As mulheres denominam como colaboradoras as sócias que não estão desempenhando nenhuma atividade produtiva e, dessa forma, não podem retirar da associação parte da produção, precisam adquirir os produtos. Diante desse contexto, a sócia Xique-Xique explica que quem trabalha “[...] com a apicultura, só divide o dinheiro com quem trabalha no mel [...] Tem o grupo das galinhas, nem todos trabalham nas galinhas”, assim “só tem direito o grupo que trabalha naquele campo”, complementa a sócia Violeta (GRUPO FOCAL, 2019).

Com isso, percebe-se que não há limitação no acesso nem na quantidade de alimento destinada à família de cada uma das sócias, desde que elas trabalhem nas atividades produtivas. Desse modo, reitera-se os estudos que afirmam que, para os camponeses, o trabalho não é dissociado das necessidades de consumo das famílias e que esse modo de vida e de gestão adotado pelas associadas é compatível com a lógica da solidariedade praticada por esse grupo de mulheres.

Mas, mesmo com a experiência e os conhecimentos dessas agricultoras, estas ainda têm dificuldades, principalmente financeiras, com algumas práticas, como a criação de galinhas, pois, ao pesquisar sobre a descontinuidade de alguma atividade, as sócias percebem que todos os projetos foram satisfatórios e comentam que “não teve nenhum que não deu certo, não. Só o das galinhas que a gente tem dificuldade, às vezes para, às vezes volta [...]”. A sócia Margarida complementa a informação: “O que menos dá certo é galinha, porque dá muito prejuízo. As outras coisas, não. Mas a galinha você tem que manter. Tem que comprar ração [...]” (GRUPO FOCAL, 2019).

Dessa forma, a atividade que as mulheres têm mais dificuldade de manter é a criação de galinhas, principalmente pelo custo da ração. Conseqüentemente, essa atividade acaba não tendo continuidade, visto que, em 2015, a coordenadora expôs que ficava caro para as sócias comprar ração e informou que não havia mais galinhas na associação por “falta de milho” (BRANDÃO *et al*, 2016).

Foto 8 – Galinheiro na sede da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Entretanto, algumas sócias voltaram a criar galinhas, mas as que optaram por essa atividade estão desempenhando em suas unidades de produção. Por exemplo, a sócia Violeta conta que as mulheres estão recomeçando e ainda vão pensar se as galinhas serão para abater ou só poedeiras: “[...] vamos pensar ainda. Mas já teve uma remessa e nós dividimos. Estava faltando ração, então cada uma tomou conta da sua”. Porém, a sócia Xique-Xique expõe que as galinhas dela estão na sede da associação: “Só ficou a minha, e as outras que tinham onde colocar, levaram”. Enquanto a sócia Rosa argumenta que “[...] aqui é muito difícil, só dá certo se cada uma levar para casa. Porque o cuidado precisa ser maior, e cada uma cuida do seu jeito. É muito trabalho, muita comida” (GRUPO FOCAL, 2019).

As mulheres argumentam que estão procurando viabilizar a criação de galinhas através do cultivo do milho para alimentação delas, o que acaba por diminuir os custos da produção. Todavia, apontam algumas dificuldades nesse sentido, pois, segundo a sócia Jacarandá, “[...] o milho da gente só chegou o caroço bem ‘xoxinho’, e já estão quebrando [...]”, e quando as sócias não têm milho, utilizam a ração do projeto (GRUPO FOCAL, 2019).

Outra estratégia das mulheres é a de comprar milho e/ou ração de forma coletiva. Entretanto, a sócia Xique-Xique informa que ainda estão se organizando para isso, enquanto a sócia Rosa relata que estão precisando lidar com muita burocracia: “[...] Desde o ano passado que a gente luta [...] na reunião [...] dizem uma facilidade, e quando a gente vai procurar, é tanta burocracia [...] É melhor a gente se juntar e comprar por aqui mesmo. Porque esse ano, aqui na nossa região, não, mas Lagoa do Rancho, vai dar milho bom porque choveu mais” (GRUPO FOCAL, 2019).

5.1.3.1 Disponibilidade de mão de obra, participação da juventude e das mulheres na continuidade da produção

Como já mencionado, as mulheres se dividem em grupos para realizar as atividades produtivas da associação, e cada grupo organiza a sua escala de trabalho de acordo com as necessidades das atividades a serem desempenhadas e a partir da disponibilidade de cada sócia.

Assim, no que se refere à escala de trabalho da mão de obra, a sócia Jacarandá afirma que “cada pessoa tem seu dia...”, enquanto a sócia Rosa explica que quase todas as mulheres que fazem parte do grupo das galinhas também participam das atividades de cuidados com a horta: “[...] Aí, no dia que vem cuidar das galinhas, também é o dia de cuidar da horta. Cada uma vem um dia, todo dia tem gente. E quem não puder vir tem que ligar avisando, porque é vida, né?” (GRUPO FOCAL, 2019).

Constata-se que existe uma escala de trabalho definida com a finalidade de suprir a mão de obra necessária a cada atividade. Existe, ainda, um controle do emprego dessa mão de obra, no qual cada sócia anota em um caderno o período que desempenhou cada atividade dentro do seu grupo de trabalho. Observa-se, assim, que a responsabilidade pelo desempenho das atividades é das sócias, não havendo o emprego de força de trabalho externo aos membros da associação.

Em relação à questão da falta de força de trabalho apontada por Brandão (2016), as gestoras já demonstravam preocupação com a manutenção das atividades da associação, pois o envelhecimento das sócias poderia vir a comprometer a continuidade das atividades agrícolas, assim como a manutenção das atividades de gestão da instituição. Esses fatos levaram as mulheres a discutirem sobre a possibilidade de alteração do estatuto para que a associação incorporasse jovens (homens e mulheres) na instituição.

A pesquisa atual constata que ainda falta de mão de obra para as atividades de gestão e de representatividade da instituição, como se observa na fala da sócia Rosa: “[...] Acho que na administração [...] a menina que era secretária teve que se afastar por causa do projeto, então ela está sobrecarregada com coordenação, secretaria e tudo mais. Então, acho que nessa parte falta” (GRUPO FOCAL, 2019).

Do mesmo modo, os relatos das mulheres que já fizeram parte da associação afirmam que há falta de mão de obra para as atividades produtivas, assim como para as atividades de gestão da instituição. Nesse sentido, a ex-sócia Catingueira, uma das fundadoras da instituição e que participou da associação até 2018, afirma que há dificuldade em gerir os

recursos humanos existentes na instituição, pois há pouca força de trabalho disponível para as atividades agrícolas.

Assim, recentemente, as atuais sócias debateram sobre a possibilidade de ingresso dos jovens e, conseqüentemente, dos homens na associação. Sobre o assunto, em assembleia, as sócias decidiram que a associação continuaria sendo composta e gerida apenas por mulheres: “Nós não abrimos, não, nós somos diferenciadas. [...] A associação é só de mulher, tem que continuar sendo de mulher. Os homens podem ser agregados” (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

Nesse sentido, observa-se que os homens podem colaborar com algumas atividades, conforme argumenta a sócia Jacarandá: “Os maridos ajudam, ensinam as atividades, e a gente acha bom [...]”. Porém, as mulheres explicam que alguns homens jovens também colaboram e são considerados agregados, pois não detêm poder de decisão: “[...] Eles participavam de produção de mudas, batiam canteiros, reunião... Só não podiam ser sócios, porque eram homens. A gente ainda tá com esse negócio de masculino [...] Não aceita como sócio, mas como ajuda, agregado, pode vir” (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

No que se refere ao trabalho dos jovens, observa-se a vontade das sócias para a permanência e a participação destes em todas as atividades da associação, mas ao mesmo tempo há a compreensão das mulheres sobre a falta de continuidade dessa mão de obra, pois estes acabam por dar sequência aos estudos fora do povoado de Lagoa da Volta e recebem outras oportunidades de trabalho, como relata a sócia Rosa: “Tem horas que a juventude se anima e vem, mas quando consegue um emprego, se afastam. Vão estudar fora [...] Tem as minhas duas meninas fazendo faculdade [...] Oh, meu Deus! Que saudade da juventude [...] Chegou alguma coisa para eles, eles embarcam e nós ficamos” (GRUPO FOCAL, 2019).

A questão da obtenção de renda por parte dos jovens também apresenta-se como um impasse para a continuidade do trabalho na associação, conforme expressa a fala em que uma das sócias comenta que “já tiveram várias tentativas, aí se tiver dinheiro, eles ficam; se não tiver, eles caem fora. E o dinheiro não chega assim logo. E a gente para pegar no dinheiro, olha há quanto tempo estamos trabalhando... E quando pega, pega pouquinho, mas eles querem muito” (JACARANDÁ, GRUPO FOCAL, 2019).

Sobre a percepção das mulheres em relação à participação dos jovens na associação, nota-se a importância dada por elas ao aprendizado e à autonomia para os jovens: “Na minha visão, nós temos que deixar alguma coisa para os jovens [...]. E a gente anima eles, eu falo sempre com a juventude [...]. É importante que toque para frente e que vocês sintam prazer por isso [...] Eu acho muito importante passar para os mais jovens o pouquinho que nós sabemos” (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

Nesse contexto, percebe-se, de forma positiva, a participação dos jovens nas atividades da associação, destacando-se o sentimento de orgulho nas falas das sócias.

[...] estamos vendo muito talento nos jovens que passam por aqui. Eu me orgulho muito de eles darem testemunho que saíram daqui da associação. Então, isso para mim não tem dinheiro que pague. Porque nós temos jovens que se destacam mesmo [...] Eu fico feliz demais quando eu estou numa reunião que eles falam de onde eles vieram, da associação, e vão crescendo. Para o jovem que quer, o ponto de partida é aqui. Pegam asas para voar, mas quando chegam lá, ainda falam da raiz (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

Além disso, a sócia Violeta (2019) afirma que os jovens também contribuem com o processo de aprendizagem do grupo de mulheres, pois “eles vêm aqui quando chegam da viagem, vêm, passam o assunto, voltam para o grupo. Então, o que eles colhem lá, eles também trazem para cá”. Ainda em relação aos jovens, outra sócia relata que tem o maior orgulho deles, pois

[...] No encontro que eu fui na assembleia legislativa de Sergipe, lá em Aracaju, Samuel e Davi deram um show, o pessoal quando saiu, falava. A gente chega se emociona, dava vontade de chorar. Aí diziam que a base deles foi na Associação de Mulheres, porque, quando tem um curso, a gente chama também os jovens para participar. Então, quem quer levar bagagem [...] eles são como a esponja, porque eles absorvem conhecimento e transmitem a todo mundo. É muito bom você saber que a Associação de Mulheres está ingressando jovens a um futuro melhor. E aqui estamos abrindo as portas para eles [...] E isso é o quê? A Associação de Mulheres (MARGARIDA, GRUPO FOCAL, 2019).

Outra questão que interfere diretamente no desempenho das atividades da associação e que poderia vir a comprometer a continuidade das atividades refere-se à entrada e à saída das mulheres da instituição. Mas, durante o grupo focal (2019), todas as sócias avaliam que não há descontinuidade das atividades: “Diminui o ritmo, mas parar, não”. A sócia Jacarandá afirma que “[...] fica mais difícil. Sempre que sai uma, a gente sente essa dificuldade. Mas nunca parou nada por conta de saída, não”. Enquanto a sócia Rosa complementa, informando que “muitas se afastaram por motivo de doença, muitas de nossas mulheres já foram embora... Jesus vai chamando”. E a sócia Jacarandá continua, relatando que “elas deixam muita falta. Você continua fazendo as mesmas coisas, mas você sente a falta de quem não está mais lá” (GRUPO FOCAL, 2019).

Além da idade, do adoecimento e do falecimento de muitas integrantes da associação, a sócia Rosa aborda que algumas mulheres já entraram na instituição com o objetivo de se beneficiar com alguns projetos, apesar deste não ser o principal objetivo da associação. Sobre isso, uma das sócias argumenta: “Eu acho que as pessoas, quando entram, veem o projeto,

poucas têm DAP, e a maioria não recebe nada pelos projetos individuais. Nós estamos aqui porque tivemos um alicerce. Elas olham e pensam ‘eita, chegou projeto, vou entrar na associação porque vou ganhar dinheiro ali’, mas não é assim. [...] Então eu acho que elas saem por isso [...]” (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

As questões relacionadas à racionalidade capitalista não estão dissociadas da realidade na qual estão inseridas as famílias rurais sertanejas, em que o poder econômico se apropria da força de trabalho. Assim, as famílias do Sertão de Sergipe estão em busca de renda monetária e muitas vezes não se adequam ao modo de pensar no qual estão inseridos nesse projeto de empreendimento econômico solidário, autogerido pelas associadas, pelo fortalecimento e pela busca da autonomia das mulheres rurais.

No entanto, observa-se a realidade vivida pelas agricultoras familiares no que tange à busca pela renda e ao acesso das mulheres aos projetos.

Nós, mulheres, não têm jeito de não ser discriminada [...] Na Emdagro é assim, se fulaninha é casada e tem DAP familiar, ela não pode ter uma individual. Então, se o marido ganha em outra associação, a gente fica sem ganhar. É por isso que nós temos que rever [...] Se você quiser ganhar, tem que mentir, inventar que é separada, e aí não pode. Não sei quando nós mulheres vamos nos libertar.

[...] É injusto. Se eu sou sócia aqui e meu marido participa em outra associação, e tanto eu como ele contribuimos, eles têm esse controle. Então, por que só ele é beneficiado? A prioridade é sempre o homem (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

Esse assunto traz à tona, de forma muito clara para as mulheres associadas, a questão da prioridade dos homens no acesso às políticas públicas e da falta de igualdade e de oportunidades, o que, segundo elas, interfere na liberdade das mulheres e, conseqüentemente, esposas e filhas ficam presas aos pais e aos maridos, mesmo as que têm DAP, já que os homens são os beneficiados.

Assim, percebe-se a falta de políticas públicas mais adequadas para as mulheres rurais. Nesse sentido, Butto (2011) observa que as mulheres reivindicam o reconhecimento institucional do seu papel nas atividades produtivas, no acesso a crédito, à assistência técnica e às políticas de comercialização. Desse modo, no âmbito das políticas que vinham sendo desenvolvidas, Siliprandi (2013) destaca o PRONAF-Mulher, que é uma modalidade de crédito específica para mulheres, e cita outras políticas que foram implantadas e que tiveram algum impacto:

a titulação da terra conjunta obrigatória; a mudança de critérios para que as mulheres solteiras possam ser beneficiadas com a posse da terra; as mudanças na assistência técnica aos assentamentos, com enfoque de gênero; as políticas de assistência técnica produtiva e de comercialização específicas para grupos

de mulheres; a criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; o Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais; as políticas de apoio à sua organização para participação em processos de negociação sobre os territórios rurais e as políticas específicas de etnodesenvolvimento para mulheres quilombolas e indígenas (p.6).

Portanto, a incorporação tímida de políticas públicas para as mulheres rurais não implica o rompimento das formas de dominação vigentes no interior das famílias. Assim, a construção de novas práticas públicas não traz como consequência “[...] uma (re)socialização que inverta posições naturalizadas e, de fato, leve a mulher a entrar no campo dos direitos em todas as dimensões da vida social” (FERRANTE; DUVAL, 2009, p. 414).

Nesse contexto, nota-se uma pauta histórica das mulheres rurais, como a reivindicação de políticas para fortalecê-las como agricultoras, como expõe Ferrante e Duval (2009, p. 413),

[...] Questões como crédito, programas de geração de renda e formação profissional, comercialização de produção da agricultura familiar, acesso à documentação básica saem do campo das invisibilidades e se põem como reivindicações a ser transformadas em direitos. A trama de tensões exigia do Estado respostas a uma mudança efetiva de propostas de políticas públicas. Avança-se nas conquistas obtidas com a Constituição de 1988: acesso ao programa de Assistência ao Trabalhador Rural, entrada na previdência rural a partir de 1992 [...].

Nesse sentido, Costa e Silva (2018, p.241) afirma que as relações organizacionais e a atuação política das mulheres continuam desvalorizadas, apesar do trabalho do MST e da Rede Ecovida de Agroecologia para conscientização da importância da participação das mulheres e dos jovens nos espaços públicos e nas decisões dos estabelecimentos rurais do assentamento por ela estudado:

[...] A hierarquia e o machismo ainda persistem na gestão dos estabelecimentos familiares tanto nas relações internas quanto externas, resgatando aspectos do patrimônio sociocultural dos agricultores. Apesar de as mulheres apresentarem uma maior participação em atividades relacionadas aos controles e vendas dos produtos em seus estabelecimentos [...], ainda são notados conflitos tanto nas relações organizacionais e quanto dentro dos estabelecimentos familiares.

Assim, é importante apresentar a afirmação de Singer (2002) sobre a contribuição da democracia política para as conquistas feministas, que colabora para a supressão da opressão do pai sobre a mulher e os filhos, para a revolução sexual, que vem diminuindo a repressão sexual das mulheres, e para as lutas emancipatórias, que vêm introduzir práticas democráticas nas instituições.

Portanto, percebe-se a importância da organização coletiva para que as mulheres passem a deter maior controle sobre os meios de produção e venham a autogerir essas instituições de forma democrática e de acordo com as suas convicções e necessidades, inclusive no que tange às demandas femininas por maior ocupação de espaços de decisão na vida pública, social, produtiva e familiar.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância das mulheres conhecerem e se apropriarem das ferramentas aplicadas à gestão e ao controle dos recursos patrimoniais, para que possam identificar e minimizar os problemas enfrentados.

5.2 Compreensão e apropriação dos instrumentos de controle utilizados na gestão da associação

No contexto da administração praticada pelos agricultores e pelas agricultoras familiares, é importante compreender que a forma de gestão e de interpretação dos resultados almejados não possui os mesmos objetivos e a mesma dinâmica da lógica hegemônica capitalista.

Nesse sentido, Abramovay (1992, p.58-59) reafirma que não se pode deixar de compreender o campesinato como sistema econômico que se desenvolve e se reproduz de acordo com o modo de vida desses atores sociais, pois o

[...] problema que preocupava Chayanov é hoje de grande atualidade nas ciências sociais como um todo: não se pode compreender o campesinato imputando-lhe categorias que não correspondem a suas formas de vida. Embora a unidade de produção camponesa lide com trabalho, bens de produção e terra, disso não decorre a presunção de que ela gera salário, lucro e renda da terra [...]

Desse modo, a gestão realizada pelos agricultores familiares é composta por uma interação entre a racionalidade que utiliza os instrumentos capitalistas e uma racionalidade substantiva, que incorpora a política e o ambientalismo às suas ações, sendo esta mais presente no modo de vida das famílias rurais (COSTA E SILVA, 2018). Portanto, os cálculos econômicos não são estranhos aos camponeses, pois

De fato, os camponeses são suficientemente versados na prática do cálculo econômico para medir espontaneamente a quantidade do trabalho fornecido (segundo a sua qualidade) em relação à remuneração recebida [...] Como se pode exigir dele, sem uma longa educação prévia, que compreenda e manipule noções tão complexas e tão profundamente estranhas à sua tradição cultural como as de cooperação e de lucro coletivo, que saiba distinguir entre custos operacionais, investimentos na agricultura coletiva e os investimentos de interesse comum, ou mesmo, mais simplesmente, entre a renda obtida pela venda das colheitas e o lucro líquido? (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.56).

Assim, esta pesquisa também tem como premissa evidenciar um referencial teórico adequado à compreensão da lógica de funcionamento das entidades geridas pelas práticas administrativas utilizadas pelos agricultores e pelas agricultoras familiares. Portanto, “[...] o desafio que se coloca é construir um referencial de conhecimento que esteja em sintonia com a lógica do funcionamento da unidade de produção familiar, e não apenas levar ao agricultor a realizar um sistema de controle e gestão conforme a lógica empresarial capitalista” (BRANDENBURG, 1999, p. 275).

Nesse sentido, a literatura aponta que os agricultores familiares não só compreendem, mas se apropriam dos controles de gestão a ponto de readequá-los para atenderem aos seus objetivos e para utilização nas suas atividades diárias (WANDERLEY, 2010; COSTA E SILVA, 2018; BRANDÃO, 2016; LIMA 1989, 1991).

No entanto, verifica-se que o agricultor familiar geralmente não utiliza controles formais, como planilhas ou anotações, inclusive o agricultor familiar, que tem como característica uma maior interação com o mercado, classificado como tipo 2 por Roesler (2009, p.226):

As formas de cálculo e controle são realizadas mentalmente, considerando o conhecimento e experiência destes agricultores familiares no trabalho na atividade. Outro aspecto a ser mencionado é que as despesas da família e os custos de produção, assim com as receitas, são tratadas conjuntamente. A não utilização de formas de controle mais organizadas é justificada, pelo agricultor familiar, em virtude da complexidade da sua UPF e por não existirem formas de controle adaptados a esta realidade.

É nesse cenário que esta pesquisa busca evidenciar a compreensão e as formas de gestão adotadas na Associação de Mulheres, a partir da percepção das associadas sobre a utilização das ferramentas de controle empregadas pelas sócias para a gestão da entidade, apresentadas no Quadro 15.

Quadro 15 – Instrumentos de gestão utilizados nas atividades da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Sócias em abril de 2019	Data de ingresso na Associação	Ferramentas de Controle e Gestão utilizadas na Associação								Forma como realiza os controles		
		Estoque				Planilha de orçamento ou custos	Fluxo de caixa	Caderno de horas trabalhadas	Outros	Manual	Faz de cabeça	Outras
		Insumos	Produtos Acabados	Produtos em elaboração	Sementes							
Margarida	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x		x		
Rosa	Fundadora		x		x	x	x		Registro das datas de plantio	x		
Violeta	Fundadora		x		x			x		x		
Caroá	Fundadora	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	
Bromélia	2011		x					x		x		Computador
Lirio	Fundadora	-	-	-	-	-	-	-	-	Nunca utilizou		
Dália	2012	-	-	-	-	-	-	-	-		x	
Cravina	2009	-	-	-	-	-	-	-	-		x	
Alpina	Fundadora	-	-	-	-	-	-	-	-		x	
Gérbera	Fundadora	x	x		x	Orçamento	x	x				Celular
Xique-xique	Fundadora	-	-	-	-	-	-	-	-	Nunca utilizou		
Malva	2012							x	Caderno de plantação	x	x	
Caliandra	Fundadora	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	
Jitirana	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	Nunca utilizou		
Araçá	2018			x						-	-	-
Camará	2018	-	-	-	-	-	-	-	-		x	
Jurubeba	2018	-	-	-	-	-	-	-	-	x		Computador
Alamanda	2018				x				Atas das reuniões	x		
Mandacaru	2012	x	x	x	x	x	x	x		x		
Jurema	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	
Buganvília	2018		x		x	x		x		x		

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Entre as ferramentas de controle existentes na associação, observa-se que as mais utilizadas pelas mulheres são: (i) o caderno de horas trabalhadas, muito utilizado para o controle da quantidade de horas laborais de cada sócia em cada um dos grupos de trabalho; e (ii) o controle do estoque dos produtos prontos para a comercialização e do estoque do banco de sementes crioulas.

Mas as associadas também utilizam para o controle da gestão o fluxo de caixa, as planilhas de orçamento e de custos, o controle dos estoques dos insumos produtivos, bem como dos produtos que estão em elaboração. Outras formas de controle informadas foram: o registro das datas de plantio, o caderno de plantações e as atas das reuniões.

Assim, ressalta-se que as mulheres realizam diversos tipos de controle formais, principalmente na forma de anotações manuais. Nota-se que o controle dos insumos produtivos

(como anotações referentes à mão de obra, assim como dos estoques de materiais utilizados na produção até a finalização dos produtos) colabora para a possível realização dos cálculos dos custos de produção, conforme observado nas teorias contábeis capitalistas que têm a preocupação de mensurar os estoques e apontar o resultado monetário das operações das entidades. Sendo assim, segundo Martins (2003, p. 22), “o conhecimento dos custos é vital para saber se, dado o preço, o produto é rentável [...]. Assim, a contabilidade mais moderna vem criando sistemas de informações que permitam melhor gerenciamento de custos, com base nesse enfoque [...]”.

Todavia, como já tratado anteriormente, os agricultores familiares adaptam essas técnicas de controle para adequá-las aos seus objetivos, que, no caso das associadas, é conhecer a quantidade de itens que estão disponíveis para a comercialização, assim como demonstrar o controle das mulheres sobre o tempo de armazenagem e os tipos das diversas sementes crioulas estocadas. Da mesma maneira, para uma melhor administração e manejo da produção agrícola, as mulheres utilizam o caderno de plantio para o registro das datas em que foi semeado cada um dos itens plantados, podendo, assim, prever a data e o montante que será colhido de cada espécie.

Sobre o controle da mão de obra, já foi relatado, anteriormente, que este serve para elaborar uma escala de horário das atividades das associadas em cada grupo de trabalho que estas participam, além de objetivar principalmente que as mulheres tenham acesso ao consumo dos produtos fruto de cada atividade.

Em relação ao orçamento, sabendo que este tem como ponto fundamental coordenar os objetivos para todas as áreas da empresa e serve para que o gestor possa acompanhar os valores orçados e os valores que estão sendo gastos no período corrente, de forma a otimizar a busca empresarial pelo lucro almejado (LACERDA, 2006; PADOVEZE, 2006), foi verificado que as sócias reconhecem esse relatório como item obrigatório nos projetos executados na associação em parceria com outras instituições. Porém, é notório que na associação o orçamento não tem por objetivo a otimização dos lucros, mas o levantamento, o planejamento e o acompanhamento dos gastos previstos. Portanto, o orçamento é uma peça utilizada como ferramenta gerencial dos recursos financeiros na instituição.

Do mesmo modo, o fluxo de caixa é empregado na gestão financeira da associação, visto que “o Regime Caixa (ou Regime Financeiro) é comum nas empresas sem fins lucrativos (associações religiosas, filantrópicas etc.) e nas pequenas e microempresas [...]. Todavia, todas as empresas, independentemente do tamanho, fazem seu fluxo de caixa como instrumento gerencial e de controle” (MARION, 2003, p. 96).

que uma utiliza exclusivamente o celular e duas mulheres utilizam o computador em conjunto com as anotações manuais.

Outro dado relevante é que o tempo de permanência das mulheres na instituição não influencia diretamente na utilização das ferramentas de gestão ou mesmo nas formas de como são realizados ou não esses controles. Assim, a predominância da realização de registro e de controle pelas associadas vai de encontro aos dados apresentados por Roesler (2009). Por outro lado, dialoga com a pesquisa sobre cooperação entre os membros das famílias estudadas por Costa e Silva (2018, p.2), que aponta que “[...] as atividades relacionadas aos controles de gastos, vendas e das atividades produtivas e ao trabalho doméstico são empreendidas, predominantemente, por mulheres [...]”, o que sugere a interpretação de que as mulheres rurais possuem o papel de controle e de gestão dos recursos nas famílias e, assim, podem realizar o registro e o controle das atividades da associação.

Importante salientar que quanto maior é o patrimônio de uma entidade, pessoa física ou jurídica, maior será a necessidade de controle desse patrimônio. Nesse sentido, Iudícibus e Marion (2002, p. 33) demonstram que a contabilidade ganha importância à medida que há desenvolvimento econômico, mas que historicamente a “[...] contabilidade já existia com o primitivismo dos povos, ainda que os conhecimentos da matemática, das letras, dos negócios e até mesmo de patrimônio fossem limitados”.

Apesar do histórico dessa ciência e da importância das suas informações para os gestores e para a sociedade, atualmente, a visão microeconômica desta não abrange ainda todas as externalidades e os efeitos sociais e econômicos das atividades econômicas desempenhadas. Altieri (2004, p. 77) afirma que as atuais práticas contábeis não contemplam as perdas da produtividade agrícola provocadas pela erosão do solo ou pela contaminação dos recursos hídricos, por exemplo, e “[...] nenhuma taxa de depreciação é aplicada sobre os atuais rendimentos em função da degradação desses recursos [...]. Os procedimentos padrão de prestação de contas representam erroneamente uma diminuição da riqueza como um aumento da receita”.

Nesse sentido, uma alternativa ao enfoque econômico são as abordagens da psicologia e da sociologia no desenvolvimento das teorias da contabilidade, pois a abordagem social visa abranger também a dimensão ambiental, abordando, assim, os custos da poluição ambiental, do desemprego, de condições insalubres de trabalho e outros problemas sociais. Desse modo, o fortalecimento das informações contábeis é um conhecimento útil para toda a sociedade (HENDRIKSEN; BREDA, 2010; IUDÍCIBUS; MARION, 2002).

Portanto, torna-se relevante conhecer se as mulheres rurais estudadas compreendem os controles empregados na instituição e se essas ferramentas são utilizadas no dia a dia das associadas em outros espaços. Assim, o Quadro 16 correlaciona a compreensão dos controles de gestão com a participação das sócias na administração da associação e, também, apresenta o local de utilização das ferramentas de controle e de gestão nas atividades das associadas.

Quadro 16 – Compreensão e locais de utilização dos instrumentos de controle pelas associadas, Porto da Folha, abril de 2019

Sócias em abril de 2019	Data de ingresso na Associação	Escolaridade	Cargo de Gestão já Ocupados					Compreende os Controles de Gestão		Local de Utilização das Ferramentas de Gestão				
			Coordenadora	Vice Coordenadora	1.ª/2.ª Tesoureira	1.ª/2.ª Secretária	Conselheira	Sim	Não	Não utiliza	Local onde utilizam ferramentas de controle e gestão			
											Na Associação	Na Propriedade	Em Casa	Outros
Margarida	Fundadora	Ensino Médio Completo	x			x				x	x	x		
Rosa	Fundadora	Ensino Médio Completo	x	x		x		x		x	x		Projetos	
Violeta	Fundadora	Ensino Médio Completo			x			x		x	x	x		
Caroá	Fundadora	Ensino Fundamental Completo				x		x		x				
Bromélia	2011	Ensino Superior Completo				x		x		x		x		
Lirio	Fundadora	Alfabetizada					x	Não muito bem		x				
Dália	2012	Alfabetizada	Nunca ocupou						x	x	-	-	-	-
Cravina	2009	Ensino Superior Completo			x			x		x	-	-	-	-
Alpina	Fundadora	Alfabetizada					x		x	x	-	-	-	-
Gérbera	Fundadora	Ensino Fundamental Completo			x			x		x				
Xique-xique	Fundadora	Ensino Fundamental Incompleto					x	x		x	x	x		
Malva	2012	Alfabetizada					x	x		x				
Caliandra	Fundadora	Ensino Fundamental Incompleto	Nunca ocupou						x	x				
Jitirana	2010	Ensino Médio Completo	Nunca ocupou					x					x	
Araçá	2018	Ensino Médio Completo				x		x		x				
Camará	2018	Alfabetizada	Nunca ocupou							Entende pouco	x			
Jurubeba	2018	Ensino Médio Completo	Nunca ocupou					x		x				
Alamanda	2018	Técnico Agropecuário	Nunca ocupou					x			x		x	
Mandacaru	2012	Ensino Superior Incompleto				x		x		x			Começando	
Jurema	2012	Ensino Fundamental Incompleto	Nunca ocupou					x		-	-	-	-	-
Buganvília	2018	Ensino Superior Incompleto	Projeto para Técnico de Extensão					x				x		

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Nota-se que, nestes 12 anos de existência da associação, apenas duas mulheres ocuparam o cargo de coordenadora da instituição e apenas as sócias-fundadoras Rosa e Margarida já desempenharam diferentes cargos na administração da organização. Os demais cargos já foram ocupados por 13 das atuais associadas.

A sócia Buganvília reconhece que ocupa um cargo de gestão na instituição por participar do projeto para técnico de extensão. No entanto, mesmo este não sendo um cargo da estrutura administrativa e não constar no organograma da instituição, por ser uma atividade temporária, resolvemos manter a informação repassada pela sócia.

Pelos dados apresentados, observa-se que o grau de escolaridade, assim como o tempo de ingresso na organização, não influencia na ocupação dos cargos de gestão da associação, pois, dentre as oito mulheres que nunca ocuparam cargo de gestão, tem-se alfabetizadas, com Ensino Fundamental incompleto, Ensino Médio completo e estudante universitária, sendo que, destas, uma é sócia-fundadora da associação e três estão na instituição há pelo menos oito anos. Ressalta-se que a última eleição para os cargos de gestão da associação ocorreu no ano de 2017, portanto quatro mulheres nunca ocuparam cargos de gestão na associação porque ingressaram em 2018, ou seja, após a realização das eleições.

É importante destacar que a grande maioria, 16 sócias, compreende os controles de gestão utilizados na associação, e apenas três afirmam não compreender os instrumentos utilizados. Já outras duas associadas relataram que entendem pouco ou não compreendem muito bem as ferramentas de controle utilizadas na administração da instituição, mas mesmo sem compreender muito bem, a sócia Lírio já foi conselheira da associação.

Nota-se que, das 11 sócias que utilizam as ferramentas de controle, sete delas empregam esses instrumentos em pelo menos mais um local, seja na propriedade rural, em casa ou nos projetos da instituição. Além das 11 mulheres que utilizam os instrumentos na associação, as sócias Jitirana e Buganvília informam que não utilizam os controles na instituição, mas os utilizam em casa e na unidade de produção, respectivamente. Assim, das 21 sócias, 13 associadas usam as ferramentas de gestão, sendo que quatro as empregam apenas nas atividades da associação, sete usam em casa, e cinco mulheres utilizam na propriedade rural.

Os dados apresentados refletem que as associadas compreendem e utilizam em seu cotidiano diversas ferramentas de controle, adequando-as à realidade e às necessidades das atividades desempenhadas na associação, nas suas unidades de produção ou em suas residências. Isso reforça a afirmação de diversos estudiosos do espaço rural brasileiro, quando expõem que os agricultores familiares são profissionais polivalentes, principalmente os que optaram por sistemas de cultivos múltiplos, como os agroecológicos, que exercem diversas

atividades agrícolas e não agrícolas na unidade produtiva familiar ou fora dela (ALTIERI, 2004; BRANDENBURG, 1999; WANDERLEY, 2010; BARBOSA, 2013).

Portanto, ressalta-se a necessidade de os agricultores e as agricultora gerenciarem as atividades rurais tendo como aliado os conhecimentos formais especializados e não apenas o saber tradicional, visto que

[...] O saber tradicional dos camponeses, passado de geração a geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de uma gestão por meio de uma nova contabilidade. [...] A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica [...] (WANDERLEY, 2003, p.46).

Desse modo, o agricultor-gestor, no caso as mulheres associadas, se apropria e adapta as ferramentas de controles às necessidades da organização, permitindo a compreensão e a utilização das informações para tomada de decisões acerca da associação.

Nesse contexto, salienta-se a importância do emprego desses instrumentos na gestão das instituições rurais, uma vez que a contabilidade rural “[...] é quase sempre conhecida por suas finalidades fiscais, não possuindo grande interesse por uma aplicação gerencial” (CREPALDI, 2012, p. 52). Dessa forma, acaba sendo pouco utilizada como ferramenta administrativa, deixando assim as entidades mais suscetíveis à descontinuidade das atividades.

Assim, cabe aos gestores utilizarem essas ferramentas para auxiliar no controle do patrimônio das instituições e compreenderem as informações fornecidas por esses instrumentos para auxiliar nas tomadas de decisões. Portanto, os usuários dessas informações devem definir a forma mais adequada de apresentação desses instrumentos, podendo ser apresentados por meio de sistemas de informática, planilhas ou mesmo através de anotação; o importante é que os dados sejam úteis e confiáveis.

De tal modo, com o objetivo de verificar se o desempenho de cargos de gestão na associação é um diferencial para a compreensão dessas ferramentas, a pesquisa aponta que as três sócias que não compreendem os controles utilizados na organização estão na associação há pelo menos 8 anos, sendo que duas são sócias-fundadoras. Então, o tempo de permanência na instituição não interfere na compreensão desses instrumentos. Acrescenta-se ainda que essas sócias são alfabetizadas ou possuem o Ensino Fundamental incompleto e têm idade acima de 52 anos.

Igualmente, o estudo apresenta os dados sobre a apropriação das ferramentas de controle pelas mulheres e sua relação com a ocupação de cargos de gestão na associação. Do

mesmo modo, a maioria das sócias, 13 mulheres, se apropriaram dos instrumentos de controle e de gestão e os utilizam em pelo menos um local (na associação, em casa ou na unidade de produção). Destas que empregam os instrumentos de controle, apenas três não desempenham atividades de gestão, ao tempo que cinco mulheres que nunca ocuparam cargos de gestão e outras três que ocuparam um desses cargos não utilizam essas ferramentas.

Também foi verificado que sete associadas não se apropriaram das ferramentas de gestão, pois não as utilizam. Porém, três dessas associadas afirmam que entendem as ferramentas de controle, uma entende pouco, e as outras três são as que afirmaram não compreender os controles. Assim, observa-se que das cinco mulheres que integram a associação há menos tempo (desde 2018), três ainda não se apropriaram dessas ferramentas.

Além disso, verificou-se que quatro sócias-fundadoras da associação utilizam as ferramentas de gestão não apenas no controle das atividades da instituição, mas em suas propriedades rurais também. Contudo, três dessas sócias as empregam também em casa, e outra sócia aplica esses instrumentos na gestão dos projetos acessados por elas.

A apropriação de saberes por parte da maioria das sócias reflete diretamente na ascensão do capital social e intelectual das associadas, o que indica que o processo de associativismo das mulheres rurais pode colaborar para a construção de maior autonomia delas, visto que “[...] são necessárias relações horizontais de cooperação, reciprocidade e ação coletiva, no caso, construídas com base em estratégias autônomas dos pequenos agricultores, que podem ser facilitadas pela existência do chamado ‘capital social’” (MALUF, 2002, p. 247).

Nesse sentido, no que se refere à apropriação dos processos de gestão, as sócias relatam que “a gente nunca nasce sabendo tudo, e a gente vai aprendendo aos poucos. Quando a gente vai vendo gestão, a gente vai trazendo para o nosso dia a dia aqui dentro. O que nós estamos tendo dificuldade é que todo mundo trabalha, todo mundo faz serviço, e não tem uma pessoa só para anotar, só quando tem acompanhamento técnico [...]” (ROSA, GRUPO FOCAL, 2019).

Os dados apresentados expõem que as mulheres que participam dos processos de gestão na instituição acabam incorporando a utilização dos instrumentos de gestão às atividades diárias de casa, da roça e da associação, mas também demonstram que há falta de mão de obra para as atividades administrativas da organização.

Um importante instrumento de gestão que não apareceu no trabalho de campo em 2019, mas que foi relatado à pesquisadora em 2015, foi a existência de uma avaliação interna clara, pois, segundo relato da sócia Rosa, as mulheres ajuízam que essa é uma ferramenta muito

boa e capaz de mensurar a necessidade de algum ajuste na forma de execução de algumas atividades ou de condutas.

As observações de campo e as falas das associadas destacam a importância da sistematização das reuniões, que sempre são realizadas com atas lavradas e aprovadas nas assembleias ordinárias mensais. Esse instrumento de gestão é uma prática que antecede a formalização da associação; as mulheres redigem as atas das reuniões desde quando eram organizadas no formato de grupo, e elas sempre iniciam as assembleias ordinárias mensais com a leitura da ata da reunião anterior.

A utilização das atas é importante, pois todas as decisões relativas à associação são tomadas durante as assembleias. Assim, a redação das atas acaba por documentar todas as decisões tomadas pelo grupo, e a sua leitura na reunião seguinte serve para que as sócias reafirmem e retomem o que foi discutido e deliberado pelo grupo.

Outro fator que colabora para a continuidade da associação é a transparência das informações, pois a forma de apresentação das informações contábeis e financeiras, que é realizada mensalmente e em linguagem acessível durante as assembleias, acaba por contribuir para um ambiente de confiança e de percepção de honestidade entre as associadas, o que vem a motivar a permanência das mulheres na instituição (BRANDÃO, 2016).

Assim, colabora-se com a argumentação de que elementos da racionalidade empresarial são absorvidos na gestão das camponesas, que seguem a racionalidade ambiental, mas detêm relação com a lógica instrumental dominante. Entretanto, esses elementos são empregados de maneira reflexiva, de forma com que sejam submetidos a valores como a ética da sustentabilidade, a autonomia e a emancipação (LEFF, 2006; COSTA E SILVA, 2018).

Nesse contexto, esta pesquisa também procura compreender a percepção das associadas sobre a necessidade de implantação de mais procedimentos de controle nas atividades da associação e o grau de satisfação delas sobre as ferramentas de gestão empregadas, o que é apresentado no Quadro 17.

Quadro 17 – Contentamento das mulheres com os instrumentos de gestão implementados na Associação, Porto da Folha, 2019

Sócias em abril de 2019	Data de ingresso na Associação	Há necessidade de mais ferramentas de gestão ou de controle para as atividades da Associação	Grau de satisfação com os instrumentos de gestão utilizados		
			Muito Bom	Bom	Apropriado
Margarida	Fundadora	Não		x	
Rosa	Fundadora	Falta mão de obra pra fazer mais anotações	x		
Violeta	Fundadora	Não			x
Caroá	Fundadora	Não	x		
Bromélia	2011	Planilhas organizadas no computador		x	
Lírio	Fundadora	Sim, computador, para não fazer manualmente		x	
Dália	2012	Não		x	
Cravina	2009	Não	Não utiliza		
Alpina	Fundadora	-	-	-	-
Gérbera	Fundadora	Não	x		
Xique-xique	Fundadora	Controlar o trabalho, as vendas e transparência		x	
Malva	2012	Não		x	
Caliandra	Fundadora	Não	x		
Jitirana	2010	Não		x	
Araçá	2018	Não		x	
Camará	2018	-		x	
Jurubeba	2018	Não		x	
Alamanda	2018	Sim		x	
Mandacaru	2012	Sim. Curso de gestão para as novas e antigas associadas, para melhorar o conhecimento		x	
Jurema	2012	Não		x	
Buganvília	2018	Sim, controle de produção		x	

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Nesse sentido, com a pesquisa constatou-se que não há sócias insatisfeitas com as ferramentas de gestão utilizadas na associação, e elas também não classificaram esses instrumentos como ruins. Apesar de duas entrevistadas não terem se manifestado, a maioria das mulheres considera os procedimentos de controle bons ou muito bons.

Das 21 sócias, sete relataram a necessidade de implantação de mais procedimentos de controle das atividades da associação. As falas de quatro sócias convergem para a necessidade de organizar as informações de forma digital, abordando a necessidade de novos

cursos de gestão para as associadas, ao tempo que trazem a questão da falta de mão de obra para as práticas das atividades administrativas. Porém, duas associadas argumentam sobre a importância de implantar um maior controle do trabalho, da produção e das vendas da associação.

Compreende-se que, mesmo com a satisfação das sócias com os instrumentos utilizados para o controle das atividades da associação, as associadas gostariam de ter uma maior disponibilidade de tempo e de mão de obra para a sistematização dos dados, principalmente das atividades produtivas, em planilhas organizadas digitalmente. A implementação da digitalização desses procedimentos de controle pode vir a agilizar ou até a melhorar a interpretação das informações, tornando, assim, as tomadas de decisão mais precisas e, conseqüentemente, podendo vir a proporcionar maior grau de confiança na organização.

Ainda sobre a percepção das sócias acerca das ferramentas de gestão, a pesquisa constatou que a grande maioria das associadas reconhece que esses instrumentos contribuem com a prática da conservação ambiental em seus estabelecimentos rurais, sendo que duas sócias não responderam e duas não correlacionam que o fato de terem conhecimento dos instrumentos de gestão colabora com a preservação do meio ambiente das suas unidades de produção. Importante ressaltar que praticamente todas as associadas afirmam que conhecer os instrumentos de gestão contribui com a melhoria de suas condições de vida, e apenas uma entrevistada não respondeu.

Esse elo estabelecido pelas associadas entre os instrumentos de gestão, as questões ecológicas e a condições de vida reflete a amplitude da percepção das mulheres acerca dos impactos das suas decisões sobre as dimensões ambientais, sociais e econômicas, uma vez que a “[...] qualidade de vida se estabelece através de um processo de reapropriação das condições de vida da população em relação com suas necessidades e seus valores subjetivos. [...] Assim a qualidade de vida se converte no valor fundamental que orienta o desenvolvimento de cada comunidade e o projeto de vida de cada pessoa” (LEFF, 2001, p. 326).

Portanto, destaca-se a importância de uma análise interdisciplinar sobre a interligação das práticas de gestão e o manejo das atividades produtivas adotadas pelas mulheres, pois estas interligam a produtividade, a conservação do meio ambiente e a melhoria das condições de vida das famílias rurais. Assim, “[...] a qualificação técnica em gestão integrada da agricultura familiar, partindo de uma orientação multidisciplinar, é positiva, devendo ser aprofundada a sua compreensão” (LOURENZANI; SOUZA FILHO, 2005, p. 69).

Nesse contexto, em que a maioria das associadas está satisfeita com os controles implementados na associação, a pesquisa procurou compreender a percepção das sócias sobre quais os problemas enfrentados atualmente pela instituição.

5.3 Reflexão sobre os problemas e alternativas para a associação

É importante, nesse processo de gestão democrática e compartilhada no qual estão inseridas as associadas, que estas apontem e reflitam sobre os problemas enfrentados no dia a dia da instituição, sabendo que a maior parte desses problemas já apareceram em outros momentos desta pesquisa.

O problema mais relatado pelas sócias é a falta de mão de obra para o trabalho, pois, além de ter sido um problema citado por 10 associadas, outras três também comentam que há o envelhecimento da força de trabalho das mulheres, a perda de sócias por falecimento, a falta de quantitativo de mulheres e ainda a ausência de engajamento, principalmente das sócias mais jovens.

Assim, nota-se que as situações apontadas não são exclusivas da associação e devem ser contextualizadas no ambiente estudado, pois a agricultura familiar aloca prioritariamente a mão de obra dos membros da família para o manejo do agroecossistema. Nesse sentido, é importante refletir sobre as questões relatadas pelas mulheres rurais.

Diante desse cenário da falta de mão de obra apontado pelas associadas, percebe-se o processo de envelhecimento da população rural, visto que 46,48% dos estabelecimentos agropecuários pertencem a pessoas acima de 55 anos de idade, segundo o Censo Agropecuário 2017 do IBGE. Assim,

[...] A preocupação com a questão do envelhecimento populacional e, em especial, com o feminino, decorre da vulnerabilidade desse grupo, tanto do ponto de vista econômico, como da saúde e da perda de autonomia. Esse estágio de vida é marcado pela retirada deles/delas da atividade econômica, seguido de altas taxas de morbidade, ocasionadas principalmente por doenças crônicas (MELO; KRETER, 2016, p. 05).

Porém, Simonato e Bergamasco (2018, p.3) apontam que “falar dos idosos e idosas do meio rural é falar de sujeitos que mesmo com a idade avançada ainda trabalham na lida da roça, cultivando alimentos para autoconsumo e para comercialização [...]”. Assim, as autoras consideram que é significativa a oferta de alimentos da agricultura familiar que advém da produção de idosos e idosas, e analisam que “a correlação entre idosos (as) e produção de alimentos se dá por um importante modo de reprodução social, além de uma maneira de manter

os idosos e idosas ativos mesmo após aposentadoria. Essa noção de utilidade e atividade na lida da roça lhe traz satisfação e prazer no que tange à produção de seu próprio alimento” (p. 9).

Ainda nesse contexto, Melo e Kreter (2016) apontam que a preferência pela sucessão familiar masculina, os conflitos em torno da partilha da terra e da dificuldade das mulheres em terem acesso à terra acabam por colaborar para a masculinização da população rural, que se dá através da migração predominante das jovens mulheres do campo para a cidade. Sobre esse fato do êxodo rural feminino, Froehlich *et al* (2014, p. 28) explicam que “[...] as posições [...] apontam a recorrência do patriarcado ser mais evidente nas condições rurais, atribuindo culturalmente ao homem o papel produtivo, do trabalho na lavoura e na lida campeira; e à mulher, o papel reprodutivo, dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos”.

Para o enfrentamento dessas questões, é importante o efetivo engajamento das mulheres rurais em organizações sociais que proporcionem a inclusão social, produtiva e de gestão de forma democrática, como é o caso da associação estudada. Entretanto, os dados apontam que as mulheres mais jovens ainda estão menos engajadas nos processos de autogestão da instituição.

Outra questão relevante destacada por 10 sócias foi o enfrentamento de problemas financeiros pela instituição, seguido da falta de capital de giro, informado por sete entrevistadas, e da falta de crédito bancário, citado por cinco associadas. Todas essas questões econômicas indicadas pelas mulheres apresentam-se como sendo um problema enfrentado pela instituição.

Outros problemas percebidos e citados por mais de uma associada são: a falta de clientes, o desconhecimento do mercado, os maus pagadores, a recessão econômica, a falta de conhecimentos administrativos/gerenciais, a falta de assessoria técnica, o local inadequado para comercialização (uma sócia mencionou a falta de um ponto certo para a comercialização da produção e do controle das vendas) e instalações inadequadas (cozinha). Outras questões apresentadas pelas sócias como sendo problemas enfrentados pela instituição é a falta de internet, a falta de chuvas e problemas com a vigilância sanitária.

Sabemos que as mulheres não fundaram a associação com o objetivo de lucratividade, mas que estas administram a organização com o intuito de dar continuidade à instituição. Sendo assim, é importante atentar que os problemas relatados são fatores que podem levar à descontinuidade das atividades, pois, além das dificuldades apresentadas pela situação econômica do Brasil e da região onde a associação está inserida, Marion (2006) e o Sebrae (2014) abordam que a má administração, a falta de planejamento, a falta de experiência, a falta de capital de giro, a falta de clientes, o descontrole do fluxo de caixa e o desconhecimento dos concorrentes podem levar ao encerramento das atividades dos empreendimentos.

Todavia, é importante salientar que a lógica da organização produtiva dos agricultores e das agricultoras familiares se difere da lógica empresarial capitalista, ainda mais no caso estudado, no qual a opção pela agroecologia faz com que esse sistema tenha pouca dependência de recursos externos, pois produzem os insumos utilizados na plantação (compostos orgânicos e insumos preparados na propriedade) e manejam seus agroecossistemas de forma que a diversidade produtiva contribua para o equilíbrio ecológico e a segurança alimentar da família e da sociedade. Nesse sentido, Weid (2006, p. 19) relata que “experiências concretas demonstram que uma propriedade familiar manejada segundo os princípios da agroecologia não demanda financiamentos recorrentes de custeio. Por sua própria natureza, um sistema agroecológico mantém elevado nível de autorreprodução de seus insumos e de sua fertilidade [...]”.

Portanto, observa-se a organização coletiva das associadas como um ponto positivo para o enfrentamento das dificuldades apontadas pelas mulheres rurais, visto que o associativismo ou o cooperativismo colaboram para minimizar algumas dificuldades, como: “[...] empecilhos na comunicação com os órgãos públicos e financiamentos, esbarrando nas próprias dificuldades da renda, da comercialização no mercado consumidor e na burocracia da concessão de linhas de créditos de financiamento [...]” (TEDESCO, 2006, p. 88). No que se refere à inserção nos circuitos comerciais, as agricultoras atrelam toda a produção destinada à comercialização direta ao consumidor, sem a necessidade de certificação.

Nesse sentido, Melo (2005, p. 448) argumenta que a escala de produção local é um problema que deve ser solucionado, pois uma escala de produção “[...] muito reduzida, não irá garantir uma atividade economicamente viável; muito ampliada, irá certamente desvirtuar a sua natureza de produção caseira e manual. Outra questão essencial é efetivamente a comercialização da produção local. Dada a sua reduzida dimensão e a existência de numerosos produtores dispersos, as estratégias convencionais de *marketing* não se adequavam”.

Já Batalha *et al* (2005, p.49) argumentam que o baixo volume de produção inerente aos agricultores familiares deriva-se do fato de que “[...] dispõem de pouco capital de giro e têm dificuldades para lidar com o problema da sazonalidade da produção como para dela tirar proveito. [...] Uma das saídas para os agricultores familiares é a construção de capacidade de armazenagem associativa, o que pressupõe um certo grau de organização e coordenação que não é trivial alcançar”.

Outro relevante aspecto inerente à gestão financeira da associação é de que a instituição “[...] nunca solicitou financiamentos ou empréstimos bancários. Esta informação pode ser analisada como uma decisão das associadas, mas também como um bem-estar advindo

da opção das agricultoras por um sistema produtivo diversificado e independente de insumos externos, inclusive do sistema financeiro capitalista” (BRANDÃO, 2016, p. 112).

Apesar dos problemas enfrentados, o cenário é de satisfação das mulheres com a associação, conforme demonstram os dados apresentados no Quadro 18, que também expõe as sugestões das associadas para a resolução dos problemas levantados por elas.

Quadro 18 – Percepção sobre o que pode melhorar e o grau de satisfação das integrantes da associação, Porto da Folha, Sergipe, 2019

Sócias em abril de 2019	Data de ingresso na Associação	O que pode melhorar na Associação	Grau de Satisfação com a Associação		
			Razoavelmente Satisfeita	Satisfeita	Muito Satisfeita
Margarida	Fundadora	A participação dos mais jovens e maior disponibilidade das mulheres			x
Rosa	Fundadora	O registro de tudo, de todas as atividades	x		
Violeta	Fundadora	Todos participarem, união do grupo			x
Caroá	Fundadora	Participação de mais pessoas		x	
Bromélia	2011	Organizar grupos de atividades (melhorar a limpeza da Sede) e tirar a sobrecarga das Coordenadoras		x	
Lírio	Fundadora	Trabalho da mão de obra		x	
Dália	2012	Ter mais produção de verduras			x
Cravina	2009	Mão de obra insuficiente		x	
Alpina	Fundadora	Mais cursos de capacitação para os jovens		x	
Gérbera	Fundadora	Fazer mais, crescer, mais trabalho			x
Xique-xique	Fundadora	Melhorar o controle, mais pessoas para trabalhar, mais sócias	x		
Malva	2012	Novos sócios e cumprimento de horário para as atividades			x
Caliandra	Fundadora	Satisfeita		x	
Jitirana	2010	Ter mais esclarecimento na forma de explicar	x		
Araçá	2018	Organização da forma de trabalhar nas divisões de tarefas		x	
Camará	2018	Plantar mais			x
Jurubeba	2018	Maior visibilidade da Associação na Comunidade		x	
Alamanda	2018	Transparência, mão de obra, compromisso com o trabalho coletivo		x	
Mandacaru	2012	O compromisso com a Associação	x		
Jurema	2012	Aumentar a produção (ex: galinhas)		x	
Buganvília	2018	Estrutura física; gestão (renovar para ingresso de jovens)		x	

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Pelo exposto no Quadro 18, nenhuma sócia está insatisfeita com a associação, e a grande maioria das mulheres se diz satisfeita ou muito satisfeita com a organização. Já as quatro sócias que estão razoavelmente satisfeitas apontam que a organização ainda pode aprimorar os controles de gestão, o registro de todas as atividades e a clareza das informações repassadas, o que acaba por refletir numa maior transparência das informações. Estas percebem ainda que a

instituição precisa aumentar a quantidade de associadas e, também, que as mulheres melhorem o compromisso com o coletivo.

A sócia Caliandra foi a única que não citou nada que pudesse melhorar na associação e afirmou que está satisfeita. As demais sócias apresentam a mão de obra como o ponto a ser melhorado na instituição, tanto no que se refere à disponibilidade de participação das associadas, como da falta de mão de obra, preocupação esta que reflete a proposta do ingresso e da capacitação de mais jovens na instituição. Além disso, o comprometimento das sócias com o trabalho coletivo (organização e divisão das tarefas) é outra questão apontada por várias mulheres. Outros pontos mencionados pelas associadas, como questões que podem melhorar, estão relacionados a aumentar a produção agrícola, a crescer, a melhorar a estrutura da instituição e a dar maior visibilidade à associação na comunidade.

Para resolução dos problemas levantados pelas associadas, sugerem que as sócias procurem se comprometer mais com o trabalho coletivo, assim como apontam a necessidade de um maior número de sócias, sendo esta questão da escassez da mão de obra o principal ponto a ser resolvido.

A problemática da falta de mão de obra não pode ser considerada um problema isolado da associação, pois este é inerente ao espaço rural, como já abordado anteriormente sobre as questões da masculinização e do envelhecimento da população rural, estudadas por Bourdieu (2006), Melo e Kreter (2016), Froehlich *et al* (2014) e Simonato e Bergamasco (2018), assim como não se pode deixar de considerar o peso das questões sociais e culturais inerentes à participação das mulheres nos espaços coletivos mencionados por Paulilo (2003, 2016b), Siliprandi (2013), Ferrante e Duval (2009). Reafirmamos também que o processo de organização coletiva e a autogestão apresentam a dificuldade de engajamento e de participação dos agentes envolvidos, apontado por Singer.

No que se refere aos controles empregados pelas agricultoras na gestão da associação, observa-se como positivo o fato de as mulheres sugerirem a melhora e a ampliação da utilização desses instrumentos, pois demonstram a apropriação desses conhecimentos, o que geralmente não é feito pelos agricultores familiares, segundo estudos de Roesler (2009), Costa e Silva (2018), Marion (2006) e Crepaldi (2012), o que colabora para a gestão da instituição, visto que essas informações são relevantes para a tomada de decisão coletiva das associadas.

Outros fatores elencados pelas mulheres que devem melhorar para contribuir com a resolução dos problemas enfrentados pela organização são: o aumento da produção agrícola, a melhora da estrutura da instituição e uma maior visibilidade da associação na comunidade. Esses fatores podem ser compreendidos como uma vontade de crescimento e de continuidade

do trabalho desempenhado pelas mulheres, tanto no que se refere ao bem-estar proporcionado às sócias pelo processo de associativismo e ao anseio pelo reconhecimento do trabalho feminino na comunidade e na família, de acordo com as abordagens de Sen (2000), Said *et al* (2015), Álvarez (2004) e Bruno *et al* (2011), como pela pretensão de um aumento da produção agrícola que pode vir a incrementar a segurança alimentar das famílias rurais, proporcionando uma maior quantidade de produtos a serem comercializados e, conseqüentemente, acarretando uma melhora na renda auferida pelas associadas (ALTIERI, 2004; WANDERLEY, 2009a, 2010; BRANDENBURG, 1999; SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011; HENN, 2013).

Assim, nota-se que as mulheres apontam questões que elas percebem que devem ser melhoradas na organização, sendo evidente que a “[...] sustentação da agricultura familiar passa por reconstruir uma nova lógica de produção e mercado onde as famílias agricultoras exercem, efetivamente, um maior controle sobre todo o processo, desde a produção, armazenamento, transformação e comercialização, apropriando-se da riqueza produzida” (GRÍCOLO, 2008, p. 250).

Todavia, cabe salientar que o levantamento e a análise dos pontos a serem melhorados na associação não abalam a satisfação das associadas com a instituição. Assim, para uma análise da eficiência das empresas cooperativas, é importante observar não só as questões econômicas e financeiras, mas também a “[...] eficiência social através da observação da participação do cooperado, de sua atividade de negócios com a empresa e do nível de crescimento de sua renda particular” (BIALOSKORSKI NETO, 2012, p. 724).

Nesse contexto, a pesquisa também procurou verificar como as pessoas externas à instituição percebem o desempenho e a atuação da associação. Mais especificamente, foram ouvidas cinco mulheres que já fizeram parte do grupo e duas ONGs parceiras da organização.

Assim, todas as ex-sócias entrevistadas avaliam de forma positiva a atuação da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” ou pelo menos que o seu desempenho é parcialmente bom, como pode ser notado na fala de uma das mulheres que fundou a instituição ao comentar que “na plantação, na agricultura, tem pouca verdura”, mas que “geleia, apicultura e bala vão bem”.

Outras três ex-sócias avaliam o desempenho e a atuação da associação como bons. Uma destas, inclusive, complementa dizendo que elas enfrentam dificuldades, enquanto outra sócia afirma que “a pessoa ali no grupo vai desenvolvendo, vai tendo intimidade e mais amizade”. Já uma entrevistada, também ex-sócia, considera a atuação e o desempenho da instituição como muito bons.

Nota-se, nas falas das entrevistadas, que as ponderações sobre os problemas enfrentados pela associação não são diferentes das questões levantadas pelas atuais associadas, ao tempo que as ex-sócias consideram bom o desempenho e a atuação da instituição estudada também nos aspectos das relações sociais e de bem-estar das mulheres rurais associadas.

As instituições parceiras da associação avaliam o desempenho da organização coletiva das mulheres como algo que ainda deve ascender do ponto de vista da racionalidade capitalista, mas que sob a óptica da economia solidária, *locus* do associativismo das mulheres, vem cumprindo o objetivo proposto de incentivar a consciência crítica sobre a realidade em que as mulheres rurais estão inseridas, conforme verifica-se na análise: “Se pensarmos de forma ‘materialista’, diria que tem muito a crescer, no entanto, pensando que o principal objetivo era [...] criar uma consciência coletiva, uma independência da mulher rural, uma consciência de que as mudanças começam em si, ahhh, deixaram e vão deixar muitos rastros!!!” (Informante da Emdagro, 2019).

O informante do CDJBC (2019) complementa a percepção das instituições parceiras da associação e a considera “de referência, com espaço de multiplicação de saberes para a comunidade e adjacências, sempre ocupando espaços de discussão e construção de políticas públicas a nível municipal e estadual, com ampla abertura para inserção de jovens na perspectiva da continuidade dos trabalhos”.

Portanto, a organização e a atuação coletiva das mulheres são apontadas como um instrumento de mudança social, agindo efetivamente para a melhoria das condições de vida, principalmente das mulheres associadas, e se consolida enquanto um espaço de troca de saberes entre os agricultores e as agricultoras sertanejos, envolvendo toda a comunidade, se apresentando, também, como um espaço de fala para as mulheres rurais.

Além disso, o processo de associativismo das mulheres apresenta os preceitos da autogestão e demonstra a lógica de manejo adotada pelas agricultoras familiares tradicionais, assim como a utilização de ferramentas de controle aplicadas em diversas atividades, produtivas e de gestão, desempenhadas na associação. Desse modo, esse processo colabora com a introdução de práticas democráticas e tem impacto direto nas condições de vida das mulheres rurais associadas, pois promove a inclusão socioproductiva das mulheres e a insere na economia da região, o que coopera para a emancipação das mulheres (CHAYANOV, 2017; SINGER, 2002; SABOURIN, 2009; SCHNEIDER, 2009).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão final retoma as proposições que orientaram esta pesquisa e apresenta resumidamente as questões centrais que nortearam a tese. Dessa forma, torna-se pertinente salientar que o olhar interdisciplinar das Ciências Sociais, principalmente no âmbito da socioeconomia, dirigido aos atores sociais habitantes do ambiente rural sertanejo foi fundamental para a análise sobre a influência do associativismo no modo de vida das mulheres rurais e para a compreensão dos processos inerentes à gestão da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”.

Os passos percorridos pela pesquisa na sua formulação metodológica têm como característica predominante a análise qualitativa dos dados. Nessa fase foi possível entrevistar todas as 21 mulheres integrantes da associação em 2019 e cinco mulheres que deixaram de participar da instituição, bem como aplicar questionário em dois mediadores integrantes de instituições parceiras. Também foram realizados procedimentos de observação sistemática, anotações no diário de campo, participação em reuniões ordinárias, pesquisa documental e condução de grupo focal.

Antes da formalização da associação, é importante compreender que o contexto vivenciado pelas mulheres rurais, como desnutrição infantil, violência doméstica velada e falta de trabalho, motivou esse grupo a se organizar de forma coletiva para enfrentar a insegurança alimentar e as questões de gênero. Além disso, foi através da busca pela melhora da autoestima que as mulheres se empenharam para ocupar os espaços sociais para além das atividades de cuidados e de reprodução da família.

Essa organização social proporcionou o fortalecimento desse grupo de mulheres para enfrentar as barreiras culturais impostas, e o fato de estarem organizadas coletivamente acabou por ser mais eficaz para a aceitação social delas na comunidade local. Outro ponto de fundamental importância no processo de organização desse grupo foi a história de luta para o resgate da relação das mulheres com a terra, lugar de vida e trabalho para as famílias rurais camponesas.

Portanto, na trajetória da construção da associação, ressalta-se o trabalho em conjunto das mulheres, principalmente no formato de mutirão. Todas as sócias-fundadoras da instituição participaram ativamente de todas as fases de constituição e da estruturação da associação, de forma a protagonizar os processos e as tomadas de decisões. Nesse trabalho, as associadas começaram carregando muita pedra, cozinhando, adubando o terreno, plantando

árvores e construindo cisternas que elas edificaram na sede da associação, ao tempo que começaram a fazer horta, apicultura, criar galinha, dentre outras atividades.

E foi em um pedaço de um hectare de terra improdutivo, seco, cheio de pedras e com muitas limitações edafoclimáticas, que essas sertanejas não mediram esforços para construir a sede da associação e viabilizar o trabalho produtivo das agricultoras com o propósito de manejar a terra de forma agroecológica, com o intuito de fomentar a saúde das associadas e a segurança alimentar das famílias envolvidas.

Mas, em todo esse processo de construção da associação, as mulheres contaram com o apoio de mediadores desde a mobilização do grupo, como as freiras católicas da Missão da Divina Providência, que se mobilizaram para a aquisição do terreno, colaboraram para o desenvolvimento de diversas habilidades e, também, de um resgate sociocultural, o que passou a fortalecer a confiança das mulheres.

As fundadoras também destacam o papel de outras instituições atuantes no Sertão sergipano, como: *(i)* o Centro de Assessoria e Serviço aos/às Trabalhadores/as da Terra – Dom José Brandão de Castro – CDJBC, que se tornou parceiro da associação no desenvolvimento de projetos, acesso a advogados, na construção do estatuto e na qualificação e na assessoria para captação de financiadores; *(ii)* a ONG Dom Helder Câmara, que também contribuiu com a associação por meio de projetos ligados ao manejo e à produção agropecuária ecológica no Semiárido; *(iii)* a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – Emdagro, que presta serviços de assistência técnica extensão rural no estado de Sergipe; entre outras instituições.

A percepção das mulheres associadas sobre a influência das instituições parceiras na formação e na organização da associação é extremamente positiva. Elas afirmam a importância que essas parcerias tiveram no seu empoderamento e no acesso das associadas aos projetos, ao tempo que percebem uma diminuição do quantitativo de projetos e o enfraquecimento dessas instituições parceiras no atual governo.

Portanto, é notória a importância do apoio dos mediadores para o fortalecimento da associação, mas destaca-se o protagonismo das mulheres frente à organização desse coletivo e, ressalta-se ainda, a autonomia decisória do grupo de mulheres na organização da associação, mesmo com toda colaboração técnica e profissional prestada pelas entidades parceiras.

Outro pilar importante nesse processo de associativismo das mulheres foi a opção das sócias pela agroecologia. Apesar da origem rural das associadas, as mulheres passaram a conhecer o termo agroecologia na associação, através das ONGs, na escola, nos movimentos sociais, ou com outros agricultores.

Entretanto, apesar de as associadas passarem a conhecer o termo agroecologia

através de mediadores, a pesquisa aponta que hoje não é possível vislumbrar como se deu a inserção das práticas agroecológicas nesse grupo de mulheres, não sendo possível identificar se foi a associação que trouxe a agroecologia para a vida das mulheres ou se foram as mulheres que trouxeram a agroecologia para a associação. Contudo, constatou-se que as práticas agroecológicas fazem parte do modo de vida das mulheres, pois a grande maioria das sócias percebe mais as práticas agroecológicas nas suas casas e nas propriedades rurais do que na própria associação.

As práticas agroecológicas não se restringem à preservação da caatinga e ao manejo do agroecossistema produtivo na associação. As associadas percebem a influência da agroecologia nas suas relações sociais, principalmente nos aspectos ecológicos, sociais, culturais, mas também relatam a presença agroecológica nos aspectos econômicos, políticos e produtivos de suas vidas.

A posição das coordenadoras da associação revela que a agroecologia faz parte do modo de vida e do cotidiano delas, colaborando, assim, para que os atores sociais sejam protagonistas na implementação de soluções sustentáveis para os problemas socioambientais da atualidade e na preservação da diversidade cultural das populações, sendo estes os dois princípios fundamentais do conhecimento agroecológico ressaltados pelas mulheres associadas.

As associadas reconhecem que trabalham dentro de uma lógica de resistência ao sistema hegemônico capitalista, pois as atividades da associação não têm como premissa a obtenção de lucro, e a estratégia adotada pelas mulheres é a busca pela saúde delas e das famílias através da qualidade da produção destinada, prioritariamente, ao autoconsumo. Assim, a lógica está baseada no trabalho das mulheres e na segurança alimentar das famílias envolvidas.

A compreensão da maioria das associadas sobre a agroecologia está diretamente ligada à mudança de hábitos e à saúde da família, principalmente no que se refere a manter uma vida saudável focada no consumo e na identificação de alimentos saudáveis, não transgênicos e produzidos por elas sem agrotóxicos, não tendo que depender da indústria química. Nota-se, então, que essas mulheres mantêm foco maior nas questões relacionadas ao manejo da produção agrícola, seja na associação, seja nas suas propriedades rurais.

A maioria das sócias relata como mudanças ocorridas nas relações familiares a transformação no sistema produtivo das suas propriedades depois de terem ingressado na associação. Apontam, ainda, para uma diferente percepção entre homens e mulheres da tomada de decisão e do manejo da produção, principalmente no que se refere à opção pela utilização ou não de agrotóxicos, pois alguns maridos mantêm a aplicação de agrotóxico na produção.

É possível afirmar que o processo de organização coletiva das mulheres no formato de associação segue a lógica dos Empreendimentos Econômicos Solidários, visto que estes são geridos de forma democrática, através da prática da autogestão dos recursos endógenos da associação, de acordo com a racionalidade camponesa das mulheres, que exercem múltiplas e distintas atividades, no sentido de gerir os meios de produção na busca de sua autonomia.

Com a pesquisa também constatou-se que as associadas organizam e manejam todos os processos produtivos agrícolas e não agrícolas, assim como gerem múltiplas atividades, sempre alicerçadas na busca pela equidade entre as questões sociais, ecológicas e econômicas.

Portanto, a competência das agricultoras em controlar os meios de produção e organizar o seu processo produtivo indica que as mulheres estudadas são protagonistas na gestão e no controle dos sistemas produtivos e administrativos da associação, empregando uma forma de gestão participativa e democrática.

Uma importante característica de como se dão as relações no processo de tomada de decisão sobre a organização é que todas as decisões ocorrem de forma coletiva durante as assembleias mensais ordinárias ou em reuniões extraordinárias, sendo esta constatação uma unanimidade exposta pelas associadas, pelas ex-integrantes da associação ouvidas e, também, pelos mediadores entrevistados.

Destaca-se que esse processo de tomada de decisão durante as reuniões nunca mudou, pois se estabelece dessa forma desde as reuniões das mulheres, o que antecede a formalização da associação. Do mesmo modo, continuam a deliberar sobre quais as atividades serão exercidas pelas associadas e sobre a organização dos grupos de trabalho, de acordo com a disponibilidade e a afinidade de cada mulher com as atividades desempenhadas por cada grupo, como é o caso da apicultura e da horta, por exemplo.

Fica claro que não há um processo de hierarquia na condução das atividades da associação, mas, sim, que há uma gestão compartilhada, na qual todas associadas têm conhecimento do que ocorre na instituição e refletem conjuntamente sobre as possibilidades de resolução de cada problema, demonstrando, dessa forma, uma relação de poder horizontal entre as mulheres.

A pesquisa constatou, também, que todas as sócias concordam com a estrutura organizacional da associação, apesar do fato que apenas duas sócias-fundadoras sempre estiveram à frente da coordenação da instituição. Porém, mesmo estas sendo admiradas pelas mulheres, que se sentem representadas por essas líderes, a falta de disponibilidade das

associadas em candidatarem-se à coordenação das atividades na associação é percebida de forma negativa no tocante às práticas democráticas inerentes aos processos de autogestão.

Desse modo, observa-se a necessidade de adaptação de algumas sócias ao formato mais participativo na tomada de decisão e ao modo de gestão dos empreendimentos econômicos solidários, por exigir mais tempo e dedicação das integrantes da organização, visto que a autogestão proporciona maior transparência das informações, maior equidade e participação nas decisões, o que contribui para um alto grau de confiança entre as associadas. Ainda assim, as mulheres não renunciam ao protagonismo em todas as etapas do processo decisório e de gestão da instituição, o que acaba por contribuir para uma maior autonomia das associadas.

Portanto, as mulheres realizam a gestão patrimonial da associação de forma coletiva e com atitudes de cooperação e de solidariedade que permeiam o objetivo de promover o bem-estar das associadas e da comunidade local.

Cabe salientar que a racionalidade ambiental das mulheres associadas faz parte do modo de gerir os recursos patrimoniais das famílias e da associação. Então, é importante levar em consideração a análise do manejo dos meios de produção a partir das demandas apresentadas pelas associadas, visto que estas determinam a organização da força de trabalho a ser empenhada para atender às necessidades de consumo das famílias camponesas, que é visto como uma unidade indivisível de produção.

Nesse sentido, observa-se a preocupação das mulheres em manter a gestão do sistema produtivo agroecológico, no qual elas manejam o agroecossistema da caatinga de forma a consorciar os aspectos ecológicos e produtivos com os recursos sociais disponíveis, por meio da complementação dos conhecimentos adquiridos formalmente através dos mediadores e das práticas dos saberes tradicionais, visando à manutenção da sobrevivência das famílias.

Sobre os componentes do sistema produtivo, destacamos o esforço das associadas em relação à gestão adequada da água no Semiárido, principalmente através da utilização das cisternas para a manutenção da produção da horta e para a criação de galinhas. Não podemos deixar de destacar a pluriatividade das mulheres no manejo dos insumos produtivos, como o minhocário, o banco de sementes crioulas e o banco de mudas, como também na apicultura, no turismo pedagógico, na comercialização e na produção não agrícola de geleias, compotas, molho de tomate e balas de banana.

Sabendo que todas essas atividades são desempenhadas de forma coletiva, a pesquisa constatou outra importante questão, a de que todas essas atividades produtivas, assim como as atividades de gestão, contam apenas com a mão de obra das próprias associadas, sendo esta uma problemática inerente ao espaço rural devido, principalmente, à masculinização e ao

envelhecimento da população do campo. Portanto, é notório o esforço das sócias na inserção de novas associadas nas atividades produtivas e de gestão, tendo em vista a compreensão das mulheres sobre a falta de continuidade da mão de obra dos jovens, que estão em busca de obtenção de renda e de continuidade dos estudos fora do povoado de Lagoa da Volta, local onde se encontra a associação.

Apesar da escassez desses recursos, constatou-se que não há descontinuidade das atividades. Entretanto, há sobrecarga de trabalho das mulheres para manterem o sistema produtivo, mesmo com uma diminuição no ritmo da produção. Nesse sentido, ressaltamos que os processos de organização coletiva e de autogestão apresentam as dificuldades de engajamento e de participação dos agentes envolvidos.

Contudo, há uma autorregulação em relação à necessidade de produção, à penosidade e à quantidade de mão de obra empregada nas atividades. Além disso, todas as mulheres terão acesso de forma solidária aos itens produzidos nos grupos de trabalho dos quais participem, sendo esses itens destinados ao autoconsumo das famílias das sócias.

Por outro lado, apenas o excesso da produção é comercializado diretamente aos consumidores, na comunidade local e, esporadicamente, nas feiras e em eventos que a associação participa fora do povoado de Lagoa da Volta. Ainda assim, ressalta-se a importância da inserção das mulheres no mercado, pois dá visibilidade ao trabalho produtivo das associadas e contribui para o acréscimo na renda familiar, colaborando para a autonomia das mulheres, à medida que tendem a participar mais dos processos decisórios da família.

Portanto, percebe-se que a organização coletiva das mulheres colabora para que as associadas detenham maior controle sobre os meios de produção e venham a autogerir os processos administrativos e os recursos humanos, patrimoniais e ambientais no manejo das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas da associação, de forma democrática e de acordo com o modo de vida e as necessidades das mulheres, inclusive no que tange às demandas femininas por maior ocupação de espaços de decisão na vida pública, social, produtiva e familiar.

Para uma gestão eficiente dos recursos disponíveis na associação, as mulheres utilizam instrumentos de controle produtivo e patrimonial que auxiliam as associadas nos processos de tomadas de decisão, colaborando com a literatura, que aponta que os agricultores familiares compreendem, se apropriam e utilizam os controles de gestão nas suas atividades diárias. Verifica-se, assim, que o emprego dos métodos de controle é necessário, mesmo em instituições que não têm a finalidade de lucratividade. Assim, estes foram apropriados pelas mulheres e adequados às demandas e às necessidades das associadas.

Entre as ferramentas de controle existentes na associação, observa-se que os instrumentos mais utilizados pelas mulheres para a gestão das atividades produtivas é o registro dos dias em que cada uma das sócias trabalhou em cada uma das atividades desempenhadas na instituição, seguido da realização do controle do estoque dos produtos acabados e do banco de sementes crioulas. As associadas também utilizam o fluxo de caixa, as planilhas de orçamento e de custos, o controle dos estoques dos insumos produtivos e dos produtos que estão em elaboração, o registro das datas de plantio e o caderno de plantações.

Ressalta-se, então, que esses instrumentos são utilizados diariamente pelas sócias, que costumam registrar as informações relevantes para o acompanhamento das atividades desempenhadas em cada grupo de trabalho, sendo que o registro manual em cadernos de anotações ou agendas é a forma mais usual para o apontamento desses controles, adotado pela maioria das sócias. Por outro lado, três associadas realizam controle em formato digital, utilizando o celular ou o computador. Esses registros vêm na contramão de alguns estudos que afirmam que os agricultores familiares não utilizam planilhas ou anotações para o registro ou o controle das atividades. Nessa perspectiva, constatamos que quatro mulheres entre as associadas afirmam que realizam esse controle apenas de cabeça.

Verifica-se, com isso, que, apesar da constatação da satisfação das sócias com as ferramentas de controle utilizadas, as associadas percebem que a sistematização dos dados, em formato digital, daria maior agilidade no acesso às informações necessárias para as tomadas de decisão.

Destacamos aqui que o instrumento de gestão mais importante empregado na condução as atividades da associação é o registro das atas das assembleias, visto que estas contam a história da instituição, pois nas atas são registradas todas as pautas discutidas e as deliberações das mulheres. Porém, nesse documento também estão escriturados mensalmente o fluxo de caixa da instituição (receitas e despesas) e a prestação de contas sobre a distribuição de rendimentos proporcional às horas trabalhadas por cada uma das sócias. Assim, a leitura da ata, realizada sempre no início da assembleia, contribui para a transparência das informações e para a manutenção da confiança entre as sócias.

Observa-se, assim, que a gestão camponesa se apropria de instrumentos utilizados pela lógica hegemônica, mas os emprega de modo reflexivo, seguindo valores como a sustentabilidade e a autonomia. Nesse sentido, praticamente todas as associadas afirmam que conhecer os instrumentos de gestão contribui para a melhoria de suas condições de vida, e a grande maioria das associadas percebe que esses instrumentos colaboram com a prática da conservação ambiental em suas propriedades rurais.

A pesquisa aponta ainda que a grande maioria das sócias compreende os controles de gestão adotados na associação e que 13 associadas utilizam os instrumentos de controle em seu cotidiano, adequando estes à realidade e às necessidades das atividades desempenhadas na associação, nas suas unidades de produção ou em suas residências. Portanto, as mulheres detêm o papel de controle e de gestão dos recursos nas famílias e na associação.

Verifica-se também que o desempenho de cargos de gestão na associação não é um diferencial para a compreensão das ferramentas de gestão, mas, ainda assim, a grande maioria das mulheres que se apropriaram e utilizam as ferramentas de controle exercem atividade de gestão. Bem como constatou-se que o tempo que as mulheres fazem parte da associação não é um fator determinante para que elas passem a utilizar as ferramentas de gestão, como também não interfere na forma como as associadas registram as informações.

Portanto, as mulheres que participam dos processos de gestão na instituição acabam incorporando a utilização dos instrumentos de controle às atividades diárias de casa, da roça e da Associação. Assim, a apropriação de saberes por parte da maioria das sócias reflete diretamente na ascensão do capital social e intelectual das associadas, o que indica que o processo de associativismo das mulheres e a opção em conduzir a associação de forma solidária, com base nos preceitos da cooperação e da autogestão, estão colaborando para a construção de estratégias de autonomia das agricultoras sertanejas.

O estudo sobre o papel das práticas associativistas no modo de vida das mulheres rurais leva em consideração, principalmente, a percepção das associadas sobre as alterações no seu modo de vida após se engajarem na associação e analisa essas modificações a partir dos objetivos para o qual as mulheres foram mobilizadas a se organizarem coletivamente, qual sejam: o enfrentamento da situação de insegurança alimentar, a falta de trabalho para as mulheres rurais fora do espaço doméstico e a questão da invisibilidade da participação social das mulheres.

É importante ressaltar que a participação das mulheres em organizações coletivas, como é o caso da Associação de Mulheres “Resgatando sua História”, acarreta em sobrecarga de trabalho, que ainda não é minimizada pela divisão equitativa das atividades domésticas.

O fato de as mulheres se reunirem sem a presença dos homens acabou proporcionando sociabilidade entre elas, tornando a associação um espaço de fala, de acolhimento e de fortalecimento do grupo. Nele, as mulheres tomam as decisões e gerenciam os recursos endógenos com o intuito de fortalecer as atividades da instituição, o que impacta positivamente nas condições de vida das associadas, tendo como parâmetro a construção da

participação destas nos espaços produtivos, sociais, políticos e econômicos, constituindo, assim, uma perspectiva de melhora da autonomia pessoal.

A maioria das sócias protagonizou mudanças no sistema produtivo das suas propriedades rurais depois que ingressaram na associação, principalmente nos aspectos relacionados à preservação ambiental da caatinga e à conservação do solo; ao acesso às tecnologias sociais, e a melhorias no manejo da produção agrícola no sentido de seu incremento. Do mesmo modo, ainda sobre o processo de transição agroecológica, as sócias percebem alterações nas relações sociais, a construção de espaço para diálogo e a conquista de um espaço para elas produzirem.

Nota-se que os conhecimentos adquiridos através das capacitações e de intercâmbios no âmbito da associação são apropriados pelas associadas, de modo a serem aplicados em conjunto com os saberes tradicionais das mulheres sertanejas. Portanto, a estratégia agroecológica é imprescindível para a articulação do conhecimento camponês com o científico e se apresenta como uma importante ferramenta para a manutenção do modo de vida das mulheres rurais, que são vistas como protagonistas da manutenção da vida nas comunidades rurais.

Também ressalta-se a habilidade das mulheres na gestão eficiente dos recursos disponíveis no *locus* de produção das associadas para viabilizar a sustentabilidade das propriedades rurais e a convivência com o Semiárido. Todas as unidades de produção são classificadas como agricultura familiar, visto que a mão de obra é preponderantemente da família. Há pouco acesso a maquinários, e as tecnologias sociais são apropriadas ao manejo do agroecossistema da caatinga, não estando disponíveis em todas as unidades produtivas das associadas.

Nesse sentido, é válido ressaltar a importância do protagonismo das agricultoras familiares enquanto gestoras dos recursos ambientais, sociais, patrimoniais, financeiros e produtivos também nas suas propriedades rurais. A pesquisa constatou uma paridade entre homens e mulheres sertanejas nos processos de tomada de decisão sobre a produção nas propriedades rurais das associadas, uma vez que 11 mulheres participam ativamente das tomadas de decisão, sendo que seis sócias tomam as decisões das unidades produtivas sem a participação masculina, e cinco tomam decisões em conjunto com os maridos.

Portanto, a participação das mulheres nas tomadas de decisão nas propriedades rurais, assim como a gestão democrática e o trabalho coletivo das mulheres na associação, colabora para a segurança alimentar e nutricional das famílias das associadas, pois permite o acesso destas a uma maior variedade e quantidade de alimentos de qualidade, o que coopera

para a promoção da saúde de todos. O autoconsumo é considerado pelas associadas uma estratégia que contribui para a segurança alimentar das famílias e que colabora com a manutenção da identidade camponesa dessas mulheres, que permanecem longe da lógica capitalista de perceber a produção agrícola como mercadoria.

Todavia, não se pode deixar de considerar a produção para o autoconsumo no incremento da renda não monetária das associadas, visto que a grande maioria das sócias relata que deixaram de gastar com produtos que precisavam adquirir antes de participarem da associação. Por outro lado, 16 mulheres afirmam que tiveram um acréscimo na renda monetária depois que iniciaram as atividades na associação.

No que tange ao modo de vida adotado pelas mulheres camponesas, destaca-se que a pluriatividade colabora para que todas as famílias apresentem fonte de renda não agrícola, sendo que das 21 sócias, 17 detêm renda igual ou superior à dos maridos ou dos demais integrantes da família. No entanto, o modo de gestão das múltiplas atividades desempenhadas pelas mulheres proporciona a aferição de renda monetária agrícola, visto a importante participação das mulheres na atividade de comercialização direta ao consumidor, principalmente relacionada à produção orgânica através da Organização de Controle Social (OCS). Nota-se que a renda agrícola monetária e não monetária, assim como a renda não agrícola, contribuem para sobrevivência das famílias rurais, ao tempo que são um estímulo à economia local.

Assim, observa-se que o processo de associativismo das agricultoras familiares tradicionais apresenta os preceitos da lógica da Economia Solidária, uma vez que as mulheres autogestionam o seu patrimônio de forma democrática, com o emprego de ferramentas de controle que acabam impactando diretamente as condições de vida das associadas, pois promovem a inclusão socioproductiva das mulheres rurais na economia da região.

Desse modo, esse processo de organização coletiva acaba fortalecendo o capital social e a confiança entre as associadas, enquanto as ações continuadas de cursos e intercâmbios colaboram para um processo de formação crítica em prol da coletividade, contribuindo para a melhoria da autogestão praticada no manejo das atividades, o que coopera para o protagonismo das mulheres na manutenção da vida na comunidade rural.

As associadas percebem que a associação busca promover não só o bem-estar delas, mas colabora para o progresso e a emancipação das mulheres, promovendo uma rede de apoio à sociabilidade. Assim, as associadas relatam progresso no que se refere ao nível dos conhecimentos adquiridos, à convivência familiar e à inserção das mulheres nos movimentos sociais, sem deixar de promover a inclusão social, política e produtiva delas. Também sentem-

se motivadas a fazer parte desse coletivo pela atuação da instituição junto à comunidade e à juventude, por ser um espaço que proporciona o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas associadas e pelo percurso histórico percorrido por esse grupo.

Constatou-se que todas as sócias entendem que houve melhoria na condição de vida das mulheres após ingresso na associação, e destacam essas melhoras nas condições de saúde, na educação alimentar, no acréscimo da renda, no aumento do número de anos de estudo, na melhora das condições de moradia e na evolução patrimonial. Assim, o movimento coletivo das mulheres acaba por contribuir para a melhoria das condições de vida das associadas, o que tende a contribuir com a construção de autonomias e de empoderamento das mulheres rurais, de maneira a colaborar para a superação da situação de invisibilidade das mulheres sertanejas.

Percebe-se assim que a inclusão das mulheres nas organizações sociais contribui para a construção de uma identidade coletiva, que pode ser vista como uma estratégia para o empoderamento das mulheres e ocasiona um efeito transformador nas redes de poderes da sua comunidade, pois o empoderamento é um processo a ser alcançado e envolve mudanças nas relações de poder, por meio da compreensão crítica da realidade e da possibilidade de participação ativa das proposições de alternativas às condições apresentadas, sendo este um caminho à liberdade. Portanto, a construção da busca por autonomia fez com que as mulheres rurais associadas experimentem o status de serem donas de suas vidas e expressem o sentimento de empoderamento.

Conclui-se assim que o primeiro estudo que realizei sobre a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” resultou na dissertação intitulada “Mulheres Empoderadas – Uma Experiência de Gestão no Sertão Nordestino”. Através dessa pesquisa, foi iniciado um processo de aproximação com as associadas e de acúmulo de conhecimentos sobre a instituição, na qual, pelas limitações impostas no decorrer do mestrado, foi realizada uma pesquisa amostral, em 2015, através de entrevista com 12 sócias.

Neste trabalho constatou-se que as mulheres assumem o papel de protagonistas no desenvolvimento das atividades de gestão e produtivas agrícolas e não agrícolas; identificou-se os instrumentos contábeis-financeiros adotados na instituição e como as associadas se apropriaram dessas ferramentas para a realização dos registros e do controle, portanto, a transparência dos dados econômicos e financeiros colabora para a continuidade da associação; e que o sistema produtivo agroecológico adotado na associação favorece as práticas de convivência com o Semiárido nordestino, possibilita a inclusão socioprodutiva das mulheres, contribui para a segurança alimentar e nutricional das famílias e permite a comercialização da

produção excedente, propiciando incremento da renda das associadas, o que colabora para a autonomia e o empoderamento das mulheres rurais no contexto do associativismo.

Com a oportunidade de escrever esta tese, a pesquisa avançou no conhecimento científico sobre os processos e as relações de gestão e de tomadas de decisão aplicadas as organizações sociais rurais. Contribui, também, para a construção do conhecimento em torno do papel das práticas associativistas e das formas de autogestão dos recursos manejados pelas mulheres camponesas.

Ao aprofundar a pesquisa na associação, foi possível entrevistar todas as mulheres associadas, além de outros atores sociais que atuam ou já atuaram junto à instituição, o que proporcionou uma maior abrangência para a análise e a interpretação dos dados e dos fatos. Portanto, com a continuidade da pesquisa foi possível penetrar na realidade de vida e de trabalho das mulheres na agricultura, em casa e na associação. Ao expor a trajetória da construção da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, verificou-se a autonomia e o protagonismo das mulheres durante todo o percurso e em todas as atividades produtivas e de gestão, destacando-se a importância da atuação e do apoio dos mediadores na formação e no fortalecimento da organização.

Através do associativismo, essas sertanejas buscam uma maior equidade social e defender a produção de alimentos saudáveis. Assim, a opção pela agroecologia é um pilar do processo de associativismo das mulheres, no qual as associadas percebem a influência da agroecologia em diversas relações sociais e como sua prática faz parte do modo de vida das mulheres rurais em casa, nas unidades produtivas e na associação.

Ao incluir novas perspectivas sobre a forma de gestão utilizada pelas associadas, a pesquisa verificou que o fato de não haver hierarquia nas relações de tomada de decisão contribui para a fluidez dos processos de autogestão da associação, mas, além da falta de mão de obra no espaço rural, ainda há dificuldade de engajamento das agricultoras na ocupação de cargos de gestão, mesmo essa organização coletiva tendo optado por processos de gestão democráticos e participativos, que prezam pela horizontalidade das decisões, pela transparência das informações e pela confiança entre as associadas.

Destaca-se também que as agricultoras-gestoras construíram um sistema de gestão adaptado a sua realidade e as suas demandas, e utilizam diversos instrumentos de controle para administrar os recursos da associação. Observou-se, ainda, que a maioria das associadas que se apropriaram dessas ferramentas e as utilizam também nas suas residências e nas propriedades rurais ocupam cargos de gestão na instituição.

Portanto, o associativismo contribuiu para que as mulheres rurais passassem a deter maior influência sobre assuntos relacionados à gestão e protagonizassem as tomadas de decisão não só na associação, mas também nas suas unidades produtivas e no rumo das suas vidas.

Constata-se, então, que o processo de organização social coletiva acarretou importantes mudanças no modo de vida das mulheres associadas, nos aspectos produtivos e nos espaços de decisão, assim como nas relações que passaram a estabelecer consigo mesmas, na família e na sociedade, modificando, portanto, o papel passivo das mulheres rurais para um redimensionamento da subjetividade das associadas. Desse modo, considera-se necessário o fortalecimento das redes de apoio às mulheres para a superação da percepção tradicional de sua inferioridade.

Nesse sentido, a organização e a atuação coletiva das mulheres são apontadas como um instrumento de mudança social, que age para a melhoria das condições de vida das associadas e se consolida enquanto um espaço de troca de saberes entre os agricultores e as agricultoras do Sertão, envolvendo toda a comunidade.

Simultaneamente, a associação se consolida enquanto um espaço de fala para as mulheres e colabora para os processos de empoderamento e de fortalecimento da autonomia das mulheres rurais pesquisadas, promovendo o senso crítico e democrático das associadas através da sua sociabilidade. Dessa forma, contribui para a inclusão social, política, econômica e produtiva delas, que passaram a ser protagonistas do seu modo de vida, o que ocasiona um efeito transformador nas redes de poderes da sua comunidade.

Pelas verificações apresentadas, conclui-se que a organização coletiva tende a incluir e a fortalecer os agricultores e as agricultoras familiares, mesmo os que se encontram no contexto de pobreza e de exclusão socioeconômica e política, como a realidade em que estão inseridas as mulheres rurais no Nordeste brasileiro.

Dessa forma, esta tese confirmou sua hipótese orientadora de pesquisa de que o processo de organização social desse grupo de mulheres rurais vem contribuindo positivamente para uma maior autonomia no modo de vida destas, visto o protagonismo das associadas no enfrentamento da invisibilidade das mulheres rurais sertanejas nos espaços sociais, políticos, econômicos e produtivos. Ao mesmo tempo que as agricultoras-gestoras se apropriaram dos instrumentos de controle utilizados pela lógica hegemônica e os empregam de modo reflexivo, seguindo valores como da sustentabilidade. Assim, elas construíram um sistema de gestão adaptado a sua realidade e as suas demandas, e administram as atividades, os recursos e o patrimônio da associação de forma coletiva e participativa.

Apesar das limitações desta pesquisa, seus resultados vêm contribuir e acrescentar conhecimento científico nesta área de estudo. A partir das constatações apresentadas, acredita-se que as perspectivas abordadas neste trabalho possam colaborar para a continuidade ou o aprofundamento de estudos vindouros, assim como servir de parâmetro para futuras comparações, ou ainda possibilitar a compreensão de outras realidades encontradas nos processos de gestão que têm como atores sociais os agricultores ou as agricultoras familiares, bem como de organizações cooperativas ou associativistas no ambiente rural, principalmente as localizadas na região do Semiárido brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Estudos Rurais. São Paulo/Campinas: Editoria Hucitec/Anpocs, 1992.

ALBUQUERQUE, C F. de; CANIELLO, M de M. Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do semiárido. In ALBUQUERQUE, C F. de (org). **Olhares: uma abordagem multidisciplinar sobre o semiárido alagoano**. Maceió: Edufal, 2015.

ALIER, J. M. **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALMEIDA, M. da G.S. Uma unidade açucareira em Sergipe - O Engenho Pedras. In VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade Rural. **Anais V.2** ... São Paulo: FFLCH_USP, 1976, p. 511-549.

ALMEIDA, S. G. de; PETERSEN, P; FREIRE, A. G; SILVEIRA, L. Caminhos da inclusão social no Agreste da Paraíba. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 18-22, dez/2008

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ÁLVAREZ, M. E. M.. Las relaciones de género de mujeres campesinas em microempresas familiares hortícolas y em sus unidades doméstica em Quecholac, Puebla. In.SUÁREZ, Blanca; BONFIL, P. (coord). **Entre el Corazón y la Necesidad: Microempresas familiares em el medio rural**. Gimtrap. Série: PEMSA 5 - México, 2004, p. 279-320.

ANDRADE, M. C. **A problemática da seca**. Recife: Líber, 1999.

_____. **A terra e o homem: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 7ª ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA BRASIL). **Portal ASA Brasil**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em: 18/02/2018.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em:

<https://atlasbrasil.org.br/consulta>. Acesso em: 20/07/2020.

BACKES, D.S.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. Grupo Focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da Saúde**. São Paulo, v.35, n.4, p.438-442, 2011.

BAPTISTA, V. F.. A solidariedade na economia e a Economia Solidária das cooperativas. **Otra Economía**, 8(15), julio-diciembre, 2014, p. 128-140.

BARBOSA, L. C. B. G. **A comercialização de produtos orgânicos como alternativa para a geração de sustentabilidade aos agricultores familiares**. 260p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

_____. **A Pluriatividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural**. 292p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013.

BARRETO, R. de O.; PAULA, A. P. P. de. “Rio da Vida Coletivo”: empoderamento, emancipação e práxis. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 48(1):111-30, jan./fev. 2014.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. do M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In SOUZA FILHO, Hildo M. de; BATALHA, M. O. (orgs). **Gestão integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 43-66.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; ALMEIDA, L. M. de M. C. Agroindústrias Rurais e Segurança Alimentar: Um Novo Modelo de Desenvolvimento nos Assentamentos? **Retratos de Assentamentos**. n. 12, P. 89-108, 2009.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. 1. ed. São Paulo: Terceira Margem, 2003. v. 1, 191p.

BIALOSKORSKI NETO, S. AGRONEGÓCIO COOPERATIVO. In BATALHA, Mário Otávio (coord.). **GESTÃO AGROINDUSTRIAL**. GEPAl: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais, 3ª ed. – 6. reimpr. – São Paulo, 2012.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Trad. Maria Helena Kuhner. 3 ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016.

_____. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Berrando Brasil S. A: Rio de Janeiro, 1989.0

BOURDIEU, P.; SAYAD, A. A dominação colonial e o saber cultural. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, p. 41-60, jun. 2006.

BOZIKI, D. M.; BINKOWSKI, P.; HERNANDEZ, A. R. C. A política de desenvolvimento territorial e os instrumentos de ação pública no território rural Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, UFRRJ, v. 27, p. 307-327, 2019.

BRANDÃO, A.; DALT, S. da; GOUVÊA, V. H. Segurança Alimentar e Nutricional entre os Beneficiários do Programa Bolsa Família. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados**. Volume II: Bolsa Família e Assistência Social. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007. p.99-115.

BRANDÃO, T. F. B. **Mulheres Empoderadas – Uma Experiência de Gestão no Sertão Nordestino**. 154 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2016.

BRANDÃO, T. F. B.; BORGES, J. R. P.; BARBOSA, L. C. B. G. O protagonismo feminino: um caso de convivência sustentável com o Semiárido nordestino no Brasil. **Sustentabilidade em Debate**. V. 7, Edição Especial, dez., Brasília 2016, p. 169-181.

BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **Ruris**, Campinas-SP, v. 4, n. 1, mar. 2010, p. 167-194.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar**: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: UFPR, 1999.

_____. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S.M. P. P. (org). **Agricultura Familiar Brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, 150-165.

BRASIL. **Caatinga**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2009/10/biomas-brasileiros>. Acesso em: 27/08/2017.

_____. **Lei n.º 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 29/09/2020.

_____. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 20/07/2020.

_____. **Lei nº 6.746**, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos Arts. 49 e 50 da Lei 4.504, de 30/11/1964 e dá outras providências (Estatuto da Terra) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm. Acesso em: 03/08/2020.

BRUMER, A.; DUQUE, G.; LOURENÇO, F. A. L.; WANDERLEY, M. N. B. A Exploração Familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H (org). **Agricultura Familiar**: comparação internacional. Editora da Unicamp, 1993, p. 179-234.

BRUNO, R.; AQUINO, S. L.de; JALIL, L.; WESZ JUNIOR, V. J; BORDALO, C. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania**: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 1º Edição, Brasília, 2011, p. 55-86

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In BUTTO, A; DANTAS, I. (orgs). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p.11- 34.

CARMO, M. S. Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**. V. 1, n. 1, 2008.

CARVALHO, L. D. A Emergência da Lógica da “Convivência Com o Semi-Árido” e a Construção de uma Nova Territorialidade. In **Educação para a Convivência com o Semi-Árido**: Reflexões Teórico-Práticas. Juazeiro: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido, Selo Editorial – RESAB, 2006. Disponível em: <http://www.ppgesa.uneb.br/arquivos/AELC.pdf>. Acesso em: 21/06/2015.

_____. **Natureza, território e convivência: novas territorialidades no semiárido brasileiro.** Jundiá: Paco Editorial, 2012.

CARVALHO, P. P. A convivência com o semiárido como estratégia para o combate à desertificação: uma experiência no Sertão do Araripe. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia.** Rio de Janeiro, v 9, n 3, dez./2012, p. 17-22.

CARVALHO, P. A. F. de. Chayanov e a teoria do cooperativismo. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato.** São Paulo, Ed. Popular, 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** 10. ed. Rev. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CHAYANOV, A. V. **A teoria das Cooperativas Camponesas.** Rev e Trad. Reguna Vargas. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

_____. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

_____. Peasant farm organization (1a ed. 1925). In: THORNER, Daniel; KERBLAY, B.; SMITH, R. E. F. (orgs.), introdução de SHANIN, **Teodor Wisconsin: The University of Wisconsin Press,** 1986.

CORTELLA, M. S; MUSSAK, E. **Liderança em foco.** Campinas, SP. Ed. Papirus 7 Mares, 2009.

COSTA E SILVA, L. **As racionalidades da agricultura familiar agroecológica na gestão de seus estabelecimentos: um estudo no assentamento contestado – Lapa/PR.** 302p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

COUTINHO, M.C.; RODRIGUES, H.B.C.; BEIRAS, A.; PICININ, D.; LCKMANN, G.L. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia & Sociedade;** 17 (1): jan/abr.2005, p. 7-13.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial.** 7 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

CUNHA, E. da. **Os Sertões.** Campanha de Canudos. São Paulo: Círculo do livro, 1975.

DANTAS, O.V. **Vida patriarcal de Sergipe.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Nota Técnica Número 201,** Janeiro 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec201SalarioMinimo.pdf>. Acesso em: 06/10/2020.

DIEGUES, A. C. **A imagem das águas.** São Paulo: HUCITEC, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas úmidas Brasileiras, USP, 2000. Disponível em:

http://www.dan.unb.br/images/doc/SerieAntropologia_50.pdf. Acesso em: 04/07/2018.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. Autoconsumo e as escalas de diversificação agrícola em um assentamento rural. **Raízes**. V.32, n.2, jul-dez, 2012, p. 32-55.

EMBRAPA SEMIÁRIDO. **Semiárido Brasileiro**: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010.

EMDAGRO. **Programa Dom Helder Câmara**. 2018. Disponível em: <https://www.emdagro.se.gov.br/programa-dom-helder/>. Acesso em: 28/09/2020.

FARIA, J. H. de; FARIA, J. R. Poder e controle em organizações solidárias. In: PIMENTA, S. M., SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Orgs.). **Terceiro Setor**: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 86-116.

FARIA, N.; NOBRE, M. (org.). **A Produção do Viver**: ensaios de economista feminista. São Paulo: SOF, (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7), 2003.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. Vozes e ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. **Retratos de Assentamentos**, n. 12, 2009, p. 391-418.

FILIPAK, A. **Políticas Públicas para Mulheres Rurais No Brasil (2003-2015)**: Análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. 267p. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista UNESP, Marília, 2017.

FRANÇA FILHO, G. C de. Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise & Dados**, Salvador: SEI, nº1, junho 2002, p. 9-19.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C. da C., CARPES, R. H. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na Região Central do RS. **Ciência Rural**, v.41, n.9, p.1674-1680, set, 2014.

FURTADO, C. (org). **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o Desenvolvimento. Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

_____. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB/MEC (Coleção Textos Brasileiros de Economia), 1959.

_____. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v1, n1, dez., 1981, p. 12-19.

GASSON, R. Roles os Farm Women in England. **Sociologia Ruralis**, XX (3), 1980, p. 165-

180. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-9523.1980.tb00706.x>. Acesso em: 07/10/219.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 85-106.

GIL, A. C. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GRÍCOLO, S. C. Referências em Agroecologia: um olhar sobre a renda e os caminhos trilhados pela agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. In ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.;

CADIOTTO, L. Z. P. (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 243-254.

GUZMÁN, E. S. **La Agroecología como Estrategia Metodológica de Transformación Social**. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, Espana, 2004.

_____. Evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 19-32.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente – 1 Ed. – 8 Reimpr. - São Paulo, Ed. Atlas, 2010.

HENN, I. A. Agroecologia e Relações de Gênero em Projeto Societário. In NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

HORA, K.; BUTTO, A. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea et al. **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: MDA, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência IBGE de notícias. Síntese de indicadores sociais. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chaga ao maior nível em 7 anos**. Publicado em 6 novembro de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 14 de abril de 2020.

_____. (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280560&search=sergipe|porto-da-folha>. Acesso em: 07/11/2013.

_____. (IBGE). **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html. Acesso em: 02/10/2020.

_____. (IBGE). **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em:

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).

Classificação dos Imóveis Rurais. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 30/04/2018.

_____. (INCRA). **Índice Básico do Sistema Nacional de Cadastro Rural.** 2013, p. 1-149. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: 30/04/2018.

_____. (INCRA). **Relatório de Análise de Mercado de Terras de Sergipe.** 2017. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/docs/mercado-terra/ramt_sr23_2017.pdf. Acesso em: 29.09.2020.

IUDÍCIBUS, S.de; MARION, J. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade:** Para o nível de graduação. 3ª ed., São Paulo, Ed. Atlas, 2002.

JALFIM, F.; RUFINO, E.; SANTIAGO, F.; VIDAL, Mª S. C. Promovendo feiras agroecológicas no semiárido brasileiro: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v 5, n 2, jun./2008.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P.P. A Estrutura da Produção no Campo em 1980. **Perspectivas**, São Paulo, 12/13, 1989/90, p. 55-72.

KLEBA, M. E; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

LACERDA, J. B. A Contabilidade como Ferramenta Gerencial na Gestão Financeira das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs): Necessidade e aplicabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Editada pelo CFC – ano XXXV, Nº 160 – Julho/Agosto, 2006.

LAMARCHE, H. (Coord.). Introdução Geral. In: _____. **A agricultura familiar:** comparação internacional. Vol. 1: uma realidade multiforme. Campinas, UNICAMP, 1993.

LEFF, E. **Saber ambiental:** Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÉON, I. Mulher, vida e semente. In CARVALHO, H. M. de. **Sementes:** patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LIMA, A. J. P. de. Decisão e ação: categorias elementares para estudos de organizações rurais. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 13, São Paulo, 1989. **Anais ...** Belo Horizonte: MGSP Editores, 1989. v. 2, p. 1239-1244.

_____. Situações administrativas e a complexidade dos processos de decisão-ação. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração, 15, Belo Horizonte, 1991. **Anais...** Belo Horizonte, MGSP Editores, 1991. v. 5, p. 25-41.

LIPIETZ, A. **Audácia**: Uma alternativa para o século 21. São Paulo, Ed. Nobel, 1991.

LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, vol.45 n.3, São Paulo, Jul/Set 2005, p. 109-115.

LOURENZANI, W. L.; SOUZA FILHO, H. M. Gestão integrada para a agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 67-94.

LUSA, M. G. Relações de Gênero no Campo: A superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais. **Gênero**. Niterói, v.13, n.1, p. 93-107, 2. sem. 2012.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa? In DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org). **Agricultura Familiar Brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, 40-62.

MALUF, R.S. Produto agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In. LUIZ, Roberto José Moreira; COSTA, Flávio de Carvalho (org). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 241-262.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Ed 6. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 10ª Ed. Rev. Atualiz. e Mod. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Análise das Demonstrações Contábeis**: Contabilidade empresarial.3ª ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, G. de A. **Estudo de Caso**: Uma estratégia de pesquisa. Ed. 2. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, G. de A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. Ed 2. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO NETO, J. C. **Morte e Vida Severina e outros poemas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MELO, A. A ação local dos cidadãos como forma de residência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In SANTOS, B. de S. (org.).

Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 437-472.

MELO, H. P. de; KRETER, A. C. Quem são? Como vivem os idosos brasileiros do século XXI? Uma análise a partir da perspectiva de gênero. **Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-18, 23 mar. 2016.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**. 2. ed. Paris, Actes Sud, 1984.

METELLO, D. G. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da justa trama – cadeia solidária do algodão agroecológico**. 145p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Ed 9. Petrópolis: Vozes, 1998.

MIRANDA, R.; SILIPRANDI, E. A contribuição das Mulheres para Segurança Alimentar e Nutricional, **ARTIGO CONSEA**, publicado em 18/12/2012, alterado em 29/06/2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2012/a-contribuicao-das-mulheres-para-a-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 24/07/2020.

MORAES. E. de. **Brasil Sertão**. Rio de Janeiro: Nova Razão Cultural, 2008.

MOREIRA R. M. M.; CARMO, M. S. do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.51, n.2, p.37-56, jul./dez. 2004.

MOREIRA NETO, M. **Outro Sertão: fronteiras da convivência com o Semiárido**. Recife: Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

MOTT, L. R. B. Sergipe Del Rey. **População, economia e sociedade**. Aracaju: FUNDESC, 1986.

NEVES, D. P. Campesinato e Reenquadramento Sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 8, n. 7 pp. 68-93 Jul./Dez. 2005.

_____. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In.: BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Ângela D. D. (Orgs.) **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p. 147-168.

NOBRE, M. Mulheres na Economia Solidária. In CATTANI, A (Org). **A Outra Economia**. SOF, Porto Alegre: Veraz e Unitrabalho, 2003. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/MULHERES-NA-ECONOMIA-SOLIDARIA-Miriam-Nobre.pdf>. Acesso em: 03/07/2018.

_____. Mulheres Rurais nas Estatísticas Agropecuárias. In: VIII Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. **Caderno de Resumos ...**, Ed. Unicamp/Feagri, Campinas, 21 a 23 de junho, 2017, p.35-36.

NOTAROBERTO, M. C. G. **Comunicação popular nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano: os papéis dos atores sociais e das políticas públicas**. 2020. 162p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7ª ed. revisada e atualizada. Petrópolis: Vozes, 2016.

PADOVEZE; C.L, **Contabilidade gerencial: enfoque em sistema de informação contábil**, 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PAULILO, M. I. S. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade. supl. Edição Especial**, Florianópolis, Vol. 15, 2016a, p. 296-316.

_____. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (org). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003, p. 183-210.

_____. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016b.

PEREZ-MARIN, A. M.; SANTOS, A. P. S. (coords.). **O semiárido brasileiro: riquezas, diversidades e saberes**. Campina Grande: INSA/MCTI, 2014.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, L. S. A formação de uma categoria política: os

agricultores familiares no Brasil contemporâneo *In* DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, 342-367.

PLOEG, J.D.V.D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. p. 13-56.

_____. **El campesinado y el arte de la agricultura: un manifiesto chayanoviano**. México, D.F: Universidad Autónoma de Zacatecas, Red Internacional de Migración y Desarrollo, 2015. 200p. (Serie Estudios Críticos del Desarrollo).

_____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de: PEREIRA, R. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Record, 1978.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. Ed 3. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESLER, D. A. **Racionalidades e práticas administrativas do agricultor familiar no contexto ambiental: um estudo em três comunidades rurais no sul da Região Metropolitana de Curitiba – Paraná**. 326p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

ROTOLO, T. de M.S. **O elogio da política: práxis e autonomia no pensamento de Cornelius Castoriadis**. 328p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Trad: Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAID, M. A.; MOREIRA, SOUZA, S. L. de. Mulheres e Agroecologia: Multiplicadoras Agroecológicas Transformando o Semiárido. In HORA, K.; MACEDO, G.; REZENDE, M. (Orgs). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves, 4ª Edição, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015, p 171 – 190.

SAMPAIO, M. de F. A. S; KEPPLER, A.W.; SEGALL-CORRÊA A. M.; OLIVEIRA, J. T. A. DE; PANIGASSI G.; MARANHA, L. K.; MARIN-LEON, L.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; PEREZ-ESCAMILLA, R. (In) Segurança Alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 64-77, 2006.

SANTOS, A.; GOIS, M. N. O território do Alto Sertão Sergipano: uma experiência de desenvolvimento territorial. In XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4 a 8 de octubre 2009. **Anais...** Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-127.pdf>. Acesso em: 21/06/2015.

SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de Custos na Agropecuária**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAUER, S. **Terra e modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHAAF, A. V. D. **Jeito de Mulher Rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento, o real ao aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 1, n. 3, set./dez. 2013, p. 1-20.

SCHNEIDER, S. *et al.* A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 139-166.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org). **Agricultura Familiar Brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, 82-108.

SEBRAE. **Causa Mortis**: O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida. Portal do Sebrae. Jul, 2014. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortis_2014.pdf. Acesso em: 23/08/2020.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade examinada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILIPRANDI, E. **Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar.** 2013. Disponível em: http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf. Acesso em: 08/06/2020, p. 1-14.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 1ª Edição, Brasília, 2011, p. 153-191.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O Uso de Análise de Conteúdo como uma Ferramenta para a Pesquisa Qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. Rurais Agroind.** Lavras, v. 7, n.1, 2005, p. 70-81.

SILVA, D. F. da; RIBEIRO, M. L.; DUVAL, H. C; FERRANTE, V. L.S. B. As dificuldades de “passar o bastão”: perspectivas da sucessão da propriedade entre produtores de comunidades rurais do município de campos gerais/mg. **Retratos de Assentamentos**, v.20, n.2, 2017, p. 240 – 261.

SILVA, F. C. T. da. **Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria: Porto da Folha no Sertão de São Francisco (1820-1920).** 281p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

SILVA, M. A. de M. Mulheres Trabalhadoras Rurais. In: **RURIS: Revista de Estudos Rurais/ Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.** V4, n.2 (2010). Campinas: Unicamp/IFCH, 2012. p. 13-44.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G.de L. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jun, 2009, p. 59-67.

SILVA, V. R.; SILVA, M. M.; PEREIRA, M. C. B. Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiárido nordestino. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, dez. 2015, p. 349-366.

SIMIONI, F.J.; SIQUEIRA, E.; BINOTTO, E.; SPERS, E.; ARAÚJO, Z. Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 47(3), 2009, p. 739-765.

SIMONATO, D. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. "O que eles e elas produzem? A correlação entre envelhecimento e produção de alimentos: estudo de caso do assentamento gleba xv de novembro - sp". In: II CNEH. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50390>. Acesso em: 18/08/2020.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SONDA, C.; BATISTA, K. B. M., CAMPOS, J. D.; NETO J. R., SAMPAIO, O. B. A Convivência da mulher com o Semi-Árido: A Vida Antes e depois das cisternas. In 3º Simpósio Brasileiro de Captação de Água de Chuva no Semi-Árido. 2001. **Anais ...** Campina Grande. Disponível em: http://www.abcmac.org.br/files/simpósio/3simp_claudia_aconvivenciadamulhercomosemiarid o.pdf. Acesso em: 26/08/2020.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. DE; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A. de; OLIVEIRA, É. de S. Segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida em assentamentos rurais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2013.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v 8, n 1, mar./2011, p. 26-29.

SUÁREZ, M. *et al.* **O programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero**: relatório de pesquisa. Brasília, DF: MDS; AGENDE, 2006. [mimeo]. 160

SUÁREZ, M.; LIBARDONI, M. L. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Avaliação de políticas e programas do MDS**: resultados. Volume II: Bolsa Família e Assistência Social. – Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007. p.119-160.

SUBRINHO, J. M. dos P. Degradação do Escravismo e Transição para o Trabalho Livre na Província de Sergipe. **Est. Econ.**, São Paulo, v.24, n 3, p.:465-493, set-dez 1994.

SUDENE. Disponível em: <http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiario/arquivos/sergipe-delimitacaosemiario-dezembro2017.jpeg>. Acesso em: 01/03/2018.

_____. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/mapa-semiario-1262municipios-sudene-pdf/view>. Acesso em: 03/10/2019.

TEDESCHI, A. L. Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais. **História Oral**, v. 12, n. 1-2, p. 177-206, jan.-dez. 2009.

TEDESCO, J.C. (Org). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar**: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de passo fundo. Porto Alegre: Universidade de Passo Fundo, 2006.

TEPICHT, J. **Marxisme et Agriculture**: Le Paysan Polonais. Paris, Armand Colin, 1973.

VIANA SILVA, C. M.; VALENTE, A.L.E.F. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, vol.51, n.2, P.387-400, Abr/Jun 2013 – Impressa em julho de 2013.

TERESO, M. J.A. **Manual de Elaboração de Dissertações, Teses e Planos de Pesquisa**. 2017. Disponível em: <http://www.feagri.unicamp.br/portal/component/attachments/download/1743>. Acesso em: 23/09/2020.

VOLPATO, G. O método lógico para redação científica. **RECIIS – Revista Eletronica de Comunicação Informação Inovação em Saúde**. 9(1), jan-mar 2015, p.01-14.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**. Rio de Janeiro, v. 21, 2004, p: 42-61.

_____. (org.). **Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Editora Zarina Centro Cultural, 2009c, p. 147-179

_____. (org.). **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

_____. **A agricultura familiar no Brasil**: um espaço em construção. Mimeo, 1995.

_____. A Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **ALASRU Nueva Época**, nº 5, Revista. Noviembre, 2010. Disponível em: <https://www.yumpu.com/es/document/view/12983661/alasru-nueva-epoca-no-5-revista-noviembre-2010>. Acesso em: 20/01/16.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedades e Agricultura**. Rio de Janeiro, outubro de 2003, p. 42 – 61.

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp.25-44. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>. Acesso em: 20/03/2020.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**, GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, 1996.

_____. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009a, p. 33-45.

WEID, J. M. V. der. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.3, n.1, p. 18-20, abr/2006.

WHITAKER, D.C. A (Org). **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sitiante do nordeste. São Paulo: HUCITEC, 1995.

WOORTMANN, K. **Hábitos e Ideologias Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda**: Relatório Final. Série antropológica 20, Brasília DF, 1978. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie020empdf.pdf>. Acesso em: 26/01/2015.

ANEXO

Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa, nº 3.016.225



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ASSOCIAÇÃO DE MULHERES 'RESGATANDO SUA HISTÓRIA': ORGANIZAÇÃO SOCIAL E GESTÃO NO RURAL NORDESTINO - PORTO DA FOLHA- SERGIPE.

Pesquisador: Tatiana Frey Biehl Brandão

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 99799618.3.0000.5404

Instituição Proponente: Faculdade de Engenharia Agrícola

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.016.225

Apresentação do Projeto:

É importante conhecer o rural brasileiro para além de um setor agropecuário padronizado pela internacionalização do modelo agrícola hegemônico (o agronegócio) onde o agricultor se restringe a ser produtor, especializado em algum tipo de monocultura e completamente atrelado ao mercado, com a finalidade específica de obtenção de lucro. Este trabalho vislumbra o rural, como lócus onde se estabelecem as relações econômicas, sociais, culturais, ecológicas e produtivas dos agricultores familiares tradicionais, pois segundo Leff (2006, p. 240-241) é a partir do conjunto de processos sociais existentes no rural que se entrelaçam as relações que norteiam "[...] as ações para construir uma nova racionalidade social para transitar a uma economia global sustentável". É neste cenário que Léon (2003), citado pela Paulilo (2016, p. 376), observa que "[...] a agricultura e a produção alimentar se justificam a fins lucrativos, tem incidido negativamente na vida das mulheres, convertendo-as em simples assalariadas e alienando-as da sua relação com a terra, com a agricultura, com os saberes e conhecimentos históricos, especialmente aqueles que, como inventoras da agricultura, têm transmitido de geração em geração. Neste contexto é importante destacar que a categoria social estudada neste trabalho, os camponeses brasileiros, constitui-se um "[...] grupo social subalterno que busca, na relação com a terra e na produção com base no trabalho familiar, resistir e criar alternativas à opressão, violência e miséria a que são submetidos secularmente no Brasil e em outros países da América Latina" (MAZALLA NETO, 2014, p. 58-59). Portanto, este estudo considera a categoria de agricultor familiar e de camponês como análogas

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



UNICAMP - CAMPUS
CAMPINAS



Continuação do Parecer: 3.016.225

visto que o agricultor familiar “[...] Sem apoio, ele conta, como qualquer camponês, apenas, com suas próprias forças, de trabalhadores da terra [...]” (WANDERLEY, 2010, p. 32). Assim, a busca em alcançar uma justiça social para os pequenos agricultores passa pelo aumento da renda destes que depende da capacidade de produção coletiva dos produtores (BATALHA et al, 2005). Neste sentido, os agricultores familiares possuem autonomia e a competência para organizar o processo produtivo e demonstram outras racionalidades que nem sempre visam ganhos econômicos (WANDERLEY, 2010; ROESLER, 2009). Prontamente, a organização social dos agricultores e agricultoras familiares pode proporcionar uma maior capacidade de obtenção de renda e, também, uma estratégia para a construção de redes sociais. Neste contexto, observa-se que os processos produtivos dos camponeses e camponesas se adaptam ao manejo do sistema socioproductivo agroecológico, visto que este[...] não detém como único objetivo apenas a obtenção de um maior nível de renda, mas busca construir uma estratégia reprodutiva que contemple simultaneamente a obtenção de uma melhoria das condições social, econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais que, por sua vez, se traduz em uma melhoria na qualidade de vida para os agricultores e para sua família (BARBOSA, 2013, p. 112). Deste modo, nota-se que a estratégia reprodutiva adotada pelas famílias rurais busca a qualidade de vida que, segundo Leff (2001), é o que essencialmente orienta o projeto de vida de indivíduo e o desenvolvimento de cada comunidade. Neste contexto, destaca-se o papel da mulher na reprodução socioeconômica das famílias rurais e se percebe as agricultoras, cada vez mais, como atores sociais na busca por uma melhor qualidade de vida, que segundo Sen (2000) vem exercendo um papel de agente ativa das mudanças. Observa-se que a agroecologia valoriza os atores sociais envolvidos em suas práticas e, também, aborda a importância do papel da mulher para a sustentabilidade social. Alguns fatores que favorecem o reconhecimento das mulheres nesses sistemas de produção são: as atividades produtivas de horta, cuidado dos pequenos animais e a transformação artesanal de produtos que são desempenhadas pelas mulheres no âmbito familiar; a mudança de atitude no que se refere ao meio natural e a valorização e colaboração de todos para o sucesso dos empreendimentos; a visão sistêmica da integração das atividades do estabelecimento; o aumento da probabilidade das mulheres em participar mais de cursos, feiras, eventos, entre outras atividades fora do espaço doméstico; e, também, o aumento da renda das mulheres através da comercialização em mercados locais e regionais (SILIPRANDI, 2013). Neste contexto, Henn (2013) observa que a visibilidade e a participação de mulheres nos movimentos sociais de organizações coletivas vêm ganhando espaço, principalmente, nos assuntos relacionados às necessidades de transformações sociais, em ambientes vinculados à agricultura ecológica e de grupos de agricultores familiares, pois nestes

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
 Bairro: Barão Geraldo CEP: 13.083-887
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-8936 Fax: (19)3521-7187 E-mail: cep@fcm.unicamp.br



UNICAMP - CAMPUS
CAMPINAS



Continuação do Parecer: 3.016.225

grupos as agricultoras se apresentam como protagonistas na construção da sua própria categoria política e social, assumindo acrescidas responsabilidades familiares e coletivas. Assim, percebe-se o potencial das mulheres para desenvolverem atividades de forma coletiva, espaço este, que contribui para a autonomia, pois as empoderam social e economicamente, tornando as mulheres menos vulneráveis às relações produtivas e econômicas existentes no âmbito do sistema agroalimentar. Neste sentido, Tedesco (2006) relata que os agricultores familiares, ao se organizarem nas formas do cooperativismo e do associativismo, impactam positivamente na obtenção de renda, contribuindo para a melhoria da qualidade do trabalho, da economia e da vida dos pequenos produtores familiares. Assim, “[...] formas específicas de trabalho cooperativo são simplesmente manifestações particulares do que é em essência, um único movimento social [...]”, conforme expõe Chayanov (2017, p. 266) ao se referir ao movimento cooperativo do campesinato. Deste modo, observa-se a finalidade social das associações e outras formas de organização coletivas. Chayanov (2017, p. 58) aborda o cooperativismo como forma social de organização da produção agroalimentar e afirma que “[...] as cooperativas não podem ser consideradas de modo isolado das bases econômicas e sociais sobre as quais estão fundadas. [...] As cooperativas organizam os interesses e os aspectos das vidas de grupos ou classes que já existiam antes de elas surgirem [...]”. No contexto dessa temática é importante observar o conceito de economia social, pois, atualmente este “[...] refere-se a atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações e pela primazia das pessoas sobre o lucro [...] já [...] o de Economia Solidária, entendido como um modo de produção e distribuição que se caracteriza por empreendimentos coletivos [...]” (FARIA e FARIA, 2006, p. 111). Assim, observa-se que as associações, cooperativas e outros grupos autogestionários, que não tem a finalidade lucrativa, são chamados por Metello (2007) de empreendimentos econômicos solidários (EES). Portanto, “[...] a idéia de economia solidária reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua tentativa de autogeração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13-14). Para Singer (2002) “As lutas emancipatórias alteram as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo as autoritárias [...]” (p. 22), assim a administração dos empreendimentos solidários se dá democraticamente, pela prática da auto gestão, sendo necessário para isto “[...] que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema [...]” (p. 19). Ainda neste contexto da democracia política o autor ressalta também que “[...] outras conquistas importantes foram possibilitadas pela revolução feminina, que está abolindo a opressão do pai sobre a mulher e os filhos; e pela revolução sexual, correlata da primeira, que está acabando com a repressão

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
 Bairro: Barão Geraldo CEP: 13.083-887
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-8936 Fax: (19)3521-7187 E-mail: cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.016.225

sexual dos adolescentes e sobretudo das mulheres (adolescentes ou não) [...]” (SINGER, 2002, p. 22). Assim, a autogestão eficiente e democrática das empresas solidárias, como é o caso das cooperativas e das associações, tornam os empreendimentos economicamente produtivos e acabam por gerar renda e bem-estar para os seus membros (CHAYANOV, 2017; SINGER, 2002). Deste modo, observa-se que o processo de organização coletiva tende a fortalecer os atores sociais envolvidos que passam a autogerir os recursos disponíveis na busca por emancipação e autonomia, o que tende a impactar positivamente na qualidade de vida das famílias rurais. Neste contexto, observa-se então, a necessidade de alteração na forma de gestão das diversas atividades desempenhadas nos empreendimentos rurais e no manejo dos recursos locais, passam a serem decididos de forma coletiva. Assim, sendo “[...] o agricultor familiar deverá, ao invés de dominar apenas uma especialidade, desenvolver habilidades e dominar várias áreas de conhecimento [...]” (BRANDENBURG, 1999, p. 209). Ressalta-se que estes processos de cooperação e de gestão ainda apresentam riscos e desafios, pois a autogestão cooperativa depende da fidelidade e do interesse dos sócios em realizar um esforço adicional para realizar uma gestão democrática (CHAYANOV, 2017; SINGER, 2002). Além disso, para Leff (2001, p. 323), observa ainda que “[...] não se exploram suficientemente os potenciais ambientais e os processos de autogestão de recursos para promover uma maior auto-suficiência das comunidades [...]”. É neste cenário que emerge a figura do agricultor-gestor, ou seja, os agricultores e agricultoras são responsáveis por gerir as organizações de forma democrática, incorporando processos gerenciais e práticas produtivas de maneira a deter o controle dos recursos disponíveis, passando, então, a se apropriarem dos dados econômicos e financeiros e habilidades gerenciais de tal forma que estes atores sociais passam a adaptar algumas ferramentas gerenciais de acordo com as necessidades dos empreendedores-agricultores-gestores (sócios), o que vem a contribuir para tomadas de decisões corretas colaborando com o sucesso dos empreendimentos rurais (BRANDÃO, 2018). É neste contexto, de assumir múltiplas atividades, que o agricultor familiar tradicional surpreende, ao demonstrar o domínio de um saber-fazer, introduzindo “[...] em seu cálculo econômico as noções de planejamento e de orçamento que, são projeções sobre o futuro [...]” (WANDERLEY, 2010, p. Hipótese: visto que as formas de organizações sociais coletivas tendem a incluir e fortalecer os agricultores e agricultoras familiares e sabendo do contexto de pobreza e de exclusão socioeconômica e política em que estão inseridas as mulheres rurais do Nordeste Brasileiro, o presente projeto de pesquisa possui como problema central responder qual o papel das práticas associativistas no modo de vida das mulheres rurais associadas? Outra questão importante a ser levantada, consiste em entender como são geridos, pelas agricultoras associadas, os recursos

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
 Bairro: Barão Geraldo CEP: 13.083-887
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-8936 Fax: (19)3521-7187 E-mail: oep@fcm.unicamp.br



UNICAMP - CAMPUS
CAMPINAS



Continuação do Parecer: 3.016.225

disponíveis no rural no qual estão inseridas? Já como hipótese orientadora desta pesquisa, tem-se que a organização social deste grupo de mulheres rurais vem contribuído positivamente para o empoderamento das mulheres, enquanto protagonistas do seu modo e projeto de vida. As agricultoras-gestoras, ao construir um sistema de gestão adaptado a sua realidade e demandas, conseguem administrar as atividades e os recursos da Associação de forma participativa e autônoma. 31). Metodologia Proposta: Este trabalho possui como Universo de Pesquisa a Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', localizada no Povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, no Alto Sertão do Estado de Sergipe. Já como sujeitas desta pesquisa tem-se as 17 mulheres rurais que atualmente compõe a Associação. No que se refere a construção teórica desta pesquisa busca-se construir um referencial teórico e analítico acerca da dinâmica dos processos e as relações de gestão dos estabelecimentos rurais familiares, principalmente a autogestão das mulheres rurais em empreendimentos de economia solidária, observando os limites e potencialidades descritos na teoria, especificamente no que se refere a influência do associativismo no modo e projeto de vida das mulheres rurais associadas. Ou seja, esta parte refere-se ao estado da arte da pesquisa a ser executada e que norteará as análises das informações que serão coletadas no trabalho de campo. Como fundamentos-chaves para o desenvolvimento desta pesquisa têm-se as discussões teóricas sobre: agricultura familiar de base camponesa; associativismo meio rural; modo e projeto de vida das mulheres rurais sertanejas; autonomia e empoderamento das mulheres rurais; gestão dos estabelecimentos rurais familiares; autogestão; aspectos sociais da agroecologia; e economia solidária. Com o objetivo de conhecer e coletar informações sobre a organização coletiva das mulheres rurais participantes da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', será necessário: (1) realizar observações diretas e registros fotográficos nos estabelecimentos rurais e nas áreas de produção coletiva das associadas; (2) acompanhar algumas atividades produtivas desempenhadas nos lócus de produção, assim como participar de reuniões ou outras atividades de vivência na Associação; (3) utilizar o diário de campo; (4) proceder com pesquisa documental na sede da Associação; (5) realizar entrevista, por meio de questionário semiestruturado e com gravação de áudio, com as mulheres rurais participantes da Associação, com as ONGs parceiras da Associação estudada e com algumas mulheres que deixaram de participar da Associação; e (6) conduzir grupos focais com temas norteadores (BACKES et al., 2011; GIL, 2009; MARTINS, 2008; MARCONI e LAKATOS, 2005; WHITAKER et al, 2002; RICHARDSON, 1999). Na primeira etapa do trabalho de campo será apresentado os objetivos do estudo e serão esclarecidas as dúvidas sobre a pesquisa antes de solicitar autorização (apresentar o termo de livre consentimento) para a gravação dos grupos

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
 Bairro: Barão Geraldo CEP: 13.083-887
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-8936 Fax: (19)3521-7187 E-mail: cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.016.225

focais e das futuras entrevistas.

Objetivo da Pesquisa:

Primário: Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como se dão os processos e as relações de gestão em uma associação de mulheres rurais, a partir da percepção das associadas, bem como verificar a influência da Associação no modo e projeto de vida destas mulheres. Objetivo Secundário: 1) Resgatar as trajetórias e a participação das associadas na construção da Associação Mulheres 'Resgatando Sua História'; 2) Verificar a influência dos mediadores (ONGs, Igreja e outras que tenham influenciado neste processo) na formação e organização da Associação; 3) Compreender a forma de gestão (ou autogestão) utilizada pelas mulheres rurais participantes da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', de modo a: (i) Verificar quais os processos e instrumentos de gestão utilizados pelas associadas na instituição; (ii) Analisar como se estabelecem as relações de tomada de decisões e de autogestão dos recursos endógenos; e (iii) Observar se o tempo e o desempenho de cargos de gestão na Associação são um diferencial para a compreensão e apropriação das ferramentas de gestão. 4) Entender como se deu a inserção da agroecologia neste grupo de mulheres, e sua influência nas relações sociais das agricultoras; e 5) Avaliar a percepção das mulheres em relação a possíveis alterações no seu modo de vida após se engajarem na Associação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo informações do pesquisador: Poderá haver algum desconforto às entrevistadas ao responderem às perguntas. Não há riscos previsíveis para esta pesquisa. Benefícios: Não há benefícios diretos para o participante, os benefícios estão no retorno social e acesso aos resultados da pesquisa que representa maior conhecimento sobre a organização social da mulheres rurais e a competências das agricultoras sertanejas na gestão dos recursos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este protocolo se refere ao Projeto de Pesquisa intitulado "Associação de mulheres 'resgatando sua história': organização social e gestão no rural nordestino - Porto da Folha- Sergipe", cuja Pesquisadora responsável é a doutoranda Tatiana Frey Biehl Brandão, sob a orientação da Profª Drª Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco. A pesquisa foi enquadrada nas Grandes Áreas "Ciências Agrárias" e "Ciências Sociais Aplicadas" e embasará a Tese de Doutorado da pesquisadora. A Instituição Proponente é a Faculdade de Engenharia Agrícola. Segundo as Informações Básicas do Projeto, a pesquisa tem orçamento estimado em R\$ 24.320,00 (vinte e quatro mil, trezentos e vinte reais) e o cronograma apresentado contempla início da coleta de

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
 Bairro: Barão Geraldo CEP: 13.083-887
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-8936 Fax: (19)3521-7187 E-mail: cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.016.225

dados para dezembro de 2018, com término em dezembro de 2019. Serão abordadas ao todo 23 pessoas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram analisados os seguintes documentos de apresentação obrigatória: 1 - Folha de Rosto Para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos: Foi apresentado o documento "Folha_de_rosto.pdf" devidamente preenchido, datado e assinado. 2 - Projeto de Pesquisa: Foram analisados os documentos "Projeto_Detalhado.pdf" e "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1216090.pdf" de 29/10/2018. Precisa de adequações (Vide item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"). 3 - Orçamento financeiro e fontes de financiamento: Informações sobre orçamento financeiro incluídas no documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1216090.pdf" de 29/10/2018. De acordo com o pesquisador, o financiamento é próprio. Adequado. 4 - Cronograma: Informações sobre o cronograma incluídas nos documentos "Projeto_Detalhado.pdf" e "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1216090.pdf" de 29/10/2018. Adequado. 5 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Foi apresentado o documento "tcle.pdf". Adequado. 6 - Outros documentos que acompanham o Protocolo de Pesquisa: • Roteiro_Entrevista_Ex_Integrantes.pdf Roteiro_Entrevista_Instituicoes.pdf Autorizacao_Pesquisa.pdf Roteiro_Entrevistas_Grupos_Focais.pdf Roteiro_Entrevista_Associadas.pdf Atestado_Matricula.pdf

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

- O participante da pesquisa deve receber uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (quando aplicável).

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (quando aplicável).

- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delimitada no protocolo aprovado. Se o pesquisador considerar a descontinuação do estudo, esta deve ser justificada e somente ser realizada após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou. O pesquisador deve aguardar o parecer do CEP quanto à descontinuação, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de uma estratégia diagnóstica ou

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
 Bairro: Barão Geraldo CEP: 13.083-887
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-8936 Fax: (19)3521-7187 E-mail: cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.016.225

terapêutica oferecida a um dos grupos da pesquisa, isto é, somente em caso de necessidade de ação imediata com intuito de proteger os participantes.

- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas e aguardando a aprovação do CEP para continuidade da pesquisa. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial.

- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente seis meses após a data deste parecer de aprovação e ao término do estudo.

- Lembramos que segundo a Resolução 466/2012, item XI.2 letra e, "cabe ao pesquisador apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento".

- O pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1216090.pdf	05/11/2018 15:42:00		Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	05/11/2018 15:41:16	Tatiana Frey Biehl Brandão	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	05/11/2018 15:30:35	Tatiana Frey Biehl Brandão	Aceito
TCLE / Termos de	TECLE.pdf	05/11/2018	Tatiana Frey Biehl	Aceito

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
 Bairro: Barão Geraldo CEP: 13.083-887
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-8936 Fax: (19)3521-7187 E-mail: cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.016.225

Assentimento / Justificativa de Ausência	TECLE.pdf	15:30:08	Brandão	Aceito
Outros	Autorizacao_Pesquisa.pdf	26/09/2018 21:30:10	Tatiana Frey Biehl Brandão	Aceito
Outros	Atestado_Matricula.pdf	26/09/2018 10:18:17	Tatiana Frey Biehl Brandão	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	18/09/2018 22:39:37	Tatiana Frey Biehl Brandão	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista_Instituicoes.pdf	14/09/2018 09:14:07	Tatiana Frey Biehl Brandão	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevistas_Grupos_Focais.pdf	14/09/2018 09:12:13	Tatiana Frey Biehl Brandão	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista_Ex_Integrantes.pdf	14/09/2018 09:11:33	Tatiana Frey Biehl Brandão	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista_Associadas.pdf	14/09/2018 09:11:16	Tatiana Frey Biehl Brandão	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINAS, 12 de Novembro de 2018

Assinado por:
Renata Maria dos Santos Celeghini
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
 Bairro: Barão Geraldo CEP: 13.083-887
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-8936 Fax: (19)3521-7187 E-mail: cep@fcm.unicamp.br